

獨子崗 山下橫 美蓉沙 燈籠洲

香山左營安兵八百四十六名
內馬兵五名步糧外委
七名額外四名步兵三百三
十五名守兵
五百九十五名
香山協右
營安兵八
百四十三名
內馬兵五名
步糧外委
七名額外二名
步兵二百三十五名守
兵五百九十四名



南灣

青洲

嶺洲

汗人砲台



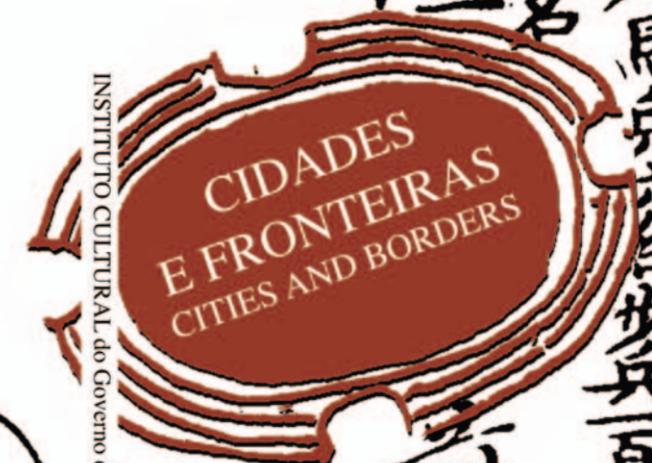
30 Edição Internacional

Revista de Cultura Review of Culture

IC

RC

Revista de Cultura
Review of Culture



寨山前灣
關關

澳門門

洋人砲台

International Edition 30

Edição Internacional 30 Abril/April 2009

嶺洲

大黃茅

馬角

棋澳

前山營安
兵三百六十七名內馬
糧外委二名額外
名馬兵六名步兵五百五
南

△△△九
△△△洲
△△△洋



EDITOR

Publisher
INSTITUTO CULTURAL
do Governo da Região Administrativa
Especial de Macau

CONSELHO DE DIRECÇÃO

Editorial Board
Heidi Ho, Marie MacLeod,
Luís Ferreira, Charles Lam,
Wong Io Fong e Paulo Coutinho
rci@icm.gov.mo

COORDENADOR

Co-ordinator
Luís Ferreira
LuisF@icm.gov.mo

Edição Internacional / International Edition

EDITOR EXECUTIVO

Executive Editor
Paulo Coutinho
PauloC@icm.gov.mo

Edição Chinesa / Chinese Edition

EDITOR EXECUTIVO

Executive Editor
Wong Io Fong

DIRECTOR GRÁFICO

Graphic Director
Victor Hugo Marreiros
VictorHugoM@icm.gov.mo

CONCEPÇÃO GRÁFICA

Graphic Design
Grace Lei

SEPARAÇÃO DE CORES

Color Separation
Tipografia Macau Hung Heng Ltda.
hhengpcl@macau.ctm.net

IMPRESSÃO

Printing
Tipografia Macau Hung Heng Ltda.
hhengpcl@macau.ctm.net

TIRAGEM

Print Run
1500

REDACÇÃO E SECRETARIADO

Publisher's Office
INSTITUTO CULTURAL
do Governo da R.A.E. de Macau
SEP - Sector de Edições Periódicas
Praça do Tap Seac, Edifício do Instituto Cultural, Macau
Tel: (853) 83996322
Fax: (853) 28366806
Email: rci@icm.gov.mo
Internet: <http://www.icm.gov.mo>

RC é uma revista de Cultura e, domínio do Espírito, é Livre. Avassalada ao encontro universal das culturas, servente da identidade cultural de Macau, agente de mais íntima relação entre o Oriente e o Ocidente, particularmente entre a China e Portugal. RC propõe-se publicar todos os textos interessantes aos objectivos confessados, pelo puro critério da qualidade. Assim, as opiniões e as doutrinas, expressas ou professas nos textos assinados, ou implícitas nas imagens de autoria, são da responsabilidade dos seus autores, e nem na parte, nem no todo, podem confundir-se com a orientação da RC. A Direcção da revista reserva-se o direito de não publicar, nem devolver, textos não solicitados.

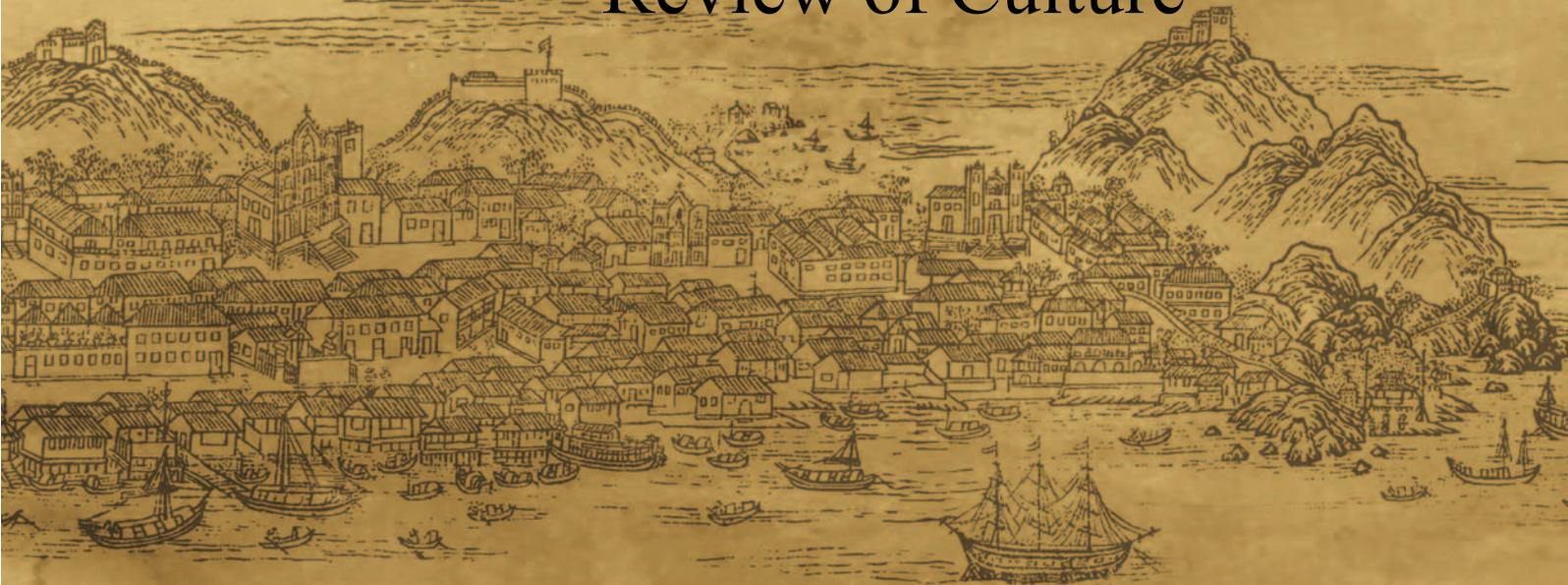
RC é uma revista trimestral, simultaneamente publicada nas versões Chinesa e Internacional (em Português e Inglês). Buscando o diálogo e o encontro francos de Culturas, RC tem na limpidez a vocação e na transparência o seu processo.

RC is a cultural magazine published quarterly in two versions — Chinese and International (Portuguese/English)—whose purpose is to reflect the unique identity of Macao. The magazine also seeks to promote freedom of expression and through the articles published we hope to stimulate ideas and discussion of topics related to Western/Eastern cultural interchange, especially between China and Portugal.

RC publishes articles covering an extensive range of topics expressing a diversity of views. However, RC is not responsible for ideas and opinions voiced in these articles and thus they cannot be taken as editorial opinion. In addition, we reserve the right to withhold any unsolicited text from publication and the right not to return any unsolicited text.



Assine a
Revista de Cultura
Subscribe to
Review of Culture



Preços / Rates

Exemplar Avulso / Single Copy

Macau
MOP 80,00

Ásia / Asia
via aérea / air mail
US\$ 23,00

via marítima / surface mail
US\$ 14,00

Outros países / Other countries

via aérea / air mail
US\$ 29,00

via marítima / surface mail
US\$ 16,00

Assinatura / Subscription

(4 números / issues)

Macau
MOP 160,00

Ásia / Asia
via aérea / air mail
US\$ 72,00

via marítima / surface mail
US\$ 36,00

Outros países / Other countries

via aérea / air mail
US\$ 96,00

via marítima / surface mail
US\$ 44,00

A globalização do conhecimento começou em Macau no século XVI quando os *saberes* do Oriente e do Ocidente se cruzaram nesta terra singular do Sul da China.

No século XXI, o intercâmbio cultural entre os *dois mundos* continua a ser a vocação de Macau.

A *Revista de Cultura* é o veículo dessa vocação.

Knowledge entered into an age of globalisation in Macao in the 16th century when the *wisdoms* of East and West met in this unique part of South China.

In the 21st century, Macao remains dedicated to cultural interchange between *both worlds* in a vocation maintained by *Review of Culture*.



Para fazer a assinatura ou para a compra de números atrasados, s.f.f. preencha e envie o formulário destacável que encontrará nas últimas páginas desta edição.

To subscribe or to purchase back issues, please fill in and mail the form available at the end of this issue.

CONTACTOS

Contacts

Email: rci@icm.gov.mo

Tel: 853-83996322

Fax: 853-28366806

COLABORARAM NESTE NÚMERO

Contributors to this Issue
 RC, n.º 30, IIIª Série, 2.º Trimestre 2009
 RC, no. 30, IIIrd Series, 2nd Quarter 2009

TEXTO

Texts
 Alfredo Gomes Dias
 Anabela Nunes Monteiro
 Clara Sarmento
 Doris Wastl-Walter
 Hendrik Tieben
 James D. Sidaway
 Jonathan D. Solomon
 Marcus Power
 Rogério Miguel Puga
 Sheyla Schuartz Zandonai
 Werner Breitung

TRADUÇÃO

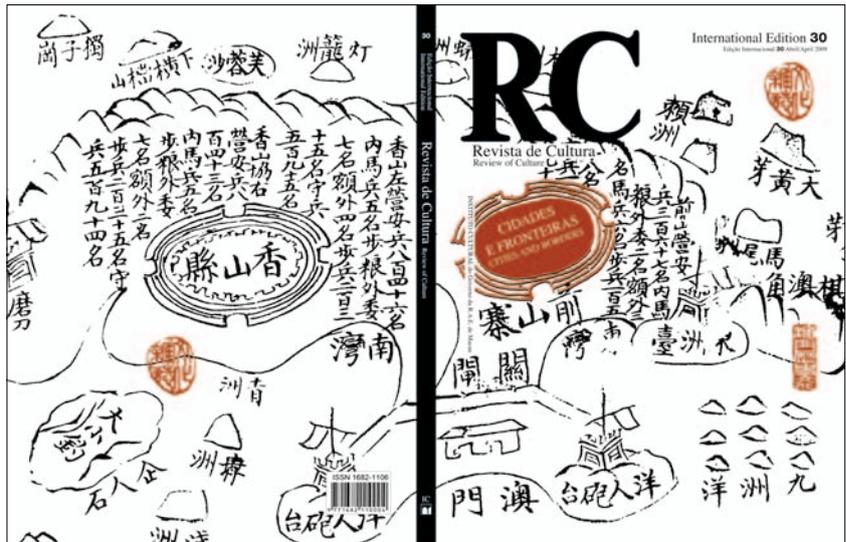
Translation
 PHILOS - Comunicação Global, Lda.

REVISÃO

Proofreading
 Chao Siu Fu (Chinês),
 Luís Ferreira (Português),
 T. Rex Wilson (Inglês)

AGRADECIMENTOS

Acknowledgements
 Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra
 Hong Kong Museum of Art
 Martyn Gregory Gallery, Londres



Design Victor Hugo Marreiros

A NOSSA CAPA

A cidade e a identidade profunda de Macau também se podem conhecer olhando atentamente para o dinamismo das suas fronteiras e circunscrições ao longo da história. Do estabelecimento dos Portugueses no século XVI, passando pelos tempos da cidade cristã e do bazar chinês, chegamos à fusão destas duas circunscrições culturais, no século XIX, e ao desenho da geografia política da Macau contemporânea, nas suas tensões inesgotáveis com o espaço marítimo circundante onde, desde inícios do século XX, a cidade tem ido reclamar terreno para o seu explosivo crescimento urbano. Neste número de *Revista de Cultura* apresentamos um conjunto de artigos que tem como metodologia a “abolição” das fronteiras disciplinares uma vez que esta temática convoca, pelo menos, cinco campos de investigação: geografia, história, ciência política, sociologia e antropologia. O estudo da singular e dinâmica geografia humana de Macau ganha ainda mais acuidade agora que a Região Administrativa Especial faz parte da realidade nacional de “um país, dois sistemas”.

OUR COVER

The city and deep identity of Macao can also be understood by looking carefully at the ebb and flow of cross-border activity over history. After the Portuguese settled in the 16th century, the “Christian city” and “Chinese bazaar” evolved. Cultural barriers converged in the 19th century and Macao’s contemporary political geography was outlined, amid never-ending tension with the surrounding waters in which the city has sought, since the early 20th century, to claw back land for its explosive urban growth. This issue of *Review of Culture* includes a set of articles which aim at breaking down the disciplinary barriers between different research fields: Geography, History, Political Science, Sociology and Anthropology. The study of Macao’s unusual and dynamic human geography becomes even more pertinent now that the Special Administrative Region is part of the national reality of “one country, two systems”.

SUMÁRIO

Index



7 CIDADES E FRONTEIRAS * CITIES AND BORDERS

INTRODUÇÃO / INTRODUCTION

序

Werner Breitung

18 BORDERS FROM THE PERSPECTIVE OF GOOD NEIGHBOURHOOD

从睦邻角度看到的边境

Doris Wastl-Walter



24 BORDERS WITHIN THE CITY: RETRACING MACAO'S IDENTITY

城市中的边界：追溯澳门的源流

Sheyla Schuvartz Zandonai

37 FROM BACKYARD TO FRONT DOOR: THE TRANSFORMATION OF MACAO'S BORDER SPACES

从后往前——澳门边境空间的变化

Hendrik Tieben



57 CHARGED INFRASTRUCTURES: ELABORATIONS ON THE HONG KONG/ZHUHAI/MACAO BRIDGE

基础设施的承担：在香港、珠海、澳门建桥

Jonathan D. Solomon

62 LISBON TO MACAO: THE OCCLUDED GEOGRAPHIES OF PORTUGAL'S DISCOVERIES

里斯本至澳门：葡萄牙发现中堵塞的地势

James D. Sidaway and Marcus Power

HISTORIOGRAFIA * HISTORIOGRAPHY

79 A IMPORTÂNCIA DE MACAU PARA O COMÉRCIO DA EAST INDIA COMPANY NA CHINA E AS RELAÇÕES

ANGLO-PORTUGUESAS NO ENCLAVE NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII

十八世纪下半叶澳门在东印度公司对华贸易中的重要性以及在飞地的葡英关系

Rogério Miguel Puga



104 MACAU, PORTUGAL E O JAPÃO NO SÉCULO XIX. O TRATADO DE 1860

19 世纪的澳门、葡萄牙与日本：1860 年协定

Alfredo Gomes Dias

120 FREIRAS DE SANTA CLARA: DEVOÇÃO AUTÊNTICA OU FUGA AO DESAMPARO FEMININO?

UMA ABORDAGEM COMPARATIVA ENTRE CLARISSAS DE MACAU E DE COIMBRA NO SÉCULO XVII

嘉辣修女：真正的献身或为逃离女性的被遗弃？澳门与科英布拉17世纪克拉丽莎修女之对比

Anabela Nunes Monteiro

LITERATURA * LITERATURE

131 A LADY'S VISIT TO MANILLA AND JAPAN. REPRESENTAÇÕES INTERCULTURAIS NA VIAGEM AO ORIENTE

《一位访问马尼拉和日本的女士》：东方遍历中的跨文化代表

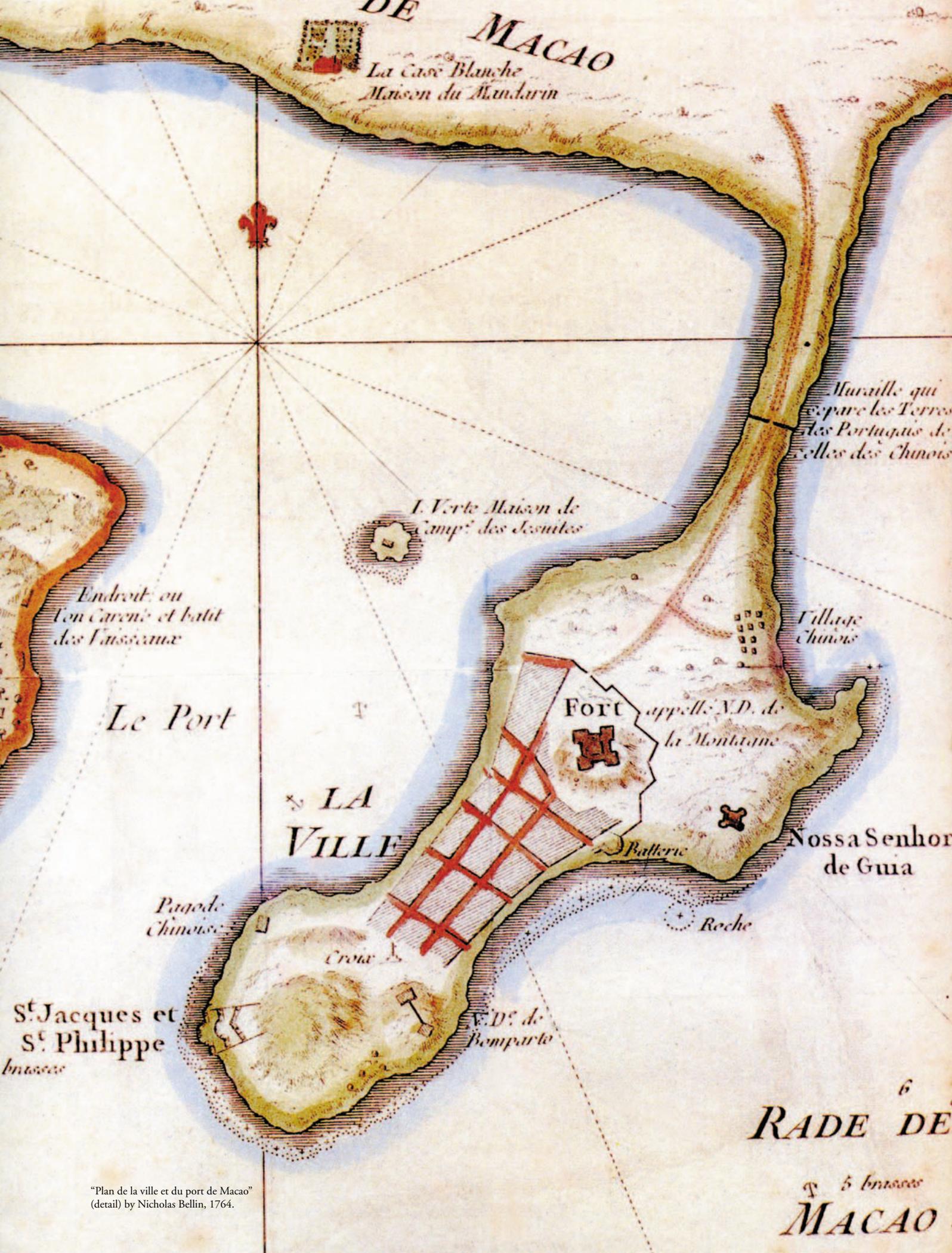
Clara Sarmento



149 RESUMOS

151 ABSTRACTS





DE
MACAO
La Case Blanche
Maison du Mandarin

Muraille qui
separe les Terres
des Portugais de
celles des Chinois

I. Verte Maison de
Camp: des Jesuites

Endroit ou
l'on Carene et batit
des Vaisseaux

Le Port

LA
VILLE

FORT appelle N.D. de
la Montagne

Village
Chinois

Nossa Senhora
de Guia

Pagode
Chinoise

Batterie

Roche

St. Jacques et
S. Philippe
brasses

N.D. de
Bomparto

6
RADE DE

5 brasses
MACAO

"Plan de la ville et du port de Macao"
(detail) by Nicholas Bellin, 1764.

Cidades e Fronteiras

Introdução

Werner Breitung*

A ideia da publicação deste tema da *Revista de Cultura* sobre “Cidades e Fronteiras” surgiu em 2007. Nessa altura, estávamos a preparar uma Conferência Internacional sobre Cidades e Fronteiras em conjunto com o Instituto Cultural do Governo da R. A. E. de Macau, a Universidade Sun Yat-sen de Guangzhou (Escola de Geografia e Planeamento) e a Universidade de Macau (Centro de Investigação da China Contemporânea). Esta conferência, realizada entre 3 e 5 de Agosto de 2007 na Universidade de Macau, obteve grande sucesso. Estiveram presentes cerca de 40 participantes provenientes de 16 países em disciplinas como Geografia, Sociologia, Planeamento e História.

Tanto a conferência como este número da *Revista de Cultura* conferem a Macau um estatuto de referência para trazer o tópico da geografia política das fronteiras a um nível local, mais especificamente ao nível urbano. Macau é um caso excelente, uma vez que é acentuadamente modelada pela sua natureza de cidade fronteiriça (Breitung 2007). A circunscrição entre as jurisdições colonial e chinesa e os âmbitos culturais tem sido tão modeladora para este local como a experiência de cruzar a fronteira tem sido para os seus habitantes (ver a contribuição de Sheyla Schuvartz Zandonai para este número da revista). Muitas das limitações e oportunidades oferecidas por Macau estão associadas à existência de circunscrições – nomeadamente à estrutura de “um país, dois sistemas”, descrevendo o papel ambíguo de Macau como parte autónoma da China.



As fronteiras foram investigadas na geografia política tradicional e noutras disciplinas relacionadas tendo sobretudo em conta a sua importância a nível nacional. Nesta perspectiva, tem sido frequentemente esquecido que as fronteiras têm também uma dimensão local muito relevante (Wilson e Donnan 1998, Papademetriou e Meyers 2001). As fronteiras dividem nações e territórios, mas também o espaço local nas regiões fronteiriças e cidades fronteiriças. Isto torna-se especialmente perceptível em enclaves como Macau, Hong Kong ou Singapura e em cidades divididas ou cidades geminadas como Jerusalém, Nicósia em Chipre e El Paso/Ciudad Juárez na fronteira entre os EUA e o México.

Deveras interessante é o facto de a esta escala local o efeito divisor da fronteira é, em muitos casos, menos importante do que o efeito de ligação. Por vezes, as ligações locais prevalecem, mesmo em tempos de confrontação política a nível nacional. A investigação à escala local deveria incluir as forças de circunscrição e as de ligação. No caso de Macau e Zhuhai, podemos considerar a fronteira como um muro que separa dois cenários políticos, sociais e económicos diferentes, mas podemos também olhá-la como uma porta através da qual milhões de pessoas circulam todos os meses (Fig. 1).

No que se refere à relação dialéctica de ambos, poder-se-á dizer que os fluxos transfronteiriços não existem devido à fronteira, mas sim devido às diferenças políticas, sociais e económicas que a fronteira ajuda a perpetuar. Por exemplo, as diferenças de preços entre Zhuhai e Macau, que se mantêm devido à fronteira, são uma força motriz principal para a interacção transfronteiriça. O mesmo se aplica às diferentes

* Licenciado pela Freie Universität, Berlim, doutorou-se em Geografia na Universidade de Basileia. Lecionou na Universidade de Macau e na Universidade de Hong Kong, sendo actualmente Professor na Universidade Sun Yat-sen, Guangzhou. Tem várias obras publicadas sobre questões de urbanismo e de fronteira no contexto do delta do rio das Pérolas.

CIDADES E FRONTEIRAS

legislações sobre jogos de azar e a cultura distinta de Macau, ambos motores principais do turismo transfronteiriço para Macau.

A dimensão local da investigação sobre fronteiras, em especial a urbana, tem sido esquecida desde há muito ou pelo menos subvalorizada. Como explica Doris Wastl-Walter na sua contribuição para esta edição, este facto mudou recentemente, pelo que o nosso tópico está em conformidade com desenvolvimentos actuais. Existe, no entanto, outra perspectiva na relação entre cidades e fronteiras, que merece ainda uma maior atenção. As cidades não são apenas um aspecto subestimado da investigação sobre fronteiras: estas deveriam também ser consideradas como um elemento estrutural crucial das cidades.

Implicitamente, a investigação urbana tem-se referido a diferentes tipos de circunscrições, especialmente nos campos da governação urbana, segregação sócio-cultural ou socioeconómica e espaços de actividade, mas principalmente sem referência explícita a qualquer conceito alargado de circunscrições. Associadas ao discurso sobre fronteiras estão questões administrativas relacionadas com a emergência das regiões metropolitanas e a necessidade consequente de redefinir e redesenhar as circunscrições administrativas urbanas. Se definirmos o conceito de fronteiras de forma mais alargada, alguns dos discursos acima mencionados sobre circunscrições sociais e culturais dentro da cidade tornar-se-ão também uma questão de Cidades e Fronteiras.

Poder-se-ia argumentar que não faz sentido abordar questões tão diversas numa conferência como sendo um único tópico, uma vez que as funções e percepções das fronteiras nacionais e locais e ainda das administrativas e sócio-culturais são demasiado heterogéneas. No entanto, o caso de Macau deverá recordar-nos que esta categorização poderá, de facto, turvar mais a nossa compreensão do que clarificá-la. A fronteira Macau-Zhuhai é uma fronteira em transição, com uma progressão gradual de estado nacional para local. Durante este tempo de transição não faz sentido tentar fazer qualquer tipo de classificação. A fronteira Macau-Zhuhai não é local nem nacional, ou é ambas ao mesmo tempo.

Com esta forma única de transição, Macau pode ser vista como uma excepção, mas podemos vê-la também como um reflexo astuto de fronteiras no nosso mundo globalizante em geral. As circunscrições a nível

nacional estão a perder alguma da sua importância, mas ao mesmo tempo, são erguidas circunscrições espaciais locais, por exemplo para as chamadas comunidades fechadas, zonas de empreendimentos ou estâncias de turismo, e cada vez mais têm um componente internacional (Sidaway 2007, Wissink 2003). Na China, o fenómeno das Zonas Económicas Especiais exemplifica um caso em que essas circunscrições de zona podem ser fundidas com as circunscrições municipais. Por outro lado, a elevada dinâmica investida nas fronteiras de Hong Kong e Macau ilustra o possível cruzamento entre as duas categorias que parecem distintas de circunscrições nacionais e municipais.

Ao defender um conceito alargado de circunscrições não devemos confundir alargado com impreciso e ambíguo. Em especial, um conceito alargado pede uma elaboração concisa sobre a nossa compreensão exacta de fronteiras e circunscrições – termos que são aqui usados quase de forma intermutável. As fronteiras e circunscrições são tidas como linhas de circunscrição no espaço. Excluímos explicitamente as fronteiras não espaciais, tais como circunscrições de classe ou barreiras linguísticas, a menos que se manifestem geograficamente, por exemplo através de segregação residencial da utilização selectiva do espaço.

A existência, localização e importância das fronteiras são resultado de processos sociais de circunscrição ou estabelecimento de fronteiras (van Houtum e van Naerssen 2002). Newman (2002, 2003) recomendou que os investigadores sobre fronteiras dedicassem a sua atenção a estes processos em vez de a dedicarem às linhas e barreiras físicas resultantes. É importante compreender as fronteiras como uma construção social. Como tal, são sempre uma expressão de circunstâncias políticas, socioeconómicas e culturais.

A perspectiva sobre as fronteiras baseada no processo aponta-nos, ao mesmo tempo, para um segundo facto importante – as fronteiras são dinâmicas. As linhas de fronteira e os regimes de fronteira alteram-se de acordo com as mudanças das circunstâncias políticas, socioeconómicas e culturais. A sua localização e, em especial, a sua natureza, abertura e impactos são constantemente renegociadas. Isto torna-se especialmente aparente no caso de Macau, que durante muito tempo não teve um regime fronteiriço mutuamente acordado e agora baseia-se numa

CITIES AND BORDERS

constituição com uma “data de validade” de 50 anos (Breitung 2007, 2009). Afinal, o estatuto de Região Autónoma Especial foi concebido como temporário com a finalidade de facilitar a integração.

Neste processo, torna-se óbvio que as fronteiras possuem funções. Elas protegem, asseguram controlo, atribuem poder, facilitam a administração e promovem identidades. A questão neste contexto é que função particular elas preenchem para os governos e para os povos de ambos os lados e a forma como o regime fronteiriço especial reflecte o conjunto, muitas vezes diverso, das aspirações dos diferentes actores.

De um ponto de vista mais antropológico, estas aspirações fazem parte da representação cognitiva das fronteiras. As fronteiras têm um impacto nas identidades e vidas diárias das pessoas. Estão cheias de significado para essas pessoas e relacionadas emocionalmente com

os sentimentos de segurança e “lar” por um lado e com sentimentos não apreciados de isolamento e exclusão, por outro.

As deliberações anteriores podem ser resumidas em cinco declarações:

- As fronteiras são geográficas.
- As fronteiras são construídas socialmente.
- As fronteiras são dinâmicas.
- As fronteiras têm funções.
- As fronteiras têm significados.

Estas cinco declarações podem servir como base conceptual para o estudo das fronteiras. Indicam também que a investigação sobre fronteiras precisa de ser um empreendimento que envolva muitas disciplinas como a geografia, sociologia, história, ciências políticas e antropologia. Existe uma necessidade clara de mais esforços interdisciplinares. As fronteiras entre

Fig. 1. A Porta do Cerco e o novo posto fronteiriço.



CIDADES E FRONTEIRAS

disciplinas têm de ser ultrapassadas para fazer avançar a investigação sobre fronteiras (Newman 2003, 2006).

Como estrutura para um estudo de várias perspectivas das circunscrições, o autor destas linhas desenvolveu um conjunto de cinco abordagens (Breitung 2002, 2007). Sugere-se a investigação da natureza e dinâmica das circunscrições como:

1. circunscrições político-administrativas
2. características físicas
3. barreiras funcionais ou filtros para interacção
4. linhas de circunscrição socioeconómica e
5. representações mentais (“fronteira na mente”).

Estes cinco aspectos (ver Fig 2, p. 16) não devem ser confundidos entre si e devem complementar-se para se alcançar uma compreensão abrangente das fronteiras em questão.

Embora este número da *Revista de Cultura* não se centralize apenas em Macau, as fronteiras desta cidade merecem muita atenção neste contexto. A história do espaço partilhado e de fronteiras indefinidas e ambíguas entre a colónia portuguesa e o seu ambiente chinês, o processo de integração ao abrigo da estrutura de “um país, dois sistemas” e a experiência diária de um dos pontos de travessia fronteiriça mais movimentados do mundo fornecem bastante material para investigação académica. O caso de Macau poderia mesmo ser visto como representante de uma tendência subjacente mais forte para que os chineses abram as suas circunscrições. Os regimes fronteiriços em mudança do maior país do mundo têm, naturalmente, um enorme impacto global, internamente e, segundo o nosso argumento, também localmente. A primeira e mais afectada região fronteiriça da China foi, e continua a ser, a Região do Delta do Rio das Pérolas. Uma maior atenção académica dedicada a esta área beneficiaria um debate prático sobre os desenvolvimentos transfronteiriços no Delta do Rio das Pérolas e o discurso académico distante, demasiado dominado pelo ocidente, no campo dos estudos fronteiriços.

Embora este número da *Revista de Cultura* seja apenas uma pequena contribuição para este objectivo, fomos no entanto capazes de juntar vários documentos notáveis sobre cidades e fronteiras. Em primeiro lugar, o artigo sobre “Borders from the perspective of good neighbourhood” por Doris Wastl-Walter fornece uma actualização em primeira mão sobre perspectivas europeias de investigação fronteiriça. A própria autora contribuiu significativamente para esta pesquisa. Neste

documento, Doris Wastl-Walter desenvolve em especial a alegação popular de que as fronteiras deverão ser ultrapassadas por cooperação. A compreensão é que a cooperação deverá ser à escala local, envolver as vidas diárias das pessoas e ser, idealmente, no sentido ascendente. Doris Wastl-Walter introduz também a perspectiva de que a integração transfronteiriça é uma questão que vai para além das circunscrições políticas e é relevante para circunscrições sócio-culturais intra-urbanas.

Trata-se de um ponto importante que é tratado com mais detalhe pela contribuição seguinte de Sheyla Schuvartz Zandonai, “Borders within the city – Retracing Macao’s identity”. Schuvartz Zandonai aplica uma perspectiva histórica e antropológica para investigar circunscrições sócio-culturais em Macau. Após um trabalho de campo intenso em Macau, Sheyla Schuvartz Zandonai combina o conhecimento local profundo com a compreensão moderna, analítica e multifacetada das circunscrições. Sheyla Schuvartz Zandonai aponta a linguagem e o pluralismo jurisdicional como forças de circunscrição e o comércio, as actividades missionárias e o casamento entre raças como factores que contribuem para encontros transfronteiriços.

O documento de Schuvartz Zandonai apresenta o caso de Macau, que é depois desenvolvido por Hendrik Tieben. Neste artigo, “From backyard to front door. The transformation of Macao’s border spaces”, o autor descreve as recentes alterações espaciais em Macau e analisa, em especial, o reposicionamento do Distrito Norte e do Porto Interior da sua situação secundária tradicional para se tornarem as portas de entrada da cidade. Hendrik Tieben retrata a respectiva transição para espaços de representação na Nova Macau e alguns conflitos e contradições relacionados.

Jonathan Solomon, tal como Tieben, um professor de arquitectura de Hong Kong, contribui com um documento algo invulgar, que se baseia principalmente em imagens para apresentar a sua primeira proposta para a ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau. Sob o título de “Charged infrastructures”, Solomon sugere, com alguma provocação, que se transforme esta ligação transfronteiriça em mais do que um canal de transporte, mas numa estrutura urbana longitudinal que contribua simbolicamente para a integração das três jurisdições envolvidas.

A mais recente contribuição de James Sidaway e Jonathan Power, com o título “Lisbon to Macao. The

CITIES AND BORDERS

occluded geographies of Portugal's discoveries", está ligada de forma menos rígida ao tema das Cidades e Fronteiras. Nela, é apresentada a ideia de ligações simbólicas entre os lugares. Enquanto Solomon concebeu a sua ponte como uma infra-estrutura carregada, Sidaway e Power baseiam-se em ligações simbólicas entre três torres em torno dos locais das exposições universais de 1998 e 1992, em Lisboa e Sevilha, respectivamente, como ponto de partida para desenvolver o tema das descobertas imperiais e a identidade portuguesa e europeia. Trata-se de um texto que se inspira no imperialismo português e europeu e nas respectivas representações. Questiona a adequação

da visão eurocêntrica incorporada no conceito da Expo '98 e as implicações para a construção da identidade nacional portuguesa.

Isto parece bastante imperioso para o autor deste texto à luz de recentes argumentos convincentes de que as viagens europeias de descoberta e a modernização consequente foram realmente inspiradas pelo conhecimento chinês do mundo naquela época (Menziés 2002, 2008). Isto levar-nos-ia de volta ao nosso ponto de referência geográfico na China e aos primeiros argumentos sobre a grande importância do regime fronteiriço em mudança deste país e da inadequação do domínio ocidental actual em estudos sobre fronteiras. **RC**

BIBLIOGRAFIA

- Breitung, Werner (2002). "Transformation of a boundary regime: the Hong Kong and Mainland China case", in *Environment and Planning A* (34), pp. 1749-1762.
- (2007). *Overcoming Borders, Living with Borders*. Macao and the integration with China. Macau: Instituto Cultural do Governo da R. A. E. de Macau.
- (2009). "Macau residents as border people. A changing border regime from a socio-cultural perspective", in *Journal of Current Chinese Affairs* 38 (1), pp. 101-127.
- Menziés, Gavin (2002). *1421: The Year China Discovered the World*. Londres: Bantam Press.
- (2008). *1434: The Year a Magnificent Chinese Fleet Sailed to Italy and Ignited the Renaissance*. Nova Iorque: William Morrow.
- Newman, David (2002). "Boundaries", in J. Agnew et al. eds., *A Companion to Political Geography*. Malden: Blackwell, pp. 123-137.
- (2003). "On borders and power: a theoretical framework", in *Journal of Borderlands Studies*, 18 (1), pp. 13-25.
- (2006). "Borders and bordering: towards an interdisciplinary dialogue", in *European Journal of Social Theory* 9 (2), pp. 171-186.
- Papademetriou, Demetrios e Deborah W. Meyers W. (eds.) (2001). *Caught in the Middle. Border Communities in an Era of Globalisation*. Washington DC: Carnegie Endowment for International Peace.
- Sidaway, James (2007). "Enclave space: a new metageography of development?", in *Area* 39 (3), pp. 331-339.
- Van Houtum, Henk e Ton van Naerssen (2002). "Bordering, ordering and othering", in *Journal of Economic and Social Geography (TESG)* 93 (2), pp. 125-136.
- Wilson, Thomas e Hastings Donnan eds. (1998). *Border Identities: Nation and State at International Frontiers*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Wissink, Bart. (2003). "The politics of spatial segmentation: Considerations for a research project". Comunicação ao 3.º Congresso Conjunto AESOP-ASCP, Lovaina.

境海南

廣州內海



Macao. Detail of *Qisheng yenhai quan yantu*
 (Panoramic Map of Seven Provinces Seaside),
 second half of 19th century.

Cities and Borders

An Introduction

Werner Breitung*



The idea for this issue of the *Review of Culture* 'Cities and Borders' originated in 2007. At that time we were preparing an International Conference on Cities and Borders with the Cultural Affairs Bureau of the Macao S.A.R. Government, the Sun Yat-sen University of Guangzhou (School of Geography and Planning) and the University of Macau (Contemporary China Research Centre). This conference was successfully held at the University of Macau on 3rd-5th August 2007. It attracted about 40 participants from 16 countries in disciplines including geography, sociology, planning and history.

Both the conference and this issue of the *Review of Culture* take Macao as a reference point to bring the political geography topic of borders down to the local, more specifically, the urban level. Macao is an excellent example because it is strongly shaped by its nature as a border city (Breitung 2007). The division between colonial and Chinese jurisdictions and cultural realms has been as formative for this place as the experience of border-crossing has been for its people (comp. Sheyla Schuvartz Zandonai's contribution to this journal issue). Many of the limitations and opportunities found in Macao are related to the existence of boundaries—most notably to the arrangement of 'one country, two systems' describing Macao's ambiguous role as an autonomous part of China.

Borders have in traditional political geography and other related disciplines mostly been investigated with their significance on the national level in mind. With this perspective, the fact has often been overlooked that borders have a very relevant local dimension as well (Wilson and Donnan 1998, Papademetriou and Meyers 2001). Borders divide nations and territories, but they also divide local space in border regions and border cities. This is especially apparent in enclaves such as Macao, Hong Kong or Singapore, and in divided cities or twin cities such as Jerusalem, Nicosia in Cyprus and El Paso/Ciudad Juárez at the US-Mexican border.

Interestingly, on this local scale the dividing effect of the border is in many cases less significant than the connecting effect. Sometimes local connections prevail even in times of political confrontation on the national level. The local-scale investigation should include both the forces of division and those of connection. In the case of Macao and Zhuhai, we can look at the border as a wall separating two different political, social and economic realms, but we can also look at it as a gate through which millions of people move back and forth every month (Fig. 1).

As to the dialectic relationship of both, it can be argued that the cross-border flows do not exist despite the border, but because of the political, social and economic differences the border helps to perpetuate. For example, the price differences between Zhuhai and Macao, which are maintained owing to the border, are a major driving force for cross-border interaction. The same is true for the different legislation on gambling

* Graduate from the Freie Universität, Berlin, Ph.D. in Geography from the University of Basel. He has taught at the University of Hong Kong and the University of Macau for many years and is now Professor of Geography at Sun Yat-sen University in Guangzhou. He has published widely on urban and border issues in the regional context of the Pearl River Delta.

CIDADES E FRONTEIRAS

and Macao's distinct culture, both being the main motors of cross-border tourism into Macao.

The local, especially urban, dimension of border research has been overlooked or at least underrated for a long time. As Doris Wastl-Walter explains in her contribution to this journal issue, this has changed recently, so that our topic is very timely. There is however another angle to the relationship between cities and borders which still deserves more attention. Not only are cities an underrated issue of border research, borders should at the same time be seen as crucial structural elements of cities.

Implicitly, urban research has referred to different sorts of boundaries, especially in the fields of urban governance, socio-cultural or socio-economic segregation and activity spaces, but mostly not with explicit reference to any broader concept of boundaries. Closest to the border discourse are administrative issues

related to the emergence of metropolitan regions and the consequential need to redefine and redraw urban administrative boundaries. If we define the concept of borders more widely, some of the above-mentioned discourses on social and cultural boundaries within the city will also become issues of Cities and Borders.

It could be argued that it does not make sense to address such diverse issues in one conference as one topic, because the functions and perceptions of national and local as well as administrative and socio-cultural borders are too heterogeneous. However, the example of Macao should remind us that this categorisation may in fact blur our understanding more than it helps it. The Macao-Zhuhai border is a border in transition, experiencing a gradual progression from national to local status. During this transitional time it is pointless to attempt any classification. The Macao-Zhuhai border is neither local nor national: it is both at the same time.

Fig. 1. The new checkpoint building at the Barrier Gate.



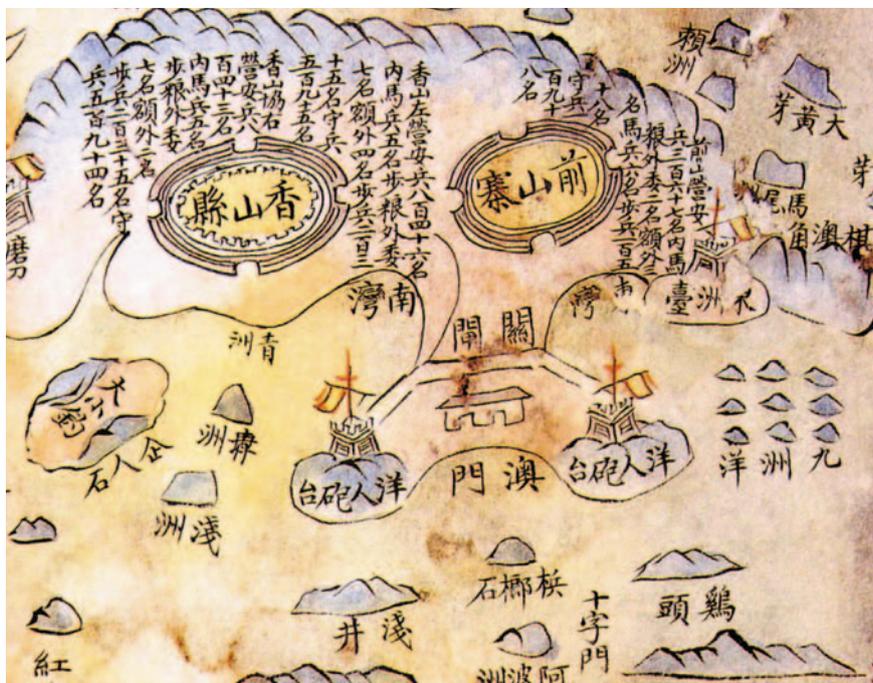
CITIES AND BORDERS

With this almost unique form of transition Macao may be seen as an exception, but we can also see it as a very astute reflection of borders in our globalising world in general. National-level boundaries are losing some of their significance, but at the same time local spatial divisions, for example for so-called gated communities, development zones or tourism resorts, are on the rise and they increasingly have an international component (Sidaway 2007, Wissink 2003). In China, the phenomenon of Special Economic Zones already exemplifies a case that such zone boundaries can merge with municipal boundaries. From the other end, the high dynamic invested in the borders of Hong Kong and Macao illustrates the possible crossover between the two seemingly distinct categories of national and municipal boundaries.

In advocating a broadened concept of boundaries we should not mistake broad for imprecise and ambiguous. A broadened concept in particular demands some thorough elaboration on our exact understanding of borders or boundaries—terms which are here used almost interchangeably. Borders and boundaries are understood as dividing lines in space. We explicitly exclude non-spatial borders such as class-boundaries or language barriers, unless they become geographically manifest, e.g. through residential segregation or selective usage of space.

The existence, location and significance of borders are the outcomes of social processes of bounding or border-drawing (van Houtum and van Naerssen 2002). Newman (2002, 2003) has recommended that border researchers focus their attention on these processes rather than on the resultant physical lines and barriers. It is important to understand borders as socially constructed. As such, they are always an expression of political, socio-economic and cultural circumstances.

The process-based view on borders at the same time also points us to a second important fact—borders



Macao in *Guangdong shui shi yinguanbing zhufangtu* (Military map of Guangdong navy bases), late Qing Dynasty.

are dynamic. Border lines and border regimes change according to the changes in the political, socio-economic and cultural circumstances. Their location and especially their nature, openness and impacts are constantly renegotiated. This is particularly apparent in the case of Macao, which for a long time did not have a mutually agreed border regime and now relies on a constitution with a 50-years 'expiry date' (Breitung 2007, 2009). After all, the SAR status is designed as a temporary one with the purpose of facilitating integration.

Within this process, it becomes obvious that borders have functions. They protect, ensure control, allocate power, facilitate administration and foster identities. The question in this context is which particular function they fulfil for the governments and for the people on both sides and how the particular border regime reflects the often diverse set of the different participants' aspirations.

From a more anthropological point of view, these aspirations are part of the cognitive representation of borders. Borders have an impact on peoples' identities and daily lives. They are invested with meaning to those people and emotionally related to feelings of safety and 'home' on the one hand and to unwelcome feelings of enclosedness and exclusion on the other.

CIDADES E FRONTEIRAS

The above deliberations can be summarised in five statements:

- Borders are geographical
- Borders are socially constructed
- Borders are dynamic
- Borders have functions
- Borders have meanings

These five statements can serve as the conceptual basis for the study of borders. They also indicate that border research needs to be an undertaking involving many disciplines such as geography, sociology, history, political science and anthropology. There is clearly the need for more interdisciplinary efforts. The borders between disciplines have to be overcome in order to advance border research (Newman 2003, 2006).

As a framework for a multi-perspective study of boundaries, the author of these lines has developed a set of five approaches (Breitung 2002, 2007). It is suggested to investigate the nature and dynamics of boundaries as:

- (1) political-administrative boundaries
- (2) physical features
- (3) functional barriers or filters to interaction
- (4) socio-economic dividing lines and
- (5) mental representations ('border in the mind')

These five aspects (Fig. 2) should not be confused with each other. Much rather they should complement each other in order to achieve a comprehensive understanding of the borders in question. While this issue of the *Review of Culture* does not focus solely on Macao, the city's borders deserve considerable attention in this context. The history of shared space and undefined, ambiguous borders between the Portuguese settlement and its Chinese environment, the integration process under the framework of 'one country, two systems' and the daily experience of one of the world's busiest border-crossing points provide ample material for academic enquiry. The case of Macao could even be seen as representing the stronger underlying trend of the Chinese opening-up of their boundaries. The changing border regimes of the biggest country in the world naturally have tremendous impacts globally, domestically and for our argument also locally. The earliest and most affected border region of China was and is the Pearl River Delta Region. Increasing academic attention to this area would benefit both the practical debate about cross-border developments in the Pearl-River Delta and the far too western-dominated academic discourse in the field of border studies.

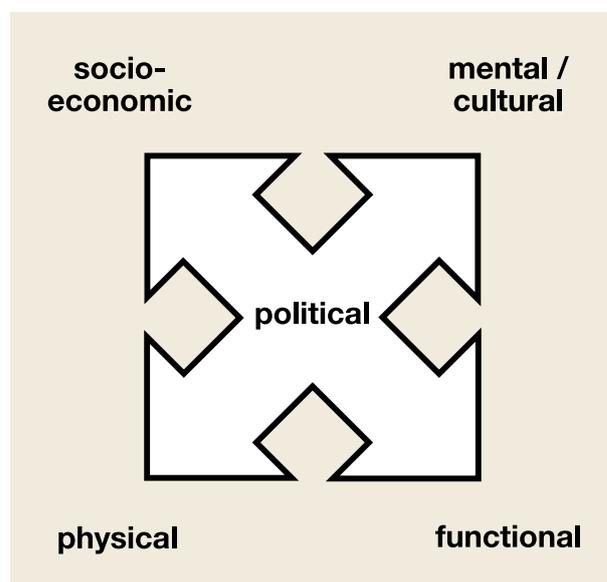


Fig. 2. Framework of five perspectives to border research (Breitung 2002, 2007).

This issue of the *Review of Culture* can only make a small contribution to this aim, but we have been able to put together several remarkable papers about cities and borders. Firstly, the article on 'Borders from the perspective of good neighbourhood' by Doris Wastl-Walter provides a first-hand update on border research perspectives from Europe. The author has contributed significantly to this research herself. In this paper she especially elaborates on the popular claim that borders should be overcome by co-operation. The understanding is that co-operation should be local in scale, involve the peoples' everyday lives and be ideally bottom-up. She also introduces the view that cross-border integration is an issue reaching beyond political boundaries and being relevant for inner-urban socio-cultural boundaries.

This is an important point, which is taken up in more detail by the following contribution: 'Borders within the city: Retracing Macao's identity' by Sheyla Schuvartz Zandonai. Schuvartz Zandonai applies a historical and anthropological perspective to investigate socio-cultural boundaries within Macao. Having done extensive fieldwork in Macao she combines profound local knowledge with a modern, analytic and multi-faceted understanding of boundaries. She points to language and jural pluralism as dividing forces and to trade, missionary activities and intermarriage as factors contributing to cross-border encounters.

CITIES AND BORDERS

Schuvartz Zandonai's paper introduces the case of Macao, which is then further developed by Hendrik Tieben. In his article 'From backyard to front door. The transformation of Macao's border spaces' the author describes the recent spatial changes in Macao and analyses especially the repositioning of the Northern District and the Inner Harbour from their traditional backyard situation to become the entry gates to the city. He portrays their transition into spaces of representation in the New Macao together with some related conflicts and contradictions.

Jonathan Solomon, like Tieben a professor of architecture in Hong Kong, contributes a somewhat unusual piece, which relies mostly on images to introduce his earlier proposal for the Hong Kong-Zhuhai-Macao Bridge. Under the title of 'Charged infrastructures' he provocatively suggests to turn this cross-border link into more than a transport channel but into a longitudinal urban structure symbolically contributing to the integration of the three involved jurisdictions.

The last contribution by James Sidaway and Jonathan Power, titled 'Lisbon to Macao: The occluded geographies of Portugal's discoveries', is more loosely

connected to the theme of Cities and Borders. It takes up the idea of symbolic linkages between places. Where Solomon conceived of his bridge as a charged infrastructure, Sidaway and Power take symbolic links between three towers around the sites of the 1998 and 1992 Expos in Lisbon and Seville as a starting point to elaborate on the theme of imperial discoveries and Portuguese as well as European identity. Theirs is an inspirational essay on Portuguese and European imperialism and their representations. It questions the appropriateness of the Eurocentric view embodied in the concept of the 1998 Expo and the implications to the construction of Portuguese national identity.

This seems very compelling to the author of this introduction in the light of recent convincing arguments that the European voyages of discovery and the ensuing modernisation were actually inspired by the Chinese knowledge of the world at that time (Menziés 2002, 2008). This would bring us back to our geographic reference point in China and the earlier arguments about the great importance of this country's changing border regime and the inappropriateness of the current western dominance in border studies. **RC**

BIBLIOGRAPHY

- Breitung, Werner (2002). 'Transformation of a boundary regime: the Hong Kong and Mainland China case.' *Environment and Planning A* (34), pp. 1749-62.
- (2007). *Overcoming Borders, Living with Borders*. Macao and the integration with China. Macao: Instituto Cultural do Governo da R. A. E. de Macau.
- (2009). 'Macau residents as border people. A changing border regime from a socio-cultural perspective.' *Journal of Current Chinese Affairs* 38 (1), pp. 101-27.
- Menziés, Gavin (2002). *1421: The Year China Discovered the World*. London: Bantam Press.
- (2008). *1434: The Year a Magnificent Chinese Fleet Sailed to Italy and Ignited the Renaissance*. New York: William Morrow.
- Newman, David (2002). 'Boundaries.' In *A Companion to Political Geography*, edited by J. Agnew *et al.* Malden: Blackwell, pp. 123-37.
- (2003). 'On borders and power: a theoretical framework.' *Journal of Borderlands Studies*, 18 (1), pp. 13-25.
- (2006). 'Borders and bordering: towards an interdisciplinary dialogue.' *European Journal of Social Theory* 9 (2), pp. 171-86.
- Papademetriou, Demetrios e Deborah W. Meyers W. (eds.) (2001). *Caught in the Middle. Border Communities in an Era of Globalisation*. Washington DC: Carnegie Endowment for International Peace.
- Sidaway, James (2007). 'Enclave space: a new metageography of development?' *Area* 39 (3), pp. 331-9.
- Van Houtum, Henk e Ton van Naerssen (2002). 'Bordering, ordering and othering.' *Journal of Economic and Social Geography (TESG)* 93 (2), pp. 125-36.
- Wilson, Thomas e Hastings Donnan eds. (1998). *Border Identities: Nation and State at International Frontiers*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Wissink, Bart. (2003). 'The politics of spatial segmentation – Considerations for a research project'. Paper prepared for the third AESOP-ASCP joint congress in Leuven.

Borders from the Perspective of Good Neighbourhood

Doris Wastl-Walter*

Over the course of history, the functions and roles of borders have continuously changed. Borders have been actively contested and negotiated for centuries; they are shaped by history, politics, and power as well as cultural and social changes. Borders are not static or invariable but should be understood as highly dynamic.

During the late 19th and early 20th centuries, a period shaped by imperialism and the First and Second World Wars, the first generation of border scholars was motivated primarily to delimit, demarcate, allocate, and categorize state borders. Borders were categorized according to their morphology, natural features, origin, and history. The historical circumstances surrounding their allocation and delimitation were also examined. The knowledge gained from these studies was mainly used to relocate post-war state borders in Europe as well as to demarcate colonial possessions in Africa and Asia.

In the 1960s, borders were still mainly equated with the territorial limits of states and border scholars continued to focus on the physical aspect of borders, that is, on the material lines which represented these borders. These lines were seen as lines of (natural) differentiation, containing (natural) entities. However, in the 1970s border scholars discarded the widespread

conceptualisation of borders at that time as being a given, natural phenomenon and began to understand that borders were always 'artificial,' anthropogenous constructs. This shift can be understood in the context of the politicisation of 'natural' or 'organic' characteristics of borders influenced by Friedrich Ratzel, for example, during the first half of the 20th century. Since the 1980s, borders have been studied as to their influence on the perceptions, relations and (inter)actions of groups living in borderlands and their effects on the evolution of territorial identities (Newman 2006, Paasi 2005). The past twenty years have witnessed an exponential growth of border studies, predominantly in Europe and North America (Newman 2007). This period is characterised by two major shifts which are influencing the field to a major extent. The first occurred with the fall of the 'Iron Curtain' and the second after 11 September 2001. The quite surprising fall of the 'Iron Curtain' was celebrated as a rupture in what was perceived as an eternal global division, with the expectation of a bright globalised 'borderless' future. With the terrorist attack in 2001, the period of opening borders in some parts of the world changed completely and the free flow of goods and people was again hindered. This perspective, however, depends greatly on which part of the world we are talking about. What appears true for most of the western world looks very different in the African or Asian context.

The questions remain as to whether and why we need borders and how we can live with them, using them productively and managing them for the sake of well-being of populations and for peaceful good neighbourhoods. The paradigms in border studies

* Professor of Geography at the University of Bern in Switzerland. Her research interests are social and political geography, gender and border studies. She has published widely on these issues and serves as series editor of two related book series.

Professora de Geografia na Universidade de Berna, Suíça. As suas investigações centram-se em questões de geografia social e política, género e fronteiras, tendo já vasta obra publicada e é editora de duas séries de livros nesta área.

have diversified and moved from a predominantly morphological and functional approach to a wide range of interdisciplinary studies, from economics and international relations to sociology, anthropology, and geography.

SHIFTING CONCEPTS OF BORDERS

Today we realise that borders are artificial, shifting as a result of political struggles, often in the form of wars and negotiations. In addition, borders can be paradoxical: they can be simultaneously physical and mental, stable and transient, heavily secured and open; they may exclude and include, liberate and entrap, divide and unite. Borders are indeed Janus-faced. Although borders do have a material morphology, it is crucial for us to understand as well how borders are interpreted by political actors, who change frequently, and those who construct, reconstruct, and transform borders by their everyday practices.

In the Prologue to their book *B/ordering Space*, Henk van Houtum, Olivier Kramsch and Wolfgang Zierhofer argue first that ‘a territorial b/order is a normative idea, a belief in the existence and continuity of a territorial binding and differentiated power that only becomes concrete, objectified and real in our everyday social practices.’ (2005: 3) and later, that ‘(b)oundaries must be understood as important constitutive elements of practice and narratives by which social groups and their identities are constructed and governed.’ (2005: 5) In other words, if we want to understand the functioning and impact of borders, we need to go to the local level, study the operation, meaning and interpretation of the border in its local context (which means in many cases inner-urban borders) and see how the population deals with it, perpetuating it or changing the quality of the border in their narratives and everyday practices.

GOING BEYOND POLITICAL BORDERS: BORDERS IN CITIES

Borders confine territories, whether they are political or social entities. The idea of social segregation is not new, but the interest of border scholars in comparing the operation and management of the mental aspect of political boundaries with the more or less invisible boundaries in cities is quite recent.

A particularly interesting case of ‘neighbourhood’ arises in border cities (or twin cities, constructed at both sides of borders) or cities at borders or, for more special cases, cities divided by borders. Here we find physical, national, and political border manifestations, but also the informal, cultural and social borders of cities.

Related to the above-mentioned paradigm-shift, an ongoing project, financed by the European Union and entitled SeFoNe (Searching for Neighbours) explores and compares models of ‘translocal’ neighbourhoods, focusing on emerging discourses and good practices along material political borders in and at the margins of the new EU. The project rests on the assumption that it is impossible to understand the processes which create obstacles to and opportunities for good neighbourhood across state borders if the obstacles created by mental and symbolic divisions are not understood and challenged wherever they occur. (www.sefone.soton.ac.uk).

To ensure an empirical foundation for knowledge-based future political measures, the aim is to explore the dynamics of socio-cultural and physical borders of the newly enlarged European Union, as experienced by people of culturally diverse backgrounds and with a view to strengthening people’s competence for cultural understanding and exchange. The core objectives of this new approach are:

- To understand the interdependency of ‘physical’ and ‘mental’ borders in the creation and obstruction of good neighbourhoods;
- To understand the ways in which ‘neighbourhood’ is experienced by diverse groups of people in Europe, and to compare what motivates them in different contexts;
- To compare visions of and obstacles to good-neighbourhood building by exploring people’s self-perception, in-grouping and out-grouping in various contexts;
- To identify—and evaluate through expert interviews—existing policies and official/civil society activities for good-neighbourhood building;
- To compare the success of self-determined, ‘bottom-up’ activities with responses to ‘top-down’ measures;
- To strengthen or put into practice innovative, sustainable initiatives for good neighbourhoods.

CIDADES E FRONTEIRAS

The research project takes its initiative from the fact that current models of Europe as well as citizens' experiences of Europe can no longer be limited to the logic of the nation-state and its external borders. While the external borders of nation-states comprise still-significant institutions by which the politics of inclusion and exclusion are regulated, on the local level, for example, in cities, other logics prevail. These alternative logics advocate that integration be based on local forms of co-operation that lie beyond the (often divisive) logic of the nation-state. Local cross-border relations and neighbourhood activities, along with forms of integration that arise from them, are not merely confined to the territories adjacent to state borders but spread across regional and national space. Thus, for many of Europe's citizens, the question of local (dis)integration has become related to the effects of movement and mobility in their everyday lives at the level of local communities or cities.

CRITICAL REFLECTIONS ON CROSS-BORDER COOPERATION AND THE BUILDING OF GOOD NEIGHBOURHOOD IN BORDER CITIES

Referring to border cities as 'neighbouring cities' and 'cross-border cities' seems more appropriate than the more common appellation 'twin cities' or 'sister cities.' These cities can also be considered 'border-crossing cities' when people cross the border and interact with each other, when cultural events are jointly organized, and when joint strategies or plans are developed to rearrange the physical or built-up landscape and institutional frameworks (see Sikos and Tiner, 2008). This means that two cities at a border are integrating, the city spaces are overlapping each other, and the inhabitants constitute a single community.

Ehlers has distinguished between spatial, institutional, economic, social and cultural integration (2001, 26f). The forces behind such integration are political decisions, although even greater forces for integration are individual daily routines, mobility and general economic activity, each of which follows its own logic but has spatial side effects. All these activities are related to concepts of the self and the other, as well as representations and imaginations of the space as shared or separated. It is of great research interest and political relevance to discover how inhabitants imagine their

cities, what they envision when it comes to depicting the future of their cities and their integration into a regional context, and where the border plays and will play a determining role. Houtum and Ernste (2001: 102) understand the challenges for border cities as a 'matter of rereading, revisualising and rewriting space. Intertwining. Intertextualisation. Unwinding. Reimagination. Idealisation. Utopianisation.' This leaves us with the question of to what extent inhabitants are prepared and willing to become part of a project of constructing a border-crossing city (Kofler 2005a). And with that we need to consider Buursink (2001: 17) who affirms that the linking up of people and integration 'is not merely to be deduced from spatial adjacency, it is far more a matter of social relations and mental proximity.'

The following arguments are based on the empirical evidence of four case studies of border cities (or villages) on the German-Polish border (Frankfurt an der Oder in Germany and Ślubice on the Polish side); the German-Swiss border (Constance in Germany and Kreuzlingen on the Swiss shore of the Lake of Constance); the Austro-Hungarian border (Moschendorf in Austria and Pinkamindszent on the other side of the former Iron Curtain), and the U.S.-Mexican border at Ambos Nogales (Nogales, Sonora, in Mexico and Nogales, Arizona, in the U.S.) (Kofler 2005a; Wastl-Walter, Varadi and Kocsis 1993; Wastl-Walter and Varadi 1997; Wastl-Walter and Kofler 1999a and b; Wastl-Walter and Varadi 2004; Wastl-Walter, Veider and Varadi 2003; Wastl-Walter, Varadi and Veider 2002). In all contexts, along with the distinctions between two different national contexts (different norms, values, and traditions), people reproduced a 'here' and 'there': two nation states and a border, usually experienced physically, separating two systems. However, in their everyday geography-making (Kofler 2002; see also Hansen 2006 for the U.S.-Mexican context and Breitung 2001 and 2007 for China and the SARs) people also produce cross-border social spaces. Social spaces are relational and only exist as a result of interaction. Social spaces can be rather abstract, unbounded and without spatial references—depending instead only on the activities of people—or very concrete. At places such as kindergartens, schools and universities that are jointly attended by children and young people from both sides of the border, integration is, in a nutshell, lived. These are places

CITIES AND BORDERS

where people meet, learn each other's languages and learn to interact with each other. Both in Frankfurt and Słubice (at the University of Viadrina), and in Constance, a university exists that has the potential to function as a space of integration. The University of Viadrina is labelled bilingual, having a facility on each side of the border. Students experience a 'border-crossing learning experience,' and, at least for those attending the university, it is a place of interaction. The University of Konstanz has not yet become that much of a magnet for students from Switzerland; however, those who attended the university on the German side of the border stated that they had always felt comfortable crossing the border, had easily made contacts and had maintained them up to today (Kofler 2005a).

Borders can be paradoxical: they can be simultaneously physical and mental, stable and transient, heavily secured and open; they may exclude and include, liberate and entrap, divide and unite.

In all settings, artists in particular have taken up the responsibility of making the border a place of interaction, thereby producing a variety of social spaces and building up a good neighborhood. They foster different imaginations of city space; they invite people to participate in their exhibitions and artistic activities. Even when their work provokes criticism and opposition, they are generally respected as key actors in cross-border cooperation and building up a good neighbourhood. They prove social competence and system know-how as they have learned to work within different settings and thus within different systems of norms, traditions and expectations (Kofler 2005b). Building up a good neighbourhood also means building up communities. In Constance and Kreuzlingen members of political parties promote communities by organizing joint protests. Members of the green parties discuss issues such as pollution that affect both

sides. In doing so, they understand the two cities as a single integrated space facing the same problem, and therefore requiring a common solution—even when in practice this is rather complicated because each side of the border has different standards and regulations. However, people in the selected border contexts were most critical about the lack of a unified information culture. A cross-border public space with broadcast programs and newspapers is still missing. If they exist, internet platforms and city maps communicated a border space that had, at the worst, mere blankness on the other side. Many people stated that a cross-border representation of city space was a minimum precondition for building up a joint mindset and, ultimately, a good neighbourhood (Kofler 2005a).

FROM CROSS-BORDER COOPERATION TO A FUTURE GOOD NEIGHBORHOOD

The concept of 'cross-border cooperation' includes a lot: working together, carrying out joint projects, exchanging information, helping and sharing. The different people involved may understand and carry out cross-border cooperation very differently. In the beginning—and even after years of cooperation—people may misunderstand each other or be unable to overcome differences in values, customs, and beliefs. For those facilitating or engaging in cross-border cooperation, understanding the other side and those who live there is fundamental. This entails not only learning the language, but also the meaning of it (Charon 1998: 63). In Ambos Nogales, people on different sides of the border understand 'development' differently. Whereas 'development' for people in Nogales, Sonora, means investment in technical infrastructure such as roads and wastewater treatment plants, people in Nogales, Arizona, speak of it in a much more integrated sense as moving the city forward in many different respects. For people in Słubice, joint activities are very important in all aspects of social life, whereas for people in Frankfurt only concrete, solution-oriented interactions are a priority, and there is no time for or interest in doing anything more than that which is necessary for business. Different mindsets, simple misunderstandings in interactions, and fear of competitive disadvantage on both a personal and institutional level influence cross-border cooperation. Thus, in order to achieve

CIDADES E FRONTEIRAS

a shared symbolic space and meaning, qualified people—preferably bicultural people—should mediate the different sequences of interactions (Kofler 2005a). Vila (2000, 15ff: 21) stresses that there is a need for border knowledge, for knowledge about ‘structural conditions’ and ‘classificatory systems’ (Vila 2000, 15ff: 21). These interlocutors face the challenge of transmitting meanings and understandings across the border—of understanding personally, and translating between, two different cultures. In Ambos Nogales people stressed the need for friendly interaction, that is, for a specific tone of behaviour underlying all interactions to guarantee that people meet each other as equal partners (Kofler 2005a).

The argument here is for accompanied cross-border cooperation, for mediation and support on the personal level of interactions. There are many scholars and politicians who understand cross-border cooperation as a tool for improving people’s quality of life predominantly by making investments in technical infrastructure. I am not saying that there is no need for this kind of investment, or that these are not good reasons for people to cooperate with each other. However, in Europe we have learned that, for instance, the building of bridges and highways did not bring about sustainable cooperation. Gaps between people exist in the mind, and reducing physical distance does not automatically close these mental gaps. At the Austro-Hungarian border, Wastl-Walter, Varadi and Veider (2002) observed that the lack of collective memory and a shared past means the loss of narratives. Narratives that are interrelated

result in better knowledge of the other side, a better understanding of those from the other side, and, at best, in a kind of identification between people on both sides. At the Austro-Hungarian border, where people once lived together and shared the same history, the lack of interrelated narratives and common histories caused invisible borders and resulted in the demarcation of separate territories and social spaces.

CONCLUSIONS

This paper started with a look at paradigm shifts and the popular claim that borders should be overcome by cooperation. After examining an abundance of empirical evidence, it concludes with the argument that it is time for a new paradigm that draws on daily practices and narratives of constructing neighbourhoods at the local level, because it is there that people produce, reproduce and transform borders in the process of living with borders. Cooperation aimed at building up ‘good neighbourhood’ should therefore be local in scale; it should involve people’s everyday lives, and ideally should be bottom-up. This is the case not only for political boundaries, but also and especially for inner-city sociocultural boundaries. Borders, border functions, border landscapes, and border practices, on all scales and in all dimensions (political, economic, social, and cultural), will not disappear in the near future. But by investigating examples of best practice, we can find ways to overcome borders as barriers, both political and mental, and to develop good neighbourhoods. **RC**

BIBLIOGRAPHY

- Breitung, Werner (2001). ‘Hongkong und der Integrationsprozess. Räumliche Strukturen und planerische Konzepte.’ *Basler Beiträge zur Geographie* 48.
- (2007). *Overcoming Borders, Living with Borders. Macao and the Integration with China*. Macao: Instituto Cultural do Governo da R.A.E. de Macau.
- Buursink, Jan (2001). ‘The binational reality of border-crossing cities.’ *GeoJournal* 54 (1), pp. 7- 19.
- Charon, Joel M. (1998). *Symbolic Interactionism. An Introduction, an Interpretation, an Integration*. Upper Saddle River, New Jersey: Prentice Hall.
- Ehlers, Nicole (2001). ‘The utopia of the binational city.’ *GeoJournal* 54 (1), pp. 21-32.
- Hansen, Ellen R. (2006). ‘Women’s Daily Mobility at the U.S.-Mexico Border.’ In *Women and Change at the U.S.-Mexico Border: Mobility, Labor, and Activism*, edited by D. J. Mattingly and E. R. Hansen, pp. 36-52. Tucson: The University of Arizona Press.
- Kofler, Andrea Ch. (2002). ‘“Einmal Grenze hin und zurück”... Exkursionsnotizen zur US-Mexikanischen Grenze. Ein Beitrag zur Grenzraumforschung.’ *Geographischer Jahresbericht aus Österreich*, pp. 29-39.
- (2005a). ‘Let’s talk about the other side. Bordering Processes in Border Cities and their Consequences for cross-border cooperation. Narratives of key political actors.’ Ph.D. Bern: University of Bern.

CITIES AND BORDERS

- (2005b). 'Objecting Political Realities in Border Cities. Art and the Appropriation of City Space.' In *Rights to the City*, edited by D. Wastl-Walter, L. Staehli and L. Dowler, pp. 207-17. Rome: Società Geografica Italiana.
- Massey, Doreen B., Allen, John and Sarr, Phil (eds.) (1999). *Human Geography Today*. Cambridge: Polity Pres.
- Newman, David (2006). 'The lines that continue to separate us: borders in our "borderless" world.' *Progress in Human Geography* 30 (2), pp. 143-61.
- (2007). 'Talking Borders: A Review of the Ashgate Series on Border=Regions.' *Journal of Borderland Studies* 22 (1), pp. 117-21.
- Paasi, Anssi (2005). 'Generations and the Development of Border Studies.' *Geopolitics* 10 (4), pp. 663-71.
- Sikos Tamás T. and Tibor Tiner (eds.) (2008). *One Town – Two Countries: Komárom-Komárno*. Komárom: Research Institute of J. Selye University.
- Valentine, Gill (2001). *Social Geographies*. Harlow: Prentice Hall.
- Van Houtum, Henk and Ernste, Huib (2001). 'Re-imagining spaces of (in)difference: Contextualising and reflecting on the intertwining of cities across borders.' *GeoJournal* 54 (1), pp. 101-5.
- Kramsch, Olivier and Zierhofer, Wolfgang (eds.) (2005). *Bordering Space*. Aldershot: Ashgate.
- Vila, Pablo (2000). *Crossing Borders, Reinforcing Borders: Social Categories, Metaphors, and Narrative Identities on the U.S.-Mexico Frontier*. Austin: University of Texas Press.
- Wastl-Walter, Doris and Kofler, Andrea Ch. (1999a). 'Dynamics of local cross-border activities between Carinthia (Austria) and Slovenia.' In *Curtains of Iron and Gold. Reconstructing Borders and Scales of Interaction*, edited by H. Eskelinen, I. Liikanen, and J. Oksa, pp. 213-29. Aldershot: Ashgate.
- (1999b). 'The dynamics of the Economic Transborder Cooperation between Austria/Carinthia and Slovenia.' *Journal of Borderland Studies* 14 (2), pp. 23-46.
- and Varadi, Monika (1997). 'The divergent development of two villages in the Austro-Hungarian border region.' *Revista Estudios Fronterizos, Instituto de Investigaciones Sociales de la UABC, Mexicali* 34, pp. 167-93.
- (2004). 'Ruptures in the Austro-Hungarian Border Region.' In *Challenged Borderlands: Transcending Political and Cultural Boundaries*, edited by V.K. Pavlakovich, B. Morehouse and D. Wastl-Walter. Aldershot: Ashgate, pp. 175-92.
- and Kocsis, Károly (1993). 'Leben im Dorf an der Grenze.' In *Bruchlinie Eiserner Vorhang edited by Seger, M. and P. Beluszky*, pp. 225-64. Wien-Köln-Graz: Verlag Böhlau.
- and Veider, Friedrich (2002). 'Bordering silence. Border narratives from the Austro-Hungarian border.' In *Borders Identity Discourses on East-West Borders in Europe*, edited by U. Meinhof. Aldershot: Ashgate, pp. 75-93.
- (2003). 'Coping with Marginality: To stay or to go.' *Journal of Ethnic and Migration Studies* 29 (5), pp. 797-817.

The Barrier Gate in 1910.





Borders within the City Retracing Macao's Identity

Sheyla Schuvartz Zandonai*



SPEAKING OF BORDERS

Following the results of one year of ethnographic work in Macao, once a Portuguese outpost and possession within China, this essay reflects on the dynamics of social exchange and interaction that have informed the city's identity in the long term through the construction and negotiation of borders. Emphasising a macro level approach, the analysis of social phenomena in Macao through specific historical events related to the city's physical and political-administrative borders proved to be a valuable exercise, since it also allowed us to shed some light on the way imaginary and cultural boundaries have informed the nature of inter-ethnic and intercultural encounters in Macao.

Motivated and shaped by historical processes, the construction of borders came to be structurally embedded in the making of the city through time, in such a way that it still resonates in the social reality of today's Macao. As people retain a sense of the past and a heritage that informs their identities, we further acknowledge that places, as social and historically constructed spaces (Gupta and Ferguson 2002) might also be ascribed the attributes of identity. Relying on a historicized view of social processes, aimed at understanding the anthropological production of space in Macao, we will therefore discuss the role

that different types of borders have played in the construction of this place, allowing us to focus on a few traits of its identity.

While distinct ideas could ascribe a sense of continuity and history when conferring an identity to a place—as in the case of Macao, the presence of the Portuguese for almost 450 years—speaking of borders appears to be one meaningful way of understanding how identity processes operate, as they bring to mind key elements of identification and identity construction through the acknowledgment of existing differences, opposites and others (Newman and Paasi 1998; Torpey 2000). Therefore, we understand the notion of borders beyond its physical and administrative implications, also to include cultural and imaginary boundaries, since these reveal the very elements within which identities work (Newman and Paasi 1998).

Cultural borders within a place translate into cultural and ethnic diversity, in which the existing heterogeneity can be maintained and asserted as an inherent, specific trait of this place's identity (Friedman 1997). As Hall (2003) has pointed out, the modern world has witnessed three major processes that can be held accountable for the production of multicultural societies: the end of the old European imperial system and the following struggles for decolonisation and national independence; the end of the Cold War, of which the outcomes were similar to those subsequent to the rupture of the imperial systems but within a more regionalized range; and, finally, globalisation. However, while disregarding the genesis of the European imperial system, Hall does not assign due importance to the

* M. A. in Social Anthropology from the École des Hautes Études en Sciences Sociales in Paris, where she is presently a Ph.D. candidate.

Mestrado em Antropologia Social pela École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, onde actualmente prepara o seu doutoramento.

CIDADES E FRONTEIRAS

processes that have accounted for the production of multicultural societies since the European Maritime Expansion launched by Portugal and Spain in the 16th century, and later followed by Dutch, British, and French enterprises. As a product of both the Portuguese imperial system and long-term global processes, where globalisation stands as but one stage of historical processes (Friedman and Ekholm 2002), Macao has dealt with the dynamics of inter-ethnic and intercultural encounters from its very beginnings in the 16th century, allowing us to understand it as a multicultural society. While understanding the role that cultural borders play amid those ethnic and cultural others who are brought together in the same space allows us to seize the interrelation among them in the production of difference, we are able to examine the ways in which the resulting diversity directly affects the construction of place. Wherever the nature of social coexistence implies cultural diversity, the outcomes of interaction matter in that they account for the views, lived existences and experiences and ways of living of those who, by providing sense and meaning, are involved in the making of a place (Friedman and Ekholm 2002).

Thus, when it comes to the way social construction of space has occurred in Macao's multicultural society, there is at least one significant phenomenon observed that we intend to examine, which suggests that an organic relation has bound together political-administrative borders and cultural borders.¹ That is, whenever administrative or even physical borders have come into place in Macao, they have happened to coexist with cultural ones, which seem in turn to have persisted when the former were later extinguished. In order to understand the effects of this relation on the construction of Macao's social space in the long term, it seems crucial to first introduce these physical and political-administrative borders we are referring to, which point to two critical moments of Macao's history.

The first of these moments dates back to the somewhat polemic and long-discussed establishment of the city as a Portuguese outpost in the south of China, when the Europeans settled definitively in the peninsula in 1557 (Montalto de Jesus 1926; Boxer 1948; Sena 1996; Alves 1996; Costa 1996; Wu 1999). This was a major event, the consequences of which fostered the enclosure of the peninsula from the continent

by a border that defined the limits of the Portuguese presence in a place that, once named Haojing, came to be known as Macao (Porter 2000; Wu 2002; Barreto 2005). The second moment emerges when, in the 17th century, surrounding walls were raised within the city, creating an inner border that was to keep the Portuguese and Chinese incipient social and political institutions apart until the 19th century. The existence of walls signals a critical aspect of the city's long-term structural organization that tends to be disregarded or given little attention in social and anthropological reviews about Macao that draw on historical issues and processes. Whether these geographical borders have led to the creation of cultural borders or if they simply overlapped with already existing borders of a cultural nature, is therefore an issue that we intend to examine in the paragraphs that follow, in order to elucidate the organic relation suggested earlier.

THE GATED BORDER

Although it is not our intention, nor is it the aim of this essay, to analyse the stakes involved in the establishment of the Portuguese in Macao or the conditions implied in the city's development as an important trade port in the south of China, a succinct introduction to what has long interested Portuguese and Chinese scholars (Sena 1996; Wu 1999) would seem mandatory in order to situate our discussion. We believe that the scrutiny of border-related issues will in due course explain a few other historical aspects that are important to the understanding of the questions raised. At this point, we will briefly introduce the state of affairs that made it possible for the first Europeans to settle permanently in China.

While 1557 is recognised as the year of the Portuguese establishment in Macao, it is also agreed that they had approached and explored the region much earlier, from around 1513 onwards (Costa 1996; Wu 1999, 2002). Prior to Macao, the Portuguese had been to places such as Langbai'ao (Lampacau), Shangchuan and Ningbo (Liampo), despite being repeatedly chased away by the Chinese authorities (Montalto de Jesus 1926; Wu 1999). Their permanent settlement thus occurred as a result of a series of advancing attempts that ranged from private initiative to diplomatic negotiation, eventually driven by a few unsuccessful military manoeuvres (Montalto de Jesus 1926; Souza 1986;

CITIES AND BORDERS

Costa 1996; Wu 1999; Sena 1999). Meanwhile, under the rule of a weakened Ming dynasty (1368-1644), China encountered serious threats from its neighbours in the North and the West, burdening the Empire with significant defence concerns. While simultaneously experiencing economic decline and social instability, the arrival of the Portuguese on its shores troubled the Chinese authorities, but not enough to provoke a definitive military response (Wu 1999, 2002).

On the one hand, the Chinese reaction (or lack of it) has been partially explained by the fact that the Portuguese threat to the security of the Empire was perceived as limited (Souza 1986; Ptak 1991; Costa 1996). Although the Portuguese were well armed and assisted by the force of men from other strategic outposts in Asia, they were far outnumbered by the Chinese (Ptak 1991; Costa 1996; Wu 1999). On the other hand, Chinese offensive moves aiming at the expulsion of the foreigners—called the *Folangji* by the Chinese authorities—would have been too costly and politically exhausting. In addition, the Portuguese were, after all, important traders (Wu 1999, 2002). Having sailed their way to China and having established permanent points of commerce (*feitorias*) in Goa, Malacca, and Nagasaki, the Portuguese also regularly visited important trade cities in Asia: Ayuthia, Pegu, and the mercantile centres on the coast of Java (Ptak 1991; Flores 2005). For the Chinese, whose long trading tradition had encountered prominent agents both in the public and private spheres (Ptak 1991), the Portuguese *savoir-faire* proved rather beneficial on different fronts, namely for the financing of the Guangdong army, the increase of regional trade profits and the expulsion of pirates who had long been harassing the South China Sea coast (Montalto de Jesus 1926; Souza 1986; Wu 1999, 2002; Porter 2000).² While facing wars along its external borders and insurgencies throughout the country, the Celestial Empire had not encountered in the Portuguese its largest problem (Wu 1999, 2002).

Although a few other factors could lend themselves to explaining the Portuguese achievements in Macao, this would require a more detailed historical scrutiny, which would go beyond the scope of this essay. In any case, we believe that a careful analysis of the local processes and dynamics involved in the foundation of Macao should allow thoughtful consideration of the international conjuncture implied by the expansion of European maritime trade and imperial systems and the

evolution of China's foreign politics and trade-related policies at the time.

Nevertheless, we might first recall that from the moment the Portuguese were allowed to settle in Macao, on the condition of paying taxes and a ground rent of 500 taels per year (Montalto de Jesus 1926; Wu 1999, 2002; Porter 2000; Pina-Cabral 2002),³ a geographical border carrying strong political meanings was set, isolating the peninsula from the continent for the centuries to come. This earlier, rather informal border had its authoritative nature officially asserted in 1574 by the construction of a gate, which came to be known as the Barrier Gate, or the Gates of Siege, to borrow Pina-Cabral's literal translation from the accepted Portuguese expression 'Portas do Cerco' (Shipp 1997; Wu 1999, 2002; Pina-Cabral 2002). Leaving no doubt about whose authority it fell under, on it was engraved in Chinese characters: 'Respect for the authorities and gratitude towards the imperial benevolence' (Wu 1999: 60).⁴ It is therefore worth noting that in addition to their original, expected loyalty to the Crown, the Portuguese also made a vow of allegiance and loyalty to the Chinese imperial government (Wu 2002: 7, 13).

As implied by its suggestive name, the Barrier Gate served either to prevent newcomers from accessing the continent or to dissuade the Chinese from entering the peninsula (Wu 1999)—a twofold role it had in common with similar constructions in China, such as the Great Wall (Lattimore 1937). By such means, Chinese authorities could prevent the Portuguese from reaching the densely populated Guangzhou (Canton), the most important trade city in the south of China, while controlling the distribution of food supplies and other necessities to Macao (Montalto de Jesus 1926; Souza 1986; Wu 1999). Later on, government officials were also able to manage the flow of Chinese who steadily sought work in the peninsula (Amaro 1998). Last, but not least, the Barrier Gate came to prove who was effectively in command of the situation, giving China the upper hand against unexpected, although at this point rather unlikely, Portuguese moves towards the mainland (Wu 1999).

From a geographical point of view, the gate also worked to reinforce what has been called the insular aspect of Macao (Barreto 2005). Historical accounts from the first Portuguese in the region inform us that the narrow isthmus joining the peninsula and the

CIDADES E FRONTEIRAS

continent often disappeared under the tide, making it seem like an island (Barreto 2005). Yet despite both this geographical peculiarity and the erection of the Gate, the territory was never to be totally isolated from the continent, for its very existence and economic survival were tied to and dependent on the latter (Flores 2005; Barreto 2005). In due course, the gated border proved therefore relatively porous, since the Portuguese had, every now and then, been authorised to trade in the gateways of Guangzhou (Wu 1999; Sena 1999; 2001), and the Chinese were allowed to cross it back and forth on a daily basis (Amaro 1998; Wu 1999). The Barrier hence turned into a sort of checkpoint, although it was more likely to operate as a one-way border crossing for the Chinese who were willing to work and conduct trade-related activities in Macao. Their establishment as permanent residents was only to be intensified from the 18th century onwards (Amaro 1998; Wu 1999).

A DIVIDED CITY

When in the 18th century the Chinese actually began to inhabit the peninsula on a regular and permanent basis,⁵ they rapidly became the vast majority of the local population, confirming a tendency that had until then developed through a rather floating pattern of migration. Now settling in the territory, Chinese cohabitation with the Portuguese grew in intensity, although the city remained divided by an inner border set by a fortified Portuguese enclave. However, raised in a period prior to the establishment of the Chinese in permanent and growing numbers, the walls existed and clearly informed Macao's urban and social organization at that time.⁶

With regard to what has been assumed from the examination of historical documents, it is agreed that the first fortifications within the city were in place by the early 17th century, from around 1612 to 1638. However, they were intensified only after 1622, following the violent, but frustrated attack on Macao by the Dutch (Amaro 1998; Porter 2000). This event appeared therefore as the appropriate opportunity the Portuguese had been longing for in order to persuade the Chinese authorities that fortifying the city could prove an effective means to protect trade in Macao. Despite strong Chinese opposition to any attempts to raise walls in the city, Portuguese will was finally matched. As the result of a mutual agreement, the walls

were built not to protect the Portuguese from their land neighbours, the Chinese, but to protect the city from other venturous foreign attacks (Amaro 1998; Porter 2000).

From the moment that the walls were erected to shelter the city, though inadvertently serving the purpose of both an outer and an inner border, the cohabitation between the Portuguese and Chinese was marked by the coexistence of two cities within the same city, that is, the so-called *Christian citadel* and the *Chinese bazaar*, growing on the edges of the Portuguese enclave (Amaro 1998; Porter 2000; Pina-Cabral 2002). Following a spatial distribution that can be traced back to the geographical and historical origins of the territory's occupation, the two 'cities' or districts were south and north oriented, respectively. While the Christian citadel spread from the centre to the outer harbour, the initially condensed Chinese bazaar extended from the northern part of the peninsula to the inner harbour, later gaining more space around the enclave. Despite the idea of isolation provoked by the existence of a concrete segmentation within the city, this physical border proved, again, quite porous, as economic life routines were unlikely to restrain contact between the two populations. As far as trade and day-to-day activities provided the grounds for interaction, the Chinese were granted ways to enter the enclave, while the Portuguese also ventured outside, into the bazaar.

Nonetheless, to the extent that disjunction could not properly depict the nature of the relationship between the citadel and the bazaar, there was one significant aspect that ignored economic connectedness: the fact that each of the 'cities' operated under its own, different jurisdiction. The Christian citadel remained politically organized under the local authority of the Portuguese Senate, established in 1583 (Wu 1999, 2002; Sena 2004).⁷ At the Chinese bazaar sat the Mandarin House,⁸ which was founded in the 17th century, first serving the purpose of controlling and levying taxes on trade activities conducted in Macao and, from the 18th century onwards, also ruling over the Chinese resident population, since they were authorised to inhabit the city (Amaro 1998; Wu 1999; Sena 1999; Pina-Cabral 2002). Yet emerging as administrative structures, these two bodies ultimately meant that socio-cultural specificities had been clearly stated, setting a line between the 'us' and the 'other'. However, this was not a

CITIES AND BORDERS

separation within one centralised authority but between two distinct and independent political institutions.

Operating as local representations of those organically involved in the making of Macao, the Senate and the Mandarin House evoked the institutionalized means through which the Portuguese and Chinese, respectively, responded to the circumstances and needs resulting from the multifaceted reality that prevailed at the time. This reality entailed the local interference of two great powers of the times, Portugal and China, in that their political traditions were embodied in their corresponding administrative structures in Macao. Whereas the existence of these parallel jurisdictions defined the extent to which Portuguese autonomy could be exercised in Chinese territory, sovereignty disputes over Macao by the time of the impinging colonialism of the 20th century only added to Chinese influence and authority (Sena 1996, 2001; Wu 1999, 2002), clearly stating the hierarchy of powers that had mediated the city's existence in the long term.

On the other hand, Macao's reality expressed the accommodation of different levels of economic and political interest, at first shared among Portuguese traders and Chinese regional officials, which came into being mostly by means of private initiative (Ptak 1991; Alves 1996; Wu 1999; Sena 1999). Followed by the involvement of the imperial government and local Chinese merchants to a lesser but important extent, there also appears to have been a series of Portuguese efforts led by the Crown in addition to the participation of the Church (Souza 1986; Alves 1996; Sena 1999). Above all and despite the range of interests and agents involved, what is to be emphasized is the fact that Macao's original condition owes a great deal to the foundation and development of a private Sino-Portuguese project on trade, which established both the grounds of inter-ethnic relations and the space for political manoeuvres (Alves 1996; Wu 1999; Sena 1999). The economic activity that remained the essence of Macao's reality, was made possible by a formula that maintained a peaceful and enduring inter-ethnic coexistence—perhaps even further justified, or rather institutionalised, by the establishment of the parallel legal and administrative jurisdictions, officially recognised as such until the 19th century (Sena 1996).

Nevertheless, 19th century Macao was to experience significant changes in the nature of its dual

political and social organization following the rise of European colonial regimes aimed at assuring the territorial domination of overseas possessions that had either been taken for granted or remained politically vague. The ambitions of the imperial powers entailed the precepts of colonial systems while leading to stricter control of outposts around the globe. Thus, from among these emerged Macao, where takeover seemed not just contrary to the historical nature of Portuguese and Chinese cohabitation, but also incongruous with one of the original reasons that justified the lasting presence of the Portuguese in the city, that is, Chinese indulgence upon them. However arbitrary this move might have appeared in the face of the rather harmonious relationship between the Chinese and Portuguese, recognising that it came as the product of a global order mostly commanded by European powers aids an understanding of why Portuguese colonial intents over Macao seemed like the only possible manoeuvre to assure Portugal's economic and political stability, along with the affirmation of other dominions.

Cultural borders within a place translate into cultural and ethnic diversity, in which the existing heterogeneity can be maintained and asserted as an inherent, specific trait of this place's identity.

The launching of what has therefore been understood as the colonial period in Macao is credited to the expansion of the Portuguese jurisdiction to all the population of the peninsula in 1846, thus disregarding any ethnic or national affiliation (Pina-Cabral 2002). Given that Chinese authority had become considerably weaker after the First Opium War (1839-1842)⁹ and the consequent takeover of Hong Kong by the British, the Portuguese saw the chance to renegotiate their position in the region, expressing manifested intentions of expanded control over the territory. In addition, they stated claims

CIDADES E FRONTEIRAS

for sovereign rights over Macao, which China later implicitly conceded, as the 1887 Treaty of Commerce and Friendship between China and Portugal attests (Wu 1999, 2002; Sena 2001; Pina-Cabral 2002).¹⁰ Under the rule of a very controversial governor, Ferreira do Amaral, the balanced coexistence between the Chinese and Portuguese was to be radically redefined by the implementation of the colonial-inspired regime. Governor Amaral's rather extreme political measures, aimed at imposing Portuguese authority in the city, ranged from pulling down the walls in order to promote a deeper integration between the outer and inner harbour—intended to revitalize the territory's trade potential—to ordering the closure of the Mandarin House as well as the destruction of Chinese worship sites and neighbourhoods (Sena 2001; Wu 2002; Pina-Cabral 2002).

Despite the fact that Governor Amaral's unpopularity was to be shortly compensated for with his own head, the already proclaimed political, economic and administrative changes were to persist long after his death in 1849. Macao's political and juridical status, however, remained vaguely defined due to the lack of official Chinese recognition of the concession of the territory's sovereignty to the Portuguese (Wu 1999; 2002; Sena 2001). In any case, even if Portuguese unilateral moves were opposed to the mutual *entente* that had prevailed until then, the resulting outcomes brought a significant socio-cultural impact by incontestably placing all Macao residents under the formal authority of a Portuguese administration. Now, as subjects of Portuguese rule, the Chinese were but partially integrated into this other legal, bureaucratic system and political regime, since their reality turned out to be quite different, as we shall see in the next section. Thereafter, this larger, all-encompassing authority set several of the normative bases for the way the city was to be ruled even after 1999, when China had formally recovered, or finally made official, its sovereignty over Macao. In spite of regular adjustments made to respond to the evolution of the times, as well as the more significant changes emerging both in the conducting of foreign affairs and defence, which were handed to China's central government authority, and clearly in the governing of the city, since the Chief Executive had to be a Chinese citizen,¹¹ the previous domestic legal and administrative system remained largely the same even in the premises

of the Basic Law of the Macao Special Administrative Region of the People's Republic of China that came into effect in 1999.

LIVING ON BORDERS

To the extent that separated jurisdictions did not constrain regular and deeper social and inter-ethnic relations, it is difficult to argue that an extended jurisdiction pushed the two populations towards greater integration. Although the establishment of a Portuguese administration in Macao meant the end of physical and political-administrative borders that had placed the Portuguese and Chinese apart, the previous state of reduced and weak inter-ethnic exchange and contact may have persisted under the manifestation of other, cultural borders. Cultural or imaginary borders here imply the means through which difference is marked and shaped (Newman and Paasi 1998). As instruments of ethnic and cultural distinction, boundaries tend to embody socio-cultural processes that define identities while limiting the spheres of interaction and inhibiting social exchange. Two processes appear, therefore, as the most critical in the production of cultural boundaries in the case of Macao.

First, we could point out the communication aspect emerging from a plurilingual society, since Macao's cultural diversity has also been manifested in the diversified use of languages. Accounting for the fact that at least the Portuguese and Chinese languages—the latter probably under a variety of forms or dialects—have been an everyday aspect of Macao's social reality, an original barrier to communication has been deeply inscribed in the city's history, further functioning as a structural condition on the construction of social space and identities. The strategic promotion of a common language has never been developed, or perceived as such, even during the century and a half of Portuguese rule over the city. During this time, the Portuguese language was neither to be widely promoted nor imposed on the Chinese population of the territory (Fernandes 1997). On the contrary, since it operated as the language of the administration, its use emerged by default rather than as a result of law enforcement. Consequently, Portuguese has only been legally defined as one of Macao's official languages since 1999, and is understood as such in the premises of the Basic Law.¹² With respect to the local Chinese population, having immigrated mainly from

CITIES AND BORDERS

the provinces of Guangdong and Fujian, Cantonese Chinese has been the most widely spoken language in daily life, and has been maintained as the means of instruction in most educational institutions as well as in the working milieus. Living in the same city under one jurisdiction, the Portuguese and Chinese were still set apart by two different linguistic worlds.

Secondly, we must consider the Portuguese legal and bureaucratic system that formally applied to the Chinese residents since the mid-19th century. For those earlier subjects of the Chinese system, who had been responding to the Mandarin House, Portuguese laws and bureaucratic procedures proved rather meaningless and more often than not were the origin of misunderstandings (Pina-Cabral 2002). A long debate over whether Chinese ways and customs should regulate matters involving the Chinese population or whether they should be granted full civil rights whilst maintaining their cultural specificity followed from the late 19th century to the early 20th century, subsequently leading to a situation of '*jural pluralism*' (Pina-Cabral 2002).

It is therefore commonly agreed that Chinese specificities continued to subsist and be accommodated under forms different from those of the Portuguese, ranging from the traditional neighbourhood and temple associations, to the more formal Chamber of Commerce and the Private Court of the Chinese of Macao, where the Chinese usually sought assistance with the solution of legal issues (Brito 1994; Fernandes 1997; Pina-Cabral 2002). While emerging as a way to either avoid dependence on, or state opposition to the Portuguese system, which the Chinese could not properly understand or largely benefit from, these forms reinforced the cultural borders that were already in existence. Along with the original linguistic barriers, the attribution of different meanings to the construction and use of social and legal institutions tells us how those borders continued to be cultivated, despite an enlarged and allegedly inclusive form of political institution.

Furthermore, it is reasonable to claim that cultural boundaries did not emerge from the unannounced fall of physical and administrative borders, but that they were already contained in those borders, and most likely reinforced afterwards. As Brubaker (2004) has aptly pointed out, moments of tension and conflict often act to highlight the attributes of ethnic identity in the affirmation of difference. The persistence of

cultural borders thus appears either as a predictable consequence or as the unavoidable continuity of the previous state of inter-ethnic contact, which was established, above all, on economic grounds. Given the fact that people lived in different 'cities' within the same city, under concurrent jurisdictions and divided by walls for roughly two centuries, it is no surprise that cultural boundaries persisted even after Portuguese self-proclaimed intents tore down the walls in the 19th century.

CROSSING CULTURAL BOUNDARIES

Bearing in mind the fact that borders—political, administrative or cultural—are socially and historically constructed, we have to assume that they do not operate as fixed entities but, rather, as dynamic processes (Newman and Paasi 1998). Accordingly, long atrophied inter-ethnic exchange, as in the case of Macao, does not necessarily imply the absence of exchange at all, given that a border's well-known function of dividing tends to be accompanied by a mediating facet (Newman and Paasi 1998). Even though unlikely to encourage exchange, borders emerge as the product of socio-cultural processes that entail continuous negotiation through interaction and contact. While separating, they can be surpassed and crossed, leading to solid, enduring encounters that could read as both intercultural and inter-ethnic in the history of Macao.

Despite the overall and accepted idea that the Chinese and Portuguese have been mostly set apart, cultural, symbolic or ethnic encounters have happened to a varied extent and nature, within different periods and lengths of time. From our perspective, three are worth mentioning as key processes in overcoming borders. Initially, we can cite the encounter that put the Portuguese and Chinese together through the establishment of Macao in the 16th century, which so far is the encounter *par excellence*. While trade was the strongest incentive pushing the Portuguese to the East, leading to the expansion of international commerce on a worldwide scale, Chinese motivations to accept the presence of foreign merchants and to further associate with them are likely to stem from the same reason. Through means of an economic nature, the Portuguese and Chinese happened not just to coexist in the same space, but also to mutually acknowledge the conditions upon which this coexistence was made

CIDADES E FRONTEIRAS

possible. Recalling the stakes involved in the origins of the Portuguese presence in China, there is room to argue that, along with the development of global trade, leading dynamics of capital circulation and international investment were already taking place in 16th century Macao, then as processes of existing global systems (Friedman and Ekholm 2002). Enabling the crossing of borders between East and West in a specific location, these global dynamics made Macao a historical accomplishment through its surmounting of cultural borders.

As instruments of ethnic and cultural distinction, boundaries tend to embody socio-cultural processes that define identities while limiting the spheres of interaction and inhibiting social exchange.

Assuming that complexity ubiquitously embraces one social and historical reality (Friedman 1997), trade was not the only wind blowing the Portuguese naus and ships to the East. The Catholic faith was also to encounter promising horizons in Macao. The role played by the Catholic Church is worth some attention as, very early on, it made the city a religious platform in the East, mostly through the work of the Jesuits (Porter 2000; Pina-Cabral 2002). Having arrived in the late 16th century, they were also responsible for naming Macao ‘The City of the Name of God in China’ in 1586 (Montalto de Jesus 1926).¹³ The second aspect dealing with the overcoming of borders arises therefore from the path of a religious encounter built through the conversion of the Chinese to Christianity.

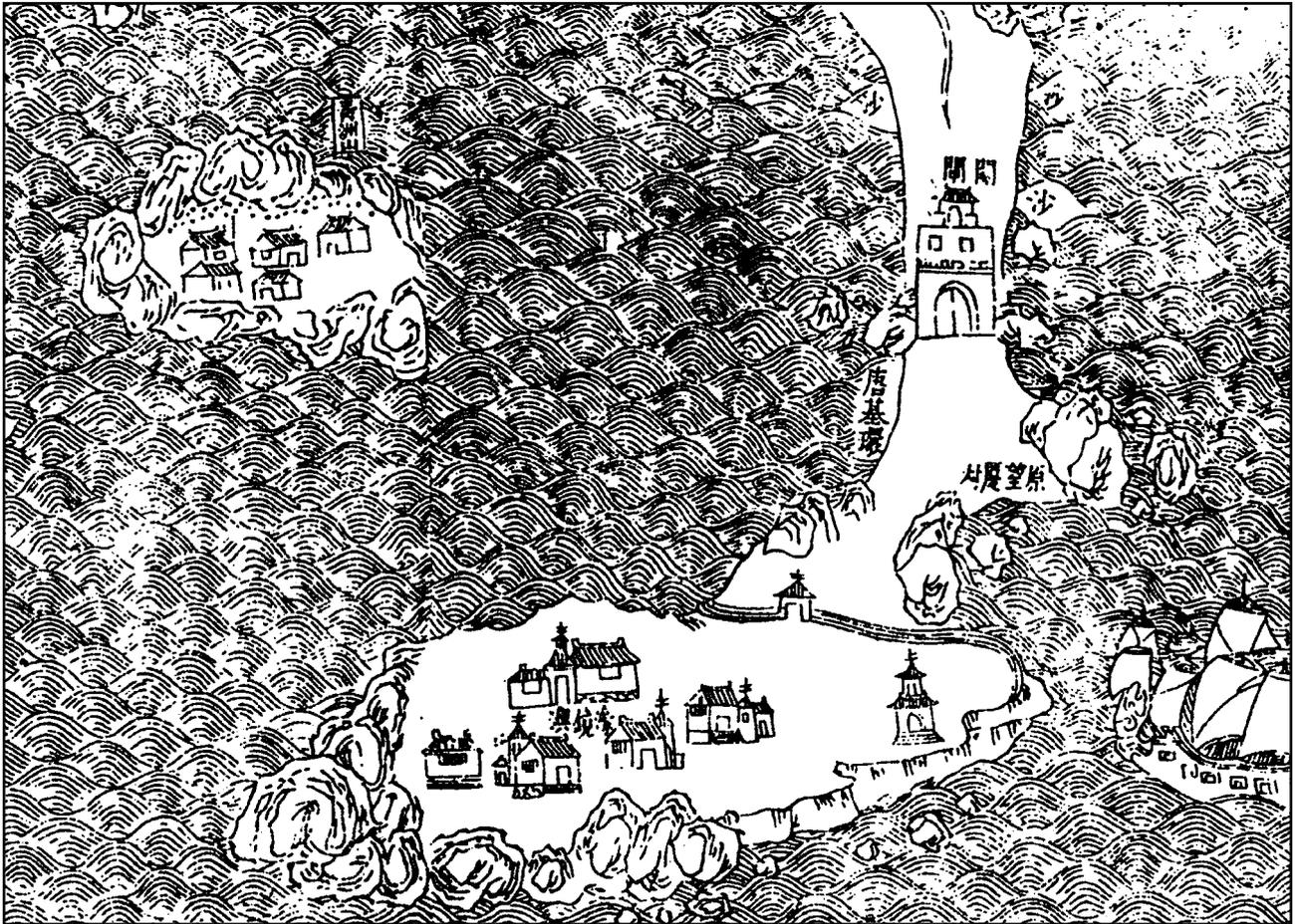
Since the arrival of the first religious orders—in addition to the Jesuits, the Dominicans, the Franciscans and later the Protestants—conversion has been a common phenomenon in Macao (Porter 2000; Pina-Cabral 2002). Nevertheless, while parallel jurisdictions prevailed, Chinese converts were supposed to cross the border from their own, separate neighbourhood

to the Christian citadel, knowing however that total integration would not occur on the inner side of the walls, nor would it be simple to achieve a family’s acceptance of one’s dual commitment (Brito 1994). However, since it was allegedly not unusual that Chinese converts accepted Christianity in the name of economic survival, or kept their original beliefs in spite of the Church’s final say on the prohibition of the practice of Confucian rites of ancestor worship in the 18th century,¹⁴ the meaning of conversion, and therefore of crossing cultural borders, is in this context still open to further discussion (Brito 1994; Pina-Cabral 2002).

The third and final aspect that seems to be more deeply involved with the notion of overcoming cultural boundaries, which even borders on the concept of merging together, is intermarriage, or concubinage. Arising from the long-lasting encounter between the Portuguese and the Chinese and the early cohabitation with the Japanese, Malays, Indians and Africans—coming from Portuguese settlements in Nagasaki, Malacca, Goa, Diu, and Sofala—intermarriage resulted in the Eurasian type, known today as the Macanese (Pina-Cabral and Lourenço 1993, Pina-Cabral 2002).¹⁵ Yet, since this original ethnic diversity was more likely to integrate Macao’s early society, Macanese ethnicity, and later identity, has been increasingly marked by the Chinese element (Pina-Cabral and Lourenço 1993). As a local category embodying a territorial link between Portugal and China, Macanese people stand for the historical significance of Macao as an in-between place, where the crossing of boundaries materialized in a specific inter-ethnic encounter.

Identifying themselves and being identified by others as the ‘land born’,¹⁶ the Macanese have also been linked to the *patuá*, a Creole dialect that was spoken in Macao for roughly three centuries (Pina-Cabral 2002). Very similar to Creoles spoken in other Portuguese settlements from Cape Verde to Timor, the *patuá* was frequently employed as a means of communication in trade-related activities or in daily arrangements with Chinese servants, which at the time were its most contingent uses (Pina-Cabral 2002). Knowing that it filled a gap where the lack of communication was to be expected, the *patuá* worked as a crucial key for interconnecting the parallel ‘cities,’ further explaining how economic exchange and association and inter-ethnic contact were made possible

CITIES AND BORDERS



Macao in a supplement to *Xiangshan Xianzhi* (Gazetteer of Xiangshan County) dated 1863.

among the Portuguese and Chinese during times of separated jurisdictions. Nevertheless, when Portuguese official authority was substantiated into an organized bureaucracy by the early 20th century, the local Creole gradually lost its importance, since the opportunities set by the new economic and social schemes benefitted those controlling the standard Portuguese—then the language of the administration.

The language skills of the Macanese have, however, long provided for and justified their role as mediators and translators (Pina-Cabral 2002). From their knowledge of the *patuá*, essential to the development of Portuguese trading enterprises with and within China, to their bilingual skill with the popular, widespread Cantonese language and the formalised, elitist Portuguese language, the Macanese people served a mediating role to legitimize the viability of a Portuguese administration in a city and environment where the Chinese were incontestably

the vast majority (Pina-Cabral and Lourenço 1993). The affirmation of the colonial machinery in Macao had an important implication for the increased significance of the use of standard Portuguese in the 20th century, further informing changes in the construction of social identities in Macao. However, it seems that this change did not deeply alter the original nature of the boundary established between the Chinese and Portuguese, as explained by a number of reasons that follow.

Firstly, while the Portuguese administration gradually embraced the Chinese residents and became a large-scale institution, it emerged as the undisputed governing body of Macao. As a result, Portuguese civil servants began to arrive in more consistent numbers, while the administration underwent a process of modernisation to respond to the needs of Portugal's colonial edifice of the 20th century. In this context, the Portuguese central authorities saw in the use of standard

CIDADES E FRONTEIRAS

Portuguese language a significant strategy for achieving the affirmation of its incipient administrative apparatus. Through the foundation of the first educational institutions dedicated to instruction in Portuguese,¹⁷ by the end of the 19th century, the commanding authorities not only aimed to offer both the Portuguese living in the territory and a privileged circle of Macanese families the chance to educate their children within a Portuguese milieu but also sought to substantiate the use of their language in the administrative routines, despite excluding most of the Chinese population. Then undergoing formal Portuguese education, the Macanese managed to enhance their capital as mediators and translators, hence becoming an essential part of a class of civil servants and occupying strategic posts within the administration (Pina-Cabral and Lourenço 1993, Pina-Cabral 2002).

Drawing from their bilingual control of Portuguese and Cantonese, often also followed by some fluency in English, the language skills of the Macanese embody but one expression of a locally constructed ethnicity that has emerged from the crossing of boundaries of cultural and ethnic difference. Worth noting however is that while the Macanese stand for a cross-cultural and inter-ethnic encounter that is historically embedded in Macao's cultural identity, this very condition tends otherwise to encourage the persistence of cultural boundaries within the city's social structure. Owing to the channels of communication and intermediation the Macanese have developed and carefully maintained as their specific attribute, the Portuguese administration could afford not to foster deeper integration between the Portuguese and the Chinese, resulting in inter-ethnic contact which remained a small-scale, concentrated phenomenon. We could perhaps argue that such an administration was only likely to be effective if it relied upon the persistence of borders, since these were essential to the functioning of the city under Portuguese rule whilst setting a hierarchical divide between those in control and those to be ruled over.

THE BORDERS OF IDENTITY

Through a macro-historical approach to the issue of borders—be they geographical, cultural or symbolic—we have aimed to provide an analysis of social processes that have informed Macao's history and identity in the long term. Explicitly leaving aside

a detailed account of specific and far more complex historical events and phenomena, we sought to highlight the continuous nature of social processes related to the construction of borders that, having crossed distinct moments of Macao's history, could be understood as important traits of this place's identity. These traits become more significant when, drawing from our field experience, we realize that such traits can still be identified in the social reality of Macao today, even though they are slightly changed now, as the product of a new political and economic order which has put Macao in the hands of the PRC and at the centre of the world's gambling industry.

From our anthropological perspective, we could therefore argue that the original borders, in their geographical and cultural manifestation, were likely to persist and inform the way inter-ethnic and intercultural encounters evolved in the long term. On the one hand, borders existed as a result of Macao's origins as a product of global dynamics based essentially on trade, when a series of economic and political circumstances determined the nature of Portuguese and Chinese cohabitation in China, later grasped through the development of parallel jurisdictions. On the other hand, the persistence of borders might also be explained by the social impact brought on by an extended Portuguese jurisdiction, in which language and the legal-administrative system functioned more as barriers than as a means of improving integration. Even when cross-cultural encounters suggested the overcoming of borders on a historical basis, as for the Macanese, we could argue that they have, rather, limited intercultural exchange, therefore justifying the continuation of borders.

Cultural boundaries thus appear as an intrinsic condition, embedded in socially constructed processes, in the making of the city in the long term. As an inherent trait of a complex, multicultural society, these boundaries ultimately confer ambivalence to Macao's identity when revealing the coexistence of distinct ways of living, perceiving and constructing social reality among those inhabiting the same space. As the product of historical and socio-cultural processes shared among those cultural and ethnic others that rely on specific frames of meaning to give sense to this place, Macao's identity embraces fragmentation while standing, in turn, for a comprehensive whole, as locality and place: the city. This fragmentation within a unit has therefore

CITIES AND BORDERS

been expressed by the persistence of cultural boundaries even after the political-administrative borders were lifted, when the two previous 'cities' became one which was governed by the same, although not necessarily inclusive, administration. From this perspective, cultural boundaries embody not only the means and limits of interaction, but also a sense of discontinuity that has been deeply inscribed in Macao's cultural identity.

The idea of discontinuity implied by the existence and persistence of borders of different natures—but mainly of a cultural nature—could therefore be seen more as a structural trait of Macao's identity than as the manifestation of specific, event-oriented phenomena, since they appear to be socially and historically contingent. As such, the structural continuity of the cultural borders has conferred a trait

of discontinuity and ambivalence to Macao's identity, since it happened both to complicate and to consolidate the paths of inter-ethnic and intercultural encounters. This one particular aspect discussed through the idea of borders, different as they are and have been up until now, seems to have much to tell about Macao's original complexity over time, as it is representative of the role difference plays in the making of a place shared among distinct cultural and ethnic others. Rethinking difference through connection (Gupta and Ferguson 2002), or exploring how coexistence evolved in spite of boundaries (Newman and Paasi 1998), could therefore sum up the path which allows us to outline a few processes through which place has been socially constructed and has asserted an identity, as in the case of Macao. **RC**

NOTES

- 1 Here inspired by Durkheim's notion of 'organic' solidarity as structural interdependence, which lies in the division of labour in a given society, in opposition to the notion of 'mechanic' solidarity as cultural bond, which implies that individuals share the same fundamental cultural elements (Van Oorschot and Komter 1998).
- 2 According to Souza (1986), the pirates active along the China coast in the 16th century, named after the Japanese pirates, *wako*, were in effect mostly Chinese.
- 3 Although some authors claim that the origin of this obligation remains unclear (Porter 2000; Wu 2002), in his *Historic Macao*, Montalto de Jesus (1926: 24-6) defends the idea that what later came to be considered a ground rent actually corresponded to a means of bribery used by the Portuguese to ensure the favours of the Chinese authorities. The obligation was maintained until 1849, not coincidentally the year when the Portuguese succeeded in closing the Qing government's official representation in the city, the *Hopu*, adding to the rise of Portuguese colonial intents over Macao (Wu 2002).
- 4 Author's translation from the Portuguese: "*Respeito pelas autoridades e agradecimento à benevolência imperial*" (Wu 1999: 60).
- 5 A number of Chinese sources account however for the existence of small Chinese settlements previous to the arrival of the Portuguese in the 16th century, namely in the areas of the present-day *Mong-ha* and *Barra* districts. This view is backed by the existence of Chinese temples already in the 15th century in both neighbourhoods, the Guan Yin Tang and the A-Ma or Mazu, respectively (Amaro 1998; Porter 2000).
- 6 The notion of urban here used to qualify 18th century Macao reflects, on the one hand, the sense applied by Weber (1947) to the idea of city as a 'locality' and 'place of market' (*lieu de marché*) or 'trading agglomeration' (*agglomération marchande*, *Marktsiedelung*). On the other hand, it is used in opposition to the use of the term in Castells (1972) as a socio-cultural attribute of the capitalist industrial society.
- 7 The Senate was further supposed to respond to the authority of the Portuguese imperial state represented in the East by the 'State of India' (*Estado da Índia*) that, centred in Goa, comprehended all the Portuguese possessions and trading posts between Sofala (Africa) and Macao (Boxer 1963; Ptak 1991).
- 8 From the existing Portuguese expressions, *Casa do Mandarin* or *Casa Mandarinal*; also currently defined as the *Hopu* or *Hoppo*, in both Portuguese and English works about Macao.
- 9 The period of 1856-1860 stands for the second Opium War.
- 10 From the Portuguese '*Tratado de Amizade e Comércio entre a China e Portugal*'.
- 11 'The Chief Executive of the Macao Special Administrative Region shall be a Chinese citizen of not less than 40 years of age who is a permanent resident of the Region and has ordinarily resided in Macao for a continuous period of not less than 20 years' (Basic Law: Chapter IV, Section 1, Article 46).
- 12 'In addition to the Chinese language, Portuguese may also be used as an official language by the executive authorities, legislature and judiciary of the Macao Special Administrative Region' (Basic Law: Chapter I, Article 9).
- 13 Current English translation, which partially corresponds to the original Portuguese name, '*Cidade do nome de Deos do Porto de Macau na China*'.
- 14 The prohibition of the practice of Confucian rites by the converts put an end to the long debate, known as 'The Rites Controversy', over whether the converts should have the right to practice Chinese rituals: 'The Rites Controversy was finally resolved in 1742 with the papal bull *Ex quo singulari*, prohibiting Christians from taking part in Chinese Confucian ceremonies' (Porter 2000: 115).
- 15 'Macaense', in Portuguese.
- 16 The corresponding Portuguese term: '*filhos da terra*'; in Cantonese, '*to saang*' (Pina-Cabral 2002).
- 17 The Commercial School and the Secondary School; author's translation from the Portuguese: *Escola Comercial* and *Liceu*, respectively.

CIDADES E FRONTEIRAS

BIBLIOGRAPHY

- Alves, Jorge Manuel dos Santos. 'Natureza do primeiro ciclo de diplomacia luso-chinesa (séculos XVI a XVIII).' *Estudos de História do Relacionamento Luso-Chinês (Séculos XVI-XIX)*, edited by António Vasconcelos de Saldanha and Jorge Manuel dos Santos Alves. Macao: Instituto Português do Oriente, 1996, pp. 179-218.
- Amaro, Ana Maria. *Das Cabanas de Palha às Torres de Betão. Assim Cresceu Macau*. Lisbon: Livros do Oriente, 1998.
- Barreto, Luís Filipe. *Macau: Poder e Saber – Séculos XVI e XVII*. "Livro I: O que os ventos e os mares trazem," capítulos 1 e 2." Lisbon: Editorial Presença, 2006.
- Basic Law of the Macao Special Administrative Region of the People's Republic of China*. 31 March 1993.
- Boxer, C. R. 'Moçambique and India.' In *Race Relations in the Portuguese Colonial Empire, 1415-1825*. Oxford: Clarendon Press, 1963, pp. 41-85.
- Boxer, C. R. *Fidalgos in the Far East, 1550-1770: Fact and Fancy in the History of Macao*. The Hague: Martinus Nijhoff, 1948.
- Brito, Ana. 'Religion, politics and the construction of ethnic identity in Macao,' M. Phil. dissertation. Dept. of Anthropology, Chinese University of Hong Kong, 1994.
- Brubaker, Rogers. 'Ethnicity without groups.' In *Ethnicity without Groups*. Cambridge, Massachusetts, and London, England: Harvard University Press, 2004, pp. 7-27.
- Castells, Manuel. 'Le phénomène urbain: délimitations conceptuelles et réalités historiques.' In *La question urbaine*. Paris: François Maspero, 1972, pp. 20-33.
- Costa, João Paulo Oliveira e. 'A coroa portuguesa e a China (1508-1531). Do sonho manuelino ao realismo joanino.' In *Estudos de História do Relacionamento Luso-Chinês (Séculos XVI-XIX)*, edited by António Vasconcelos de Saldanha and Jorge Manuel dos Santos Alves. Macao: Instituto Português do Oriente, 1996, pp. 11-84.
- Fernandes, Moisés Silva. 'Portuguese behavior towards the political transition and the regional integration of Macau in the Pearl River region.' In *Macau and its Neighbors in Transition*, edited by Rufino Ramos, José Rocha Dinis, Rex Wilson and D. Y. Yuan. Macao: Faculty of Social Sciences and Humanities, University of Macau and Macao Foundation, 1997, pp. 45-56.
- Flores, Jorge Manuel. 'Macau e o comércio da baía de Cantão (séculos XVI e XVII).' In *As Relações entre a Índia Portuguesa, a Ásia do Sueste e o Extremo Oriente. Actas do VI Seminário de História Indo-Portuguesa*, edited by Artur Teodoro de Matos and Luís Filipe F. Reis Thomaz. Macao/Lisbon: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses et al., 2005, pp. 21-48.
- Friedman, Jonathan. 'Simplifying complexity: Assimilating the global in a small paradise.' In *Siting Culture: The Shifting Anthropological Object*, edited by Karen Fog Olwig and Kirsten Hastrup. London and New York: Routledge, 1997, pp. 268-91.
- and Friedman, K. Ekholm. *Essays in Global Anthropology*. Walnut Creek: Altamira Press, 2002.
- Gupta, Akhil and Ferguson, James. 'Beyond "Culture": Space, identity and the politics of difference.' In *The Anthropology of Globalization: A Reader*, edited by Xavier Jonathan Ina and Renato Rosaldo. Malden and Oxford: Blackwell Publishers, 2002, pp. 65-80.
- Hall, Stuart. 'A questão multicultural.' In *Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG and Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.
- Lattimore, Owen. 'Origins of the Great Wall of China: A frontier concept in theory and practice.' *Geographical Review*, vol. 27, no. 4 (Oct. 1937), pp. 529-49.
- Montalto de Jesus, C. A. *Historic Macao: International Traits in China Old and New*. Macao: Salesian Printing Press, 1926.
- Newman, David and Paasi, Anssi. 'Fences and neighbours in the postmodern world: Boundary narratives in political geography.' *Progress in Human Geography*, 22, 2 (1998), pp. 186-207.
- Pina-Cabral, João de. *Between China and Europe: Person, Culture and Emotion in Macao*. London and New York: Continuum, 2002.
- and Lourenço, Nelson. *Em Terra de Tufões: Dinâmicas da Etnicidade Macaense*. Macao: Instituto Cultural de Macau, 1993.
- Porter, Jonathan. *Macau: The Imaginary City*. Boulder: Westview, 2000.
- Ptak, Roderich. 'China and Portugal at sea: The early Ming trading system and the Estado da Índia compared.' *Revista de Cultura*, no. 13-14 (1991), pp. 21-38.
- Sena, Tereza. 'Implications for the Portuguese-Spanish relations on Macau's western historiography and autonomic construction: Some topics for further research.' *International Symposium on The First Encounters Between China and the West: The Spanish Link*. Hong Kong, 21 May 2004. Unpublished.
- . 'The Macau's autonomy in the Portuguese historiography.' In *Encounters and Dialogue: An International Symposium on Cross-Cultural Exchanges Between China and the West in the Late Ming and Early Qing Dynasties*. Beijing, 14-17 October 2001. Unpublished.
- . 'Macau: O primeiro ponto de encontro permanente na China.' *Revista de Cultura*, no. 27-8 (1996), pp. 25-60.
- . 'Macau e o comércio internacional: De metrópole do equilíbrio à diáspora.' In *Os Fundamentos da Amizade. Cinco Séculos de Relações Culturais e Artísticas Luso-Chinesas*, edited by Fernando António Baptista Pereira. Lisbon: Centro Científico e Cultural de Macau, 1999, pp. 126-37.
- Shipp, Steve. *Macau, China: A Political History of the Portuguese Colony's Transition to Chinese Rule*. Jefferson, North Carolina, and London: McFarland & Company, Inc., Publishers, 1997.
- Souza, George Bryan. *The Survival of Empire: Portuguese Trade and Society in China and the South China Sea, 1630-1754*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- Torpey, John. *The Invention of the Passport: Surveillance, Citizenship and the State*. Cambridge University Press, 2000.
- Van Oorschot, W. and Komter, A. 'What is it that ties...? theoretical perspectives on social bond.' *Sociale Wetenschappen*, no. 41 (1998), pp. 5-21.
- Weber, Max. 'Concepts de ville et catégories de villes.' In *La Ville*, Paris: Éditions Aubier Montagne, 1947, pp. 17-47.
- Wu Zhiliang. 'Le rôle de l'opium et de l'ambre gris dans l'histoire de Macao.' *Perspectives Chinoises*, no. 73 (2002), pp. 4-19.
- . *Segredos de Sobrevivência. História Política de Macau*. Macao: Associação de Educação de Adultos de Macau, 1999.

From Backyard to Front Door The Transformation of Macao's Border Spaces

Hendrik Tieben*



INTRODUCTION

The Chinese Special Administrative Regions of Hong Kong and Macao have become cases of interest for the study of border cities for three reasons: (1) the continuing and unchallenged existence of their borders despite the fact that both regions are, since 1997 and 1999 respectively, officially part of the People's Republic of China; (2) the contradiction between border fortification and the high frequency of border crossings; and (3) the pre-defined "expiration date" of each border fifty years after the handover (Breitung 2009: 102).

* Architect and Assistant Professor of architecture at the Chinese University of Hong Kong. He received his architectural education in Germany, Italy and Switzerland and studied the relationship of architecture, history, memory and identity in context of the German reunification. His current research is on urban transformation, heritage and identity in Hong Kong and Macao.

Arquitecto e Professor de arquitectura na Chinese University of Hong Kong. Fez os seus estudos de arquitectura na Alemanha, Itália e Suíça, dedicando-se ao estudo das relações entre arquitectura, história, memória e identidade no contexto da reunificação alemã. A sua investigação actual incide sobre as transformações urbanas, património e identidade em Hong Kong e Macau.

Despite their location on the southern fringe of the Chinese mainland and their geographical distance from the political centre, Hong Kong and Macao play a key role in China's national economy, politics and identity construction. At the same time, as free ports, both cities are places for the exchange of goods and ideas from all over the world. This results in contradictions between the strong forces of globalization and liberalization on one hand, and the important role of both cities for China's national identity on the other (Potter 2007: 240-70). Living between these poles, the populations of Hong Kong and Macao are in the process of searching for their own identities after the end of the British and Portuguese rule. In this process, borders play an important role.

Since the beginning of China's open door policy in 1978, large-scale infrastructure projects have played a role in the integration of Hong Kong, Macao and the Pearl River Delta (PRD). The main idea of visionary developer Gordon Wu Ying Sheung was to build highway projects that would create a continuous economic space similar to that found in the United

CIDADES E FRONTEIRAS

States, where he had studied (Campanella 2008). In 1983, he took a group of Chinese Communist Party officials to visit the efficient crossing points at the US/Mexican border, to consider a model for the future border facilities between Hong Kong and the PRD (Sayer 2006: 58-68). One of Wu's grand ideas proposed in 1988—the Hong Kong-Zhuhai-Macao Bridge—is soon to become reality, as the financial agreement between China's central government and the governments of Guangdong, Hong Kong and Macao was made in August 2008. The bridge will bring the three cities so close together that a daily commute will become possible. This will fundamentally change the perception and condition of these territories that are now still quite separate. Today, most people and goods moving from the west bank to the east bank of the Pearl River Delta travel by ship rather than making the nearly 4.5-hour drive overland via the Humen Bridge south of Guangzhou.

Since the beginning of China's open door policy in 1978, large-scale infrastructure projects have played a role in the integration of Hong Kong, Macao and the Pearl River Delta (PRD).

The most obvious changes Macao has undergone in recent years have occurred along the waterfronts, first in the east and now in the west of the territory, and on the Cotai land reclamation. The waterfront constitutes the large majority of Macao's borders as the territory consists of a peninsula and two islands surrounded by water. The proper location of the borderline in the water was never clearly defined. This created a legal grey zone which has been used by both Macao and Zhuhai for extensive land reclamation (Breitung 2007: 37-52). From 1989 to 2007, Macao increased its land area from 17.4 to 29.2 sq km (MSAR, DSEC 2009), with the biggest reclamation being the 'Cotai' area between the

islands Taipa and Coloane, where Macao's new casino cluster is being built.

In addition, the land border has become increasingly significant. In the years after the handover, this border has become Macao's main entrance (in terms of the number of visitor arrivals). Until the mid-20th century, the peninsula was connected to the mainland only by a narrow isthmus. The current land border resulted from successive land reclamations on both sides, which are also related to the rapid growth of Zhuhai. Most of this Chinese border city was built only after Deng Xiaoping made it a Special Economic Zone in 1984. Within this short time, the population grew from a few thousand to more than 1.4 million permanent residents in 2008 (Zhuhai government statistics 2009) making it significantly bigger than Macao, whose population stood at 557,400 in 2008 (MSAR DSEC 2009).

Despite the integration process triggered by the 1987 Sino-Portuguese Joint Declaration, Macao's northern border district and the river space facing Zhuhai continued to deteriorate. With the recent casino boom (2002-8), these areas seem to have reappeared in the consciences of the government and property developers, but, as I will argue below, the projects realised there have problematic impacts on the future of this area.

The Macao government has also been negotiating over development rights for the island Hengqin, which is located just next to Coloane and Taipa but which is administratively part of mainland China. Originally consisting of two islands that, in parallel to Taipa and Coloane, were joined together by land reclamation, Hengqin Island is now around 26 sq. km. in land area, almost as large as the entire Macao Special Administrative Region (SAR), which explains its attractiveness for the notoriously congested Macao. The reclaimed lands of Cotai and Hengqin are connected to each other by the Lotus Bridge, another crossing point, which complements the crowded northern checkpoint in Gongbei and sets the scene for the future development of this area.

This paper focuses on Macao and asks how the condition of its borders affects its transformation at the street level, and what the consequences of this

Fig. 1: Macao map.

CITIES AND BORDERS



CIDADES E FRONTEIRAS

transformation are for the lives of the city's residents. It addresses the following questions: what possibilities and challenges are created by the large-scale infrastructure projects designed to integrate Macao into the PRD? Considering the 'expiry date' of the border in 40 years, will Macao and Zhuhai become a single integrated urban space, or even one city, similar to the way the Chinese and Christian cities that once existed side by side on the Macao peninsula eventually blended together? What are the consequences of Macao's ambiguous border conditions and infrastructure projects for its self-image and its image to outsiders? After a short sketch of Macao's history that focuses on the effects of its border conditions, I examine Macao's transformation in relation to its borders and the opportunities and challenges that result.

A SHORT STORY OF MACAO'S COMPLEX BORDER HISTORY

The special condition of the border between Macao and mainland China must be understood in the context of the history of the enclave. When, in 1557, the Portuguese established their settlement on the Macao peninsula, the Chinese government tolerated this settlement, in contrast to earlier Portuguese projects of footholds on its territory. This decision was made in light of the location of the enclave—on the southern periphery of the Chinese polity, far distant from the political centre—and the economic benefits it brought. However, Chinese acceptance of the settlement came with conditions that were carefully enforced.

Fig. 2: Macao's Inner Harbour and its northern land connection to mainland China in 1934 (from: Filipe Jorge and Francisco Figueira, *Macao Visto do Céu*, Lisbon: Argumentum, 1999).



CITIES AND BORDERS

In 1573, the Chinese authorities constructed a wall at the northern end of the isthmus controlling the land access to Macao. Several Portuguese attempts to fortify their city against attacks were stopped by the Chinese rulers until 1622, when they started to fear the occupation of Macao by the Dutch more than the Portuguese presence (Tang 1998: 81-110).

Until the 19th century, the Macao peninsula was divided into a Portuguese city and several Chinese villages. The Portuguese or 'Christian' city was populated by Portuguese and Macanese, and occupied mainly the hilly parts of the territory (Pinheiro, Yagi and Korenaga 2005), while the Chinese fishing villages were located towards the western and northern waterfronts, where they were better protected against typhoons. City and villages were separated by a wall with gates, and the

Chinese population remained under Chinese authority. Over time, Chinese came to live inside the Portuguese city (Calado, Mendes, Toussaint 1998: 161). Their population grew even faster due to the Opium Wars and the Taiping Rebellion on the Mainland. The establishment of the British colony in Hong Kong in 1842 and the opening of the treaty ports in China further weakened Macao's economic situation. In the second half of the 19th century, the trade in coolies and opium became new sources of income (Calado, Mendes, Toussaint 1998: 165), and the first gambling concessions were awarded. Already in the 18th century, a large entertainment district close to the old ferry piers at the Inner Harbour attracted mainly Chinese customers, offering gambling, opium and prostitutes (Choi 2001: 177-84). With the decline of Macao's

Fig. 3: Macao's Inner Harbour and its northern land connection to mainland China in 1998 (from: Filipe Jorge and Francisco Figueira, *Macao Visto do Céu*, Lisbon: Argumentum, 1999).



CIDADES E FRONTEIRAS



Fig. 4: Peninsula and Harbour of Macao, 1834 (map shows the west side upwards).

harbour, the status of the city's borders created useful legal grey zones for its dubious sources of income.

Between 1846 and 1849, Governor João Maria Ferreira do Amaral fundamentally changed Macao's relationship with China by enacting new policies modelled after other European colonial powers. He claimed Portuguese sovereignty over the entire peninsula (including the Chinese settlements), abolished the payment of ground-rent, and extended urban improvement plans to the northern border gate, which provoked the Chinese community which traditionally had cemeteries in that area. After Ferreira do Amaral's assassination in 1849, Portuguese troops occupied the area between the Portuguese city and northern border gate, and in 1871 replaced the gate with a monumental arch, the *Portas do Cerco* (Calado, Mendes, Toussaint 1998: 169). The Chinese settlements were integrated into the urban area by a modern street network. In the second half of the 19th century, just as the British expanded Hong Kong into Kowloon and the New Territories, the Portuguese used

the weak position of the Qing dynasty to enlarge their territory in Macao. In 1851, they seized Taipa (two separate islands at that time); in 1864, Coloane Island; and in 1890, Green Island (Ilha Verde). Nonetheless, several attempts to officially define the border failed (Breitung 2004: 10).

In the 20th century, the Second World War and the foundation of the PRC brought waves of Chinese refugees to Macao. Despite strong anti-Portuguese rhetoric in the post-war years, the PRC did not make serious attempts to regain control over Macao's territory. From 1943 to 1973, Macao played a major role in the gold trade of the PRC. In the peak year of this trade, 1963, 72,000 kg of gold was transferred through Macao. The Macao government's income from gold trade during these years even exceeded the high returns from the gambling concession (Fernandes 2006: 267-77 and 365-6). In 1961, the Macao government granted a gambling monopoly to Stanley Ho, along with his partners Henry Fok, Yip Hon and Teddy Yip. Their company, *Sociedade de Turismo e Diversões de*

CITIES AND BORDERS

Macao (STDM), promised in their bid to promote tourism and to develop infrastructure. In 1966, after tensions between pro-China groups and the colonial government (the '123 Incident'), Macao's political power shifted towards the local Chinese elite with close connections to Beijing (Fernandes 2006: 83-116). Since the end of the dictatorship in Portugal in 1974, Portugal and China used the formula 'Chinese territory under Portuguese administration' to describe the status of Macao.

With Deng Xiaoping's 'Open Door Policy' and the creation of the Zhuhai Special Economic Zone, new economic opportunities for Macao arose in the 1980s, but in the 1990s Zhuhai started to compete with Macao in various areas by building their own airport, race track and container port (Edmunds 1993: 888-9). The Sino-Portuguese Joint Declaration of 1987 paved the way for Macao's handover on 19 December 1999.

In 2002, the new Macao SAR Government decided not to renew the gambling monopoly of STDM. One year later, when Macao suffered from the effects of the SARS epidemic, China introduced

the Individual Visit Scheme for residents of several parts of the mainland. The liberalization of gambling and travel restrictions boosted foreign and local investments in the gaming, tourism and property sectors. Visitor numbers from the mainland, where gambling is still prohibited, increased immediately. In 2007, the annual total visitor number reached 27 million (MSAR, DSEC 2008).

*The special condition
of the border between Macao
and mainland China must
be understood in the context
of the history of the enclave.*

Macao's economy is highly dependent on the tourism and gambling industry. Income from casino gambling provides two-thirds of the Macao government

Fig. 5: Ponte 16 in the 1950s.



CIDADES E FRONTEIRAS

revenue. In addition, a single product category, textiles and apparel, officially accounted for about 64.9 percent of Macao's goods exports, which was explained as a way for mainland exporters to evade WTO export quotas. After the abolition of the textile quota system in 2007, these exports consequently declined by around 14% for the first ten months of that year. Partly in order to counter these losses, Macao and the PRC implemented a free-trade agreement, the Closer Economic Partnership Arrangement (CEPA), and built a cross-border industrial zone between Zhuhai and the northern part of Macao.

In October 2008, concerned about the amount of money spent by mainlanders in Macao's casinos, the Guangdong government restricted the scope of the Individual Visit Scheme. Visitor arrivals declined by 11.8% from March 2008 to 2009, and visitors from mainland China by 11.1% (MSAR, DSEC 2009). The reduction of visitor numbers and the global financial crisis brought the Las Vegas Sands Corporation close to bankruptcy after the completion of the world's biggest casino—The Venetian Macao—and its further projects on the Cotai Strip were put on hold. This brief overview suggests that both historically and today, Macao has been highly dependent on both the existence of its borders and the permeability of those borders, which allows the exploitation of specific economic niches and the absorption of global money flows.

TRAFFIC CHALLENGES AT THE NEW MAIN ENTRANCE GATE

On the ground, the planned new infrastructure projects and the changing direction of the visitor flow are starting to affect Macao's urban geography. Before the handover, most visitors arrived on ferries that docked at the eastern Outer Harbour (388,627 of a total of 605,318 visitors in December 1998, MSAR, DSEC 2009). With the casino boom and the introduction of the Individual Visit Scheme, Macao's main entrance has shifted to the northern border gate. In December 2008, 1,438,227 of a total 2,546,079 visitors arrived at this northern gate (MSAR, DSEC 2009), which opens onto the most densely populated district of the city, that has so far functioned as Macao's social 'backyard'. There is still no rail connection between Macao and other cities in the Pearl River Delta. As a result, all visitors entering at the northern border arrive by car or bus. Future vehicle traffic is set to increase due to a planned highway from Guangzhou and the Hong Kong-Zhuhai-Macao Bridge (Lam 2008), which would allow commuting from Macao to Hong Kong in less than an hour. An extension of Hong Kong's highly efficient rail network (e.g. from the Hong Kong airport) to Macao was not considered.

Macao's local traffic is already increasing due to the rapid rise in car ownership: from 2005 to November

Figs. 6 and 7: Macao's northern border district with the Istmo Ferreira do Amaral (the old isthmus) and the waiting casino shuttle buses (Photos H. Tieben 2008).



CITIES AND BORDERS

2008, the number of vehicles on Macao's roads grew from 152,542 to 183,264 (MSAR, DSEC 2009). The capacity of the road system during rush hours is rapidly approaching its limit. In 2006, the American magazine *Forbes* listed Macao as one of the world's ten most congested cities. The increase in car noise and exhaust fumes is commensurate (Wang 2002).

In the last two decades Macao invested mainly in roads and car bridges. They link the northern border with the Outer Harbour, Taipa, Cotai, Coloane and, via the Lotus Bridge, Hengqin Island. Macao has thus followed the urban development trend of the larger PRD, which for a long time invested more in highways than in rail systems; this in turn was an urbanization pattern modelled on the United States, in line with Gordon Wu's vision (Campanella 2008: 216-39). The layout of the Cotai strip and Hengqin Island, especially, resemble the car-dominated layout of the Las Vegas strip rather than the more sustainable models found in Hong Kong or Singapore. The older parts of Macao with their high density, functional mix and short distances were generally very pedestrian-friendly, but unfortunately with the increasing traffic noise and exhaust emissions, walking has become more and more unattractive. A railway between Macao and Guangzhou has been planned since the early 1990s, but has yet to be built (Edmunds 1993: 890).

Since 2002, the Macao government has been investigating options for a LRT line (Light Rail Transit System), after having dismissed the possibility of a proper subway system (Liu 2006: 149). The LRT will connect the major arrival points with the city's historical centre, the old and new casino clusters, and the airport. The government also dismissed an alternative option for a monorail system, which was proposed by the Architecture Association Macao because it would have had less impact on the historical streetscape. The currently planned line will not reach most of Macao's most densely populated residential areas.

SOCIAL ISSUES IN THE NORTHERN BORDER DISTRICT

Due to the small size of the territory, changes in one part of Macao affect the others. In the 1980s and 1990s, a part of Macao's middle- and high-

income population moved to the then less-populated Taipa Island, which had been connected to the main peninsula by a bridge in 1974. Here they found housing and investment opportunities—as did investors from Hong Kong and Taiwan, who speculated on the increase in value of these properties after the completion of the adjacent international airport (Edmunds 1993: 897). The recent boom years—until 2008—saw ever-more luxurious residential towers being constructed on Taipa Island. The high prices of these apartments, starting at around US\$500,000, puts the new residential towers out of reach for most local residents. Although the median monthly employment earnings have increased since the handover, it reached a high of only US\$996 in 2008 (MSAR, DSEC 2009).

To ease the congested living conditions in the residential districts in the north of Macao, a team lead by architects Lima and Soares envisioned a new town on the Cotai land reclamation to house approximately 150,000 residents (Gaspar 1999: 51); but these plans were abandoned by the post-handover government in favour of building an 'Asian Las Vegas' on that site. As the NAPE district at the Outer Harbour became less attractive for families due to the red light activities that sprang up around the new casinos, and the historical centre enjoyed stricter protection, many local residents have turned to Macao's north or across the border to find affordable housing.

In the northern border district, new developments are transforming the traditional low income areas. Without enforcement of height limits, new apartment towers such as The Praia reach up to 56 storeys. The name of this development reflects the intention to re-brand this part of the northern district (Bacia do Patane/Fai Chi Kei) facing the waterfront of the Inner Harbour as a new 'high-class' area. Macao's original Praia is located on the opposite side of the peninsula and will be described below.

Macao's northern border district is already being affected by the planned Hong Kong-Zhuhai-Macao Bridge, whose Macao terminus will be located at the north-eastern waterfront close to the border. In recent years, real-estate developers secured the land parcels next to the bridge's landing point and completed apartment towers which they are promoting as convenient due to their proximity to the future bridge and the mainland border (e.g. La Baie du Noble, La Cite, La Residencia,

CIDADES E FRONTEIRAS

and Villa de Mer). Obviously, the developers perceive the border space here not as a constraint but as a particularly attractive feature.

Further west and close to the border, there still exist squatter settlements of former immigrants and refugees. Across the border in Zhuhai, new high-standard residential areas can be seen. In general, Zhuhai now offers many modern and well-designed residential projects with lower density and bigger apartments. With its lower prices, Zhuhai also buffers some of Macao's poverty problems as poorer residents from the northern district buy their goods there, find opportunities to earn a small income by smuggling, or live part-time on the other side (Breitung 2009: 114). With Zhuhai's rapidly increasing living standard and price levels these possibilities will disappear in the future, and Macao will need to cope with its own poverty problems.

BORDER SPACES AS SPACES OF REPRESENTATION I: CHANGES TO MACAO'S HISTORICAL 'FRONT DOOR'

Macao's border spaces along the waterfronts and around the checkpoints are also spaces of representation. Here, towards the edges of the territory, Macao constructs a new image with each additional layer of reclaimed land.

The south-east side of the peninsula with the Praia Grande, a promenade with banyan trees and large mansions facing the sea, was historically Macao's representative main façade welcoming arriving ships. While up to the 18th century the seafront was marked by a defence wall, as can be seen for instance on Pedro Barreto de Resende's map of 1646, most later representations of Macao until the early 20th century depict the Praia. It was a leisure space for Macao

Fig. 8: Macao's Praia Grande in the 1930s before the land reclamations for the new Outer Harbour.



CITIES AND BORDERS



Fig. 9: Macao's Praia Grande in the 1930s after the land reclamations for the new Outer Harbour.

residents and foreign traders who were attracted to come here with their families after the Canton trade season or later to escape Hong Kong's busy life. Until the 1920s, the Praia was described in international tourist guides as Macao's most 'scenic' site until its northern part was sacrificed, at the end of the 1920s, for the facilities of a new Outer Harbour, which, it was hoped, would attract entrepreneurs who would help industrialize the stagnating enclave. The Praia then lost its role as Macao's main façade (Forêt 2006: 115-7).

In 1970, the STDM located its flagship Casino Lisboa to a key position on the reclaimed land in front of the northern Praia, which was visible from both the

sea and the old city centre. The position chosen was precisely the point where the construction of the bridge to Taipa Island was begun in the same year. STDM went on to create a large casino and hotel cluster between the 'Lisboa' and the new ferry terminal at the Outer Harbour.

In the 1980s, the 'NAPE' land reclamation (Novos Aterros do Porto Exterior) was created to the south-west of this cluster, in an attempt to change Macao's gambling image and attract modern service industries, and to ease development pressures on the historical core that had been mounting during in the boom years following the establishment of the Zhuhai SEZ (Prescott 1993: 52-7).

CIDADES E FRONTEIRAS



Figs. 10 and 11: The old and new border gates from Macao to Gongbei (Zhuohai).

One year after the Sino-Portuguese Joint Declaration, Macao's government awarded the contract for a new passenger ferry terminal building at the Outer Harbour, which was completed in 1993. Architect Leonor Janeiro placed light constructions, reminiscent of sailing ships, on the roof. Next to it, he arranged helipads for helicopter service to Hong Kong. The modernist image created by the white, low building and its light steel constructions corresponded to the earlier image of STDM's infrastructure projects, such as the Shun Tak Centre in Hong Kong (1974-86) from whence ferries to Macao and other destinations in the PRD depart. Its architects had aimed to create a science-fiction image by including elements from films such as 'Star Wars' and 'Battlestar Galactica' (Spence Robinson Ltd. 1993: 38-43). Futuristic hydrofoils allowing faster connections between Macao and Hong Kong were already introduced by STDM around 1974. In 1993,

the grandstand for the Macao Grand Prix was completed next to the new ferry passenger terminal (Arch. Mário Duarte Duque). The projects of the 1970s-1990s at the arrival point in the Outer Harbour presented Macao as a dynamic, modern and adventurous place. This image was already set in 1974 by Guy Hamilton's film 'James Bond 007: The Man with the Golden Gun,' which was partly filmed in Macao and which contrasted with the earlier image shown in Josef von Sternberg's film 'Macao' (1952), which opens with a shot of a ferry boat passing hundreds of sampans before arriving slowly into the old Inner Harbour with its dilapidated Chinese shops and tenements houses.

In the years before the handover—a period of economic stagnation—the Portuguese government started to promote Macao as 'City of Culture' (Cheng 1999: 213), and the Macao Cultural Centre, where the 1999 handover ceremonies took place, was constructed on the waterfront of the NAPE district in view of the new ferry terminal.

After the handover and the liberalization of the gambling industry in 2002 this view was obstructed by the new casino, The Sands (2004), which made very visible the arrival of foreign casino corporations in Macao. Two years later, the Fisherman's Wharf theme park, featuring images of seaports around the world, opened on 111,500 square meters of reclaimed land in front of The Sands. It was planned by the Hong Kong developer David Chow and Laurence Ho (son of Macao's casino tycoon Stanley Ho). Both projects show the shift in Macao's image construction from a 'City of Culture' to an 'Asian Las Vegas' (Tieben 2009). Fisherman's Wharf offers mainland visitors images of the world beyond the Chinese borders, and caters to the expectation of experiencing something different from home. This is one example of how Macao presents itself as a 'meeting point of east and west' without making use of authentic historical sites such as those near the Praia or the dilapidated Inner Harbour, which could tell this story equally as well. Instead, visitors are lured to a theme park of the type that can be found—in far more impressive forms—in plenty of other Chinese cities, e.g. 'The World' in Beijing, 'Windows on the World' in Shenzhen, or the South China Mall in Dongguan (Campanella 2008: 256-65). It has, however, been discovered that most visitors prefer the bustle of Macao's historic centre to Fisherman's Wharf (Du Cros 2009: 88).

CITIES AND BORDERS

In 2009, the Hong Kong romantic comedy film 'Look for a Star' (written, produced by and starring Andy Lau) used the new MGM Grand Macao casino as its main location. With its Grande Praça, the MGM Grand Macao re-invents Macao's Portuguese architecture in the atrium space of a modern high-rise with an undulating coloured glass façade. The casino was built as a joint venture between MGM Mirage and Pansy Ho Chiu-king, Stanley Ho's daughter. The production of this film was supported by the Macao Government Tourist Office as a way to show off Macao's new generation of themed casinos in harmony with Macao's heritage sites such as Guia Lighthouse and Coloane Village. This sponsorship was in line with a 1994 recommendation by PATA that Macao should use feature films to promote the city's image for tourism (PATA 1994).

BORDER SPACES AS SPACES OF REPRESENTATION II: CHANGES TO MACAO'S FORMER 'BACKYARD'

In contrast to the projects around the ferry passenger terminal at the Outer Harbour, the area around the northern border gate was a residential area mixed with some commercial and industrial functions. It represented the other side of the border city Macao: the fate of migrant workers, refugees and the urban poor who had to find their place on the overcrowded northern fringes of the territory, far from the city's historical centre and the glamorous world of the casinos.

The street layout on the north-western side of the isthmus developed as the result of a series of reclamations for harbour and industrial facilities. It lacks clear orientation points and structure. After the end of the Portuguese dictatorship, social and economic housing estates, such as Manuel Vicente's internationally recognized Fai Chi Kei project (1977-8) were built in this area.

In the year of the Sino-Portuguese Joint Declaration, a park opened along the north-western border. Like many other public parks and museums dating from the transition period in Macao and Hong Kong, it was named after the founder of modern China, Dr. Sun Yat-sen; but despite this designation, intended to recall a shared past on both sides of the border, the park remained separated from Zhuhai by

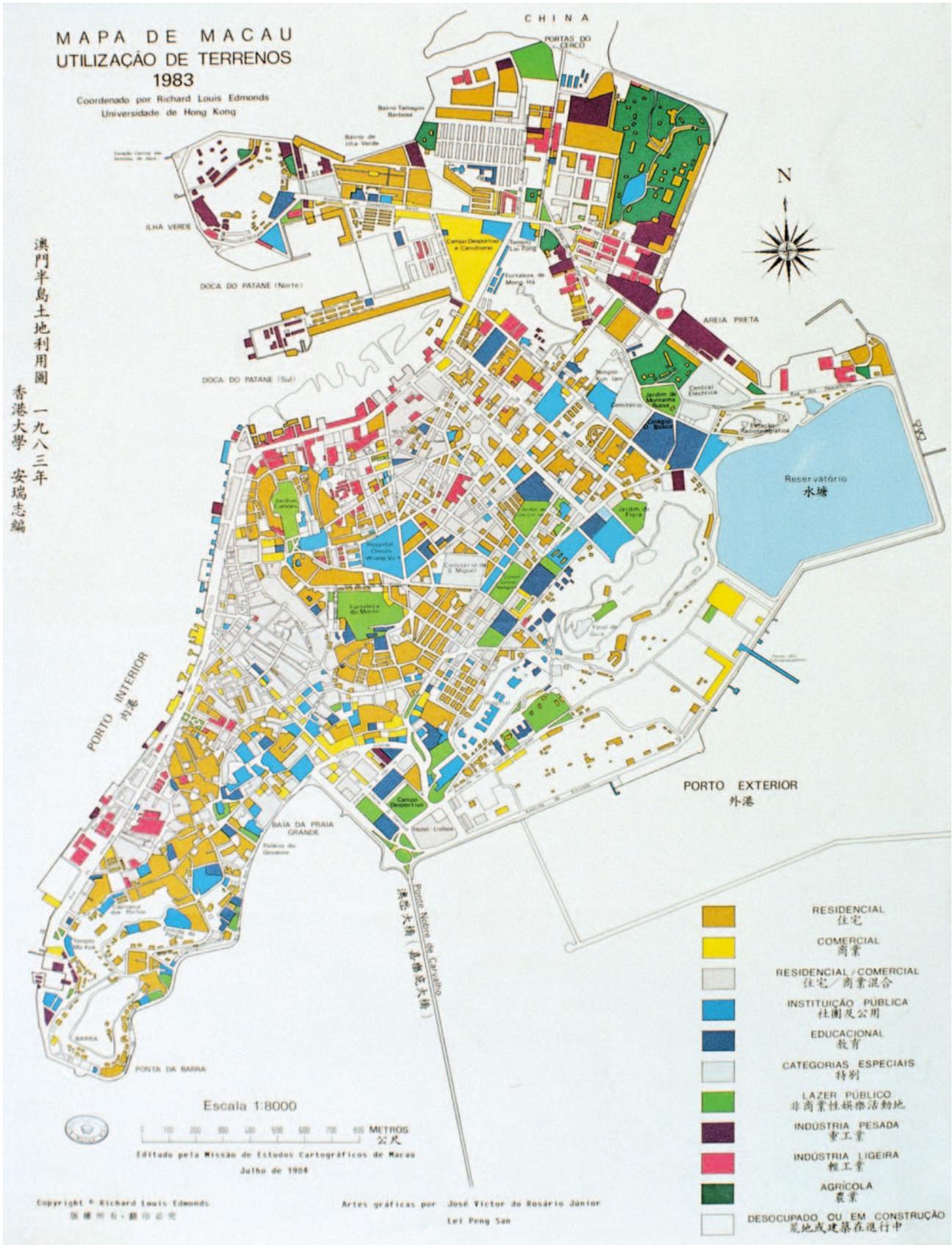
a fence and from Macao's housing areas by a four-lane road.

To the northeast of the isthmus, the first area was reclaimed in the late 1920s for a horse racetrack. It was later converted into a densely built housing area which in part followed the curved layout of the former race track. In the 1980s-90s, more land was reclaimed to the east to cope with the persisting housing demand (Aterro da Areia Preta). The housing projects here were built in a very short period of time in the form of repetitive blocks. Because the goal was to create mass housing, little consideration was given to the quality of life in this area. In the recent casino and real-estate boom, another 'layer' was built as high-class apartment towers along the waterfront. Capitalizing on sea views and the vicinity to the future Hong Kong-Zhuhai-Macao Bridge and the mainland border, this layer separates the older housing estates from the water like a wall.

Figs. 12 and 13: Waterfronts of Zhuhai and Macao with recent development at the future Hong Kong-Macao bridge landing point (Photos H. Tieben 2009).



CIDADES E FRONTEIRAS



CITIES AND BORDERS

In contrast to Macao's small-scale labyrinth of streets, Zhuhai's Gongbei district across the border was laid out with long boulevards, wide walkways and plenty of trees. The Chinese border checkpoint was placed on a wide open space at the end of the main axis. The building was given a large red roof, underlining the 'Chineseness' of this territory. Zhuhai's border watchtowers were built with similar roofs.

Macao's border spaces along the waterfronts and around the checkpoints are also spaces of representation.

In March 2004 the current checkpoint on the Macao side was opened in order to cope with the rapidly increasing border traffic. In contrast to the earlier border gate, built in the 1990s, its designers abstained from any references to Portuguese and Macanese architecture; instead, its arched roofs call to mind the design of Hong Kong's Chek Lap Kok Airport by Sir Norman Foster and that of the Hong Kong Convention and Exhibition Centre by Larry Oltmanns of the American architecture firm SOM. With their dynamic forms and sophisticated technology, both buildings created images of progress and prosperity in the years of political and economic uncertainty after the 1989 crackdown on the protests in Tiananmen Square and again after Hong Kong's handover to the PRC in 1997. Macao's current border gate, with its landscaped open space, presents an image of a well-designed interface for the smooth flow of people and vehicles. The old *Portas do Cerco* was left as a relic of the past; but standing as it does between the constant flows of people, it seems to have lost its original place.

In contrast to the strongly fortified border space between Hong Kong and Shenzhen, the river space

between Macao and Zhuhai has only light border protections and thus more potential to become a unifying space for both cities. However, despite the intended integration process, the assigned functions of the Inner Harbour waterfront changed in the Land Use Plans from 1983 to 1994 from harbour facilities to heavy industry (although most old buildings remained in place). Macao turned its back on the rapidly developing Zhuhai SAR at a time when, as mentioned above, the two cities were competing in various areas.

With the aggradations of the river bed and the relocation of the ferry terminal to the Outer Harbour, the Inner Harbour declined. Still today many old shop houses and hotel buildings are abandoned despite their proximity to the waterfront and the historic city centre. The river is polluted. With its strong odour and dead fish floating on the water's surface, the waterfront still remains unattractive. A small terminal in the Inner Harbour (Ponte 14) has survived and still operates ferries to the mainland, but it is hidden in a backyard and difficult to find.

In 2008, the casino-resort Ponte 16 was placed in the centre of the Inner Harbour directly on the axis of the Avenida de Almeida Ribeiro (Cantonese name: San Ma Lo) and facing the open space on the island of Wanzai across the water. It borrowed its name from the former Hong Kong ferry pier, which was adjacent to it. The original art deco style building was kept. The casino-resort includes a Sofitel Hotel and is part of Stanley Ho's casino emporium, operated by his son Laurence Ho. The second big project realized by the Ho family in the same years was the Grand Lisboa, operated by daughter Pansy Ho. It is positioned on the opposite side of the historical centre, dominating the skyline of the Outer Harbour. While according to Stanley Ho the shape of the 58-storey-high tower of the Grand Lisboa resembles a lotus flower, the design of Ponte 16 should bring to mind a Mediterranean city. Thus Stanley Ho, himself a Eurasian, plays with Macao's multiple identities according to the situation. Ponte 16, with its forms borrowed from Europe, represents Macao's western heritage as it faces mainland China across the Inner Harbour; the Grand Lisboa, facing the American casino The Wynn, refers to the Chinese lotus flower, which is, as Stanley Ho has pointed out, the dominant symbol on the Macao SAR flag (Pinto 2007: 28-37).

Fig. 14: Land use plans 1983
(from Richard L. Edmonds and William J. Kyle, 'Land Use in Macau: Changes between 1972 and 1994,' in *Culture of Metropolis in Macau. An International Symposium on Cultural Heritage – Strategies for the Twenty-first Century*, edited by A. H. Chen. Macao: Instituto Cultural do Governo da R.A.E. de Macau, 2001).

CIDADES E FRONTEIRAS

The Ponte 16 project wisely integrates the old ferry pier into the new building, while at the same time, there were public protests in Hong Kong against the Hong Kong SAR government's decision to demolish the Star Ferry Pier in Victoria Harbour. Ponte 16 could be the impetus for the revitalization of the Inner Harbour and the river space between Macao and Zhuhai. For the first time since the 1950s, views to the mainland side are wide open. Stanley Ho also envisioned a future tunnel connection from Ponte 16 to the mainland. Already his Shun Tak Centre in Hong Kong has integrated official border checkpoints into a private development. With Ponte 16 being a casino, however, doing the same thing there is still difficult for the government to accept.

However, the views of Zhuhai from Macao's Inner Harbour can be seen only from the upper floors of the casino resort; the view from the street level is entirely blocked by the casino's massive enclosed base. During construction, the casino was almost doubled in size in order to compete with the new American casinos (Macao Success Ltd., Annual Report 2006: 22). The initial plan of a piazza open to the harbour has not been realized. In the now completed version, the casino is out of scale to the low buildings around it, which comprise Macao's most authentic Chinese district but which were not included in the World Heritage buffer zone. It also is out of scale to the protected World Heritage Sites in the city's centre. This becomes clear when Macao is viewed from the Zhuhai side, as the casino blocks the view of the Monte Fortress, a UNESCO World Heritage site, which has dominated the cityscape for centuries. Looking from Zhuhai, one understands the full impact of the casino project, which dominates the entire river space.

CONCLUSIONS AND PERSPECTIVES

1) MACAO'S AMBIVALENT BORDER CONDITION IN THE CONTEXT OF NEO-LIBERALISM

Macao's ambiguous condition—characterized by a persisting border that is nonetheless highly permeable to flows of money, people and goods—has attracted money not only for the gambling tables but also for speculative real-estate projects. Low taxes, cheap migrant labour, plus the liberalization of the gambling industry and the easing of Chinese visa restrictions together

facilitated the casino boom in the years 2002-08, in an international climate influenced by the doctrines of neo-liberalism (Harvey 2005). Additionally, the former Secretary for Transport and Public Works, Ao Man-long (now in prison for corruption) helped by deregulating zoning plans and height restrictions, and conducting corrupt land sales. The money of the boom came from gains in Macao's own casino industry, and investors in Hong Kong, mainland China and abroad. Especially active were local casino tycoons and those from Australia and the USA. Real estate projects such as the Lorch residential towers, located on the southern end of the Inner Harbour next to the World Heritage buffer zone, are managed by property developers listed in offshore centres such as the Isle of Man (www.speymillMacao.com/portfolio, retrieved 1.5.2009). Their portfolio also includes towers at the landing point of the future bridge.

In the years from 2000 to 2007, property prices in Macao doubled to US\$2,490 per square meter. This increase was also related to Macao's immigration policy. To shore up the weakened property market in the 1990s and support property developments, the Macao government started a Realty Investment Residency Scheme. From 1996 to 2007, citizenship was offered to investors purchasing properties worth US\$250,000 (in the year 2000, this figure was lowered to US\$125,000). The construction industry was fuelled with migrant labour from the mainland and Hong Kong. After protests from the local workforce—on Labour Day of 2007, for example (Lo 2009: 19-47)—and the beginning of the global financial crisis, the government changed its attitude and is now using the boundary to cut the foreign workforce in order to reduce local unemployment and dissatisfaction (Pina 2008: 33-8). The current moment of the global financial crisis, which has seen an international effort to examine the negative effects of neo-liberalism, is a good opportunity for Macao to reconsider its future.

2) INFRASTRUCTURE PROJECTS: OPPORTUNITIES AND CHALLENGES FOR FURTHER INTEGRATION AMONG MACAO, HONG KONG AND THE PRD

The Macao SAR government, casino tycoons and real estate investors all profit from the existing border. At the same time, they welcome further integration if it is related to infrastructure projects

CITIES AND BORDERS

that would allow a faster transfer of people and goods. Stanley Ho was one of the earliest supporters of Gordon Wu's bridge connection between Macao and Hong Kong. Despite the expected negative impact for his own ferry business, he sees the potential of the bridge to bring even more visitors (Sayer 2006: 190-1). As pointed out above, the Hong Kong-Zhuhai-Macao Bridge will bring not only new business opportunities, but also new challenges such as traffic congestion and pollution—especially for the northern district. The example of the Taipa bridges shows how such infrastructure projects can generate extensive real-estate developments, and one can expect that the impact of the Hong Kong-Zhuhai-Macao Bridge

will be even greater. For the World Heritage city of Macao, this means proactive planning is needed to accommodate growth in a way that is less destructive of Macao's cultural landscape and population.

3) IMPACT OF MACAO'S BORDER CONDITION AND INFRASTRUCTURE PROJECTS ON ITS IDENTITY

Macao's economy remains largely dependent on its border status—especially being China's only casino city. In a 2005 road show in Hong Kong, the Macao Government Tourist Office (MGTO) and co-organizer Hong Kong Commercial Radio presented Macao with the slogan: 'A World of Difference, the Difference is Macao.' Local and

Fig. 15: Dilapidated and re-invented heritage: Casino resort 'Ponte 16' in the Inner Harbour (Photo H. Tieben 2009).



CIDADES E FRONTEIRAS

international developers alike promote their projects with reference to Macao's World Heritage status and its self-proclaimed title 'The Asian Las Vegas.' Both underline Macao's hybrid identities between east and west. At the same time, advertisements for property developments and hotels increasingly highlight their vicinity to the mainland border.

Instead of respectfully nurturing the long-standing traditions and qualities of Macao, which should be expected from a World Heritage city, projects such as Fisherman's Wharf and the MGM Grand, with its 'Portuguese' Grande Praça, re-invent Macao as a theme park. The recently constructed projects in the Inner Harbour, such as the Ponte 16 and the Lorcha development, interrupt Macao's gentle landscape and obstruct significant World Heritage sites. Although Ponte 16 is marked as an adaptation of Macao's Mediterranean heritage, most other casino and real-estate projects could have been built anywhere. In fact, many of them are designed in Hong Kong and the apartments sold to people from Hong Kong or the mainland. While the road show in Hong Kong was designed to convince the public of Macao's uniqueness, the mushrooming condominium towers make Macao increasingly similar to Hong Kong. Thus Macao's identity is undermined. In addition, the bridge will change the perception of Macao, making it, in a worst-case scenario, nothing but a suburb of Hong Kong.

4) SPATIAL INTEGRATION OF THE TWO CITIES MACAO AND ZHUHAI

Seen from the elevated terrace of the Ponte 16 casino resort, it becomes imaginable that Zhuhai and Macao could become one integrated city, just as in the 19th century Macao's Portuguese and Chinese cities fused together. The development of Zhuhai as a Chinese tourist and leisure resort does not contradict Macao's role as a tourist destination. Both cities currently promote a similar image. Zhuhai advertises itself under the slogan 'City of Romance.' This fits well with the image of Macao in Andy Lau's MGTO-supported film 'Look for a Star,' which promotes an elegant, clean and family-friendly image of Macao's new casinos.

The planning for Hengqin Island could become the model case for the development of a joint future and could help Macao solve its historical congestion

problem. Macao and Zhuhai could join forces to clean up the polluted water of the Inner Harbour. However, to develop an integrated urban space, the populations of the two cities and the developers must proactively work together to shape this space. Currently this seems not yet to be the case, as the only realized developments in the Inner Harbour—the Lorcha development and Ponte 16—are mainly oriented towards profit maximization without considering the scale of Macao's historical urban landscape. At the moment it is still mainly the central government in Beijing which is pushing for greater collaboration between Macao, Zhuhai and the cities in the PRD. In 2008, the central government put increasing pressure on Macao to put brakes on its casino development and to diversify its economy. It restricted the Individual Visit Scheme and ordered that no new casino licences be granted. In January 2009, 'The Outline of the Plan for the Reform and Development of the Pearl River Delta (2008-20)' was presented by the Central Government to emphasise the need for cross-boundary integration (en.ndrc.gov.cn retrieved 5.05.2009).

Macao and Zhuhai, which in aerial photos look like an already integrated urban space, on the ground still remain disconnected in many respects. And Macao's history suggests that its ambiguous borders will continue to exist—at least for the next 40 years. **RC**

Author's note: After submission of this paper, the National People's Congress Standing Committee of China passed a bill allowing Macao the rental of a plot on Hengqin island for the construction of a campus of the University of Macau. Thus it promotes a shift in Macao's development from the expansion of the gaming industry to education."

BIBLIOGRAPHY

- Breitung, Werner (2004). 'A Tale of Two Borders. Separation and Exchange: Macau's and Hong Kong's Borders with the Mainland.' *Revista de Cultural/Review of Culture*, International Edition, no. 9, pp. 6-17.
- (2007). *Overcoming Borders, Living with Borders*. Macao: Instituto Cultural do Governo da R.A.E. de Macau.
- (2009). 'Macau Residents as Border People: A Changing Border Regime from a Sociocultural Perspective.' *Journal of Current Chinese Affairs*, vol. XXXVIII, no. 1, pp. 101-27.
- Calado, Maria, Maria Clara Mendes and Michel Toussaint (1998). 'Macau: Memorial City on the Estuary of the Pearl River.' *Review of Culture*, English edition, no. 36-7, pp. 111-98.
- Campanella, Thomas J. (2008). *The Concrete Dragon*. New York: Princeton Architectural.
- Cheng, Christina Miu Bing (1999). *Macau: A Cultural Janus*. Hong Kong: Hong Kong University Press.
- Chung, Chuihua Judy et al. (eds.) (2001). *Great Leap Forward*. Köln: Taschen; Cambridge, Mass.: Harvard Design School.
- Cody, Jeffrey (1999). 'Cutting Fabric—Macau's San Ma Lo'. *Dialogue, Architecture + Design + Culture*, 030, pp. 52-9.
- (2003). *Exporting American Architecture, 1870-2000*. London and New York: Routledge.
- Choi, San (2001). 'Vestiges of the Amatory: Macau's "Happy Street" District.' In *Culture of Metropolis in Macau: An International Symposium on Cultural Heritage Strategies for the Twenty-first Century*, edited by A. H. Chen. Macao: Instituto Cultural do Governo da R.A.E. de Macau, pp. 177-84.
- Conceição Afonso, José da (1998). 'A Green Revolution in Nineteenth Century Macau.' *Review of Culture*, English edition, no. 36-7, pp. 217-49.
- du Cros, Hilary (2009). 'Emerging Issues for Cultural Tourism in Macau.' *Journal of Current Chinese Affairs*, vol. XXXVIII, no. 1, pp.73-99.
- and Lee, Yok-shiu F. (eds.) (2007). *Cultural Heritage Management in China: Preserving the Cities of the Pearl River Delta*. London and New York: Routledge.
- Donnan, Hastings and Thomas M. Wilson (1999). *Borders: Frontiers of Identity, Nation and State*. Oxford and New York: Berg.
- Edmonds, Richard Louis (1993). 'Macau and Greater China.' *The Chinese Quarterly*, 136, December, 878-906.
- and W. J. Kyle (2001). 'Land Use in Macau: Changes between 1972 and 1994.' In *Culture of Metropolis in Macau. An International Symposium on Cultural Heritage Strategies for the Twenty-first Century*, edited by A. H. Chen. Macao: Instituto Cultural do Governo da R.A.E. de Macau, pp. 239-58.
- Fernandes, Moisés Silva (2006). *Macau na Política Externa Chinesa, 1949-1979*. Lisbon: Imprensa de Ciências Sociais.
- Forêt, Philippe (2006). 'Globalizing Macau: the emotional cost of modernity.' In *Globalization of the Chinese City*, edited by Fulong Wu. London and New York: Routledge, pp. 108-24.
- Fraser, Niall (2008). 'Junkets are taking our prime customers.' *Macau Business*, March 2008, 64-7.
- Gaspar, Jorge (1999). 'Macau—Competitiveness and Urban Growth.' *Dialogue*, pp. 48-51.
- Gaubatz, Piper (2005). 'Globalization and the Development of New Central Business Districts in Beijing, Shanghai, and Guangzhou.' In *Restructuring the Chinese City: Changing Society, Economy and Space*, edited by F. Wu and L. Ma. New York and Oxford: Routledge, pp. 98-121.
- Harvey, David (2005). 'Neoliberalism "with Chinese Characteristics".' In *A Brief History of Neoliberalism*, edited by D. Harvey. Oxford, New York: Oxford University Press
- Imperadori, Marco, Arturo Montanelli and Guiliana Iannaccone (2007). *Carlos Marreiros: Un architetto fra due culture/Carlos Marreiros: An Architect between two Cultures*. Milan: BE-MA Editrice.
- Lee, Joanna and Ng, Mee-kam (2007). 'Planning for the World City.' In *The First Decade: The Hong Kong SAR Retrospective and Introspective Perspectives*, edited by Y. M. Yeung. Hong Kong: The Chinese University Press, pp. 297-320.
- Lee, Min (2007). 'Macau Casino Mogul Buys Stolen Relic.' *Washington Post*, 21.09.2007.
- Liu, Jen-Kai (2006). 'Bau einer Hochbahn.' *China Aktuell*, 6, p. 149.
- Lo, Sonny (2009). 'Casino Capitalism and Its Legitimacy Impact on the Politico-administrative State in Macau.' *Journal of Current Chinese Affairs*, vol. XXXVIII, no. 1, pp. 19-48.
- Macau Focus (2000). 'Macau and the Pearl River Delta,' vol. 1, no. 2, July 2000.
- Macau Success Ltd. (2006). *Annual Report 2006*: www.macaosuccess.com/eng/ir/reports/ar2006.pdf (accessed 28 July 2008).
- MGTO (2008) Macau: <http://hk.macaotourism.gov.mo/en/index.php> (accessed 20 August 2008).
- Orff, Kate (2001). 'Landscape Zhuhai.' In *Great Leap Forward*, edited by Chuihua Judy Chung et al. Köln: Taschen; Cambridge, Mass.: Harvard Design School, pp. 347-96.
- P & T Group (1998). *P & T Group: 130 Years Architecture in Asia*, Hong Kong: Pace.
- PATA (1994). *Macau: Tourism in Transition*. Unpublished report to the Macau Government Tourism Office.
- Pinheiro, Francisco Vizeu, Kogi Yagi and Miki Korenaga (2005). 'The Role of Iberian Institutions in the Evolution of Macau.' *Journal of Asian Architecture and Building Engineering*, vol. 4, no. 2, pp. 285-92.
- Pina, Joyce (2007). 'Public policy: lost in translation?' *Macau Business*, no. 44 (December).
- (2008). 'When the tables turn.' *Macau Business*, no. 56, December, pp. 33-8.
- Pina-Cabral, João de (2002). *Between China and Europe: Person, Culture and Emotion in Macau*. London and New York: Continuum.
- Pinto, Ricardo (2007). 'My confidence in Macau never changes.' Interview with Stanley Ho. *MacauCloser*, February, pp. 28-37.
- Pons, Philippe (2002). *Macao*. Hong Kong: Hong Kong University Press.
- Ponte 16. 'Post-Event Media Release of the Opening Ceremony,' 1 February 2008.

CIDADES E FRONTEIRAS

- Potter, Pitman B. (2007). 'Theoretical and Conceptual Perspectives on the Periphery in Contemporary China.' In *The Chinese State at the Border*, edited by Diana Lary. Vancouver and Toronto: UBC Press, pp. 240-70.
- Prescott, Jon A. (1993). *Macaensis Momentum: a fragment of architecture: a moment in the history of the development of Macau*. Macao: Hewell Publications.
- Sayer, Rosemary (2006). *The Man Who Turned the Lights On: Gordon Wu*. Hong Kong: Cameleon Press.
- Schmid, Christian (2006). 'Netzwerke—Grenzen—Differenzen: Auf dem Weg zu einer Theorie des Urbanen.' In *Die Schweiz – Ein städtebauliches Portrait*, edited by Roger Diener et al. Basel: Birkhäuser Verlag für Architektur, pp. 164-85.
- Spence Robinson Ltd. (1993). 'Shun Tak Centre/Macau Ferry Terminal.' In *Hong Kong Architecture: The Aesthetics of Density*, edited by Vittorio Magnago Lampugnani. Munich and New York: Prestel Verlag, pp. 38-43.
- Strange, Susan (1997). *Casino Capitalism*. Manchester: Manchester University Press.
- Studwell, Joe (2007). *Asian Godfathers: Money and Power in Hong Kong and South East Asia*, London: Profile.
- Tang, Kaijian (1998). 'An Investigation of the Construction of the City of Macau during the Ming Dynasty.' *Review of Culture*, English edition, no. 36-37, pp. 81-110.
- Tieben, Hendrik (2008). "'Hauptstadt der DDR', 'Zukünftige Bundeshauptstadt', 'Europäische Stadt', 'Stadt der Avantgarde' – Berlinbilder im Umfeld des 750-jährigen Stadtjubiläums 1987." In *Selling Berlin. Imagebildung und Stadtmarketing von der Residenz bis zur Bundeshauptstadt*, edited by T. Biskup and M. Schalenberg. Stuttgart: Steiner Verlag, pp. 245-60.
- (2008). 'How can World Heritage Areas be integrated into Urban Development? Connecting Macau's World Heritage Corridor with the Northern Barrier Gate.' In *Heritage 2008: World Heritage and Sustainable Development*, edited by R. Amoêda et al. Barcelos: Green Lines Institute for Sustainable Development, pp. 859-68.
- (2009). 'Urban Image Construction in Macau in the First Decade After the "Handover", 1999-2008.' *Journal of Current Chinese Affairs*, vol. XXXVIII, no. 1, pp. 49-72.
- Wan, P. Y. K., F. V. Pinheiro and M. Korenaga (2007). 'Planning for Heritage Conservation in Macau.' *Planning and Development* 22 (1), pp. 17-26.
- Wang, W. J. (1999). 'Reading Macau—A Tale of Two Cities.' *Dialogue, Architecture + Design + Culture* 030, pp. 30-9.
- Wang, Z. S. (2002). 'Challenge to Change Sustainable Development of Macau.' In *2001 International Conference on Sustainable Development and Green Enterprises*, edited by Environmental Council, Macao SAR. Macao: Macao Government Printing Department, pp. 143-156.
- Woodside, Alexander (2007). 'The Centre and the Borderlands in Chinese Political Theory.' In *The Chinese State at the Border*, edited by Diana Lary. Vancouver and Toronto: UBC Press, pp. 11-28.
- Wu, Fulong (2000). 'Place Promotion in Shanghai, PRC.' *Cities* 17(5), pp. 349-61.
- (2003). 'Globalization, Place Promotion and Urban Development in Shanghai.' *Journal of Urban Affairs*, 25(1), pp. 55-78.
- Xu, Jiang and Anthony G. O. Yeh (2005). 'City Repositioning and Competitiveness Building in Regional Development: New Development Strategies in Guangzhou, China.' *International Journal of Urban and Regional Research* 29(2), pp. 283-308.

Charged Infrastructures

Elaborations on the Hong Kong/Zhuhai/Macao Bridge

Jonathan D. Solomon*

"The proposed Hong Kong Zhuhai Macao Bridge (HKZMB), being situated at the waters of Lingdingyang of [the] Pearl River Estuary, is a large sea crossing linking the Hong Kong Special Administrative Region (HKSAR), Zhuhai City of Guangdong Province and Macao Special Administrative Region. The functions of the bridge are to meet the demand of passenger and freight land transport among Hong Kong, the Mainland (particularly the region of Pearl River West) and Macao, to establish a new land transport link between the east and west coasts of the Pearl River, and to enhance the economic and sustainable development in the three places."

Highways Department, The Hong Kong Special Administrative Region

* American architect based in Hong Kong. He is Acting Head and Assistant Professor in the Department of Architecture at the University of Hong Kong, where he teaches design studios and lectures in urban history and theory. He is author of *13 Projects for the Sheridan Expressway* (New York: Princeton Architectural Press, 2004), as well as being an editor of 306090 Books.

Arquitecto americano vivendo em Hong Kong. É Director interino do Departamento de Arquitectura da Universidade Hong Kong, onde lecciona design e teoria e história do urbanismo. É autor de *13 Projects for the Sheridan Expressway* (Nova Iorque: Princeton Architectural Press, 2004) e editor de 306090 Books.

CHARGED INFRASTRUCTURES

The Hong Kong/Zhuhai/Macao Bridge is more than an infrastructural link; it is a *Charged Infrastructure*, an exemplary instance of a new kind of urban border zone that will transform the distinct cities it connects into a contiguous but varied metropolis. Linked by global and regional flows of culture and capital and embellished by local differences in the face of increasing homogenization, *Charged Infrastructures* belong neither to the fantasy of the global generic, nor to the particular identities of the nation state. Rather, in cases such as that of the HKZMB, they excite through their geographic certainty, their political ambiguity, and their economic potential.

Comprising both the physical fabric of roads and the regulatory framework of borders, *Charged Infrastructures* supersede their singular role as either a

CIDADES E FRONTEIRAS

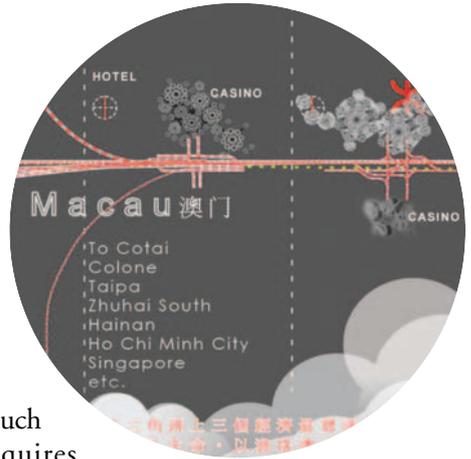
link between two points or a barrier between two areas to become a complex fabric capable of both joining and separating territories productively, and even of becoming territories themselves. The implications of such a fabric are evident from the scale of the HKZMB down to the scale of a city, a neighborhood, a building, or a room.

Charged Infrastructures take the need for both private development and for sustainable public amenity seriously and proposes radical ways in which these two conditions can overlap. The management of competition and connection, development and sovereignty, public use and private ownership, becomes the basis for a new kind of urbanism. We propose that the four municipalities of Hong Kong, Shenzhen, Macao and Zhuhai be connected by a fifth: a “Pearl River City” comprising the HKZMB and a network of new development

parcels atop it on elevated platforms and alongside it on artificial islands.

Naturally, such a conjecture requires wholly new developments at a grand scale as well as speculations into minor adjustments to existing plans would affect the larger whole, and to incorporate existing projects into ideas about a larger, linked system.

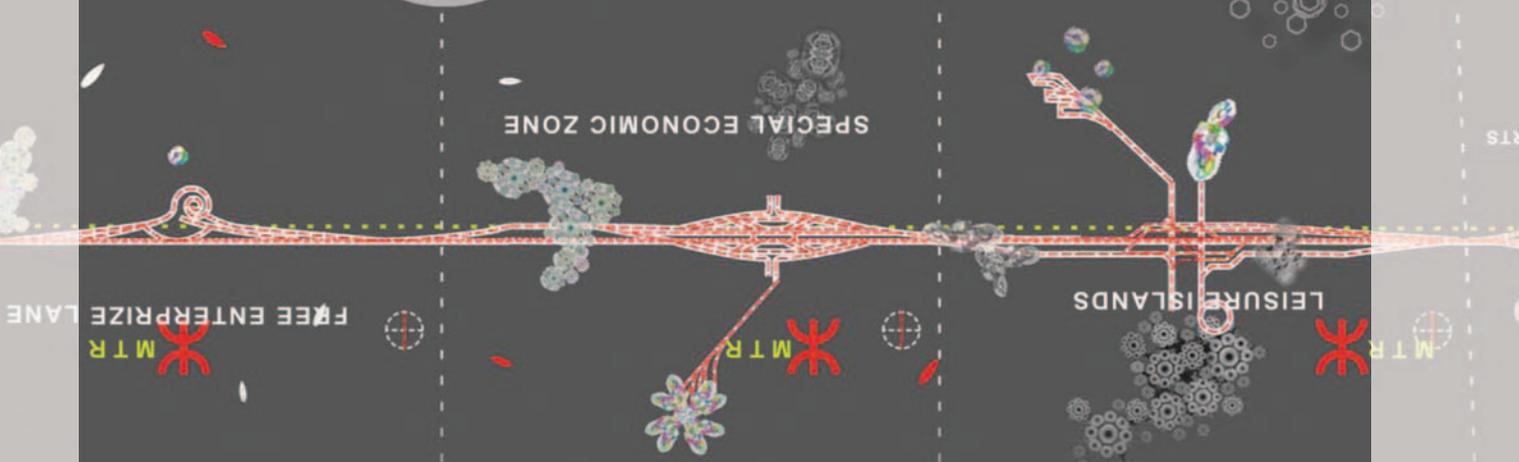
Charged Infrastructures is not simply a proposal for maximizing development. Rather it is a proposal for undertaking dense development concentrated along lines of infrastructures and for maximizing integration and communication within a contiguous region.



分爾及登距又令城市們能各自保留獨有的個性特質。一句話說，就是地理上的阻隔、政治上的曖昧、經濟上的

一個原型，它不僅打破“橋樑”作為聯接兩點這種功能上的傳統觀念，大橋還將道路網、邊境設施聯繫於一起成一個大系統。港珠澳大橋特別之處是它的所在之處及它的規模使這個連接工具本身也可成為這個有機系統的

MAXIMUM DEVELOPMENT IN HARMONY WITH NATURE!



追求最大的发展并与环境的共存是我们的伟大方向!

of roads and the regulatory framework of borders. Charged Infrastructures supersede their singular role as either a link between two territories productively, and even of becoming territories themselves. The implications of such a fabric are evident in cases such as that of the HKZMB, they excite through their geographic certainty, their political ambiguity, and their

CHARGED INFRASTRUCTURES

Elaborations on the Hong Kong Zhuhai Macau Bridge Jonathan D. Solomon, Allen Poon, Kenneth Yeung
Alan Sam Tung and Alan Tam

基建·熱：探討港珠澳大橋

Zhuhai 珠澳

HOTEL CASINO MTR RESORTS CASINO MTR CONTAINER PORT

Macau 澳門

To Cotai
Colonia
Taipa
Zhuhai South
Hainan
Ho Chi Minh City
Singapore
etc.

EXPRESS TRAFFIC LOCAL LOOP FREE ENTERPRISE LANE MTR LEISURE ISLANDS CASINO

TO BUILD A BRIDGE IS BLISSFUL TO BUILD AN ENORMOUS BRIDGE IS ENORMOUSLY BLISSFUL!

FREIGHT RAIL CONTAINER PORT SPECIAL ECONOMIC ZONE FISH FARMS

PRESERVE AND DESTROY! BUILD AND PRESERVE AGAIN!

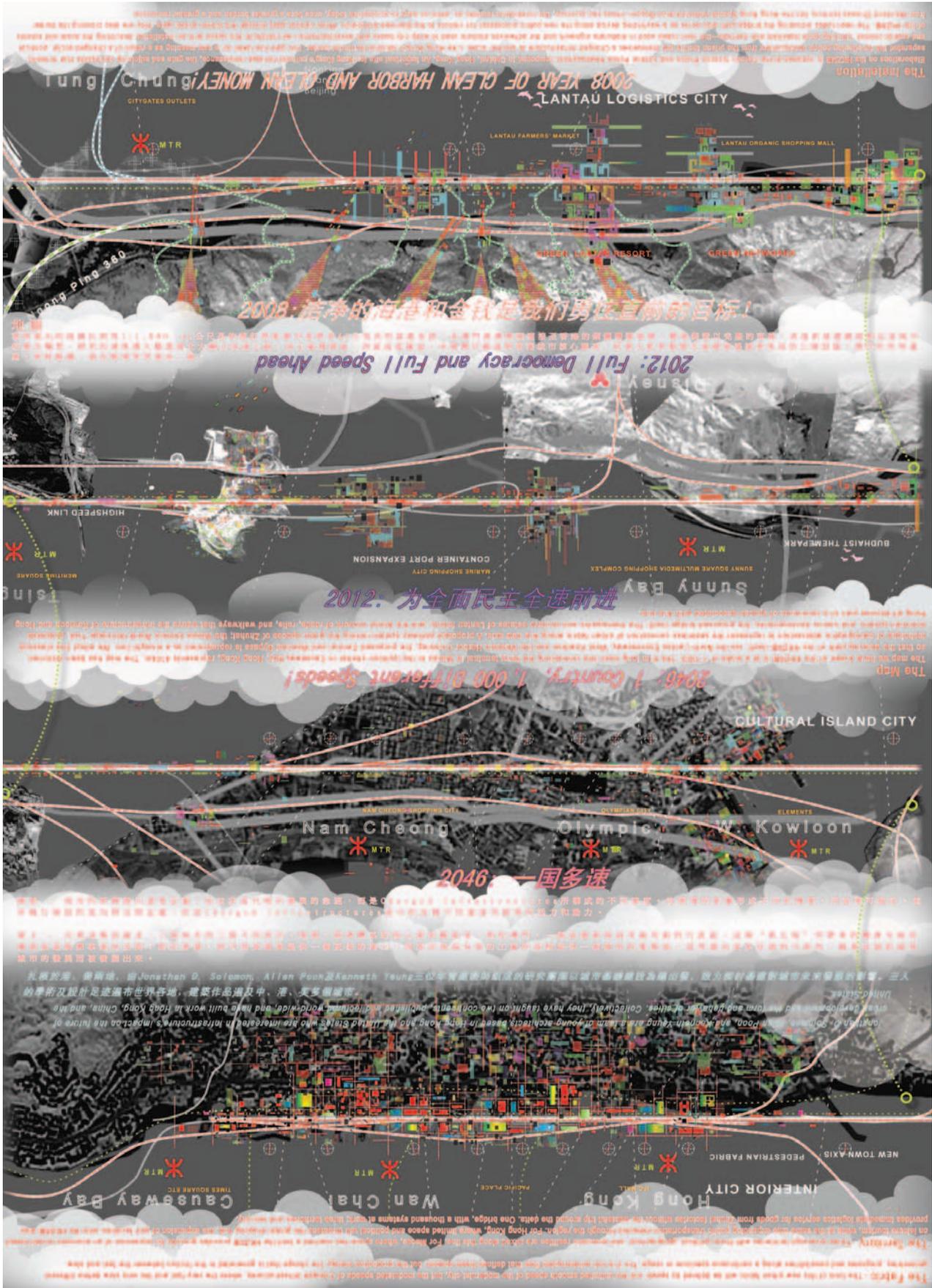
LANTAU TUNNEL LOCAL LOOP

保存、拆卸！建設、再保存！

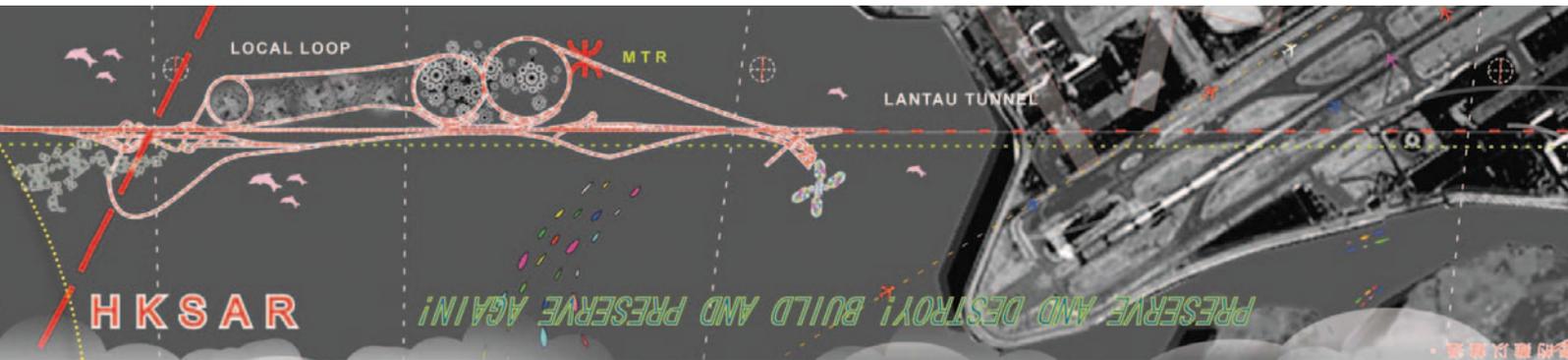
HKSAR / C

(Note: The image contains multiple columns of small text in English and Chinese, which are partially obscured and difficult to transcribe fully. The text appears to be a mix of commentary and technical details related to the bridge project.)

CIDADES E FRONTEIRAS



CITIES AND BORDERS



THE MAP

The map we have drawn of the HKZMB is at a scale of 1:2000. The 40m long neon line on the map connecting the ferry terminal in Macao to the typhoon shelter in Causeway Bay, Hong Kong, represents 80km. The map has been distorted so that the weaving path of the HKZMB itself, via the North Lantau Expressway, West Kowloon and the Western Harbor Crossing, the proposed Central and Wanchai Bypass is represented as a straight line. We adopt this classical technique of cartographic abstraction to represent the seamless connection of urban fabric along this new axis. A proposed parkway system linking the green spaces of Zhuhai; the Macao Unesco World Heritage Trail, proposed monorail system, and casino developments; the proposed bridge itself; the theme parks and enclave estates of Lantau Island, and the dense network of roads, rails, and walkways that weave the infrastructure of Kowloon and Hong Kong all become part of a continuum of spaces associated with this line.

THE INSTALLATION

Elaborations on the HKZMB was installed at the historic Victoria Prison and Central Police Headquarters compound in Central, Hong Kong. An important site for Hong Kong's cultural heritage renaissance, the gate and adjoining courtyards that formerly separated the functioning police headquarters from the prison facility are themselves a Charged Infrastructure at another scale. Like Hong Kong's national territorial border, this gate has taken on a new meaning as a result of a changed social, political and spatial context. Utilizing local materials and methods—the neon tubes used in elaborate signwork and the adhesives stickers used to wrap city busses with advertisements—we transform this space with an installation describing the scale and extents of the HKZMB. The neon tubes indicating the bridge path also serve as a wayfinding device along the new

public procession for visitors to the Biennale Exhibition. When visitors pass through the former prison gate, they are also crossing the border from Mainland Chinese territory into the Hong Kong Special Administrative Region—these two journeys, the installation reminds us, while so easy to accomplish today, once bore a greater burden and a greater resonance. **RC**

Charged Infrastructures
Elaborations on the Hong Kong/Zhuhai/Macao Bridge
 Design Installation

Hong Kong Bi-City Biennale of Architecture and Urbanism 2008
 “Re-Fabricating the City”

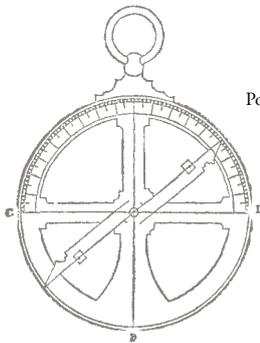
Project Team: Allen Poon, Kenneth Yeung
 Assistants: Alan Tam, and Sam Tung





Lisbon to Macao: The Occluded Geographies of Portugal's Discoveries

James D. Sidaway* and Marcus Power**



Portugal's was the pioneer empire in more ways than one, and it exhibited all the defects as well as all the glories of the age it inaugurated. No nation of the fifteenth or sixteenth century ever saw more, reported a greater variety of things, or left more of its imprint on the modern world, whose chief characteristic, after all, is mobility. (Diffie and Winus 1996: 434)

Macao makes much of its Portuguese past, and the winding alleyways and colonial architecture are constant reminders of the first Europeans to settle in the Far East. (Cheng 2003: 1)

INTRODUCTION

TWIN(ED) TOWERS

On what basis do the claims to primacy embodied in the two citations above rest? To consider this question, this paper will examine several emblematic buildings and the relations between them. We begin five years ago in Manhattan, when on 4 July 2004, the start of construction of the Freedom Tower that replaced the fallen twin towers of the World Trade Center was marked by a ceremony. The cornerstone, laid at Ground

Zero, forms a base to what is scheduled to be amongst the world's tallest buildings. At the US Independence Day ceremony, New York State Governor George Pataki described the anticipated tower as 'a new symbol of American strength and confidence.' But while New York's mayor and the state governor were unveiling the stone, another televised drama was taking place across the Atlantic. In Lisbon, the Portuguese national team faced Greece in the finals of the Euro 2004 Football Championship. The sporting events in Lisbon gained much larger television audiences than the ceremony in Manhattan. For both Greece and Portugal this match was a significant national event. Neither had qualified for a major final before. The match was eagerly anticipated all over Europe. Millions tuned in to watch Portugal lose to Greece, in front of a shocked Portuguese home crowd. The authors of this paper both watched the match via the BBC. Coverage began with shots of Lisbon, the gathering crowds in the stadium and moments of drama from the elimination rounds of the tournament. The BBC had billed this game as 'Founders of Civilisation' versus 'Discoverers of the World' and before the reporting moved to the pitch, viewers were told of Portugal's key historic role in discovery and exploration. The opening panoramas included Lisbon's

* Professor of Political and Cultural Geography at the University of Amsterdam. He has also taught at several British universities, at the University of Seville and at the National University of Singapore. He is an associate editor of *Political Geography* and co-editor of the *Singapore Journal of Tropical Geography*.

Professor de Geografia Política e Cultural na Universidade de Amsterdão. Lecionou em várias universidades britânicas, na Universidade de Sevilha e na Universidade Nacional de Singapura. É editor associado de Political Geography e co-editor do Singapore Journal of Tropical Geography.

** Reader in Human Geography at the University of Durham (UK). His research interests include post-socialist transformations in Southern Africa; critical geographies and genealogies of (post)development and post-colonial geographies of Lusophone Africa.

Assistente de Geografia Humana na Universidade de Durham (Grã-Bretanha). Na sua investigação interessa-se pelas transformações pós-socialismo no Sul de África, geografia e genealogia crítica do (pós)desenvolvimento e pelas geografias pós-coloniais da África lusófona.

CIDADES E FRONTEIRAS

waterfront Tower of Belém; a monument to those discoveries and every bit as symbolic as the Freedom Tower promises to be. This paper will return to that riverside Tower of Belém—and to its links with other towers. Our wider focus however will be on another international spectacle that was staged a decade ago in Portugal: EXPO '98, the last universal exposition of the 20th century, which received nearly 11 million visitors in the summer of 1998. EXPO '98 opened in Lisbon on 22 May and ran until 30 September, 1998. An officially sanctioned world exposition, as recognized by the BIE (*Bureau International des Expositions*) this was to be a 'specialized exposition', with a specific theme: '*The Oceans: A Heritage for the Future.*' EXPO '98 aimed to take its place as part of a rich tradition of international expositions alongside (for example) the first generally recognized world exposition of London

in 1851. The intention was to raise national self-confidence and 'to convince Portuguese people that they are as able as they were 500 years ago' (White 1996 cited in Corkill, 1999: 41). The idea for holding an international exposition in Lisbon was originally voiced by the National Committee for the Commemoration of the Portuguese Discoveries, a body set up in the mid-1980s to highlight the historic importance of the Portuguese discoveries made during the last decades of the 15th century (a period that reached its culmination with the first sea passage to India, by Vasco da Gama in 1498, and the discovery of Brazil in 1500 by Pedro Álvares Cabral). The overall EXPO '98 project was of strategic importance for Portugal as a whole and Lisbon in particular, since it would revitalise an urban area covering nearly 340 hectares of ideally situated, eastern Lisbon, Tagus riverfront real estate.¹ Over the course of its one hundred and thirty-two days, some 11 million visitors came to the Lisbon World Exposition

Torre de Belém, Lisbon.



CITIES AND BORDERS

to celebrate the heritage of the world's oceans and to commemorate Portugal's vision of a heritage of imperial discovery.

This paper examines the ways that EXPO '98 drew upon imaginative geographies of exploration and discovery. It does this, however, in order to destabilise these narratives and to open them to creative reinterpretations. Official Portuguese narratives about the Portuguese key role in discovery (like the claims of the imperial order in Portugal that persisted until the mid-1970s) cannot be understood in their own terms (Santos 2002). Thus we examine how the vision of Portuguese empire and discovery offered by EXPO '98 occluded other geographies that were intrinsic to the 'discoveries.' Such critical thinking about EXPO '98 (in the context of prior Portuguese expositions earlier in the 20th century) is thus suggestive; for Portuguese historical and geographical narratives continue to claim a pioneering and original Portuguese role in exploration and discovery and hence in the making of a putatively Western-centred modernity.

Our study opens in the Lisbon suburb of Belém (a few kilometres from the main EXPO '98 site) which served as the location for earlier Portuguese expositions, notably the Exposition of the Portuguese World organised by the right-wing imperial *Estado Novo* (New State) in 1940 and whose monuments—as we briefly examine below—were incorporated into that exposition and remain key tourist sites and icons of 'Portugueseness'. We will begin, therefore, in Belém, and set out some of the ways that it has become an iconic place within Portuguese narratives of identity. This serves as a prelude to our examination of EXPO '98 and allows us to trace the continuities in the way that discovery and exploration are narrated as Western projects whose key point of origin is held to be Portugal. In this task, we will focus on the famous medieval tower at Belém, which has found itself appropriated with prior Portuguese colonial expositions (such as that of 1940) as a symbol of Portugal's genius for exploration. Noting how the tower at Belém has since been officially twinned with an even older riverside tower in Seville (*Torre del Oro*)² and is now echoed by a new *Vasco da Gama* tower upstream at the EXPO '98 site enables us to uncover more hybrid geographies of exploration and discovery and the making of modernity.

Torre Vasco da Gama, Parque Expo, Lisbon.



CIDADES E FRONTEIRAS

THE POINT OF ORIGINS?

In his collection *Mythologies*, Roland Barthes critiqued the bourgeois and clerical rendition of ‘landscapes’ and ‘sights’ found in tourist guidebooks. He was particularly scathing about what later commentators have described as the ‘tourist gaze’ and the ways in which it was being directed to monuments and vistas divested of their deeper political and contested contexts and of the social relations of their production. Thus Barthes (1993: 76) commented on the famous series of *Blue Guides*: ‘By reducing geography to the description of the uninhabited world of monuments, the *Blue Guide* expresses a mythology.’ Barthes (1993) thus notes how, for example:

Spain according to the *Blue Guide* knows only one type of space, that which weaves, across a few nondescript lacunae, a close web of churches, vestries, reredoses, crosses, alter-curtains, spires (always octagonal) [etc].... To select only monuments suppresses at one stroke the reality of the land and that of its people. (pp. 75-6)

Allow us, however, to cite from the 1996 edition of the *Blue Guide to Portugal*. The guide directs visitors to Lisbon towards the suburb of Belém along the shores of the *Tejo* [Tagus], where, amongst other icons of Portugal’s and Europe’s ‘heroic’ age of colonial ‘exploration and discovery, they may visit the ‘splendid’ *Torre de Belém*:

Constructed by Francisco de Arruda between 1515 and 1520, and dedicated to St Vincent.... Its main external features are the square tower adorned with *ajimece* windows [an arabesque style] and Moorish balconies and the advanced platform whose battlements bear the shield of the Order of Christ.... On either side are columns topped by armillary spheres [globes], the device of Dom Manuel.... Stairs climb to the flat roof, providing a fine panoramic view of Lisbon and towards the mouth of the Tagus estuary. (Robertson, 1996: 133)

More widely, Belém (the Portuguese name for Bethlehem) signifies birth, origins and claims of divinely ordained destiny. This essential tourist site/sight for visitors to Lisbon (and in representations of the city), contains an extraordinary concentration of icons of Portuguese exploration and discovery; a gigantic mid-20th century monument to the discoveries above a mosaic map of the world (a gift from Portugal’s ally of

apartheid South Africa in the 1960s), the 15th century *Mosteiro dos Jerónimos* (which houses the tombs of the navigator Vasco da Gama and Luís de Camões, the poet who described the Portuguese exploits in his epic poem *Os Lusíadas*), and of course the *Torre de Belém*. Both the tower and the monastery are constructed—as the *Blue Guide* tells us—in a classical style, termed (since the 19th century) *Manueline* (after Dom Manuel I, 1495–1521). This is an architectural genre rich in colonial motifs such as nautical ropes, tropical palms, sails and sextants. Moreover, as Cheng (1999) notes:

The Jerónimos Monastery not only contains several magnificent examples of the flamboyant Gothic style (known in Portugal as Manueline style), but also gains its fame by housing the sarcophagi of Vasco da Gama and Luís Vaz de Camões. The former was Portugal’s most valiant navigator while the latter was one of its most famous poets who composed the epic *Os Lusíadas*... (first published in Lisbon in 1572). The hero in the epic is the historical Vasco da Gama... [Camões] aspiration in *Os Lusíadas* was to do for Portugal what he believed Homer had done for the Greeks and Virgil for the Romans: the epic was to chronicle heroic deeds in order to reawaken his countrymen to the values and pride that would renew the nation... The ten-canto *Lusíadas* interweaves with historical reality and myth-making. It is a collection of lyrical hymns and poems celebrating the epic grandeur and the Portuguese ‘atrevimento’ (pride and presumption) in venturing into the seas during the Age of Discovery. Camões obviously modelled the literary tradition after the inventions of Homer’s and Virgil’s classical epic fictions. Like the *Odyssey* and the *Aeneid*, *Os Lusíadas* has given the poem its place in ‘world literature.’... However, similar to da Gama’s presumptuous transgression into uncharted seas, Camões stacked his own claim—another version of overweening pride—in considering his poem superior to Homer and Virgil because it celebrated a heroism that was not fictitious. (pp. 12-3)

A more recent cultural centre (constructed in time to host a 1992 EU summit) and a sombre memorial to the thousands of Portuguese dead of the colonial wars reinforce the sense that this place embodies Portugal’s world-historical mission of discovery and colonialism (as

CITIES AND BORDERS

well as the violent struggle for decolonization and post-colonial rehabilitation). A guide to recent architecture in Lisbon notes how the Belém Cultural Centre:

is a bold symbol of Lisbon's architectural, economic and political renewal.... The origins of the centre's urban framework lie in the urban design policy of the [1926-74] New State... when [at the end of the 1930s]... it staged 'The Portuguese World Exhibition' to exalt the country's nationalism. The modern building is constructed on the same site and is now the largest cultural edifice built... since the downfall of Salazar's dictatorial rule. (Santos 1998: 112)

Indeed, Belém also formed a central part of a series of state-sponsored expositions through the 20th century, most prominently in 1940 under Portugal's right wing New State regime led by António Salazar (Louro 1996), culminating in the EXPO '98 World Exposition, where a number of symbolic voyages of discovery were re-enacted by replica caravels.

IMPERIALISM AS EXHIBIT

Nearly two centuries of world fairs have become a fertile subject for critical commentary as sites where a commodity world was on show, as imperial spectacles, and as pictures of capitalism and a world of 'resources' (Olds and Ley, 1988). From London's Great Exhibition of 1851 (generally acknowledged as a forerunner), through the World Exhibition held in Paris in 1889, through attention to further imitations and elaborations of expositions in places such as Barcelona, Berlin, Seville, Chicago and Toronto, critical accounts have excavated the mode of representation evident at the world's fairs. According to Gregory, who re-examines the work of Mitchell (1989), these exhibited landscapes of bourgeois and imperial ideology have rested upon a:

process of enframing... [that] conjures up a framework that seems to exist apart from, and prior to the objects it contains... a highly particular way of thinking about—and, indeed being in—the world, so Mitchell argues, which is peculiar to European modernity. (Gregory 1994: 37)

Subsequent work on world's fairs has examined a wide range, from 19th century Stockholm (Pred 1995) and Chicago (Domosh 2002) via inter-war Paris (Gouda 1995; Strohmayer 1996) to late 20th century

Seville (Harvey 1996) on the quincentenary of the putative 'discovery' of the Americas and the Swiss tradition of worlds fairs (Söderström 2001)—all sites of what Mitchell (1989) had described as 'The world-as-exhibition.' However this critical literature has largely overlooked Portuguese events. Thus, Power (2002) and Sieber (2001), on whose accounts we shall draw here, are—as far as we are aware—the only sustained critical accounts of EXPO '98. Both locate it as an elaboration of a tradition of large-scale Portuguese expositions earlier during the 20th century (notably Porto in 1934 and Belém in 1940). Moreover, Power and Sieber show how such past Portuguese expositions and EXPO '98 have all been 'exemplary' in what came to typify expositions more widely: the mix of money-making (in particular related to dealings around land and property), imperialist ideology and privileging of Western science and 'civilisation' and its putative contribution to progress and modernity. Domosh (2002) for example, points out that world fairs have classically embodied:

The discourse of civilization/savagery...an ideology that orders both time and space in a hierarchy [an] ideology that 'naturalized' the 'superiority of some humans over others'.... Within this discourse human history was envisaged as an evolutionary process that began in a remote past as a stage of savagery, and that moved inexorably and inevitably through various stages of barbarism to reach civilization. (p. 186)

Moreover, this evolution was held to be pioneered by a self-confident 'West,' and expositions served as sites in which this western role could be celebrated amidst a parodying of the non-West. This imperial aspect of world fairs has lessened with the decline of formal empires. However, key aspects of it endure and are reformulated in the technological and commodity celebration of more recent expositions.

We will examine the forms of this reformulation at EXPO '98. This requires a return to earlier Portuguese expositions. All these are shown to have rested on the myth of the originality (and with this, the frequently assumed 'superiority') of Western knowledge. We will reconsider the claims of Portugal's (and wider European and Western) uniqueness as a pure source of science, commerce, civilisation, and modernity and as the original points of discovery and

CIDADES E FRONTEIRAS

progress. We begin the next section with an account of the extraordinarily dense history of expositions in Portugal, culminating in a critical account of EXPO '98—the last universal exposition of a century characterised by an excess of world's fairs and similar events. The account of EXPO '98 enables us to specify how imperialist discourse (developed as an ideology of empire in Portugal's right-wing regime from the late 1920s to the revolutionary rupture of April 1974, when Europe's most enduring overseas empire was finally swept away) has been reworked in 'post-colonial' Portugal. It also permits an interrogation of the wider geographical and historical assumptions on which imperial discourse rested and suggests a means whereby they may be deconstructed; enabling occluded geographies and alternative imaginaries to (re)surface.

CONSTRUCTING PORTUGAL

A CENTURY OF PORTUGUESE EXPOSITIONS

As the dictatorship of Salazar deepened its hold on power in the 1930s, it drew increasingly on a number of historical and imperial themes in an attempt to bolster its hegemony and legitimacy: what critical observers have termed 'the labyrinth of myths' (Guimarães 1987) or have referred to as the 'metaphysics of colonialism' (Figueiredo 1975). This official 'mythology/metaphysics' celebrated Portugal's *missão de civilização* (civilising mission), through the construction of a particular mythology—a potent mix of historical, religious and geographical themes and metaphors that scripted Portugal as a crucial font of civilisation with a grand mission to *lusitanizar* other peoples and by extension, as a great power at the heart of an empire that stretched *de Minho a Timor* (from the Minho to Timor) (Cairo 2006; Sidaway and Power 2005). Whilst these re-incorporated earlier expressions of mission (and messianic claims), the *Estado Novo* increasingly had at its disposal the modern ideological state apparatuses of mass media and education (as well as the 'traditional' religious modes). These made for an increased administrative capacity of the state to codify and disseminate an imperial geopolitics, perpetuating the legend of Portugal as a centre of world history. In particular, the *Estado Novo* was able to draw (from the early 1930s onwards) on an imperial broadcasting service that was in turn closely mirrored by and linked

into specific 'local' broadcasting networks across the empire (Power 2000). Lisbon (despite the dire poverty of many of its residents) was energetically promoted as the great imperial capital (see Fernandes 2003; Ferreira 1987). A key expression of this was the series of conferences, expositions and spectacles in Lisbon and Porto in the 1930s and 1940s which were aimed at 'reformulating Portugal's wounded sense of incomplete modernization in a newly affirmative light' (Pina-Cabral 2002: 68). Led by the National Propaganda Secretariat, these were associated with wider urban renewal programmes aiming to shape local infrastructures in areas where they were staged, leaving a lasting physical legacy that still shapes the urban cultural landscapes of Portugal today and is still very much a part of the economy of its 'visual culture' (Sapega 2002).³ This includes the decorative motifs that adorn the interior and exterior of many public buildings, whole neighbourhoods constructed during the fascist impulses of this period, and the many statues, public parks, gardens, castles, palaces and churches carefully restored by the regime. All of these key sites and places of imperial memory stand as testament to the attempts by the New State to embed and enshrine (within the popular political and cultural imagination of Portuguese citizens) a sense of Portugal's historical destiny in the empire. They were replicated in all Portuguese 'overseas territories,' from Angola to East Timor. State buildings, banks and monuments, maps, school textbooks and the postage stamps that enabled communication within the imperial space all celebrated an historic sense of Portugal's destiny as a font of discovery and exploration (Cusack 2005). Moreover, these discourses continue to shape the national imagination of what it means to be Portuguese.

This moment framed an enduring vision of Portugal, marking out the notion of it as a pioneering metropolitan centre (Sieber 2001; Ribeiro 2002). In discussing the conferences, expositions and museums of Salazar's cultural vision, da Silva notes something of their frequency, scope and number, which is worth quoting at length:

[in 1930] the National Colonial Congress; in 1933, the National Imperial Congress; in 1934, the Military Colonial Congress, the First Congress of Colonization, the Porto Colonial Exposition, the First Congress of Commercial

CITIES AND BORDERS



"Portugal não é um país pequeno" (Portugal is not a small country). Map organised by Henrique Galvão. Penafiel: Câmara Municipal, ca. 1935.

Interchange with the Colonies and the First National Congress of Colonial Anthropology; in 1936 it was the occasion of the First Economic Conference of the Portuguese Colonial Empire and of the Conference of Colonial High Culture and, a year afterwards of the Historical Exposition of Occupation and of the First Historical Congress of the Portuguese Expansion in the World. Publications as diverse as *Cadernos Coloniais* [Colonial Notes], *O Mundo Português* [the Portuguese World] and the *Boletim da Agência Geral das Colónias* [the Bulletin of the General Agency of the Colonies] broached the imperial theme on the most varied angles... the Portuguese Colonial Library (on the XIX century), the Collection for the Empire and the Collection of the Classics of the Portuguese Expansion in the World; in the schools were organised 'colonial weeks'... annual competitions

of Colonial Literature were also organised... (Silva 1992: 372)

In 1940, when much of Europe was enduring occupation, Belém witnessed a grand *Exposição do Mundo Português* [Exposition of the Portuguese World]. A few years earlier, in its second city of Porto, the Portuguese authorities had staged a similarly opulent *Exposição Colonial Portuguesa* [Portuguese Colonial Exposition] where reconstructed villages from various parts of the empire and a 'typical' Macao street were major attractions. Whilst Portugal remained formally neutral in the War, the fascist elements and orientation of the regime led by Antonio Salazar were evident at both expositions. More strikingly however, the imperial pretences of Portugal's variant of fascism and the geography of its own occupation of other lands were celebrated, amidst claims that 'Portugueseness' [*Portugalidade*] amounted to a special vocation for exploration and discovery.

CIDADES E FRONTEIRAS

Thus, in Porto in 1934, the *Palácio da Exposição Histórica da Ocupação*:

had a high patriotic significance...as a maximum expression of the genesis of our force, of our sentiment as a colonial people that, five centuries ago initiated their history overseas [*do Além-Mar*], upon giving new worlds to the world, charting routes, destroying myths, discovering, conquering, teaching, peopling, civilising and spreading faith to the remote parts of the earth! (Santos 1937: 6)

For the New State and its 'provincial' representatives, these and other smaller scale expositions represented a living colonial 'lesson' of the highest moral value, illustrating the 'values and heroisms of the *Pátria*', demonstrating the effort in terms of

'lives, dedications and sacrifices made in the name of maintaining Portugal's historic heritage' (Santos 1937: 6). The *Exposição do Mundo Português* (Exposition of the Portuguese World) in 1940 marked the high point of this nationalist-imperialist propaganda (Almeida 2005) and sought to illustrate the 'modernisation' of Portugal since the 'national revolution' in 1926, depicting the country as progressive and modern. The Estado Novo used this exhibition to diffuse and legitimate the dictatorship's values, ideology and specific representation of historiography through the use of carefully planned myths, images and symbols, including a number of decorative sculptures of Vasco da Gama and Ferdinand Magellan (Fernão de Magalhães). The aim was to symbolise the spirit of discovery and to construct this as something irrevocably woven into the ancestral fabric of

the nation, part of Portugal's 'indelible connection' to the seas. The exhibition site in Belém took over two years to complete and involved some 5000 workers. With the *torre* incorporated into its fabric of empire and nation, the exposition was scripted as an embodiment and celebration of Portugal's place in the world and global destiny.

Related construction also took place in Macao in 1940, a place that 'played an important symbolic role in the Portuguese empire' (Pina-Cabral 2002: 68). In front of the Leal Senado (the main government building in Macao located in the town square) a statue of a Macanese military officer, Colonel Vicente Nicolau de Mesquita (who had led Portuguese forces against the Chinese military and 'secured' continued Portuguese rule in



Monument to the Discoveries, Belém, Lisbon.

CITIES AND BORDERS

the 1840s), was unveiled in 1940 along with a statue nearby of the mid-19th century Portuguese governor Ferreira do Amaral, who had been killed in attempts to extend the territory under Portuguese control at the expense of China. Both statues coincided with the *Exposição do Mundo Português* back in Portugal. Both stood 'as blatant affirmation of colonial pride' (Pina-Cabral 2002: 68), while their presence 'shouted Portugueseness' and aimed 'to 'prove' to the Chinese what actual diplomatic negotiations had never managed to do: that Macao was an inalienable part of Portugal.'

After years of pressure from Beijing, Amaral's statue was eventually shipped to Lisbon in the early 1990s, where it now resides in a park. Vicente Nicolau de Mesquita's suffered a worse fate. It was torn down from in front of the Leal Senado in disturbances in late 1966 (at a time when the Cultural Revolution was sweeping the mainland and heightening political passions and pressures in Macao). Subsequently, the square and surrounding roads were redeveloped into a pedestrian thoroughfare, and a decorative fountain was built on the site where the statue had stood. Just before the establishment of the Chinese administration in 1999, the Portuguese authorities reconstructed the fountain with an armillary sphere over it 'representing the universalizing achievements of the 'Portuguese Discoveries'' (Pina-Cabral 2002: 77).

While Macao was the setting for new statues in 1940 reaffirming Portuguese authority, back in Portugal, for Salazar and his ideologues, the significance of the year was not just that events in Europe seemed to have moved decisively in favour of the Axis (making for a difficult Portuguese balancing act), but that behind a frontier with Spain secured by agreement in 1939, Portugal could celebrate the tri-centenary of the (1640) restoration of independence (from 60 years of Castilian dominance) and look to new glories. Employing more than 100 artists for a year in the second half of 1940 (and occupying some 560,000 square metres), around three million visitors made the Exposition of the Portuguese World one of the leading spectacles and celebrations of Portuguese imperialism.

The organisers were explicit about the aims of the exposition in terms of it representing a particular set of relations between the past, present and future. According to the declarations offered at the inauguration of the exposition on 23 June 1940 and in the words of its *Comissário Geral*, Augusto de Castro (1956):

In the first place, the projection on the past, as a gallery of heroic images of the foundation and of the national existence, of the universal Christian and evangelistic function, of the race, of the maritime and colonial glory, of the empire; in second place, the affirmation of moral, political and creative forces of the Present; in the third place, an act of faith [*auto-de-fé*] in the future. These three objectives come together in one: testimony and support of the national Consciousness. (p. 44)

The Exhibition site (described by de Castro as the 'symbolic city of Portuguese history') comprised a range of pavilions devoted to the foundation of the nation, the discoveries, independence and the Diaspora. A pavilion dedicated to contemporary Portugal (Portugal 1940) highlighted the achievements of the *Estado Novo*. Smaller pavilions housed exhibits for Lisbon and Brazil (the only foreign country invited to participate) and visitors could also enjoy a Portuguese boat (*nau*), replicas of Portuguese villages, tropical gardens, and an amusement park. Built as the Exhibition's centrepiece on the seaboard opposite the Jerónimos Monastery, the *Padrão dos Descobrimentos* (monument to the discoveries) was originally constructed from temporary materials but later rebuilt as a permanent structure for the Henrician anniversary celebrations in 1960. Meanwhile, in the colonial section, the popular attractions included a Mozambican village and a 'typical' street from Macao. A number of items remain today including the marina, the marine horses (sculpted by António Duarte) and the tropical gardens. This and some of the other grand imperial expositions of the 1930s and 1940s had constructed Portugal's Maritime Empire as one of the 'greatest achievements of mankind' and depicted *Portugalidade* as something irrevocably woven together with an ancestral 'spirit of discovery.' Similar resonances of the 'discoveries' were to return in 1998.

POSTCOLONIAL REORIENTATIONS

Faced with increasing armed insurrection in its African territories, most of the Portuguese empire was swept away (amidst revolutionary turmoil) in 1974-5. Thus in April 1974, the Portuguese armed forces—realising that the colonial wars were unwinnable—staged a successful coup which quickly brought about the end of the right-wing colonial regime. Portugal's

CIDADES E FRONTEIRAS

colonial territories (with the exception of Macao, which retained the status of ‘Chinese territory under Portuguese administration’ until 1999 and East Timor which was annexed by Indonesia) were all independent within eighteen months. Within Portugal itself, the political balance swung dramatically left. Only in the latter part of the 1970s did Portuguese politics stabilise and the prospect of further leftward turns and wider social revolution recede. By the mid-1980s therefore, Portugal, in the words of a preface to a recently published *Traveller’s History* of the country (destined, like the *Blue Guides* before it, for Anglophone tourists in Portugal) ‘was able to cleanse and rehabilitate itself as a ‘normal’ western European state’ (Judd 2002: x).

However, this particular *Traveller’s History* also touches upon the ways that Portuguese imperial discourses have proven more enduring than the empire itself:

On realizing what some might describe as ‘political maturity’, in developing her economy, and having displayed a remarkable capacity to adjust rapidly to the very different world in which she found herself after weathering the turmoil of revolution, Portugal now enjoys her well-merited place in the community of Europe. Although one of the smallest, she is one of Europe’s longest-surviving independent nations and retains her characteristic individuality. One should not forget that she was also the foremost, by her ‘Discoveries’, in expanding Europe’s horizons during the fifteenth, sixteenth and seventeenth centuries. (Robertson 2002: 157)

The references here to ‘Europe’ epitomise the wider ways that Portuguese imperial discourses are reworked and re-narrated as Portugal sought to accommodate itself to its relatively peripheral position in contemporary Europe. At EXPO ‘98, Portuguese geographers, navigators and cartographers were celebrated and commemorated for their ‘gift to humanity’ and to the making of (European and hence Western) modernity. Portugal—through its pioneering role in overseas discoveries—was being ascribed a key position in the making of a wider European identity.

Designed to be visited on foot, the EXPO ‘98 site was oriented along two perpendicular axes, one running north-south, along the Alameda Avenue, with the north and sea (now south) entrances at either end. The east-west axis started at the Sun Entrance (now the

Vasco da Gama Shopping Centre), crossed the *Estação do Oriente* (a new metro station) and ended on the banks of the Tagus estuary. The thematic pavilions on the site included a Nautical Exhibition and Water Gardens, the Garcia da Orta Gardens (named after a Portuguese physician who lived in Goa in the 17th century, of whom more will be said later in our paper), the Knowledge of the Seas Pavilion, the Pavilion of the Future Oceans, the Portuguese Pavilion, the Virtual Reality Pavilion and the Utopia Pavilion. In addition to the Thematic Pavilions, dedicated to the theme of the oceans and situated at the centre of the exposition, were the pavilions of the various participants, in five separate sections: North International Area, South International Area, International Organizations Area, National Organizations Area and the area dedicated to Corporations. The EXPO grounds also included restaurants and shops.

Additionally there was a *Pavilhão de Macau* built at a cost of US\$ 3.2million, which, according to *The Economist* was ‘by far the most popular feature of Lisbon’s EXPO ‘98... receiving some 4 million visitors, ten times the population of the Chinese enclave itself’ (*The Economist* 1998).⁴ Indeed it was popular, with Disney offering to buy and re-enact the 600 square metre pavilion in Florida (MET Studio 2008). The design focused on a 80% scale replica façade of the 17th century baroque Sao Paulo church—combined with a high-tech interior to create a walk-through ‘quadroscope’ culminating in a six-minute finale film show projected onto a wrap-around screen and interactive models linked to a dramatic audio visual show in the round. Just as several colonial expositions had done, the pavilion also boasted an entire Macao street and a large Chinese garden complete with thirty-six live dancers, jugglers and gymnasts. Visitors could sample Chinese tea or buy ‘genuine and authentic articles from Macao’ in the pavilion shop, they could visit the craft *A Lorcha* (built in Macao and transported to Lisbon) or eat at the Macanese restaurant. Vegetation from Macao was on display in the *Garcia da Orta* gardens while *Dia de Macau* [Macao Day] was celebrated on 23 June featuring a Chinese orchestra, Chinese artists and martial arts performances.

Overall, the exposition attracted 11 million visitors. Although short of the predicted 15 million, this was still viewed largely as a success story for the Portuguese state in finessing the image of Portugal. Portugal was on show. Special collections of national

CITIES AND BORDERS

coins and stamps were offered throughout 1998 in association with the exposition organisers (EXPO '98 Informação 1998: 13). The site chosen for the exposition was also adjacent to the Vasco da Gama Bridge, which stretches ten kilometres across the river Tagus, the largest civil engineering project of its kind in Europe.

EXPO '98's grounds were located in the declining Lisbon docklands area on the Tagus River and included what had become largely disused nodes of imperial trade and power; a former dockyard, a refinery complex and a military depot. Funded by €240 million of EU subsidies (about half the EU urban regeneration budget for Portugal for five years), and with the other half of its construction costs met by the Portuguese state, the construction of the exposition was closely linked to wider urban and regional regeneration plans for transport and communication infrastructures and local urban and regional economies.

Moreover, EXPO '98 projected a national and international vision of the Portuguese as European pioneers, as a nation that responded to its destiny and a 'longing for the sea'. In so doing, Portugal is shown to have bestowed the gift of geographical and scientific knowledge of the oceans on all humanity. In the words of the then Portuguese President Jorge Sampaio, EXPO '98 began by welcoming everyone to one of Europe's oldest nations:

Welcome to Portugal, a country with a history of many centuries, a language spoken by many people, a culture of many horizons. A European, Atlantic and Mediterranean country. The country which greets you, is a country of freedom, open to modernisation, a nation which left its imprint and many memories in all continents and made the sea its own destiny because, as Fernando Pessoa once put it, 'It heard the present sound of that future/sea the voice of the earth longing for the sea.' (Sampaio 1998: 33)

Yet the reference to the imprints of Portuguese culture and memories, stretching across all continents is reminiscent of the language of the *Estado Novo* that dominated Portuguese affairs between 1926 and 1974. The organisers actively turned to the history of its empire, particularly the late 15th and early 16th centuries, in search of the reaffirmation of what it meant to be Portuguese at the end of the 20th century. An evocation of this past became a necessary pre-condition for anticipating a national and global future.

Thus EXPO '98 stressed the contributions of Portuguese navigators and explorers, botanists and cartographers during the beginnings of Europe's imperial adventure. An image of Vasco da Gama adorned a range of national postage stamps to coincide with EXPO '98 and appeared on the tickets used to enter the exposition itself. Visitors not arriving via the specially constructed connection to the Lisbon metro system, the *Estação do Oriente* (Station of the Orient/East), might have crossed the river Tagus on their way to EXPO '98 and thus travelled across the Vasco da Gama bridge to reach an area of the Lisbon docks once utilised by Portuguese naval vessels destined for the Empire. Shortly after the exposition closed, the 'Columbus' shopping mall in Lisbon opened, adopting the decorative theme of the 'age of discovery', with plazas and 'streets' of the mall named for lands 'discovered' by Portugal and decorated with frescos and mosaics depicting old maps, navigational tools and 16th century galleons (Klimt 2000: 546). Alongside the Expo 98 site a similar 'Vasco da Gama Mall' has been constructed, and today, a decade on from the exposition, visitors are lured to the site by this mall, the nearby restaurants alongside the *Avenida da Índia* and the views across the city and the Tagus from the *Torre Vasco da Gama*.

In these senses the exposition is best viewed as forming part of a 20th century repertoire of exhibitions that prioritised the era of the *Descobrimentos Portugueses* (Portuguese Discoveries). At EXPO '98, the Portuguese pavilion represented this spirit of discovery and curiosity about the oceans as particular to the Portuguese and irrevocably woven into the national cultural fabric. Indeed, official Portuguese narratives of the nation are invariably based on what Madueira (1995) terms a sense of 'temporally confined spatial displacement', on a longing for the sea and the era of 'the voyages' overseas in the 15th and 16th centuries. These are a legacy of the New State:

In the Salazarist period, the constructions of Portuguese 'identity' which accrued to themselves an unquestioned hegemonic status were those which emphasized a national 'specificity', a specific national *difference*. This distinguishing feature of Lusitanian identity finds its most cogent expression in the myth that the Portuguese sense of nationhood is (paradoxically) grounded on a temporally confined spatial displacement: the voyages of discovery. (Madueira 1995: 18)

This sense of national specificity is intimately

CIDADES E FRONTEIRAS

connected to the history of the geographical discoveries and was powerfully illustrated in a series of interviews in 1963 between George Ball (an American diplomat working for John F. Kennedy's new democratic administration) and António Salazar (Ball 1983). In many of the interviews the dictator continually harkens back to the classic text of the entire Portuguese literary tradition, the 16th century epic *The Lusiads* by Luís de Camões (Medina 1996; Seixo 2002) composed as an heroic story of an imperial voyage of discovery. The diplomat quickly realised that heroic tales of discovery were the ground upon which Salazar justified his approach to the contemporary 'colonial question.' George Ball later concluded in a telegraph to Kennedy that Portugal was run by 'a triumvirate consisting of Vasco da Gama, Prince Henry the Navigator and Salazar' (Ball 1983: 276).

Salazar and the Portuguese empire may have gone, but EXPO '98 must be seen within a longer historical timeframe of imperial Portuguese expositions. Moreover, EXPO '98 placed itself within a wider narrative of Portugal's key role in a putatively European *telos* of discovery and forward motion. In other words, EXPO '98 acted as a pronouncement and celebration of the Portuguese (and thereby European) essence of discovery and exploration, whereby, being European amounts to the supposed possession of a special spirit of discovery. Derrida (1992) has noted:

In its physical geography, and in what has often been called... its *spiritual geography*, Europe has always recognized itself as a cape or headland... the point of departure for discovery, invention, and colonization... that of an advanced point... and thus, once again, with a heading for world civilization or human culture in general. (pp. 19-20 and 24)

In this spirit, Portugal positions itself as the exemplary European nation, insofar as it was the supposed pioneer of exploration; the site of departure. This is not a simple repetition of colonial discourse, however, but its reworking and reformulation. For in staging the last world fair of the 20th century, Portugal was also constructed as a 'prosperous and go-ahead European country' focused on the *future* and not held back by the traumas of the often violent and chaotic end to the empire in the 1970s. Nor would there be much reference to the ensuing dramatic swing to the left or the mid-1970s revolutionary turmoil in Portuguese cities

and much of the impoverished countryside that had so troubled the Cold Warriors in Washington, Bonn and London, petrified the fascists in neighbouring Spain and alarmed conservatives everywhere. Instead, *Parque EXPO* offered visitors the chance to learn about Portuguese imperial discoveries, to join in the 'spirit' of exploration and to follow in the footsteps of Pedro Cabral, Bartolomeu Dias or Vasco da Gama while simultaneously embracing future-orientated connections and responsibility for the world's oceans.

CONCLUSIONS: OCCLUDED GEOGRAPHIES

In this paper, we have traced how Portugal was presented at EXPO '98 as occupying a space at the centre of the world: a point of origins for putatively Western exploration and discovery. We have argued that this represents a reworking of the imperial ideology and *claims* about Portugal's mission, identity and role that were promoted by the right-wing *Estado Novo* and evident in prior 20th-century Portuguese expositions. However, there are interesting dissonances that enable us to uncover other (occluded) geographies that are enfolded within and yet provide the very conditions of possibility for such claims. By way of conclusion, we seek to trace some of these, via a return to the starting point of this paper—the *Torre de Belém*.

As the *Blue Guide* tells us, the *Torre de Belém* has endured for centuries. It has often been cited, viewed and incorporated into imperial narratives as the durable symbol of Portugal's key world role. For example, in this paper, we have traced how it was incorporated into colonial expositions and has been joined by a new *Torre Vasco da Gama* at the EXPO '98 site a short distance upstream on the Tagus. However this is not the end of the story, for the *Torre de Belém* contains other histories and geographies. Thus, during the 1992 exposition staged across the Spanish border in Seville (EXPO '92, which had as its theme the 500th anniversary of Christopher Columbus' first voyage to the Americas), the *Torre de Belém* was twinned with Seville's own riverside tower, the *Torre de Oro* [Tower of Gold]. Under the auspices of the Portuguese pavilion in Seville, a plaque was placed on the Tower of Gold proclaiming its twinning with the *Torre de Belém*.

The Tower of Gold, named after the golden tiles that once adorned it, predates that of Belém by three centuries. It was built by the Arab-Berber sultanate of

CITIES AND BORDERS

the Almohads along the *Wadi-al-Qadir* [today's *Rio Guadalquivir*]. It now houses a small naval museum replete with instruments of navigation, including an astrolabe inscribed with its original Arabic script. On one level this twinning is inconsequential, yet when a monument of European discovery is twinned with another that was constructed by people who are now customarily seen as exterior to Europe, a dissonance opens which we might usefully prise open a little more. John Law (1986) has claimed:

It is not possible to understand this [Portuguese] expansion unless the technological, the economic, the political, the social and the natural are all seen as being interrelated... the Portuguese effort involved the mobilisation and *combination* [italics added] of elements from each of these categories. Of course kings and merchants appear in the story. But so too do sailors and astronomers, navigators and soldiers of fortune, astrolabes and astronomical tables, vessels and ports of call, and last but not least, the winds and currents that lay between Lisbon and Calicut. (p. 235)

Yet this combination cannot be reduced to properties or technologies of Portugal or Europe. Ocean space is hybrid, a complex domain of movement and collective interactions (Steinberg 2001). Thus as Shohat and Stam (1994: 14) point out: 'Even the caravels used by Henry the Navigator were modelled after lantern-sailed Arab dhows.' Some recent Portuguese (and much other) writing thus recognises the intricate routes/roots and the diversity of interactions and knowledge that underlay Portuguese and other European 'pioneers' of navigation. Critical scholarship (and more popular accounts, such as Bergreen, 2003) have sought to reposition the European explorers as reliant on others. Working with these, Borschberg (2002) observes:

For many centuries before the arrival of the Portuguese, Chinese and Arab traders had plied the waters of the South China Sea. Portuguese sources readily concede that the great Lusitanian captains made good use of local pilots and local expertise.... in finding their way not only from the East coast of Africa to India in the fifteenth century, but later also from Melaka to the Spice Islands and even onwards to China. (p. 36)

There have been claims that charts constructed by the early Ming dynasty China were in the hands of, and thus provided a basis for, later European navigators:

Columbus, da Gama, Magellan and Cook...all knew they were following in the footsteps of others, for they were carrying copies of the Chinese maps with them when they set off on their own journeys into the 'unknown.' (Menziés 2002: 12)

It is not necessary to fully accept such claims to recognise the profoundly *hybrid* origins of 'European' geographical knowledge. Thus as Jerry Brotton (1997) has noted:

The pragmatic Portuguese persistently assimilated the alien knowledges which they encountered and fed them straight into the maps and charts which they gradually built up as they sailed further into unknown waters.... The information gleaned from local pilots and cosmographers appears to have been rapidly assimilated into the early Portuguese charts of the seas and territories to the east of the Cape. (pp. 80-1)

The work of Garcia da Orta (after whom the gardens at EXPO '98 were named) exhibits similar hybrid origins and global consequences. Garcia da

Torre de Oro, Seville.



CIDADES E FRONTEIRAS

Orta's compilation of the medicinal botany of the Indies quickly became an influential text after publication in Goa in 1563. The original Portuguese text was soon translated into Latin and published in a compendium with a parallel study of new world medicinal botany that had just been published in Seville. These informed new practices of establishing botanical gardens throughout Europe and the European empires. In turn these became key nodes in vast global ecological and social transfers and transformations; including the establishment of plantations and whole new industries of food and commodity processing. Yet Garcia da Orta's text and the compilations of which it formed an essential part are, according to Richard Grove's scrutiny:

profoundly indigenous texts. Far from being inherently European works they are actually compilations of Middle Eastern and South Asian ethnobotany, organized on essentially non-European precepts. The existence of European printing, botanic gardens, global networks of information and material medical transfer, and the increasing professionalization of natural history seem actually to have facilitated the diffusion and dominance of an Ayurvedic and Ezhava epistemological hegemony. (Grove 1996: 126-7)

In other words, Western geographical (and associated) knowledge and the discoveries have thoroughly hybrid origins. If, as Diffie and Winus (1996: 434) claimed, 'Portugal's was the pioneer empire in more ways than one', it is now clearer that its making drew on multiple technologies and knowledge which cannot be reduced to a single (purely Portuguese) origin. While this may have been occluded in 19th and 20th century expositions (and official historiography of the discoveries), the 'non-West' is thereby present within the very heart of the Western venture. The claim that Portugal or a wider 'Europe' or the 'West' bears sole responsibility as the privileged source and the unique origin of this venture is unveiled as a myth. Thus, the example of these interconnected towers is symptomatic of a wider possibility—one that is being based on the broadening field of postcolonial and allied scholarship seeking to move beyond Eurocentric analysis and categories. Developing a strand of such scholarship, Mitchell (2001) notes:

If modernity is defined by its claim to universality, this always remains an impossible universal. Each staging of the modern must be arranged to produce the global history of modernity, yet each

requires those forms of difference that introduce the possibility of a *discrepancy*, [italics added] that return to undermine its unity and identity. Modernity then becomes the unsuitable yet unavoidable name for these discrepant histories.

In the act of twinning the towers in Belém and Seville, such discrepancy has been cast into relief. The *Torre de Belém* stands witness on the Tagus and is twinned now with the *Torre de Oro* and mirrored by the new *Torre Vasco da Gama*. Yet once the occluded geographies of discovery are acknowledged and more fully taken into account, the ideological edifices of Portugal's (and with it Europe's or Western) singularity (as *the* pure sources of the making of modernity) begin to collapse. A fuller account of this is beyond the scope of the paper, like other trans-histories and geographies, it requires what Paul Van Dyke (2005: xv) calls 'multi-archival research'. In the Portuguese case alone, it would require critical scrutiny of the vast archives deposited in another tower—the *Torre do Tombo*. This building was purpose-built in the 1980s to re-house the state archives. The *Torre do Tombo* is described in an architectural guide as, 'a monolithic and monstrous concrete structure in a large and open site... It announces itself quite forcibly with a brutal and austere composition' (Santos 1998: 154).

Named after the tower in Lisbon's medieval Saint George Castle that originally housed important state and commercial records, the millions of documents now in the *Torre do Tombo* relating to the discoveries collectively draw upon, rework and contain knowledge from elsewhere. As texts, like the structures that house them, they thereby take the forms of, 'a differential network, a fabric of traces referring endlessly to something other than itself, to other differential traces' (Derrida 1979: 84).

Today, new towers are under construction elsewhere. From Manhattan and Moscow, to Shanghai and the Pearl River delta, to Dubai and Seoul: like those before them, these modern statements of identity and expressions of power (McNeil 2005) rest upon intricately entangled global geographies. **RC**

Authors' note: An earlier version of this article was published as 'Deconstructing twinned towers: Lisbon's Expo '98 and the occluded geographies of discovery.' *Social and Cultural Geography*, 2005 (6), pp. 865-83. The authors are grateful to the publishers for permission to rework that paper for publication in a substantially revised version here.

NOTES

- 1 Following the closure of the exposition, the city embarked on a ten year regeneration programme constructing the *Parque das Nações*, which by 2010 will be one million square feet of residential development, 1.5 million square feet of retail shopping and more than three miles of open space along the Tagus riverfront. This is the biggest project of regeneration in Lisbon since 1755 when an earthquake and tidal wave destroyed much of the city. For further details of the urban regeneration programmes linked to EXPO '98 see Commissariat of the Lisbon World Exposition/Parque Expo '98 (1998), Costa (1998), Leigh-Evans (1998), Corkill (1999) and Carriere and Demaziere (2002).
- 2 The *Torre del Oro* (Golden Tower or Tower of Gold) is one of the most emblematic buildings in Seville. It was originally constructed by the Arab-Berber *Almohade* dynasty alongside the Guadalquivir River in the 13th century. The tower was used as an element of defence and storage in the harbour and was subsequently named the Tower of Gold by the Spanish because of its proximity to the building where coins were minted and because it was used to store treasures brought from the Indies.
- 3 In Lisbon this was led by Duarte Pacheco (Minister of Public Works and Communications), who undertook an extensive urban renewal, restoration and public works programme to make the city a worthy imperial capital. The aim, in part, was to establish 'visual texts' designed to convey the regime's preferred readings of history (Sapega 2002).
- 4 Further details of the pavilion can be found at: <http://www.fundacaocasamacau.pt/>.

BIBLIOGRAPHY

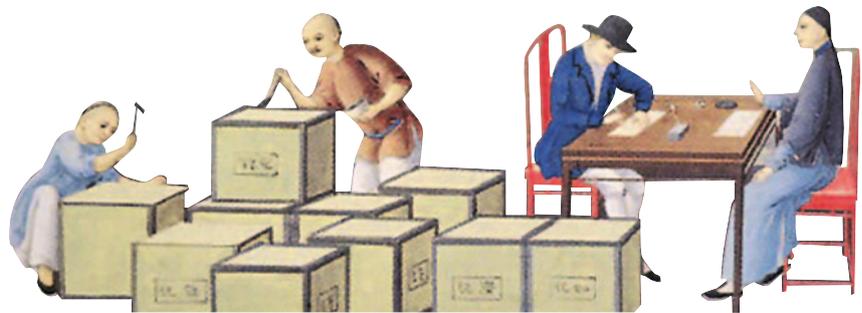
- Almeida, J. C. (2005). *Celebrar Portugal. A Nação, as Comemorações Públicas e as Políticas de Identidade*. Lisbon: Instituto Piaget.
- Ball, G. (1983). *The Past Has Another Pattern*. New York: Norton.
- Barthes, R. (1993 [1957]). *Mythologies*. London: Vintage.
- Bergreen, L. (2003). *Over the Edge of the World: Magellan's Terrifying Circumnavigation of the Globe*. New York: William Morrow.
- Borschberg, P. (2002). 'The seizure of the *St. Catarina* revisited: The Portuguese empire in Asia, VOC politics and the origins of the Dutch-Johor alliance (1602-c.1616)'. *Journal of Southeast Asian Studies* 33 (1), pp. 31-62.
- Brotton, J. (1997). *Trading Territories: Mapping the Early Modern World*. London: Reaktion Books.
- Buck-Morss, S. (1989). *The Dialectics of Seeing*. Cambridge (Mass): MIT Press.
- Cairo, H. (2006). 'Portugal is not a small country: Maps and propaganda in the Salazar regime.' *Geopolitics* (11), pp. 367-95.
- Carriere J. and Demaziere, C. (2002). 'Urban planning and flagship development projects: Lessons from EXPO '98, Lisbon.' *Planning Practice and Research*, 17 (1), pp. 69-79.
- Casimiro, A. (1928). 'Dos funcionários administrativos colóniais e da sua preparação: A proposito da projectada reforma da Escola Superior Colonial.' *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Ano 4, Novembro (41), pp. 27-31.
- Castro, A. de (1956). Discurso proferido na inauguração da Exposição do Mundo Português, 23 de Junho da 1940. In *Mundo Português: Imagens de Uma Exposição Histórica*. Lisbon: SNI.
- Cheng, C. M. B. (1999). *Macau: A Cultural Janus*. Hong Kong: Hong Kong University Press.
- Cheng, T. (2003). Macau's colonial blood drains away. *BBC News* Thursday, 31 July, 2003, <http://news.bbc.co.uk/1/hi/world/asia-pacific/3113027.stm>
- Commissariat of the Lisbon World Exposition/Parque Expo '98 (1998). *Official Guide to the Lisbon World Exposition*. Lisbon: Area Promark/Parque Expo.
- Corkill, D. (1999). *The Development of the Portuguese Economy: A Case of Europeanization*. London: Routledge.
- Cusak, I. (2005). 'Tiny transmitters of nationalist and colonial ideology: The postage stamps of Portugal and its empire.' *Nations and Nationalism* 11 (4), pp. 591-612.
- Derrida, J. (1979). *Spurs: Nietzsche's Styles*. Chicago: University of Chicago Press.
- (1992). *The Other Heading: Reflections on Today's Europe*. Bloomington: Indiana University Press.
- Diffie, B. W. and G. D. Winus (1996). *Foundations of the Portuguese Empire 1415-1580*. Minneapolis, Minnesota: University of Minnesota Press.
- Domosh, M. (2002). 'A "civilized" commerce: Gender, "race" and empire at the 1893 Chicago Exposition.' *Cultural Geographies*, 9 (2), pp. 181-201.
- EXPO '98 Informação (1998). 'Filatelia: Vasco da Gama volta e viajar', January (41), p. 13.
- Exposition/Parque Expo '98 (1998). *Official Guide to the Lisbon World Exposition*. Lisbon: Area Promark/Parque Expo.
- Fernandes, J. M. (2003). *Português Suave: Arquitecturas do Estado Novo*. Lisbon: Instituto Português do Património Arquitectónico.
- Ferreira, V. M. (1987). 'Uma nova ordem urbana para a capital do império – a "modernidade" da urbanização e o "autoritarismo" do Plano Director de Lisboa, 1938-1948.' In *O Estado Novo. Das Origens ao Fim da Autarcia 1926-1959*, edited by Fernando Rosas, vol. 2, pp. 359-75. Lisbon: Fragmentos.
- Figueiredo, A. de (1975). *Portugal: Fifty Years of Dictatorship*. Harmondsworth: Penguin.
- Greenhalgh, P. (1989). 'Education, entertainment and politics: Lessons from the great international exhibitions.' In *The New Museology*, edited by P. Vergo. London: Reaktion Books.

CIDADES E FRONTEIRAS

- Gregory, D. (1994). *Geographical Imaginations*. Oxford: Basil Blackwell.
- Grove, R. (1996). 'Indigenous knowledge and the significance of south-west India for the Portuguese and Dutch constructions of tropical nature.' *Modern Asian Studies* 30, (1), pp. 121-43.
- Gouda, F. (1995). *Dutch Culture Overseas: Colonial Practice in the Netherlands Indies 1900-1942*. Amsterdam: Amsterdam University Press.
- Guimarães, A. (1984). *Uma Corrente do Colonialismo Português: A Sociedade de Geografia de Lisboa 1875-1895*. Lisbon: Livros Horizonte.
- Harvey, P. (1996). *Hybrids of Modernity*. New York and London: Routledge.
- Judd, D. (2002). Preface. In *A Traveller's History of Portugal*, edited by I. C. Robertson. London: Cassell.
- Klimt, A. (2000). 'Enacting national selves: Authenticity, adventure, and disaffection in the Portuguese diaspora.' *Identities*, 6 (4), pp. 513-47.
- Law, J. (1986). 'On the methods of long-distance control: Vessels, navigation and the Portuguese route to India.' In *Action and Belief: A New Sociology of Knowledge?*, edited by J. Law, p. 235. London: Routledge and Kegan Paul.
- Leigh-Evans, B. (1998). 'EXPO '98 and beyond.' *AB Magazine*, Summer Issue, p. 7.
- Louro, I. M. P. (1996). 'Portugal e as exposições universais.' *História* (27) Dezembro, pp. 5-21.
- Madureira, L. (1995). 'The discreet seductiveness of the crumbling empire—sex, violence and colonialism in the fiction of António Lobo Antunes.' *Luso-Brazilian Review*, 32 (1), pp. 17-30.
- McNeill, D. (1999). *Urban Change and the European Left*. London and New York: Routledge.
- (2005). 'Skyscraper geography.' *Progress in Human Geography* 29 (1), pp. 41-55.
- Medina, J. (1996). 'The Old Lie: Some Portuguese Contemporary Novels on the Colonial Wars in Africa 1961-1974.' *Portuguese Studies*, vol. 15, pp. 149-61.
- Menzies, G. (2002) *1421: The Year China Discovered the World*. London: Bantam Press.
- MET Studio (2008). Macau Pavilion: EXPO '98. http://www.metstudio.com/exhibition_designers/portfolio_macaupavillon.html. Accessed 19 June 2008.
- Mitchell, T. (1989). *Colonizing Egypt*. Cambridge: Cambridge University Press.
- (2000). Introduction. In *Questions of Modernity*, edited by T. Mitchell. Minneapolis: University of Minnesota Press, p. xiv.
- Olds, K. and Ley, D. (1988). 'Landscape as spectacle: World's fairs and the culture of heroic consumption.' *Environment and Planning D: Society and Space*, 6 (2), pp. 191-212.
- Pina-Cabral, J. (2002). *Between China and Europe: Person, Culture, and Emotion in Macao*. London: Continuum.
- Power, M. (2000). "'Aqui Lourenço Marques!'" [Lourenço Marques here!] Radio-colonization and cultural identity in colonial Mozambique 1932-1974.' *Journal of Historical Geography*, 26 (4), pp. 605-28.
- Power, M. (2002). 'Exploding the myth of Portugal's "maritime destiny": A postcolonial voyage through EXPO '98.' In *Postcolonial Geographies*, edited by A. Blunt and C. McEwan. London: Continuum.
- Pred, A. (1995). *Recognizing European Modernities: A Montage of the Present*. London and New York: Routledge.
- Ribeiro, M. C. (2002). 'Empire, colonial wars and post-colonialism in the contemporary Portuguese imagination.' *Portuguese Studies Review* 18, pp. 132-214.
- Robertson, I. (1996). *Blue Guide Portugal*. London: A. C. Black.
- (2002). *A Traveller's History of Portugal*. London: Cassell.
- Sampaio, J. (1998). Introduction. In *EXPO '98: (1998): The Official Visitors Guide*. Lisbon: Parque Expo.
- Santos, A. F. C. dos (1937). 'Moçambique na Exposição Histórica da Ocupação Portuguesa.' *Moçambique: Documentário Trimestral*, 11 (July-Sept.) Lourenço Marques: Imprensa Nacional, p. 6.
- Santos, B. de Sousa (2002). 'Between Prospero and Caliban: Colonialism, postcolonialism and inter-identity.' *Luso-Brazilian Review* 39 (2), pp. 9-43.
- Santos, P. (1998). *Lisbon: A Guide to Recent Architecture*. London: Ellipsis.
- Sapega, E. W. (2002) "Image and counter-image: The place of Salazarist images of national identity in contemporary Portuguese visual culture." *Luso-Brazilian Review*, 39 (2), pp. 45-64.
- Seixo, Maria Alzira (2000) "Reading Camões's *The Lusíads*: Postcolonial views in the construction of literary discourse." In *The Paths of Multiculturalism: Travel Writings and Postcolonialism*, edited by M. A. Seixo, J. K. Noyes, Graça Abreu and Isabel Mourinho. Lisbon: Edições Cosmos, 2000, pp. 303-12.
- Sieber, R. T. (2001). 'Remembering Vasco da Gama: Contested histories and the cultural politics of contemporary nation-building in Lisbon, Portugal.' *Identities*, 8 (4), pp. 549-81.
- Shohat, E. and Stam, R. (1994) *Unthinking Eurocentrism: Multiculturalism and the New World Order*. London: Routledge.
- Sidaway, J. D. and Power, M. (2005). 'The tears of Portugal: Empire, identity, "race", and destiny in Portuguese geopolitical narratives.' *Environment and Planning D: Society and Space*, 23 (4), pp. 525-54.
- Silva, R. F. da (1992). 'Sob o Signo do Império.' In *Nova História de Portugal*, directed by J. Serrão, and A. H. Oliveira Marques, vol. 12: *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, edited by F. Rosas. Lisbon: Editorial Presença, pp. 355-87.
- Söderström, O. L. A. (2001). 'Expo.02: Exhibiting Swiss identity.' *Ecumene* 8 (4), pp. 497-501.
- Steinberg, P. (2001). *The Social Construction of the Ocean*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Strohmayr, U. (1996.) 'Pictorial symbolism in the age of innocence: Material geographies at the Paris World's Fair of 1937.' *Ecumene* 3, pp. 282-304.
- Thomas, N. (1994). *Colonialism's Culture: Anthropology, Travel and Government*. Cambridge: Polity.
- Van Dyke, P. (2005). *The Canton Trade. Life and Enterprise on the China Coast, 1700-1845*. Hong Kong and Macao: Hong Kong University Press and Instituto Cultural do Governo da R. A. E. de Macau.

A Importância de Macau para o Comércio da East India Company na China e as Relações Anglo-Portuguesas no Enclave na Segunda Metade do Século XVIII

Rogério Miguel Puga*



A East India Company (E. I. C.) estabelece-se de forma permanente no delta do rio das Pérolas em 1700¹ e, ao longo do século XVIII, torna-se gradualmente dependente do trato privado efectuado entre a Índia e o Sul da China, através do qual o ópio indiano chega a Cantão, sendo a prata necessária para adquirir chá obtida com a venda da droga. Por seu lado, os portugueses há cerca de um século que importam anfião para a China, e Macau acaba por se tornar um espaço estratégico para o tráfico inglês até à sua deslocação para a ilha de Lintim. Essa mudança afecta os rendimentos dos mercadores do enclave, que se defendem da concorrência ao verem-se privados de uma das suas mais importantes fontes de receita, temendo a ocupação inglesa dessa ilha.² Os comerciantes chineses também lucram com o tráfico, não sendo, portanto, eficazes os éditos imperiais que proíbem a importação da droga para o Império do Meio, situação que se arrasta, numa

primeira fase, até à Guerra do Ópio (1841), conflito anglo-chinês após o qual a Grã-Bretanha consegue fundar um estabelecimento próprio na China. Através do cruzamento de fontes inglesas, chinesas e portuguesas, o presente estudo analisa a dinâmica específica das relações anglo-portuguesas-chinesas em Macau, bem como a importância do enclave para o *China Trade* inglês na segunda metade do século XVIII, sobretudo até à primeira embaixada inglesa a China, a de Lorde Macartney (1792-1794).

THE SCRAMBLE FOR THE USE OF MACAO³

Na década de 60 do século XVIII a Grã-Bretanha detém já a maior percentagem europeia do *China Trade*. Os barcos ingleses que chegam a Cantão pertencem quer à E. I. C. e a *interlopers*, que utilizam passaportes com nomes de casas comerciais e residentes portugueses,⁴ quer a comerciantes independentes⁵ que participam no *country trade* entre a Índia e o Sul da China,⁶ pretendendo a Companhia controlar a acção destes últimos.⁷ O comércio britânico é assim levado a cabo por três entidades distintas: a Companhia, que regulamenta toda a actividade comercial, os agentes ou mercadores particulares que navegam entre a Inglaterra e a China, via Índia, sob licença da E. I. C., e os *country*

* Doutoramento em Estudos Anglo-Portugueses (Universidade Nova de Lisboa). Investigador Auxiliar do Centro de Estudos Anglo-Portugueses. Colaborador do Centro de História de Além-Mar (Universidade Nova de Lisboa) e do Centro de Estudos Comparatistas (Universidade de Lisboa).

Ph.D. in *Anglo-Portuguese Studies* (Lisbon's Universidade Nova). Senior Researcher at the Centre for Anglo-Portuguese Studies. Research collaborator at the Centre for Overseas History in Lisbon's Universidade Nova, and at Lisbon University's Centre for Comparative Studies.

HISTORIOGRAFIA

traders, residentes sobretudo na Índia que operam principalmente entre este país e o Sul do Império do Meio, com autorização da Companhia e dos mercadores indianos, comercializando também com chineses que se encontram fora do sistema *hong* e que não estão legalmente autorizados a negociar com estrangeiros.

Os produtos asiáticos, nomeadamente o algodão importado de Bombaim, a pimenta e o ópio fornecem à E. I. C. cerca de 30% do capital necessário para adquirir chá na China até à segunda metade do século XVIII, altura em que o tráfico de ópio se torna predominante. A Companhia importa inicialmente ópio de Bengala,⁸ tornando-se a droga uma ameaça à saúde pública no Império do Meio, pelo que em 1729 um édito imperial ilegaliza o trato do anfião. A E. I. C. proíbe a importação do ópio a partir de Calcutá, embora sem quaisquer efeitos práticos, pois os sobrecargas traficam a mercadoria no espaço que lhes é reservado para comércio privado nos *East Indiamen*, e os comerciantes chineses não estão dispostos a abrir mão desse lucrativo negócio que continua a ser feito de forma encoberta através de Macau e, posteriormente, Lintim.⁹

Chegados ao delta do rio das Pérolas, os barcos ingleses ancoram na Taipa e são pesados no enclave ou em Whampoa antes de se dirigirem para o complexo das feitorias em Cantão, onde a compra de chá seria impossível sem o tráfico da referida droga, que fornece elevados lucros também à administração britânica na Índia. Um dos maiores desafios iniciais da Companhia é encontrar, para além dos têxteis pouco procurados, produtos ingleses vendíveis na China, nação auto-suficiente, de forma a financiar a compra do chá. Os mercadores europeus pagam essa mercadoria com prata, e comerciantes suecos e dinamarqueses¹⁰ traficam, até ao *Commutation Act*, chá para a Inglaterra, fugindo aos elevados impostos que os mercadores ingleses têm de pagar no seu próprio país. O ópio inglês é trocado por prata em Cantão através dos *country traders*, e a E. I. C. recebe deles o metal precioso em troca de letras de crédito, à cobrança em Londres, podendo a instituição desta forma pagar o chá que adquire.¹¹ Este sistema torna a Companhia e os comerciantes interdependentes, e a quantidade de ópio transportado para Cantão e o lucro da instituição e dos mercadores independentes aumenta gradualmente até aos conflitos iniciais da Guerra do Ópio (1839), momento em que as autoridades sínicas decidem tentar pôr fim à entrada ilegal da droga no império.

O controlo dos *country traders* torna-se difícil devido à dependência económica da Companhia face a esses comerciantes e agentes comerciais, alguns dos quais passam a permanecer, tal como os sobrecargas, em Macau entre as estações comerciais. Os comerciantes e alguns governadores de Macau recolhem uma parte do lucro do tráfico do anfião¹² e do comércio do chá ao colaborarem sucessivamente com os ingleses,¹³ pelo que evitam, para seu interesse, problemas entre estes e os chineses,¹⁴ embora se tentem defender, a partir da segunda metade do século XVIII, da interferência cada vez maior dos ingleses no comércio ilegal da droga,¹⁵ até então praticado pela cidade¹⁶ de onde, no início do século XIX, o tráfico é mudado para Lintim. Ângela Guimarães analisa a importância regional de Macau para esta actividade e afirma:

“o estabelecimento possuía condições favoráveis ao tráfico, devido aos privilégios comerciais de que gozava e à sua localização. O ópio era trazido, predominantemente, de Bengala, entrava mais facilmente em Macau do que em Cantão, pagava, sendo de comerciantes portugueses, taxas menos elevadas e, a partir de Macau, era mais facilmente introduzido no Império, quer por terra, quer por navegação de cabotagem. A conjuntura regional e todas as outras dificuldades que atravessam os moradores levam a que estes, cada vez mais, sirvam de testa-de-ferro para os negociantes estrangeiros, a tal ponto que, em meados da década de 1790, o ópio estrangeiro representava dois terços do ópio que circulava em Macau.”¹⁷

A Cidade do Santo Nome de Deus serve assim de local estratégico para o rendível tráfico de ópio da E. I. C., aproveitando alguns dos moradores a oportunidade para lucrar com a estadia dos barcos ingleses, levando o Senado a proibir em 1764 a compra ou o desembarque de ópio transportado por barcos estrangeiros. Esta colaboração leva o *hopu* a aconselhar, no final de 1782, o Senado a não receber “p.^o modo fraudulento alguns Navios Estrangeir.^{os}”¹⁸

Alguns portugueses contornam a interdição chinesa e portuguesa ao adquirirem a droga transportada pelos ingleses em Cantão e ao largo de Macau, como se tivesse sido por si adquirida, e apesar de, entre 1764 e 1796, sucessivos governadores do Estado da Índia ordenarem ao Senado a confiscação do ópio, os moradores continuam a defender os seus interesses

HISTORIOGRAPHY

peçoais, embora os vereadores exijam a Goa que interdite essa actividade a estrangeiros e a portugueses que não sejam moradores da cidade.¹⁹ Em Junho de 1787, aquando da prisão do capitão Cheminant pelo governador por ter atracado o seu barco na Taipa e desembarcado sem autorização, os sobrecargas descrevem a importância da referida ilha e da península sob administração portuguesa para o comércio da Companhia das Índias, bem como a concorrência dos portugueses face aos rivais ingleses:

“The Typa being the only place where a ship can lie with safety for any length of time without entering the harbour, the Portuguese are apprehensive of foreign ships lying there for the purpose of carrying on a contraband trade to their disadvantage for which it is very convenient and are more particularly jealous of ships from Bengal which they suspect to

have opium on board. They pretend na exclusive right to it as part of the Portuguese Dominion but this is very doubtful as it is entirely without the reach of any of their guns and it is not so much as within sight from any of their forts, has within it no marks of possession and it is pretty certain the Chinese would not suffer any to be exhibited there. This is the only place a ship in Macao Roads can retire to in stress of weather and every commander of a ship [...] is liable to the treatment Capt. Cheminant has received, should he ever go on shore at Macao – the clai of the Portuguese appears of sufficient importance to merit a thorough investigation.”²⁰

Em 1795 o Senado denuncia a existência de portugueses que agem como “testas de ferro” dos ingleses,²¹ e o governador da Índia aconselha esse órgão para que o giro da droga seja levado a cabo em prol

“Whampoa”. Gravura de Edward Duncan colorida à mão, segundo uma pintura de William John Huggins (1835). Cortesia do Hong Kong Museum of Art.



HISTORIOGRAFIA

dos interesses dos moradores e não dos estrangeiros, evitando-se a todo o custo atritos com as autoridades chinesas, que, por seu lado, apertam a vigilância sobre os barcos ingleses e os residentes estrangeiros em Macau. Se, por um lado, a concorrência inglesa é nociva para o comércio do território, os lucros provenientes dos negócios da E. I. C. e dos mercadores privados tornam-se essenciais para a economia do mesmo. A colaboração entre portugueses e ingleses, nomeadamente no comércio clandestino, acentua-se a partir da década de oitenta do século XVIII, durante o período de maior controlo das finanças locais por Lisboa. Os representantes régios, ou seja, o governador e o ouvidor,²² representam os interesses da Coroa e o Senado os interesses locais. Ao longo do século XVIII verifica-se uma certa tensão e luta de poder entre os sucessivos governadores e o Senado, reacendendo-se sempre a polémica sobre as competências atribuídas ao governador, e, inclusive, em 1735 o Conselho Ultramarino tenta reforçar os poderes (até então meramente militares) do capitão-geral, tentativas sempre dificultadas pelos senadores.

A intensificação do comércio europeu em Cantão e a continuidade da política reformista do Marquês de Pombal dão lugar a um renovado interesse de Lisboa por Macau na década de 1760. Em 1783, a Instrução do Secretário de Estado da Marinha e Ultramar Martinho Melo e Castro critica abertamente a negligência de Lisboa e Goa e o oportunismo dos senadores e a sua excessiva submissão às exigências dos mandarins, advogando o restabelecimento da ouvidoria, a criação de uma alfândega, que é estabelecida no ano seguinte de forma a evitar o desvio de direitos régios para as mãos de privados, e o reforço da autoridade do governador, que passa a ser consultado relativamente à gestão dos fundos públicos da cidade. O Senado, que protesta contra estas medidas, é criticado por atribuir empréstimos sem que deles seja lavrada a devida a escritura, passando os Cofres dessa instituição a chamar-se Cofre da Real Fazenda. Na realidade, o poder do governador não se altera, pois o mesmo não tem meios para impedir a execução das deliberações do Senado,²³ e as medidas adoptadas fazem com que os moradores – agora mais “vigiados” e impossibilitados de desalfandegar as suas mercadorias e requerer novos créditos enquanto tenham dívidas ao Senado ou à Santa Casa da Misericórdia – invistam cada vez mais em negócios clandestinos, nomeadamente no comércio dos estrangeiros, aumentando assim o poder destes últimos

e a partilha de interesses entre portugueses e ingleses na cidade. A concorrência entre os próprios mercadores portugueses contribui para a sua maior dependência para com os estrangeiros, cujo poder económico é cada vez mais superior ao dos lusos. Aumentam também o transporte e o desembarque de mercadorias estrangeiras como se fossem portuguesas, a utilização da bandeira portuguesa por barcos ingleses e o contrabando, nomeadamente de ópio. Se as Instruções de Martinho de Melo e Castro pretendem aumentar a força do poder central em Macau, acabam por dar lugar a uma intensificação da dependência do mercadores locais relativamente ao negócio dos estrangeiros, dificultando a implementação das medidas sugeridas pelo próprio documento:

“se não admitirem Navios de Nasçoens Extranjeiras a fazerem ali Comercio, e que só em cazo de necessidade se admitão os ditos Navios, por serem providos Segundo o direito da hospitalidade: Que nem se permitta aos mesmos Extranjeiros estabelecerem domicilio naquela Cidade [...] e que qualquer outro Barco mercantil de outro qualquer Reino, deve hir dar fundo no Porto de Cantão, e pagar inteiramente os direitos ao Imperador.”²⁴

No início de 1799 o bispo de Macau informa a Secretaria de Estado que as Providências de 1783-1784 e os consequentes restabelecimento do ouvidor e o maior poder de decisão atribuído ao governador²⁵ facilitam a presença e o movimento dos agentes comerciais europeus na cidade, que utilizam nomes de habitantes, casas comerciais²⁶ e navios (“embandeirados”)²⁷ portugueses a troco de pequenas somas. No início de 1783, o governador da presidência inglesa de Fort William escreve ao *Select Committee* e refere a concorrência intensa dos moradores de Macau na venda de ópio, bem como as medidas estratégicas tomadas na Índia para que estes não possam fazer frente ao tráfico da Companhia:

“We are concerned that the opium which we consigned to you by the Nonsuch did not turn out to better account. The Competition of the Private Macao Merchants for the sale of their opium would no doubt impede that of the Company’s, and were aware of this circumstance before we dispatched it but we knew that the Traffick of the Macao ships was not extensive, nor could it be in this Article when the greatest part was engrossed for the Company.”²⁸

HISTORIOGRAPHY

Passados três anos, o reitor do seminário de S. José de Macau, Manuel Correia Valente, denuncia o comércio ilegal de anfião realizado através de Macau com o apoio do governador,²⁹ demonstrando o valor e o elevado volume do mesmo, situação igualmente descrita pelo *Select Committee*: “*The imposition of opium being strongly prohibited by the Chinese Government and a business altogether new to us it was necessary to take our measures with the utmost caution; [...] this article is frequently disposed of at Macao where it can be landed without interruption.*”³⁰ Em 1788, o português António Botelho escreve ao *Select Committee*, então em Cantão, informando-o de que Henry Lane apresentara queixa contra ele no tribunal de Macau, injuriando-o, pelo que Botelho, em tom de estratégica ameaça, acusa o inglês de traficar ópio contra as leis da Companhia das Índias,³¹ facto que a ser público poderia causar problemas aos sobrecargas. O enclave possibilita assim o desenvolvimento de negócios paralelos e alternativos quer para os sobrecargas quer para a própria E. I. C.

A rede de interesses em torno do tráfico do anfião une os sobrecargas, os agentes comerciais e os *country traders* que transportam a droga e outras mercadorias para o Sul da China,³² e cuja residência em Macau o *Committee* não é capaz de evitar devido aos interesses particulares dos oficiais, à dependência do comércio privado e às estratégias dos primeiros, que se colocam ao serviço diplomático de outras nações, fugindo do controlo legal da Companhia.³³ Agentes e mercadores independentes como Daniel e Thomas Beale, John Henry Cox,³⁴ Charles Schneider, David Reid,³⁵ e Jardine Matheson³⁶ vão chegando ao enclave no final do século XVIII e começam a utilizar o nome de comerciantes portugueses e cargos diplomáticos de outras nações europeias para poderem negociar na cidade e fugir à lei e à ordem de expulsão da E. I. C. Entretanto, na Grã-Bretanha, comerciantes e fabricantes começam a exigir ao governo acesso directo ao comércio da China em barcos que não os da Companhia das Índias, para poderem assim praticar preços mais competitivos que os da instituição. O ministro Sir Henry Dundas (1742-1811) afirma que o *China Trade* da E. I. C. se encontra numa situação precária e frágil e que a presença de novos mercadores independentes poderia desequilibrar a situação ao originar conflitos culturais e económicos, devendo, portanto, o monopólio da instituição ser preservado até se conseguirem novos privilégios do imperador.³⁷

Nas duas últimas décadas do século XVIII intensificam-se os problemas relativos ao tráfico de ópio para a China pela mão dos ingleses.³⁸ No início do século XIX, a Companhia enfrenta dificuldades aquando da diminuição do envio de prata de Londres e da Índia para a China, metal essencial para o equilíbrio dos investimentos ingleses em Cantão, tornando-se os negócios da instituição ainda mais dependentes do comércio de produtos indianos e de anfião levados a cabo pelos *country traders*. Em Março de 1792 um mandarim de Cantão desloca-se a Macau para recordar o Senado da regulamentação que pautava o trato estrangeiro na China e afirma que “os Navios Europeus, q. aportão na China p.a fazer o comercio, devem seguir os antigos costumes, e regras já estabelecidas”³⁹ bem como pagar os devidos tributos ao imperador.

O volume crescente do tráfico dá lugar a um novo édito imperial em 1799 a proibir a importação da droga, igualmente ineficaz um vez que esta continua a ser contrabandeada através de Macau e de outros locais na costa chinesa, longe do controlo imperial. Nesse ano, o governador da Índia Francisco Pimentel, em ofício ao secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos Rodrigo Coutinho, refere o aumento do contrabando de anfião através do enclave e que

“os inglezes são prezenemente senhores daquella vasta provincia, chamada Benares. [...] Falta aos inglezes hum lugar tão próprio como Macao, para introduzir na China aquelle genero [ópio], dependem dos portuguezes que hoje mesmo tirão delle o melhor rendimento da Alfandega, para ócorrer às despezas daquella colonia”.⁴⁰

Apesar da crescente concorrência inglesa no trato do ópio, o tráfico explica a prosperidade económica de Macau no início do século XIX⁴¹ e, em 1804, o ouvidor Miguel Arriaga, face à importância dessa actividade económica, propõe à Secretaria de Estado que algumas mercadorias estrangeiras, entre as quais o anfião, sejam negociadas por portugueses nos barcos do enclave, desviando assim parte do lucro do comércio estrangeiro de Cantão, enquanto é aumentado o imposto sobre a caixa de ópio para mais do dobro.⁴² O tráfico da droga une interesses portugueses e ingleses e funciona, até à Guerra do Ópio, como mais uma estratégia de sobrevivência da cidade, que se adapta gradualmente às mudanças no comércio marítimo e à economia regional do delta do rio das Pérolas, em grande medida pautadas pela E. I. C. Perante a impossibilidade de evitar o tráfico

HISTORIOGRAFIA

inglês e de concorrer com a Companhia, o Senado, cujos membros participam activamente no negócio, tenta concentrar essa actividade em Macau a partir de finais do século XVIII.⁴³ A pressão que os ingleses sentem por parte do mandarinato relativamente ao tráfico de anfião acentua-se na primeira metade do século XIX, dando origem à Guerra do Ópio, durante a qual os ingleses planeiam ocupar Macau (1840) como ponto militar estratégico,⁴⁴ embora os portugueses optem por uma política de neutralidade para agradar quer aos velhos aliados europeus quer, sobretudo, ao imperador da China, “dono do solo”⁴⁵ onde os primeiros se haviam estabelecido há cerca de três séculos.

“HOSPEDES E ANTIGOS ALLIADOS”:
A IMPORTÂNCIA DE MACAU PARA
O CHINA TRADE INGLÊS⁴⁶

A presença permanente e a crescente influência dos sobrecargas e mercadores independentes ingleses na Cidade do Santo Nome de Deus dá origem a conflitos entre estes e a administração portuguesa, episódios que, juntamente com as restrições impostas pelo mandarinato e pelo *Co-hong*, levam a Companhia das Índias a procurar um território no Sul da China, pois se Portugal é um velho aliado da Grã-Bretanha na Europa, no Extremo Oriente os interesses comerciais da edilidade macaense e do *Select Committee* entram em conflito.

Os sobrecargas descem de Cantão, estabelecem-se em Macau no final de cada estação comercial e continuam a gerir os interesses da instituição, a regulamentar o *country trade*, a controlar comerciantes ingleses com cargos diplomáticos,⁴⁷ a certificar-se de que os ingleses respeitam os oito regulamentos imperiais, tentando impedir que aconteça o mesmo que em 1764, 1779 e 1789,⁴⁸ quando o comerciante independente George Smith se nega a deixar Cantão, sendo expulso para Macau. Em 1780, o governador português, para desagrado do *Committee*, recusa-se a banir ou prender o inglês⁴⁹ e os sobrecargas informam Londres dos prejuízos causados à Companhia pela má conduta dos *private traders* na China.⁵⁰ Assim sendo, tal como acontecera em 1771⁵¹ e em 1773,⁵² em Setembro de 1783, a E. I. C., que dois anos antes se queixara de falta de poder para agir junto dos mercadores privados,⁵³ proíbe qualquer inglês de residir na China, à excepção dos sobrecargas.⁵⁴ No entanto, e como já afirmámos, os mercadores ingleses recorrem a cargos diplomáticos ao

serviço de outras nações e a nomes de casas comerciais portuguesas para desenvolverem a sua actividade comercial fora do controlo da E. I. C., que em 1779 informa o capitão John Alexander que os barcos ingleses devem respeitar a lei chinesa, “*or the Hon’ble Company’s affairs will be thrown into the greatest confusion, and nobody can determine where the affairs may end.*”⁵⁵

A colaboração entre portugueses e ingleses, nomeadamente no comércio clandestino, acentua-se a partir da década de oitenta do século XVIII, durante o período de maior controlo das finanças locais por Lisboa.

São vários os conflitos entre os membros do *Committee* e as autoridades portuguesas do enclave que recordam aos primeiros quem detém o poder, como acontece, por exemplo, em 1779, quando um jovem escrivão inglês é preso por fazer barulho na cidade e libertado após longas negociações, ou quando, em Dezembro do ano seguinte, o capitão-geral Francisco Xavier de Castro se queixa ao *Committee* do comportamento insolente de alguns capitães ingleses contra a bandeira do rei de Portugal ao tomarem uma embarcação lusa⁵⁶ e invadirem a casa de Francisco Paula Miranda em Cantão. O governador exige justificações aos sobrecargas e informa-os que punirá os seus contrerâneos através de sanções a barcos ingleses em Macau.⁵⁷ Por sua vez, o *Committee*, então em Cantão, em carta para o capitão-geral, acusa-o de insolência e rudeza na linguagem das suas cartas e decide não lhe responder, recordando-lhe que os ingleses se encontram em Cantão, fora da jurisdição das autoridades de Macau, também estas dependentes da vontade dos chineses. Os sobrecargas justificam-se ainda perante as acusações, ameaçam o governador e informam-no que enviarão uma queixa formal ao seu superior, o vice-rei de Goa, através das presidências inglesas de Fort St. George e de Bombaim:

*“You assume the air of vice-roy of the Province of Canton, instead of governor of the dependent city of Macao. What right have you Sir to interfere with the government of this Province – we are not accountable to the Portuguese in this part of the Kingdom [Canton]. [...] The flag of your king has never been insulted. The ship boarded by our boats was the Eliza English country ship – she entered, and paid the port charges as such [...]. The complaint in the house of Mr. Francisco Paula Miranda, we never heard of until this moment. Mr. Miranda lives in the House of a Chinese merchant and not in a factory of his own. [...] Your master [viceroy of Goa] may be a judge of the improper and unhandsome manner in which you have conducted yourself toward us.”*⁵⁸

O excerto demonstra que os ingleses afirmam não reconhecer a autoridade portuguesa em Macau, pois o território encontra-se sob a alçada do mandarinato, estratégia que explica, em parte, quer as sucessivas referências de viajantes ingleses ao poder (apenas) nominal dos portugueses na cidade, quer as tentativas da sua ocupação militar pelos britânicos no início do século XIX.

O capitão-geral responde ao *Committee* no início de 1781 e acusa-o de ter interpretado mal a sua carta por ser ignorante no que diz respeito a obrigações militares, pois é um órgão exclusivamente “mercantil”; daí que o *Select Committee* o acuse de se comportar como se fosse o vice-rei de Cantão. Francisco Xavier de Castro ameaça os sobrecargas e afirma, em tom irónico, não temer as queixas destes ao vice-rei de Goa: *“you tell me that even in Macao you are only subject to the Chinese laws, I shall show you the contrary whenever you may come here. If you gentlemen wish to send duplicate or triplicate of your complaints please to send it hither, as one of our moradores ships is nearly sailing to Goa.”*⁵⁹ O *Committee* reage perante o sarcasmo do governador e afirma que este apenas tem poder no enclave e que os ingleses são independentes: *“we shall have no occasion to trouble you with any Letters to Goa, as we shall send our packets to the Presidency of Fort St. George and Bombay by one of our ships now in this port.”*⁶⁰ Os sobrecargas, temendo represálias quando do seu regresso a Macau, relatam à presidência de Fort St. George os conflitos com o capitão-geral bem como os três episódios recentes que marcam as suas relações com a administração portuguesa, a saber: o transporte de dez

escravos fugidos da cidade no *York*⁶¹ imediatamente restituídos aos donos, a busca feita pelos sobrecargas ingleses no *Eliza*, e a entrada forçada do capitão Fenwick na casa de Francisco Miranda em Cantão. A missiva pede à presidência inglesa que informe Goa do comportamento impróprio do governador e defenda os interesses da E. I. C. na China, pois os sobrecargas, quando em Macau, encontram-se à mercê da vontade dos portugueses. O documento repete ainda os argumentos apresentados numa outra carta anteriormente enviada às feitorias inglesas na Índia:

*“that the vice-roy may think expedient to give him [governor of Macao] orders to conduct himself to the English with decency and manners. Gentlemen we should not have troubled you on this subject but [...] the company’s servants here are obliged to the Chinese, to go every year to Macao for thee or four months – it is in the power of the governor, let them be ever so careful in their conduct to insult them as many occasions if through petilancy, pride, or folly, he is inclined to do so, and this man by his late behaviour, sees much disposed to show a disposition, overhearing and insolent – that your representation [to Goa] will have every good effect, that can be described. We have not the least doubt, as we had an instance in the year of 1763 of a positive order from the vice roy of Goa to the governor and senate of Macao, to be very circumspect and courteous in their behaviour to the English which was sent in consequence of a spirited remonstrance of Mr. Pigot in a complaint they received from the Government of that place.”*⁶²

Os conflitos entre os ingleses, o Senado, e o governador continuam. No final de 1781, na sequência do já referido episódio do capitão McClary, o *Committee* volta a informar a presidência de Fort St. George de que já se queixara a Londres da prepotência do capitão-geral e do Senado de Macau, chamando aos membros desse último órgão “*lawless people*”. Os sobrecargas reconhecem o seu isolamento e a sua dependência face aos portugueses, uma vez que os chineses recusam envolver-se em conflitos entre europeus:

“Such are the mortifications and insults, we are exposed to, at Macao, where the Chinese force us, every year, to pass some months, and we beg that you’ll represent our situation to the government of Goa, to obtain for us some privileges which may place us out of the power of the people of Macao; as

HISTORIOGRAFIA

consequence may follow being left in so neglected a situation that will prove very embarrassing to the affairs of the Company, for should it happen that we were to be imprisoned by the infatuation of these people, the Chinese do refuse interference, we know of no alternative but using the force of our ships to release us [...]. Our situation, which we cannot but feel to be disgraceful to us, as individuals, to the Company as our Employers for in no part of the world, we believe are English subjects, who are in any trust, left so devoid of protection.”⁶³

Estamos perante um choque de forças que se torna recorrente sempre que os ingleses sentem as suas honra e integridade ameaçadas. Francisco Xavier de Castro responde aos sobrecargas que não será molestado por eles, uma vez que *“the supercargoes could not pretend to any jurisdiction in Macao.”*⁶⁴ Em Abril de 1782, na altura de regressar de Cantão para Macau, e reconhecendo a sua impotência, os membros do *Select Committee* tentam persuadir os seus pares chineses a intervir, caso os portugueses os venham a “molestar”, prometendo o mercador Poan Khequa (Pan Qiguan 潘启官) levar a questão às autoridades caso os lusos “sejam loucos ao ponto de os importunar”,⁶⁵ esbatendo o receio dos ingleses de regressar à cidade.

O *Committee* defende-se e tenta obter segurança e medidas defensivas de Londres, das presidências inglesas na Índia, do vice-rei,⁶⁶ inclusive através do residente da E. I. C. em Goa,⁶⁷ e dos chineses de Cantão, pois Macau, na segunda metade do século XVIII e até às Guerras do Ópio, torna-se, como afirma, embora de forma anacrónica, Jacques M. Downs *“the Ascot, the Monte Carlo, the Riviera, and even the home of tired traders after a busy tea season at the factories.”*⁶⁸ A relação entre o Senado e Goa é também conflituosa, não estando a acção de ambos imune à pressão de grupos de interesse económico como os ingleses, pelo que, na década de 1790, os vereadores queixam-se do facto de os governadores do Estado da Índia protegerem os interesses de mercadores britânicos.⁶⁹

Em 1783, o inglês Leslie, após estar preso por ter causado distúrbios em Cantão, é libertado pelo governo de Macau, queixando-se a Calcutá do tratamento opressivo que recebera por parte do mesmo, e, no início do ano seguinte, o juiz ordinário de Macau, Manuel Homem de Carvalho, escreve aos sobrecargas, por incumbência do Senado, informando-os que terão que preparar a casa arrendada a Feliciano Sá, onde o

governador passará a residir. Os ingleses consideram o pedido injurioso, face ao pagamento de 200 dólares de renda já efectuado, recusam-se a entregar a casa voluntariamente e recordam o Senado da aliança entre Portugal e a Inglaterra, enquanto, mais uma vez, informam Madrasta do conflito.⁷⁰ Dois anos depois, os corsários Robert Watson e William Grandy, após terem chegado a Macau num junco chinês e confessado terem roubado o barco de Roger Darvale, inglês residente no Masulipatão, são presos a pedido do *Select Committee*, que elogia a rapidez e determinação do governador Bernardo Faria. Os ingleses pedem posteriormente ao governador que os prisioneiros lhes sejam entregues, e este último deixa claro que o poder na cidade é português e que os criminosos serão enviados ao vice-rei da Índia para serem julgados, devendo a Companhia pagar as despesas da prisão.⁷¹ O governador informa o *Committee* que, caso não paguem as despesas dos reclusos, quando os seus membros descerem de Cantão para Macau sofrerão as consequências de tal gesto,⁷² e os sobrecargas ameaçam o governador com o poderio militar das presidências inglesas na Índia: *“should it be your intention to offer us any personal indignity you ought to know that the English East India Company’s governments in India want neither the power nor the spirit to resent it in a manner that may be severely felt by the city under your command.”*⁷³ Em resposta, Lemos e Faria acusa os ingleses de serem incoerentes e de afrontarem a lei portuguesa:

*“you are not interested with any character in this city and not represent the Noble British Nation being merely the servants of the Honble Merchantile Company appointed to manage their interests in Canton and that you retire to this city to pass the months in which you cannot reside at this port certainly you could not have so much arrogance as you have shown for even though you should be desirous to appear as representatives of your nation I must treat you as individuals, in so much as you have never presented me your credentials.”*⁷⁴

O governador responde às ameaças dos sobrecargas e conclui que estes são

“mere individuals without any public character whatsoever, I shall treat you always as the Portuguese are treated in the English colonies you being subject to the Laws of Her Faithful Majesty while you remain in this city [...]. I do not fear them [governments of the English Company in India] because what I

HISTORIOGRAPHY

*do is founded on reason and the Law of nations & supported with these I shall severely punish those whom I find presumptions.*⁷⁵

O episódio dá lugar a uma longa troca de correspondência e o governador informa os sobrecargas que actuaria da mesma forma caso os criminosos fossem portugueses, pois estes roubaram uma embarcação e ofenderam a “sociedade” em geral e não apenas a E. I. C.⁷⁶ Os ingleses exigem que Macau lhes entregue os prisioneiros ou os envie para Bengal, afirmando o governador que estes o ultrajaram a ele e ao vice-rei de Goa, pois, ao afirmarem que os presos fugiriam durante a viagem, acusam-nos ambos de serem mentirosos, concluindo, mais uma vez: *“from this may be seen that you are much better informed in the science of trade than in things of this nature [justice, politics].”*⁷⁷ O *Select Committee* informa de novo as presidências inglesas da Índia e o vice-rei de Goa⁷⁸ dos insultos e do abuso de poder do *“insignificant government”*⁷⁹ de Macau à nação inglesa,⁸⁰ e responde ao governador, desconstruindo os seus argumentos “infundados”, para concluir com um já antigo argumento:

*“we are altogether independent and unconnected with you, and therefore have a right to expect that if you should address us in civil language, and not in the terms you would use towards inferior officers and persons under your immediate orders and control.”*⁸¹

O vice-rei de Goa, em resposta à queixa do *Committee*, minimiza o conflito e afirma que o mesmo se deve a um erro de interpretação semântica, *“for there are peculiar phrases, which in the idiom of one language are perfectly polite, & admit but of the best interpretations, which in others will only admit of the reverse.”*⁸²

Em Julho de 1787, durante a *summer residence* do *Select Committee* em Macau, este órgão vê-se envolvido num outro conflito com as autoridades locais quando o sobrecarga Samuel Peach é arrastado para fora da casa que subarrendara ao colega Roebuck, então ausente em Bengal, e preso por não ter seguido as ordens do Senado e do juiz para abandonar a residência, visto esta ser necessária para albergar um funcionário régio. Peach responde ao juiz que pagara a renda da casa e só a abandonaria se forçado a tal, o que se vem a verificar, sendo, de acordo com o *Committee*, o inglês tratado injustamente como um criminoso da pior espécie.⁸³ Os sobrecargas acusam o governador de ter cometido uma ilegalidade e questionam a sua decisão, descrevendo o

documento ainda outros casos de abuso de poder por parte das autoridades portuguesas, que já se haviam apropriado da sede da Companhia para residência do governador, embora os ingleses tivessem adiantado uma elevada quantia da respectiva renda.⁸⁴ O mesmo sucede com uma casa arrendada pelos sobrecargas suecos em 1795, e Samuel Shaw, comerciante e futuro primeiro cônsul norte-americano em Cantão, descreve esses episódios, tal como a questão da posse da ilha da Taipa, pois os portugueses afastam desse território todos os barcos estrangeiros, indo alguns capitães parar ao “tronco”⁸⁵ por aí atracarem sem autorização, à semelhança do que acontece com o capitão Cheminant. Segundo Shaw, os casos relativos ao arrendamento de casas demonstram a injustiça dos portugueses e a submissão dos restantes ocidentais, pois os primeiros poupam dinheiro e restauram casas através de um engenhoso estratagema:

*“These are generally in a wretched condition when let to the Europeans. As soon as a house is put in good repair, which is done at the expense of the tenant, the proprietor, although the lease may have been given for a number of years, demands his house again, or else an addition to the rent. Unless one of these conditions is complied with, the owner takes possession the moment the tenant leaves it to go to Canton and the latter is then obliged to look out for another house.”*⁸⁶

O comerciante norte-americano exemplifica a sua afirmação com o capricho da mulher do governador português durante um episódio que envolve os sobrecargas suecos:

*“The Swedes’ house was the best in Macao, and for repairs and improvements had cost their company upwards of eight thousand dollars. The governor, or rather his lady, took a fancy to it, and the Swedes were under the necessity of consenting to an exchange, which was in every respect unfavourable to them, for the governor’s house is not worth half the money which the mere improvements on the other have cost.”*⁸⁷

Os residentes estrangeiros são, assim, vítimas do abuso de poder dos portugueses, pois *“in matters where an individual European is concerned, they do not use even the ceremony of asking consent.”*⁸⁸

Regressando ao caso do sobrecarga Samuel Peach, os ingleses escrevem ao governador, pedem para pagar a fiança e confessam que recorrem a ele pois essa é a

HISTORIOGRAFIA

única forma de defesa que podem adoptar quando residem em Macau, e daí a importância desse acto.⁸⁹ O governador promete ajudá-los no que for possível, refere a relativa independência dos magistrados e acaba por concluir, mais tarde, que Peach deveria ter respeitado as ordens que recebera em vez de insultar verbalmente os oficiais,⁹⁰ atitudes que justificaram o uso da força e o facto do caso seguir para tribunal, servindo vários sobrecargas de testemunha do arrombamento da casa do inglês.⁹¹ O *Committee* acusa o governador de não os auxiliar, e Peach afirma não se relacionar com portugueses em Macau,⁹² realidade que se estende à esmagadora maioria dos residentes de língua inglesa, inclusive no século XIX. À semelhança do que acontecera nos conflitos anteriores, o *Select Committee* queixa-se às presidências inglesas na Índia e ao vice-rei de Goa, agradecendo posteriormente o auxílio dos mesmos.⁹³ Este último escreve a Bombaim, alude à boa amizade entre Portugal e a Grã-Bretanha, pede desculpa pelo incidente, afirma que o governador nada poderia ter feito, pois não tem jurisdição criminal ou civil, e informa os ingleses de que irá ordenar a realização de inquéritos para apurar a verdade e evitar que casos semelhantes se repitam.⁹⁴

Em 1800, o *Select Committee*, continuando a sentir-se afrontado e pouco bem-vindo, queixa-se mais uma vez a Londres de ser forçado a deslocar-se para Macau no final das épocas comerciais e de aí ser insultado pelos portugueses, ficando à mercê das autoridades chinesa e portuguesa, sem qualquer espaço de manobra e reivindicação:

“From what is here mentioned & the ill treatment of the Select Committee last year, the Hon’ble Court may judge of the situation of their Servants at Macao. We are driven there by the Chinese & cannot escape from it without Mortification & Insult [...] should it happen, that we were to be imprisoned by the Infatuation of the People of Macao; & the Force of our Ships to release us [...]. Our Situation, which we cannot but feel to be disgraceful to us as Individuals & to the Company as our Employers, for in no part of the World are English subjects who are in trust, left so devoid of protection. [...] Macao is so little known to the Court of Lisbon and has so neglected by the Government of Goa, that it is now the fit resort only of Vagabonds and Outcasts. It has lost the valuable immunities formerly granted by the Chinese, & the Head Mandareen

of a neighbouring Village exercises in it almost the Powers of Government [...].⁹⁵ A place so little valued might perhaps be easily procured from the Court of Lisbon, and should it ever fall into the hands of an enterprising People, who knew how to extend all its advantages; we think it would rise to a State of Splendour, never yet equalled by any Port in the East.”⁹⁶

Mais uma vez, a Macau empobrecida é alvo da cobiça dos ingleses, que poderiam, segundo o *Committee*, transformar a cidade no porto inglês mais importante do Oriente, criticando esse órgão a administração portuguesa e a população degenerada. Na segunda metade do século XVIII a influência e o poder ingleses, cada vez maiores no enclave, desagradam às autoridades religiosas locais e alguns dos confrontos entre o governador e os sobrecargas podem ser vistos à luz do controlo que os lusos exercem sobre os ingleses, medida tida como essencial pelo bispo Alexandre da Silva Pedrosa Guimarães (1772-1789), que, enquanto exerce interinamente as funções de governador, considera que o governo da cidade necessita de homens independentes, “amante dos Portugueses, honrador dos naturais, amigo dos Chinas, pouco afecto aos estrangeiros [...], e muito político para tratar com os mandarins e Opus, e Forasteiros, e que seja ao mesmo tempo liberal, pois de outro modo, não se pode conciliar a amizade dos Chinas, conter os Estrangeiros, favorecer os moradores, adiantar o comércio destruído, evitar desordens”.⁹⁷ De acordo com os interesses locais, o governador ideal agradaria às autoridades chinesas, defenderia os interesses dos mercadores, e controlaria o poder dos estrangeiros, relevando as palavras do bispo a proeminência dos ingleses no enclave e também a necessidade de medidas como a que Bernardo Lemos e Faria toma em Junho de 1787 ao prender o capitão Cheminant no Forte da Guia, após este ter ancorado o *Laurel* na Taipa sem autorização.⁹⁸ O prelado considera ainda que a permanência dos portugueses em Macau depende apenas das boas relações com os chineses,⁹⁹ reflectindo as suas palavras a política de defesa dos interesses locais, em detrimento dos negócios dos estrangeiros, pois já no final de 1763 o *Select Committee* se queixa à presidência de Fort St. George:

“The Portuguese Governor and Senate of Macao, have for some time past behaved so extremely ill to foreigners (which particularly affects us) that we think it is now become necessary to have such

HISTORIOGRAPHY

treatment represented to the Vice Roy of Goa, that his orders may prevent in future the embarrassments their rudeness at present subjects us to, and as a Representation of this sort, can come from none so properly as the Company's Presidencies in India where these People are allowed the priviledges of a beneficial trade, and treated with Civility and good manners."¹⁰⁰

O *Committee* resume os sucessivos confrontos com as autoridades portuguesas e menciona o facto de o Senado ter expulsado, por ordem das autoridades chinesas, James Flint após o seu regresso de Ningbo (1758), pedindo os ingleses protecção ao governador. Dois anos depois, o Senado proíbe os moradores de arrendar casa a estrangeiros, informando-os de que estes últimos não poderão permanecer nas mesmas sem pedirem “humildemente” autorização ao Senado e ao governador, vendo-se os ingleses forçados a residir

nos seus barcos até que tal aconteça, e, de acordo com os próprios, expostos a roubos e ao clima desagradável. Também em 1761 o capitão Skottowe, após atracar o seu barco na Taipa sem autorização, é ameaçado de prisão pelo governador,¹⁰¹ medidas que visam o reforço público do poder português e o controlo dos estrangeiros e que o vice-rei de Goa justifica com as ordens superiores do rei português devido às queixas dos chineses perante os excessos cometidos pelos europeus em Macau e Cantão.¹⁰² A cooperação com o mandarinato, em prol da sobrevivência de Macau, é, portanto, uma prioridade constante das autoridades lusas.

Como já vimos, ao longo da segunda metade do século XVIII os oficiais da E. I. C. entram em conflito com as autoridades do enclave, vendo-se, no entanto, forçados a acatar as decisões de chineses e de portugueses e a reconhecer a sua frágil posição no Sul da China. Na sequência dos confrontos entre ingleses e

William Alexander, “As baterias de Anunghoy saúdam o *Lion* na *Bocca Tigris*”. Aguarela sobre papel, 1796. Cortesia do Hong Kong Museum of Art.



HISTORIOGRAFIA

o governador por nós já analisados, Fort William escreve ao *Select Committee* em 1783 e reconhece a importância desse porto para os negócios da Companhia das Índias na China.¹⁰³ Por outro lado, o facto de os chineses controlarem cada vez mais o território é enfatizado por diversos visitantes ingleses, como, por exemplo, o comandante do navio *Charlotte* que, em Setembro de 1788, chega ao Sul da China, transportando novas directivas de Londres para o *Select Committee*:

*“The city of Macao, which is situated on an island, at the entrance of the river Canton, belongs to the Portuguese. It was formerly richer, and more populous than it is at present, and totally independent of the Chinese; but it has lost much of its ancient consequence; for though inhabited chiefly by the Portuguese, under a governor appointed by the king of Portugal, it is entirely in the power of the Chinese, who can starve or dispossess the inhabitants whenever they please.”*¹⁰⁴

A imagem de dependência da cidade em relação ao controlo crescente dos mandarins, também devido à presença de outros europeus, é um argumento repetido frequentemente pelos ingleses ao referirem o crescente espaço de manobra inglês, questão que também é abordada pelo procurador do Senado António José de Gamboa numa chapa enviada ao mandarim de Anção em 1793, informando-o de que o *hopu* chinês não pode ultrapassar a lei portuguesa no que diz respeito aos demais ocidentais:

“nos queixamos que o Oupu se adianta Se atacando contra as Nossas Leys, q. são as que aqui Governão a todos os Christãos, os quaes São Sujeitos ao Nosso Governo, e a noss Just.^a, e uzamos de toda a autoridade a mais de duzentos e Sincoenta Annos porque esta Cid.e he fundação Nossa, e a graça de habitar-mos nellá he dos Portugueses, e não de outros Estrangeiros de Europa, que So estão aqui enquanto nos he Conveniente admetillos.”¹⁰⁵

O procurador desenvolve esta ideia numa outra chapa dirigida ao próprio *hopu*:

“sendo ella [Macao] fundada pelos Portuguezes a quazi trez Seculos em Cazas, muros, e Fortalezas sempre nos regemos pelas nossas Leys em tudo e por ella se regem quaesquer outros Europeos Estrangr.os em q.to aqui rezidem [...]. Que os outros Europeos rezidem em Macao com Licença, e permissão nossa¹⁰⁶ sendo nos livre Recebe-los aqui, ou faze-los Sahir desta Cidade, e temos

toda authoridad.e p.^a os castigar q.do elles nos perturbem, e não vivão conforme as nossas Leys, e assim mandamos de Sahir aos mesmos Estrangeiros.”¹⁰⁷

Os inúmeros ingleses que afluem ao território envolvem-se, por vezes, em conflitos com os chineses,¹⁰⁸ questões resolvidas não apenas pela administração portuguesa, mas também pelo mandarim da Casa Branca que, no caso de morte de um nativo, e de acordo com os preceitos da lei imperial, exige um culpado para ser executado, como acontece em 1773, quando pede aos portugueses que lhe seja entregue o inglês Francis Scott, suposto assassino de um chinês. Scott já fora julgado de acordo com a lei europeia¹⁰⁹ e considerado inocente pelo Senado,¹¹⁰ órgão que é acusado por Goa e Lisboa de não defender a honra de Portugal e de se submeter facilmente às ordens das autoridades sínicas.¹¹¹ Perante a recusa de Macau em entregar o réu, o mandarim ordena, mais uma vez, aos habitantes chineses que abandonem a cidade e proíbe a entrada de alimentos até o inglês ser executado. Os europeus, confinados a Cantão e Macau e dependendo totalmente do mandarinato, vêm-se forçados a respeitar as exigências, sob ameaça de terem de abandonar a cidade, como conclui, em 1777, o bispo Alexandre Guimarães ao dirigir-se ao Senado: “a sujeição quanto ao regimen [administrativo de Macau], hê mista, pendente do El Rey Nosso Señor [de Portugal], e do Imperador da China [...] Senhor directo de Macao, que lhe paga hum foro [...]. A terra não se obteve por conquista, e assim a nossa residencia não hê firme, ad natum sine”.¹¹² O governador e o Senado controlam frequentemente a acção dos ingleses na cidade, o que desagrade aos sobrecargas, que, como já vimos, informam as presidências inglesas da Índia quer do “abuso de poder” das autoridades portuguesas, quer da importância de Macau para o comércio da Companhia, pedindo protecção às mesmas:

“We must beg leave to remind you that the Company’s affairs place us under the absolute necessity of retrieving to this small establishment of the Portuguese during nearly half the year, we trust therefore as this is not a matter of choice in us we have a claim to the protection of the Company’s establishments in India from the injuries and insults we are exposed to”.¹¹³

Um ano depois, após o já referido conflito entre o juiz de Macau e o sobrecarga Peach, o *Committee* repete

os mesmos argumentos numa missiva para Bombaim, descrevendo a singularidade da sua situação no enclave, onde se encontram à mercê da vontade dos portugueses, que não abusam mais do seu poder devido ao medo que têm das presidências inglesas na Índia:

*“the unavoidable consequence of our peculiar situation, compelled as we are to take our residence under a Foreign government, and among people but too much disposed to insult us, were they not in some degree kept in awe by the protection which they know we can have recourse to.”*¹¹⁴

Em 1788, o *Committee* reafirma de novo a situação desagradável no estabelecimento, o “orgulho do poder” dos lusos e a necessidade de convencer estes últimos de que tem meios para se defender dos insultos de que tem sido e pode vir a ser alvo, concluindo que os ingleses são forçados a residir “*under a foreign government in a grating and unpleasant circumstance, but to be exposed to insult without means of redress, and left to the mercy of stupid prejudice, and brutal ignorance.*”¹¹⁵ A importância estratégica de Macau para o comércio da E. I. C. na China é também visível no facto de a maioria das referências ao território na documentação da Companhia ter lugar durante as descrições de questões jurídicas e conflitos que envolvem os sobrecargas e as autoridades portuguesas, sobretudo na segunda metade do século XVIII.

Os acontecimentos na Europa influenciam também as relações entre mercadores portugueses, franceses, e ingleses no Oriente, e, encontrando-se a Grã-Bretanha em luta com a França entre 1793 e 1802¹¹⁶ as embarcações das duas nações atacam-se mutuamente nos mares orientais, afectando o comércio inglês no Império do Meio. Portugueses e ingleses aliam-se no Sul da China para fazer frente aos ataques de barcos franceses e espanhóis que se unem contra a Grã-Bretanha durante a Guerra da Independência dos Estados Unidos da América¹¹⁷ e as Guerras Napoleónicas, recorrendo as embarcações de Macau que se dirigem para a Índia à segurança da frota da Marinha Real inglesa, que pauta, assim, o ritmo das viagens comerciais do enclave, sobretudo a partir de 1797.¹¹⁸ A perda de navios, desde cedo um dos maiores flagelos para a economia da cidade, é assim provocada, não apenas pelas condições climatéricas e pela pirataria no mar do Sul da China, mas também pelos conflitos entre as potências europeias, no caso a França e a Grã-Bretanha. O comércio e a economia de Macau encontram-se cada vez mais dependentes dos negócios das Companhias

ocidentais, e, como já vimos, o aumento do tráfico de ópio e o envolvimento de mercadores e vereadores no mesmo impossibilitam as autoridades portuguesas de fazer frente à concorrência estrangeira, tentando concentrar essa actividade no território. Se Macau é um local estratégico para o *China Trade*, o trato britânico torna-se essencial para o território, pois, de acordo com o governador Vasco Luís Sousa Faro, no final de 1792 o capital inglês representa cerca de 90% dos negócios que alimentam o giro da urbe, temendo o capitão-geral que a E. I. C. se estabeleça na ilha de Lantau e prejudique o comércio da Cidade do Santo Nome de Deus ao passar a comercializar aí as mercadorias que traz da Índia, nomeadamente o ópio.¹¹⁹ Apesar desta crescente relação de dependência, durante a segunda metade do século XVIII o governo do enclave e os sobrecargas medem forças constantemente, não deixando o primeiro de demonstrar aos segundos que a lei portuguesa é a única (europeia) a vingar na cidade.

Apesar das “humilhantes” condições em que os chineses obrigam a Companhia inglesa a negociar, os sobrecargas comercializam, por conta própria, ouro e ferro de Cantão para a Índia, e ópio da Índia para a China, e pouco ou nada fazem, ou podem fazer, para alterar a situação em que se encontram, temendo as reacções das autoridades mandarínicas e o efeito destas nos seus negócios privados e nos da Companhia. A própria coroa inglesa intervém ao tentar estabelecer relações diplomáticas directas com o imperador através do envio da embaixada liderada por Lorde Macartney, que, no final da mesma, reconhece a importância estratégica de Macau, a situação desvantajosa dos ingleses face à posição dos portugueses, e descreve o fluxo anual dos sobrecargas, de e para o enclave, no início e no final das estações comerciais de Cantão:

*“The English come to Canton not to Macao, where they have no business. Yet as soon as the ships are loaded at canton, all the English are obliged to leave it, to desert their factory there [...] and to be at considerable expense in removing to Macao, paying for a house there besides hiring new servants and other inconveniences. They are obliged every time they must thus go to and from Macao to pay fees or duties on the same furniture and books and clothes for which the duties have been already paid several times. They are also obliged to pay duties for the provisions and liquors which they bring with them though entirely for their own consumption.”*¹²⁰

HISTORIOGRAFIA

A situação dos sobrecargas, bem como o pagamento das taxas alfandegárias, observam-se desde o início do estabelecimento dos ingleses na China, que lutam, desde cedo, pela melhoria das suas condições de vida e de trabalho, e pela abolição dessas taxas,¹²¹ pelo que essas questões não são novidade no final do século XVIII, e, em 1795, os sobrecargas concluem que essa prática chinesa serve para evitar contrabando, pois os ocidentais poderiam transportar bens de Macau para vender em Cantão, declarando-os como bens para consumo.¹²² Nessa altura os sobrecargas propõem ao mandarinato, em vão, poder levar os seus barcos directamente para a Boca de Tigre sem parar em Macau, onde deixariam de contratar os seus pilotos, que passariam a contratar em Lintim, dirigindo-se sem parar para Whampoa,¹²³ ou seja, a Companhia das Índias tenta, a todo o custo, afastar-se do espaço de influência português para adquirir mais liberdade e independência comercial no Sul da China. Macau assume-se, assim, quer como porta de entrada e local de ensaio para o comércio em Cantão, quer como espaço ocidental, onde os europeus podem permanecer quando expulsos ou fugidos da China ‘profunda’. No entanto, os ingleses tentam conquistar cada vez mais liberdade relativamente às autoridades portuguesas e chinesas e revoltam-se contra os excessos de ambos. O enclave é também utilizado quer por chineses quer por ocidentais para o tráfico de ópio, beneficiando os portugueses da estada desses mercadores e dos seus negócios.

A EMBAIXADA DE LORDE MACARTNEY À CHINA (1792-1794)

A importância cada vez maior do *China Trade* para a economia e o comércio ingleses, sobretudo após o *Commutation Act*, episódios como o do *Lady Hughes* (1784), o controlo cerrado de portugueses e chineses no eixo Macau-Cantão, os preços elevados praticados pelos chineses, e as exigências do Co-hong e do hopu levam os ingleses, “*the first people of the world*”,¹²⁴ a tentar estabelecer relações diplomáticas com a China e a obter do imperador um território próprio no litoral chinês à semelhança de Macau, onde vinguem as suas próprias leis e de onde possam expandir os seus negócios, espelhando as duas primeiras embaixadas inglesas esse mesmo desejo de expansão.¹²⁵

A primeira tentativa britânica de contacto diplomático falhara em 1788 devido à morte do

embaixador Charles Cathcart a caminho da China, no estreito de Bangka, mas as instruções e a carta que este transporta revelam os interesses comerciais da Grã-Bretanha na China e em Macau, devendo o diplomata recolher na cidade informações dos sobrecargas que sejam úteis para a prossecução dos seus objectivos.¹²⁶ Cathcart tentaria conseguir do imperador autorização para os ingleses se estabelecerem preferencialmente em Macau ou, caso tal não acontecesse, em Amoy.¹²⁷ Nas propostas preliminares do tenente-coronel Cathcart de Agosto de 1787 pode ler-se:

*“If Macoa [sic] was ceded to us by the Portuguese, it does not follow that the Chinese would confirm us in the Portuguese privileges. The possession of the Island is not wholly in the Portuguese hands, and there is only one port which from its Harbour is important. It would be attended with some Inconvenience, in removing the Hong Merchants from Canton, but their capitals which have overcome the local inconvenience of Canton which is remote from the Raw Silk, China Ware and Tea Countries, might render Macao a valuable depôt, and overcome its defects.”*¹²⁸

Palavras que, desde cedo, atestam o interesse inglês em ocupar Macau, ou conseguir aí uma posição idêntica à dos portugueses, e justificam o receio e o alerta constante das autoridades do enclave.¹²⁹

Numa segunda tentativa, e para transmitir ao imperador os pedidos de Jorge III de Inglaterra, o ministro Sir Henry Dundas, nomeia Lorde George Macartney (1737-1806) para liderar a primeira embaixada britânica à corte do imperador Qianlong (1736-1795) em 1793,¹³⁰ também com o objectivo de conseguir maior liberdade comercial em Cantão e um estabelecimento semelhante a Macau para os ingleses,¹³¹ tentando assim fugir ao controlo dos portugueses.¹³² Com esse objectivo, e para estudar as condições em que os portugueses se haviam estabelecido e se encontram em Macau em 1790, o *Select Committee* elabora e envia para Londres o *Memorandum & Heads of Information Required, Respecting the Portuguese Settlement at Macao*, que fora pedido pelos directores através de 14 alíneas. Ao longo do documento, os sobrecargas abordam sumariamente as relações sino-portuguesas, o comércio com outras partes do Império do Meio, as taxas e foro do chão pagos ao imperador, o modo de comunicação com Pequim, a defesa do enclave com a ajuda dos chineses, e os benefícios que os lusos retiram

HISTORIOGRAPHY

da sua situação privilegiada, enquanto às demais nações que visitam Cantão anualmente não lhes é permitido estabelecerem-se na China. Sobre esse último ponto, o documento informa:

*“Very considerable – all goods prohibited at Canton are admissible at Macao, they can purchase goods at more reasonable rates – and sell to greater advantage. Every other European nation being in some degree, only allowed to reside for a certain period of the year at Canton, during which they are of course compelled to dispose of their cargoes and purchase their returns in some measure at the mercy of the Chinese merchants being freed from the expense of linguists and compradores independent of the Chinese subjects purchasing and exporting goods from Macao into China; pay duties to the Chinese government on all such goods 20 per cent, less than if the same goods were purchased from any other European nation.”*¹³³

O décimo primeiro ponto informa Londres dos rendimentos anuais da administração portuguesa, nomeadamente os provenientes das taxas alfandegárias, enquanto a alínea seguinte indica as despesas anuais para manter o estabelecimento. As duas últimas alíneas referem a defesa militar da cidade e os rendimentos que o mandarinato retira da mesma.¹³⁴ Esta informação é recolhida, decerto, para preparar a embaixada de Lorde Macartney, ex-governador de Madrastra, que chega ao enclave em Junho de 1793¹³⁵ acompanhado pelo secretário-geral da embaixada, Sir George Staunton (1737-1801).¹³⁶ A comitiva segue para Pequim e, após o “choque cultural”¹³⁷ e as tentativas falhadas de negociação com o imperador,¹³⁸ regressa a Macau¹³⁹ em Janeiro de 1794, alojando-se Macartney até Março na Casa Garden, então residência de James Drummond,¹⁴⁰ ciente de que não conseguira atingir os objectivos da sua missão.¹⁴¹ Uma vez mais, a Inglaterra olha para Macau como um território a “conquistar”, e o próprio Macartney afirma no seu diário de viagem:

*“The Portuguese who, as a nation, have been long exanimated and dread in this part of the world, although their ghost still appears in Macao, hold that place upon such term as render it equally useless and disgraceful to them.”*¹⁴² *It is now chiefly supported by the English, and on the present footing of things there the Chinese can starve both it, and those who support it, wherever they please. If the*

*Portuguese made a difficulty of parting with it to us on fair terms, it might easily be taken from them by a small force from Madras [...] or with as little trouble and with more advantage we might make a settlement in Lantao or Cow-hee, and then Macao would of itself crumble to nothing in a short time.”*¹⁴³

Se o embaixador sugere a tomada de Macau, ou o seu aniquilamento a partir de outras feitorias inglesas a estabelecer na China, as autoridades e os religiosos do enclave, bem como os missionários de Pequim, suspeitam, mais uma vez, da intenção dos ingleses e defendem a todo o custo os interesses lusos. Os padres portugueses que participam na embaixada criticam ferozmente a acção e os desígnios ingleses e, mais tarde, numa representação dirigida pelos missionários de Pequim ao imperador, por volta de 1802, o padre José Bernardo d’Almeida, após ter sido advertido pelo procurador de Macau, avisa Pequim quer dos falsos desígnios dos ingleses quando ocupam Macau nesse ano sob pretexto de defenderem os portugueses contra os franceses, quer das “calamidades” e “funestas” consequências que podem surgir com a entrada dos ingleses no Império do Meio:

*“Entre as diversas nações [...] que vêm comerciar à China, existe um reino denominado Inglaterra cuja gente tem, lá no Ocidente, o distintivo carácter de enganadora e fingida. Esta nação há já algumas dezenas de anos a esta parte, que se tem proposto, e conserva o ambicioso desígnio de absorver em si tudo quanto há para cujo efeito se vale frequentemente do aparente e fingido título de comércio, com o qual encobre os seus ocultos e cavilosos instintos. [...] E no ano cinquenta e oito do Imperador Kinhung, eles enviaram hum grande navio com presentes para o Imperador, e entre as muitas coisas, que os ingleses fingidamente pediram, [...] que se lhes cedesse uma adjacente ilha; tudo a fim de poderem pôr em execução os seus premeditados estratagemas. [...] Não somente neste lugar [Bengala], mas em muitos outros têm os ingleses usado os mesmos estratagemas”*¹⁴⁴ [...], e se eles chegarem a conseguir o que pretendem na China, a paz e sossego não será durável neste império. Os portugueses, porém existem neste império há mais de dois séculos, sem terem até ao presente motivado desconfiança ou desassossego algum

HISTORIOGRAFIA

aos imperadores [...]. Nós, Soté-Chao [padre José Bernardo d'Almeida], Tang-xi-Siuen [Bispo D. Alexandre], e companheiros.”¹⁴⁵

Para além da imagem negativa dos desígnios ingleses, elaborada através de termos e expressões como “maldades e cavilações”, “fingidamente” e “astuciosas diligências”, os autores do documento comparam ainda, por dissemelhança, a presença e a acção inglesas com as portuguesas no delta do rio das Pérolas.

O poder político local teme de há muito a crescente presença inglesa e o governador Vasco Luís Carneiro de Sousa e Faro¹⁴⁶ adianta-se à chegada da embaixada de Lorde Macartney ao informar o governador da Índia, Francisco de Cunha e Meneses, no final de 1792, que “repetem os ingleses segunda vez embaixador à China [...]. Publica-se ser o fim da dita embaixada quererem os ditos ingleses a ilha de Cantão para ali se estabelecerem e, quando assim o consigam, o que não duvido por não termos naquela corte quem embarce este projecto, não fará piqueno dano esta vizinhança a Macau, pelo menos se não precavermos o futuro”.¹⁴⁷ O receio de Macau arrasta-se até depois da fundação de Hong Kong e, em 1811 o ouvidor Miguel de Arriaga relata ao Secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos Melo e Castro as tentativas de estabelecimento inglês na China, em detrimento dos interesses portugueses,¹⁴⁸ e justifica as palavras do governador atrás transcritas.

A embaixada de Lorde Macartney dá origem a diversas descrições da China e da cidade de Macau, como a de John Barrow, que refere as intrigas dos missionários portugueses em Pequim,¹⁴⁹ e, na segunda edição, a tentativa de ocupação da península luso-chinesa pelos ingleses em 1802, como acontecera, em Goa, nesse ano e em 1799,¹⁵⁰ estratégias apresentadas como “socorro” face à ameaça francesa,¹⁵¹ e que em 1806 continuam implícitas no ‘discurso’ inglês:

“Towards the close of the last war [1802], when it was found expedient to take possession of some of the Portuguese colonies, and an expedition for this purpose was actually sent out to secure the peninsula of Macao, this missionary [Bernardo Almeida] lost no time in suggesting to the Chinese court, that the designs of the English in getting possession of Macao might be of the same nature as those they had already practised in India,¹⁵² and if they were once suffered to get footing in the country, China might experience the same fate as Hindostan. [...]

The Chinese at Canton (and a great deal depends upon their representations) would have no objection to see the English in possession of Macao; for they cordially hate, I believe it is not too much to say despise, the Portuguese, and they speak with horror of the French. What a moment then is this for England to turn to its advantage!”¹⁵³

A afirmação final de Barrow acerca da posição da Grã-Bretanha relativamente a Macau revela que os desígnios ingleses não mudam desde a chegada dos primeiros oficiais da Companhia das Índias ao enclave. Como vimos, a Inglaterra não reconhece totalmente a soberania portuguesa no território, sendo a ocupação do mesmo referida desde cedo como tarefa relativamente fácil devido à sua débil defesa, e até aconselhável, dado o estado de abandono e de miséria em que este se encontra, daí que os Jesuítas em Pequim tentem que a embaixada de Macartney não tenha qualquer sucesso, afastando, assim, rivais religiosos e comerciais quer de Macau, quer do resto da China.

Em 1802, 1808 e 1840, período de que não nos ocupamos, e na sequência do insucesso diplomático de Macartney, ocorrem três tentativas inglesas de ocupação militar do território, sob pretexto de o defenderem da ameaça francesa e, no caso da última data, fazer frente à China,¹⁵⁴ medidas que evidenciam o avanço do expansionismo inglês no Império do Meio. No entanto, em 1808, o vice-rei de Cantão Wu Xionggang 吳熊光 deixa bem claro que a ocupação inglesa de Macau nesse ano é uma afronta não apenas à administração portuguesa, mas também à China, facto que dificulta os movimentos e desígnios britânicos: “Macao que não é portuguesa, faz parte do nosso território da grande Dinastia Qing, como é que se atrevem a invadir a nossa terra? Se houver alarmes nas fronteiras, a China é capaz de fazer frente à situação. Não se incomodem, que o nosso povo poderia ficar assustado com as vossas operações”.¹⁵⁵ Nesse ano, o mesmo funcionário imperial dirige-se ao imperador para contextualizar retrospectivamente a chegada dos ingleses ao Sul da China e os seus interesses, bem como os dos portugueses em Macau, acusando estes últimos de permitirem o desembarque dos rivais norte-europeus na China.¹⁵⁶

“Os Ingleses, ao ver que os de Xiyang [Portugal] gozam deste privilégio da isenção dos direitos, de há muito tempo que alimentam a ambição de ocupar a posição dos de Xiyang. Neste momento, em que Xiyang se encontra mais

HISTORIOGRAPHY

fraco do que nunca, os Ingleses, com o pretexto aparente de fornecer protecção aos de Xiyang, tentam concretizar a ocupação de Macau, e os de Xiyang, receosos do poderio britânico, passaram a tolerar a presença dos ingleses em Macau. [Os ingleses] acabarão por tentar expulsar os bárbaros de Xiyang, concretizando a ambição de ocupar a totalidade do território de Macau. É mais do que óbvia a ambição inglesa. Além do que, por um lado, é inconveniente que aos Ingleses, sendo rebeldes e indomáveis, os deixemos ficar no nosso interior.”¹⁵⁷

O imperador Jiaqing (1796-1820) também acusa o vice-rei de Cantão de cobardia, ao não ser mais veemente perante os soldados ingleses.¹⁵⁸ Situada na periferia do império luso e nas franjas marítimas do Império do Meio, Macau usufrui da protecção imperial que fortalece a posição portuguesa face às tentativas de ocupação dos ingleses, pois estes teriam que enfrentar não só as reacções diplomáticas de Lisboa, mas também as forças militares portuguesas e chinesas no Oriente. Se os ingleses descrevem o corte do fornecimento de víveres à cidade pelo mandarinato para que os portugueses respeitem as suas exigências, reconhecem que, após a sua ocupação do território, a China poderá os poderá isolar dessa forma, tornando ineficaz a estratégia militar inglesa que desagradaria igualmente aos velhos aliados portugueses; daí que estes últimos reconheçam que o apoio de Cantão e Pequim é imprescindível para a sua permanência na China, rentabilizando o seu conhecimento secular sobre a cultura chinesa para se defender perante os interesses ingleses. O enclave ‘bárbaro’ é utilizado estrategicamente pelas autoridades chinesas para controlar todos os estrangeiros; daí também o seu interesse em aí manter os portugueses.¹⁵⁹ Os episódios da tentativa de ocupação de Macau são retomados no final do século XIX e início do século XX por autores portugueses em publicações cujo espírito se encontra ‘inflamado’ pelo Ultimato inglês (1890) e que pretendem rever a posição da chamada “fiel aliada”¹⁶⁰ e “nação irmã”,¹⁶¹ acusando a Inglaterra de se fazer passar por aliada quando, na verdade, se tenta apoderar de territórios lusos.¹⁶²

A embaixada de Lorde Macartney à China é infrutífera em termos diplomáticos, mas, como já afirmámos relativamente à mudança da imagem do Império na Inglaterra, tem repercussões culturais directas na Europa e indirectas no Sul da China a longo prazo, pois o jovem George Thomas Staunton (1781-

-1859), que participa nessa expedição, exemplifica a vontade da Grã-Bretanha de se estabelecer no Império do Meio, tornando-se, mais tarde, sinólogo, sobrecarga e administrador da E. I. C. no Oriente. Em 1793, aos 12 anos, George Thomas acompanha o seu pai, Sir George Leonard Staunton, secretário e ministro plenipotenciário substituto da embaixada de Lorde Macartney, como pagem do embaixador. Antes e durante a viagem marítima, o adolescente estuda chinês com Paul Ko e Lee, dois missionários sínicos do Colégio Católico Romano da *Propaganda Fide*, familiarizando-se rapidamente com os caracteres chineses ao ponto de durante o encontro com o imperador ser o único a dialogar com ele. Mais tarde, em Abril de 1798, Staunton é nomeado escriturário da feitoria inglesa de Cantão, em 1804 é promovido a sobrecarga da E. I. C. e no ano seguinte participa na introdução da vacinação na China através da tradução do Tratado do médico-sobrecarga da Companhia Alexander Pearson. Em 1808 Staunton é nomeado intérprete da feitoria e em 1816 torna-se presidente do *Select Committee*, residindo em Macau entre as *trading seasons*. Nesse ano, juntamente com William, *Earl* Amherst (1773-1857) e Sir Henry Ellis (1777-1855), o sobrecarga é nomeado comissário do rei da segunda embaixada britânica ao Trono do Dragão (1816-1817),¹⁶³ para tentar defender, mais uma vez, os direitos dos mercadores ingleses em Cantão e Macau face à atitude do mandarinato, iniciativa diplomática que é também infrutífera. O *know-how why* acumulados desde a adolescência, bem como o facto de dominar fluentemente o chinês, permitem a Staunton uma carreira de sucesso que simboliza a persistência britânica no que diz respeito ao valioso comércio do chá na China.

Após a embaixada de Lorde Macartney surge na Grã-Bretanha uma imagem mais negativa da China, agora representada como uma nação fraca e vulnerável que deveria ser forçada a modernizar-se. Nas primeiras décadas do século XIX, o governo inglês conclui que para conseguir os objectivos subjacentes à embaixada de Lorde Macartney teria de recorrer não apenas à diplomacia, mas também ao uso da força, estratégia para a qual a crise do ópio de 1839, já após o fim do monopólio da E. I. C., se torna um pretexto. O confronto de interesses entre chineses e britânicos leva, assim, o primeiro-ministro Lorde Palmerston (1784-1865) a declarar guerra à China, conflito que ficará conhecido como a Primeira Guerra do Ópio e durante o qual Macau se mantém neutral, defendendo os seus

HISTORIOGRAFIA

interesses seculares e a sua posição privilegiada na China,¹⁶⁴ pelo que autores como Alexander Mitchie criticam a atitude dos portugueses durante essa Guerra, que faz parte da busca britânica de “*a home of their own in the Canton waters.*”¹⁶⁵

Historiadores como Vincent T. Harlow,¹⁶⁶ tendo em mente a independência dos Estados Unidos da América, as batalhas navais da Inglaterra com a Espanha e a França, a Revolução Francesa, e a Revolução Industrial inglesa, desenvolvem a teoria denominada de “*swing to the East*”, ou seja, a imagem de um primeiro império britânico (Atlântico) a dar lugar a um segundo (africano e oriental) por volta de 1763, 30 anos antes da embaixada de Macartney, viragem que Michael Duffy¹⁶⁷ localiza no final da última década do século XVIII, já após a expedição diplomática. De acordo com

P. J. Marshall,¹⁶⁸ o sistema do ‘velho império’ co-existe com o do ‘segundo’, não tendo as estruturas do primeiro sucumbido totalmente para dar imediatamente lugar à ‘conquista’ oriental, pois os interesses asiáticos ingleses apenas substituem os ocidentais, de forma sistemática, no início do século XIX, sendo, portanto, a viragem para o Oriente paralela à política imperial britânica no hemisfério ocidental, nomeadamente o desenvolvimento da actividade comercial no Brasil e nas colónias espanholas americanas. Nesse mesmo contexto, surge a embaixada de Lorde Macartney à China em 1793, que pretende promover a exportação de produtos ingleses, fruto da Revolução Industrial, desenvolver condições favoráveis ao comércio da E. I. C. na China, e compensar, de algum modo, a perda dos mercados das colónias norte-americanas.

Aspecto do interior de um armazém de chá em Cantão. Cortesia de Martyn Gregory Gallery, Londres.



CONCLUSÃO

No final do século XVIII a Grã-Bretanha assume-se como uma poderosa potência no Oriente, sendo o papel e estatuto dos ingleses em Macau nesse momento muito diferentes dos de 100 anos antes, quando do estabelecimento da E. I. C. na China Meridional. A população e o comércio estrangeiros acabam por se tornar essenciais para a economia da cidade, mas as autoridades locais e religiosas acusam os ingleses de, através do seu nível de vida superior ao dos portugueses, constituírem uma ameaça comercial e moral, de fazerem subir os preços dos produtos na cidade, de manterem a prostituição activa e introduzirem o gosto desmesurado pelo luxo nas vidas privada e pública. Se, por um lado, os interesses económicos locais dependem dos investimentos ingleses na cidade, através do arrendamento e compra de casas e de barcos, bem como de empréstimos, a edilidade local deseja controlar a actividade e a concorrência estrangeira a todo o custo, objectivos difíceis de conciliar. Por outro lado, a partir de 1700 os portugueses nada podem fazer contra os desígnios das autoridades e dos mercadores chineses, que estimulam cada vez mais o estabelecimento de relações comerciais com parceiros estrangeiros, nomeadamente ingleses, holandeses e franceses, entre outros.

Os ingleses e os norte-americanos, as duas maiores comunidades estrangeiras na urbe desde o fim da centúria de setecentos até à Primeira Guerra do Ópio, têm um impacto social representativo na vida do enclave, desde a moda, aos hábitos culturais, e contribuem ainda para o acumular de riqueza e para a intensa actividade cultural em Macau, enclave multiétnico desde a sua fundação portuguesa (c. 1557) e que serve, enquanto referente geográfico-cultural, de *background* para inúmeras aventuras ficcionais da literatura inglesa,¹⁶⁹ fenómeno intimamente relacionado quer com o desenvolvimento do *China Trade* da E. I. C., cuja dimensão pitoresca e exótica atrai o escritor e o pintor britânicos,¹⁷⁰ quer com a fundação de Hong Kong em 1841. Se as comunidades de expressão inglesa influenciam o *modus vivendi* e o progresso do território sob administração portuguesa, este último tem um papel fulcral nas relações comerciais e culturais dessas comunidades anglófonas com a China, estatuto reconhecido por Alexander Michie em 1900, ao enumerar algumas das 'glórias' pioneiras de Macau no âmbito das relações sino-ocidentais:

“The influence of Macao on the history of foreign relations with China extended much beyond the sphere of mere commercial interests. For three hundred years it was for foreigners the gate of the Chinese empire, and all influences, good and bad, which came from without were infiltrated through that narrow opening, which served as the medium through which China was revealed to the world. It was in Macao that the first lighthouse¹⁷¹ was erected, a symbol of the illuminating mission of foreigners in China. It was there also that the first printing-press was set up, employing movable type instead of the stereotype wooden blocks used by the Chinese. From that press was issued Morrison’s famous Dictionary, and for a long series of years the Chinese Repository [...]”¹⁷² conducted chiefly by English and American missionaries. The first foreign hospital in China was opened at Macao, and there vaccination was first practised.¹⁷³ It was from Macao that the father of China missions, Matteo Ricci, started on his adventurous journey [...] in the sixteenth century [...]. The little Portuguese settlement has therefore played no mean part in the changes which have taken place in the great empire of China. [...] St Francis Xavier [...], [...] Camöens,¹⁷⁴ who in a grotto formed of granite blocks tumbled together by nature, almost washed by the sea, sat and wrote the Portuguese epic ‘The Lusiad’.”¹⁷⁵

Se a população mercantil do “*diminute settlement*”¹⁷⁶ deseja inicialmente dificultar a infiltração de estrangeiros no *China Trade*, tal desígnio torna-se impossível face aos interesses quer dos mercadores chineses, quer também de parte da população do enclave que lucra com essa presença sazonal, no caso dos sobrecargas da E. I. C., e anual, no caso dos comerciantes particulares e das famílias de mercadores, sem que, no entanto, os residentes anglófonos convivam com os portugueses.

Macau é uma das portas de entrada e estabelecimento permanente da Companhia das Índias na China, servindo também, no final do século XVIII, de base para os comerciantes independentes se estabelecerem e fazerem concorrência ao monopólio da instituição até 1833. A Cidade do Santo Nome de Deus tem assim um papel fundamental e único em todas as fases do comércio inglês no Sul da China, desde a chegada do *London*, fretado pelo vice-rei de Goa à E. I. C., em 1635, passando pelo estabelecimento dos sobrecargas

HISTORIOGRAFIA

no Império do Meio e pela chegada dos *interlopers* e comerciantes independentes que desequilibram a exclusividade comercial que a Companhia chama a si própria, situação análoga à dos portugueses perante a chegada dos rivais norte-europeus ao Estado da Índia, no início do século XVII, e que marca o começo do período de retracção e de decadência do império luso oriental.

Se os interesses britânicos no enclave nunca são completamente concretizados, nomeadamente a ocupação da cidade, tal situação deve-se à posição geográfica e política de Macau e à guarda das administrações portuguesa e chinesa, levando os ingleses – “comunidade em busca de uma colónia”¹⁷⁷ na China há cerca de um século e meio – a exigir ao imperador, em 1841, oito anos após o termo do monopólio da E. I. C., a cedência de Hong Kong, uma *Macao of their own*, onde possam comercializar sem restrições de terceiros. A fundação de Hong Kong e a abertura dos cinco portos chineses após a assinatura do Tratado de Nanquim, na sequência da entrada e do estabelecimento dos ingleses no Império do Meio através de Macau e Cantão,¹⁷⁸ transformam a forma de viver e de estar no Sul da China e no mais pequeno de todos os territórios do antigo ultramar português;¹⁷⁹ daí que o período histórico até esse tratado seja designado de *Old China Trade*. Após a fundação da colónia inglesa a presença dos *red-haired devils* na China Meridional modifica-se, tornando-se não exclusivamente comercial, mas também administrativa, dando lugar a uma maior aproximação destes à cultura e à realidade chinesas e a uma nova representação de Macau, agora já não apenas

um retiro comercial, mas, cada vez mais, um local de recreio, convalescência e turismo para os colonos e visitantes de Hong Kong, perdendo a urbe luso-chinesa muita da sua importância estratégica e económico-política regional e mundial.

A aliança anglo-portuguesa estende-se, como já vimos, gradualmente ao Extremo Oriente, e as relações entre os velhos aliados europeus, relativamente ao comércio e interesses ultramarinos, são pautadas pela diplomacia entre as Coroas, pelas lutas de interesses de mercadores locais, e ainda pelas “Leys Portuguezas, e Imperiaes”,¹⁸⁰ vendo-se o Senado e o governador forçados a negociar e a justificar-se perante ambas no que diz respeito à presença inglesa na China, enquanto Macau luta pela sua própria sobrevivência nas franjas marítimas da província de Guangdong.

A aliança mais antiga do mundo ocidental é ainda influenciada pela política da administração imperial, com a qual os portugueses se vêem forçados a negociar, utilizando, muitas vezes, a lei chinesa para defender o seu estatuto no delta do rio das Pérolas perante os ingleses. A presença protestante junta-se assim ao binómio constituído pelos interesses locais sínicos e lusos, acabando por concorrer, sobretudo na primeira metade do século XIX, para a transformação da identidade histórico-social e da vida cultural de Macau, agora também com um cariz anglófono, que funciona como câmara de descompressão para os ocidentais que aí confluem, dando origem à multiplicidade de contextos em que portugueses, chineses, e ingleses ora convivem ora entram em conflito. **RC**

NOTAS

1 Sobre o estabelecimento da E. I. C. no eixo Macau-Cantão, as relações anglo-portuguesas, e a presença inglesa em Macau até à segunda metade do século XVIII, veja-se Rogério Miguel Puga, “A Convenção de Goa (1635) e a primeira viagem (luso-)inglesa a Macau”, *Revista de Estudos Anglo-Portugueses*, n.º 14, 2005, pp. 71-108; idem, “As primeiras viagens inglesas a Macau (1635-1699)”, *Anais de História de Além-Mar*, n.º 6, 2005, pp. 159-214; idem, “Macau e o *China Trade*: O estabelecimento regular da East India Company na China”, *Daxiyangguo: Revista Portuguesa de Estudos Asiáticos*, n.º 8, 2.º semestre 2005, pp. 127-154, e idem, “O início do comércio na China da East India Company e as relações anglo-sino-portuguesas em Macau na primeira metade do século XVIII”, *Revista de Estudos Anglo-Portugueses*,

n.º 17, 2008. Está no prelo o nosso estudo *A Presença Inglesa e as Relações Anglo-Portuguesas em Macau (1635-1793)*, obra na qual este estudo será publicado.

2 Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), *Macau*, cx. 48, doc. 22, cx. 55, doc. 24, cx. 60, doc. 31.

3 Expressão de J. M. Braga, “A Seller of ‘Sing-Songs’: A Chapter in the Foreign Trade of China and Macao”, *Journal of Oriental Studies*, vol. 6, n.ºs 1-2, 1961-1964, p. 85, ao referir a luta de interesses entre a Companhia, os *country traders* e os *interlopers* relativamente à utilização de Macau como ponte de apoio para o *China Trade*.

4 *Arquivos de Macau (A. M.)*, 3.ª série, vol. 7, n.º 6, Junho de 1967, p. 316, vol. 8, n.º 3, Setembro de 1967, pp. 121-126.

- 5 British Library, India Office Records, G/12/79, parte 2, fls. 115, 172 (doravante designaremos os IOR apenas através do número do volume).
- 6 Sobre o sistema de comercialização de ópio entre Bengal e outras proveniências e Cantão pelos *country traders*, também através de Macau devido à proibição dos sobrecargas da E. I. C. o fazerem por si mesmos, veja-se David Edward Owen, *British Opium Policy in China and India*, New Haven, Yale University Press, 1934, pp. 1-54, D. Eyles, “The Abolition of the East India Company’s Monopoly 1833”, tese de doutoramento, Universidade de Edimburgo, Edimburgo, 1955, pp. 4-6, e P. J. Marshall, “Private British Trade in the Indian Ocean Before 1800”, in Om Prakash (ed.), *An Expanding World-The European Impact on World Economy 1450-1800*, vol. 10: *European Commercial Expansion in Early Modern Asia*, Aldershot, Variorum-Ashgate, 1997, pp. 258-262.
- 7 G/12/79, parte 2, fl. 171.
- 8 Ópio que é vendido em Fort William (Calcutá). Para uma síntese da evolução do comércio opiáceo inglês desde 1757, também através de Macau, veja-se John Keay, *The Honourable Company: A History of the English East India Company*, Londres, Harper Collins, 1993, pp. 359-360, 430-431.
- 9 São inúmeras as referências na documentação da E. I. C. ao tráfico de ópio através de Macau na segunda metade do século XVIII [Hosea Ballou Morse, *The Chronicles of the East India Company Trading to China 1635-1834*, vol. 2, Oxford, Clarendon Press, 1926, pp. 282-343; P. C. Gupta (ed.), *Fort William-India House Correspondence*, vol. 13: *1796-1800*, Deli, National Archives of India, 1959, p. 508, I. B. Banerjee (ed.), *Fort William-India House Correspondences and Other Contemporary Papers Relating Thereto*, vol. 11: *1789-92*, Deli, National Archives of India, 1974, pp. 400, 441, 459-460, *A. M.*, 3.ª série, vol. 10, n.º 4, Outubro de 1968, pp. 192-193, AHU, *Macau*, cx. 11, doc. 5, fl. 1 (sobre Lintim, veja-se cx. 55, doc. 24, cx. 56, doc. 73, cx. 63, doc. 5).
- 10 *A. M.*, 3.ª série, vol. 8, n.º 2, 1967, pp. 102-103, vol. 16, n.º 5, 1971, pp. 135-136.
- 11 D. Eyles, “The Abolition of the East India Company’s Monopoly 1833”, cit., p. 5. Relativamente ao problema do fornecimento de prata à E. I. C. em Cantão, consulte-se “Sketch of a Plan for Supplying the Hon’ble East India Company with Silver at Canton”, 1786: G/12/18, (1753-1787), fls. 21-24.
- 12 *A. M.*, 3.ª série, vol. 10, n.º 4, Outubro de 1968, p. 230, vol. 14, n.º 4, Outubro de 1970, pp. 210-213, António M. Martins do Vale, *Os Portugueses em Macau (1750-1800): Degredados, Ignorantes e Ambiciosos ou Fieis Vassalos d’El Rei?*, Macau, Instituto Português do Oriente, 1997, pp. 46-47. Anualmente entram na China, através de Macau, e pelas mãos dos ingleses, cerca de 200 cestos de ópio, sendo em 1766 traficados 1000 cestos para pagar aos chineses o suborno pela sua comercialização ilegal [P. J. Marshall, “Britain and China in the Late Eighteenth Century”, in Robert A. Bickers (ed.), *Ritual & Diplomacy: The Macartney Mission to China (1792-1794): Papers Presented at the 1992 Conference of the British Association for Chinese Studies Marking the Bicentenary of the Macartney Mission to China*, Londres, Wellsweep-British Association for Chinese Studies, 1993, p. 18]. Sobre a acusação entre o Senado e os governadores no que diz respeito ao tráfico de ópio, veja-se *A. M.*, 3.ª série: vol. 6, n.º 5, 1966, p. 255, vol. 7, n.º 5-6, 1967, pp. 249, 256-257, 286-287, 317, vol. 8, n.º 1, 1967, pp. 252-255, vol. 10, n.º 2, 1964, pp. 99, 192-193, 222-223.
- 13 Relativamente aos interesses mútuos, às cumplicidades e à colaboração ilegal entre portugueses e ingleses no tráfico do anfião e na compra e venda de barcos a estrangeiros, actividades proibidas por lei que chegavam mesmo a envolver dois governadores subornados para servirem os interesses da E. I. C., consulte-se António M. Martins do Vale, *Os Portugueses em Macau...*, pp. 207-209, 211.
- 14 *A. M.*, 3.ª série, vol. 7, n.º 6, Junho de 1967, p. 302.
- 15 Sobre a produção de ópio na Índia traficada pelos ingleses através de barcos portugueses ou embarcações fretadas em Macau, que aí descarregam a droga, veja-se British Library (IOR): R/10/12 (1782), fls. 45-46, 50-51, 150, 180, 187-188, R/10/13 (1783), fls. 56-57, R/10/19 (1791), fls. 40-42, 76-66, G/12/76, fls. 41, 43, 136, 147-149, G/12/76, parte 2, fls. 205, 234, e G/12/77, fl. 59, Paul Wilson Howard, “Opium Suppression in Qing China: Responses to a Social Problem, 1729-1906”, tese de doutoramento, Universidade de Pensilvânia, 1998, pp. 65-117, e Alfredo Gomes Dias, *Portugal, Macau e a Internacionalização da Questão do Ópio (1909-1925)*, Macau, Livros do Oriente, 2004, pp. 26-35.
- 16 *A. M.*, 3.ª série, vol. 7, n.º 6, 1967, pp. 313, 318-319, vol. 8, n.º 2, p. 102, n.º 3, pp. 121-131.
- 17 Ângela Guimarães, “A Conjuntura Política: Antes de Hong Kong”, in A. H. de Oliveira Marques (dir.), *História dos Portugueses no Extremo Oriente*, vol. 3: *Macau e Timor. Do Antigo Regime à República*, Lisboa, Fundação Oriente, 2000, p. 20. Relativamente ao número de caixas de ópio que entram oficialmente em Macau e aos direitos alfandegários pagos pelo ópio e outros produtos entre 1784-1838, veja-se Fernando Figueiredo, “Os Vectores da Economia”, in A. H. de Oliveira Marques (dir.), *História dos Portugueses no Extremo Oriente*, vol. 3: *Macau e Timor. Do Antigo Regime à República*, pp. 106-107.
- 18 Jin Guo Ping 金国平 e Wu Zhiliang 吴志良 (eds.), *Correspondência Oficial Trocada entre as Autoridades de Cantão e os Procuradores do Senado: Fundo das Chapas Sínicas em Português (1749-1847)*, vol. 1, Macau, Fundação Macau, 2000, doc. 43, p. 123, doc. 95, p. 230, doc. 107, p. 244.
- 19 *A. M.*, 3.ª série, vol. 6, n.º 4, 1966, pp. 186-187, n.º 5, p. 255, vol. 7, n.º 5, 1967, pp. 249, 256-257, n.º 6, pp. 291, 313, 318, vol. 10, n.º 2, 1968, pp. 99, 192-193 e n.º 4, pp. 222-223, vol. 14, n.º 3-4, 1970, pp. 162, 186-187, vol. 17, n.º 2, 1972, p. 96, n.º 3, pp. 133-135, 159-166, vol. 24, n.º 3, 1970, p. 146, AHU, *Macau*, cx. 20, docs. 10-11, cx. 21, docs. 11-37.
- 20 G/12/86, fl. 11 (1787). Cheminant é libertado dois dias depois e promete afastar-se de Macau.
- 21 *A. M.*, 3.ª série, vol. 17, n.º 3, pp. 159-166.
- 22 Sobre o estatuto e as funções da ouvidoria, extinta em 1740 por insistência do Senado e restabelecida em 1784, veja-se António M. Martins do Vale, *Os Portugueses em Macau...*, pp. 15-19.
- 23 A nossa síntese das medidas tomadas por Lisboa em 1783 é realizada a partir de António M. Martins do Vale, *Os Portugueses em Macau...*, pp. 59-67, idem, “Macau: Os Eventos Políticos. 2”, in A. H. de Oliveira Marques (dir.), *História dos Portugueses no Extremo Oriente*, vol. 2: *Macau e Timor. O Declínio do Império*, Lisboa, Fundação Oriente, 2001, pp. 164-170, e Susana Münch Miranda e Cristina Seuanes Serafim, “Organização Política e Administrativa”, in *ibidem*, pp. 303-314.
- 24 Manuel Múrias (ed.), *Instrução para o Bispo de Pequim e outros Documentos para a História de Macau*, reedição fac-similada, Macau, Instituto Cultural de Macau, 1988, p. 56.
- 25 De acordo com António M. Martins do Vale, *Os Portugueses em Macau...*, p. 14, o poder atribuído ao governador pelas reformas de Martinho de Melo e Castro em 1783 não faz com que os sucessivos capitães-gerais cessem de se envolver no comércio local, em prol dos negócios pessoais, e defendam os interesses da Coroa. O governador mantém-se como primeira autoridade do território, mas não detém o poder efectivo que corresponde à sua categoria, continuando o Senado a governar a cidade.
- 26 *Ibidem*, p. 210, exemplifica esta situação com o caso de três ingleses que, na década de 1790, criam uma “companhia” em Macau e desenvolvem os seus negócios através da utilização do nome de um morador pobre da cidade a troco de uma comissão, podendo assim possuir barcos e contrair empréstimos junto dos cofres públicos.
- 27 Aos navios portugueses ao serviço de ingleses chamam-se “embandeirados” por ostentarem a bandeira portuguesa (Fernando

HISTORIOGRAFIA

- Figueiredo, “Os Vectores da Economia”, cit., p. 101; *A. M.*, 3.ª série, vol. 7, n.º 5-6, 1967, pp. 238-239, 249-250, 318, vol. 8, n.º 3, 1967, pp. 121-132, vol. 14, n.º 4, 1970, pp. 218-219, vol. 16, n.º 4, 1971, pp. 209-210, AHU, *Macau*, cx. 15, doc. 19, cx. 17, doc. 66, cx. 18, doc. 34, cx. 20, docs. 10, 11, 35, 36, cx. 21, doc. 18). A utilização do nome de moradores menos ricos não é exclusiva dos ingleses, sendo também praticada por alguns governadores de Macau, proibidos de se envolverem no trato, como acontece com Vasco Luís Carneiro de Sousa e Faro no final do século XVIII. Como estratégia de entrada no porto da cidade, uma chalupa inglesa utiliza, em 1790, a bandeira portuguesa e a sua tripulação apresenta nomes portugueses: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (IAN/TT), Manusc. Liv., *State Papers*, liv. 2604, fls. 245-248.
- 28 G/12/77 (1783), fl. 85. O Senado está ciente dessa estratégia utilizada pelos ingleses que adquirem a droga em Bengala antes da chegada dos barcos de Macau em detrimentos do comércio e dos rendimentos do enclave, cujos moradores se dedicam sobretudo ao frete de suas embarcações a estrangeiros (*A. M.*, 3.ª série, vol. 17, n.º 3, Março de 1972, pp. 161-165). Também em Madrastra, no ano de 1746, os ingleses tomam medidas antes que os “*Macao ships*” cheguem e comecem a comercializar (*Records of St. George: Diary and Consultation Book of 1746*, Madrastra, Superintendent-Government Press, 1931, p. 79), servindo-se das tripulações dos mesmos para se informarem das condições do comércio na China (*Records of St. George: Letters to Fort St. George 1682*, vol. 2, Madrastra, Superintendent-Government Press, 1916, p. 135).
- 29 AHU, *Macau*, cx. 17, doc. 26 (1786), fl. 3: “o negocio é quase todo dos Ingleses, [...] e os barcos de Macau não tem por onde ir que não fiquem arruinados por causa da negociação dos Ingleses patrocinados como dizem, pelo Governador de Macau”. As ordens régias proibem os governadores de se envolverem no comércio, acabando Bernardo Aleixo de Lemos e Faria por ser condenado pela Relação de Goa (1789: *ibidem*, cx. 18, docs. 21, 45).
- 30 G/12/76 (1782-1783), parte 2, fl. 205.
- 31 G/12/89, fls. 124-125.
- 32 G/12/103 (1792-1793), fls. 70-71, 74, 80-81, 84-85.
- 33 De acordo com a documentação da E. I. C., em 1783 James Henry Cox é, juntamente com John Reid, chefe da “*Imperial Company*”, o único residente inglês em Cantão, não tendo a E. I. C. qualquer poder sobre eles (G/12/77, fl. 81). Em 1786 apenas dois comerciantes independentes ingleses, John Henry Cox e John M. Intyre, residem no enclave (R/10/15, fl. 14). Após ajudar voluntariamente os sobrecargas em Macau, Intyre é nomeado agente da Companhia nessa cidade em 1785, devendo auxiliar os barcos que chegam à China e informar a feitoria de Cantão da partida dos mesmos (G/12/79, parte 2, fls. 6-7, G/12/89, fl. 9, G/12/98, fl. 2).
- 34 R/10/15 (1786-1787), fl. 14, G/12/101, fls. 9-10, e G/12/103, fl. 10.
- 35 *A. M.*, 3.ª série, vol. 17, n.º 3, Março de 1972, pp. 133-135.
- 36 Wen Eang Cheong, *Mandarins and Merchants: Jardine Matheson & Co., A China Agency of the Early Nineteenth Century*, Londres, Curzon Press, 1978.
- 37 P. J. Marshall, “Britain and China in the Late Eighteenth Century”, cit., pp. 20-21.
- 38 Em 1777 o Senado acusa os ingleses de utilizarem as suas embarcações de recreio para contrabando, apreendendo as mesmas (*A. M.*, 3.ª série, vol. 14, n.º 4, 1970, pp. 218-219).
- 39 Jin Guo Ping e Wu Zhiliang (eds.), *Correspondência Oficial Trocada ...*, vol. 1, doc. 20, p. 409.
- 40 AHU, *Macau*, cx. 21, doc. 18.
- 41 Pierry-Yves Manguin, *Os Nguyen, Macau e Portugal: Aspectos Politicos e Comerciais de uma Relação Privilegiada no Mar da China (1773-1802)*, Macau, Comissão Territorial de Macau para a Comemoração dos Descobrimientos Portugueses, 1999, pp. 222-225.
- 42 AHU, *Macau*, cx. 24, doc. 13.
- 43 AHU, *Macau*, cx., 23, doc. 24.
- 44 Em 9 de Abril de 1840, quando da Guerra do Ópio, Charles Elliot apresenta um plano para a ocupação de Macau, ponto estratégico para os ingleses durante os conflitos com a China (Alfredo Gomes Dias, *Macau e a I Guerra do Ópio*, Macau, Instituto Português do Oriente, 1993, pp. 17-58).
- 45 Expressão utilizada no ofício n.º 33 do juiz de Direito de Macau para o Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar (15-02-1840), in Alfredo Gomes Dias, *Macau...*, anexo II, p. 170.
- 46 Expressão utilizada pelo procurador do Senado em chapa dirigida ao mandarinato (1813), referindo a estada dos ingleses no enclave [Jin Guo Ping e Wu Zhiliang (eds.), *Correspondência Oficial Trocada ...*, vol. 5, doc. 109, p. 189].
- 47 G/12/86, fl. 147, G/12/88, fls. 60, 62, 66, G/12/89, fl. 9, G/12/96, fl. 5, G/12/101, fl. 5, G/12/103, fls. 5, 10, G/12/105, fls. 14, 44, e G/12/108, fl. 38.
- 48 G/12/11, fl. 128, e G/12/64, fl. 137.
- 49 R/10/11, parte 2, fls. 30-41, 82-83, G/12/20, fls. 300-309, G/12/72, fl. 5, G/12/73, fls. 3-4, G/12/79, fls. 119-125.
- 50 G/12/79 (1784-1785), fl. 136. Sobre a expulsão final de George Smith e outros mercadores independentes ingleses de Macau, veja-se *A. M.*, 3.ª série, vol. 3, n.º 5, 1965, pp. 301-306, vol. 10, n.º 5, 1968, pp. 241-242, e vol. 17, n.º 1-2, pp. 31, 96.
- 51 R/10/7 (1769-1775), secção “1671”, fls. 31-33. Em 1771, a Companhia proíbe o comércio de ópio nos seus barcos (fl. 37).
- 52 G/12/11, fl. 125.
- 53 G/12/11, fls. 132-134. Em 1782 e seis anos depois a Companhia define os poderes dos sobrecargas perante os comerciantes privados e todos os britânicos e os seus barcos (fls. 155-157, G/12/19, fl. 155).
- 54 G/12/77, fl. 82.
- 55 G/12/65, fl. 59.
- 56 R/10/11, fl. 100.
- 57 R/10/11, fls. 87-88.
- 58 R/10/11, fls. 88-90, negrito nosso.
- 59 R/10/11, fls. 114-115.
- 60 R/10/11, fls. 116-117.
- 61 R/10/10, parte 2, fl. 193, R/10/11, 1780-1781, parte 2, fls. 193-194, R/10/14, fls. 31, 193-194. Em 1785 as instruções de Londres para o Conselho de Cantão proibem o transporte de escravos de Macau em embarcações da Companhia (G/12/79, parte 2, fls. 59-60).
- 62 R/10/11, fls. 118-121, G/12/19, fls. 231-252.
- 63 R/10/11, fls. 106-107, texto repetido, em cartas diferentes, nos fls. 113-114, 159-160 e em G/12/73, fls. 58-69, 104. Veja-se também G/12/19, fls. 121-150. A carta afirma ainda que Macau, apesar de se encontrar subordinada a Goa, depende, na verdade, muito mais da vontade dos chineses, pelo que Lisboa, envergonhada pela situação, prefere esquecer o enclave, não tratando de inúmeros assuntos relativos ao mesmo (fl. 108). Em 1797, Daniel Paine [“Diary as Kept in a Voyage to Port Jackson, New South Wales, a Short Residence on that Settlement, and Passage to China, with Return by the Way of Manilla, Batavia, and Sta Helena, Interspersed with Remarks and Observations in the Years 1794, 5, 6, 7 and 8 by Daniel Paine” (cota: JOD/172, *Manuscript*), fl. 27], ao regressar de Sidney para Londres, viaja até Macau, onde permanece alguns dias, criticando os portugueses, “*a despicable set of beings*”, por serem servis para com o mandarinato e dificultarem a vida aos sobrecargas.
- 64 R/10/11, parte 2, fls. 39-40.
- 65 R/10/12, fl. 23, tradução nossa, G/12/73, fl. 36.
- 66 R/10/18, fl. 38.
- 67 G/12/19, fl. 277.
- 68 Jacques M. Downs, *The Golden Ghetto: The American Commercial Community at Canton and the Shaping of American China Policy, 1784-1844*, Bethlehem, Lahig University Press, 1997, p. 49.
- 69 António M. Martins do Vale, *Os Portugueses em Macau...*, p. 56.

HISTORIOGRAPHY

- 70 G/12/79, fls. 15-16.
- 71 R/10/15, fls. 51-53, 173-175, 218, 234-237, G/12/82, parte 3, fls. 5, 139-141, G/12/84, fls. 1, 31-85.
- 72 R/10/15, fl. 31.
- 73 R/10/15, fl. 35.
- 74 R/10/15, fl. 37.
- 75 R/10/15, fls. 39-40.
- 76 R/10/15, fls. 34 e 38.
- 77 R/10/15, fl. 38.
- 78 G/12/86, fls. 38-41, 109-110, 276.
- 79 G/12/84, fl. 106.
- 80 G/12/84, fls. 85-86, 104-107.
- 81 G/12/84, fl. 60.
- 82 G/12/86, fl. 41.
- 83 G/12/86, fl. 15.
- 84 G/12/86, fls. 15-41, 191-196, G/12/88, fls. 67-71, G/12/89, fls. 167-172, 203-205.
- 85 Samuel Shaw, *The Journals of Major Samuel Shaw, the First American Consul at Canton. With a Life of the Author*, introdução e notas de Josiah Quincy, Taipei, Che'eng-wen Publishing Company, 1968 [1784-1790], p. 239.
- 86 *Ibidem*, p. 240; G/12/86, fl. 16.
- 87 Samuel Shaw, *The Journals of Major Samuel Shaw...*, p. 240.
- 88 *Ibidem*.
- 89 G/12/86, fl. 18.
- 90 G/12/86, fl. 26.
- 91 G/12/86, fl. 21.
- 92 G/12/86, fls. 191-192.
- 93 G/12/88, fl. 67.
- 94 G/12/89, fls. 114-116.
- 95 Em 1747-1748 também um viajante inglês descreve a cidade como pouco populosa e já não pertença dos portugueses, mas sim governada pelos chineses (Anónimo, *A Voyage to the East Indies in 1747 and 1748. Containing an Account of the Islands of St. Helena and Java; of the City of Batavia; of the Government and Political Conduct of the Dutch, of the Empire of China, with a Particular Description of Canton, and of the Religious Ceremonies, Manners and Customs of the Inhabitants*, Tully's Head, Londres, 1762, p. 197), imagem de um enclave enfraquecido e quase inteiramente chinês, que decerto convém aos ingleses manter e disseminar, e que encontra eco na literatura inglesa, nomeadamente no romance de Daniel Defoe, *The Farther Adventures of Robinson Crusoe*, 1969, p. 368: "Macao, a town ince in possession of the Portuguese, and where still a great many European families resided".
- 96 Morse, *The Chronicles...*, vol. 2, p. 68, texto já enviado para Londres em 1781 (G/12/19, fls. 209-211).
- 97 AHU, *Macau*, cx. 11, doc. 25 e (1775) cx. 8, doc. 8.
- 98 G/12/86, fl. 11.
- 99 *A. M.*, 3.ª série, vol. 16, n.º 1, 1965, pp. 204-209.
- 100 *Records of St. George: Letters to Fort St. George, 1762-63*, vol. 43, 1943, p. 53.
- 101 *Records of St. George: Letters from Fort St. George, 1763*, vol. 37, 1943, pp. 24-25.
- 102 *Idem, ibidem*, p. 98.
- 103 G/12/77, fl. 88: "We are concerned to observe the differences which have subsisted between the Honourable Company's Supra cargoes and the Portuguese Government at Macao. As a good understanding between you, is so material to the success of the Company's Concerns in China, and so necessary to your own ease, and welfare, we have transmitted copies of the papers which we received from you to our resident in Goa, with directions to lay them before the Governor General of that place for the interposition of his controlling power to secure a proper attention to your privileges and to bring about a perfect reconciliation between you".
- 104 Thomas Gilbert, *Voyage from New South Wales to Canton, in the Year 1788*, Londres, George Stafford e J. Debrett, 1789, p. 81.
- 105 Jin Guo Ping e Wu Zhiliang (eds.), *Correspondência Oficial Trocada ...*, vol. 2, doc. 15.
- 106 Numa outra chapa, em Junho de 1807, o procurador do Senado de Macau, perante a chapa do governador de Xiangshan, responde: "Sabeis que se os Ingleses, igualmente a todos os Estrangeiros, são admitidos em Macao hé em contemplação e terem sido introduzidos pelo vosso mesmo Governo, que lhes permita virem aqui residir pelo tempo em que se fecha a feira sendo aqui tratado [*sic.*] como hospedes recebidos sem desconfiança" [Jin Guo Ping e Wu Zhiliang (eds.), *Correspondência Oficial Trocada...*, vol. 4, doc. 38, p. 69; veja-se ainda docs. 30, 39, 43].
- 107 *Ibidem*, vol. 2, doc. 16, p. 31; doc. 17, pp. 32-33.
- 108 R/10/6, fls. 163-165v.
- 109 AHU, *Macau*, cx. 7, docs. 17, 27-28.
- 110 Jin Guo Ping e Wu Zhiliang (eds.), *Correspondência Oficial Trocada ...*, vol. 1, doc. 24, p. 75, docs. 27-29, 32, *A. M.*, 3.ª série, vol. 4, n.º 1, 1965, pp. 58-59, vol. 10, n.º 1, 3, 4, 1968, pp. 54-56, 128, 286-287, R/10/7, secção "1773", fls. 1-4.
- 111 *A. M.*, 3.ª série, vol. 10, n.º 1, 1968, pp. 54-56.
- 112 *A. M.*, 3.ª série, vol. 16, n.º 4, 1971, pp. 206-207.
- 113 G/12/84, fl. 107 (1787).
- 114 G/12/88, fl. 71.
- 115 G/12/89, fl. 204.
- 116 G/12/105, fls. 74, 116-117, 120, G/12/108, fl. 59, AHU, *Macau*, cx. 12, doc. 33.
- 117 R/10/13, fl. 239, G/12/70, fl. 125.
- 118 *A. M.*, 3.ª série, vol. 8, n.º 2, Agosto de 1967, pp. 105-106, G/12/66, fl. 137, C. Northcote Parkinson, *War in the Eastern Seas, 1793-1815*, Londres, George Allen & Unwin, 1954, pp. 315-333.
- 119 AHU, *Macau*, cx. 19, doc. 36.
- 120 G/12/92, fl. 457, repetido nos fls. 499-507.
- 121 G/12/8, fls. 1349-1352.
- 122 G/12/110, fl. 57.
- 123 G/12/92, fl. 458.
- 124 Expressão de Lorde Macartney no seu bloco de notas da viagem à China, in P. J. Marshall, "Britain and China in the Late Eighteenth Century", p. 14.
- 125 Sobre a preparação da primeira embaixada inglesa à China, a relação com os portugueses, em Pequim, e a estada da mesma em Macau, vejam-se R/10/20, fls. 63-78, 126-130, 248-265, G/12/11, fls. 8-9, G/12/20, fls. 20-34v, 40-217v, G/12/91, G/12/92, G/12/93, fls. 191-217, 240-252, 264-270, 287-290, G/12/112, fl. 4, Earl H. Pritchard, *Britain and the China Trade 1635-1842*, vol. 6: *The Crucial Years of Early Relations: 1750-1800*, Londres, Routledge, 2000, pp. 199-212, Alain Peyrefitte, *Un choc de cultures. La vision des chinois*, Paris, Fayard, 1991, Nigel Cameron, *Barbarians and Mandarins: Thirteen Centuries of Western Travellers in China*, Oxford, Oxford University Press, 1993, pp. 288-316, e Jin Guo Ping e Wu Zhiliang (eds.), *Correspondência Oficial Trocada ...*, vol. 2, docs. 36, 41, 51.
- 126 G/12/18, fls. 93, 95, 105-110, 134-135.
- 127 G/12/18, fls. 55-79, G/12/20, fls. 17-39, 104-222, 551-569, e G/12/90.
- 128 G/12/18, fls. 2, 108-124. Em Maio desse ano, o mercador inglês David Scott informa a E. I. C. que os portugueses não retiraram qualquer proveito de Macau e que o território seria uma aquisição de capital importância para os ingleses caso o comprassem aos seus velhos aliados (Vincent T. Harlow, *The Founding of the Second British Empire 1763-1793*, vol. 2, Londres, Longman, 1964, p. 535).
- 129 J. L. Cranmer-Byng, "Introduction", in Patrick Tuck (ed.), *Britain and China Trade 1635-1842*, vol. 8: *An Embassy to China: Lord Macartney's Journal, 1793-1794*, Londres, Routledge, 2000, pp. 1-7.
- 130 Sobre a imagem da China na Inglaterra após a embaixada, vejam-se Shunhong Zhang, "British Views on China during the Time of the Embassies of Lord Macartney and Lord Amherst (1790-1820)", tese

HISTORIOGRAFIA

- de doutoramento, Universidade de Londres, 1990, e Aubrey Singer, *The Lion and the Dragon: Lord Macartney's Embassy to the Emperor Quian Long, 1792-94*, Londres, Barrie & Jenkins, 1992.
- 131 Os ingleses desejam que a embaixada lhes consiga uma ilha no rio das Pérolas para estabelecerem a sua feitoria “*in imitation of the settlement enjoyed by the Portuguese at Macao*” (G/12/20, fl. 355).
- 132 G/12/11, fls. 160-188.
- 133 G/12/20, fl. 369v.
- 134 G/12/20, fls. 369v-370.
- 135 Nesse mês, e antes da chegada da embaixada a Macau, chegam à cidade novidades sobre a mesma através de barcos portugueses provenientes de Bengal (R/10/20, fl. 116).
- 136 Sir George Staunton, *An Authentic Account of an Embassy from the King of Great Britain to the Emperor of China*, vol. 2, Dublin, P. Wogan et alii, 1798 [1796], pp. 384-390, descreve a estada do embaixador em Macau, a localização geográfica, o governo, a defesa, as religiões praticadas na cidade, e a riqueza que o comércio outrora aí originara e que ainda é visível na arquitectura das casas danificadas. Outros relatos da embaixada, como os de Aeneas Anderson, Samuel Holmes, John Barrow, e Sir Henry Ellis despertam a curiosidade da Inglaterra em relação ao Império do Meio. A missão é também uma viagem de exploração científica, então em voga, dando lugar a inúmeras gravuras da China e de Macau, nomeadamente as de Thomas Hickey e William Alexander.
- 137 Expressão de Alain Peyrefitte, *Un choc de cultures...*, p. ix.
- 138 Vejam-se os documentos chineses em *ibidem*, pp. 149-190, 338-388.
- 139 Sobre a acção anti-inglesa do bispo de Pequim, Alexandre de Gouveia, e dos padres portugueses em Macau e Pequim durante a embaixada, vejam-se Lo-shu Fu, *A Documentary Chronicle of Sino-Western Relations*, vol. 1, Tucson, The University of Arizona Press, 1966, vol. 1, pp. 343-344, vol. 2, p. 539, e António Graça de Abreu, “O insucesso de Macartney e os padres portugueses”, *Macau*, 2.^a série, n.º 67, Novembro de 1997, pp. 124-131.
- 140 Aeneas Anderson, Aeneas, *A Narrative of the British Embassy to China, in the Years 1792, 1793, and 1794; Containing the Various Circumstances of the Embassy: With Account of the Customs and Manners of the Chinese and a Description of the Country, Towns, City, &c &c*, J. Londres, Debrett, 1795, pp. 389-392, descreve o desembarque do embaixador, a sua recepção na casa do governador de Macau, a estada na Casa Garden, a posição geográfica, e a paisagem humanizada do enclave, a sede da E. I. C., o porto e os fortes, os governos locais de “papistas” e chineses, corrigindo imprecisões de obras anteriores, por exemplo, o facto de Macau não se situar numa ilha, mas sim numa península [vejam-se Daniel Paine, “Diary as Kept in a Voyage to Port Jackson...”, fl. 25v (1797), e Richard Walter, *A Voyage Round the World in the Years MDCCXL, I, II, III, IV, by George Anson, Esq., Commander in Chief of a Squadron of His Majesty's Ships, Sent upon an Expedition to the South-Seas*, Londres, John and Paul Knapton, 1748, p. 465].
- 141 Sobre o insucesso da embaixada, veja-se AHU, *Macau*, cx. 20, doc. 2, que resume a viagem de Macartney desde Londres e informa “que a Embaixada nada conseguiu” (fl. 2; vejam-se cx. 42, doc. 7, cx. 43, doc. 27, e Biblioteca da Ajuda, *Ms. Av. 54-XIII-7*, n.º 4).
- 142 Em 1845, o reverendo George Newham Wright, bispo de Cloyne, descreve o enclave de forma semelhante: “*So slight is Portuguese tenure or little at Macao, that the Chinese maintain here, in neighbourhood with this despised race of foreigner, one of the most remarkable, most venerated, and really gracefull buildings in the empire, dedicated to the worship of Fo. [...] Macao occupies a position rather of beauty than strength*” (*China Illustrated. Its Scenery, Architecture, Social Habits, &c. c. Draun from Original and Authentic Sketches, by Thomas Allom*, Londres, Fisher, 1845, vol. 1, p. 66, e vol. 2, p. 27).
- 143 Patrick Tuck (ed.), *Britain and China Trade...*, vol. 8, p. 211.
- 144 Pedir um terreno para comercializar e depois apoderar-se de todo o país ou reino/colónia.
- 145 AHU, *Maço José das Torres*, VI, maço n.º 540, fls. 1-3.
- 146 Souza e Faro governa o enclave entre 29 de Julho de 1790 e Julho de 1793.
- 147 AHU, *Macau*, cx. 19, doc. 36, fl. 1 (22-12-1792). A embaixada inglesa tem exactamente como objectivo propor ao imperador que conceda aos ingleses territórios na ilha de Zhousan e em Cantão, bem como a abolição ou redução das taxas de tonelagem entre Macau e Cantão, pedidos que são negados (Cranmer-Byng, “Lord Macartney's Embassy to Peking in 1793. From Official Chinese Documents”, *Journal of Oriental Studies*, vol. 4, n.º 1-2, 1957-1958, p. 173).
- 148 AHU, *Macau*, cx. 32, doc. 39.
- 149 John Barrow, *Travels in China, Containing Descriptions, Observations, and Comparisons, Made and Collected in the Course of a Short Residence at the Imperial Palace of Yuen-Min-Yuen, and on a Subsequent Journey Through the Country from Peking to Canton*, Londres, T. Cadell e W. Davis, 1806 [1804], pp. 18-19. Utilizamos a segunda edição, e não a primeira, de 1804, devido aos comentários adicionados em 1806 sobre Macau e que revelam a atitude e as intenções, já filtradas, dos ingleses face à sua ocupação militar do enclave em 1802.
- 150 Em 1798 a Grã-Bretanha, em guerra com França, pretende ocupar, como pontos estratégicos, o cabo da Boa Esperança, Goa, e Macau, mas o governador da Índia não aceita o apoio militar dos ingleses. Vide A. da Silva Rego, “Os Ingleses em Goa. 1799-1813”, *Estudos Políticos e Sociais*, vol. 3, n.º 1, 1965, pp. 23-48.
- 151 AHU, *Macau*, cx. 22, doc. 39, fl. 1. Em Janeiro de 1802 o governador da Índia, Veiga Cabral, ordena a Macau que aceite o socorro das forças navais britânicas, justificando-se: “Em consequencia da estreita Aliança que felizmente subsiste entre duas Magestades Fidelissima e Britânica, sendo indispensável prevenir a todas as possessões portuguezas na Ásia contra a invasão dos franceses inimigos comuns de ambas as nações”. Consulte-se a carta anexa do capitão Gerald Osborn, que avisa o governo de Macau que os franceses se preparam para tomar a cidade e oferece-lhe apoio militar.
- 152 Veja-se o aviso dos portugueses aos chineses face à acção inglesa na Índia em AHU, *Maço José das Torres*, VI, maço n.º 540, fls. 1-3.
- 153 John Barrow, *Travels in China, Containing Descriptions, Observations...*, p. 20.
- 154 Sobre a ameaça e as duas tentativas falhadas de ocupação inglesa de Macau, em 1802 e 1808, vejam-se Joaquim Martins de Carvalho, *A Nossa Aliada!*, Porto, Tipografia de António Henriques Morgado, 1883, pp. 40-63, AHU, *Macau*, cx. 22, docs. 39, 49, 50, 51, cx. 27, doc. 54, cx. 28, docs. 5, 6, 7, 9, 18, 22, 26, 31, 55, cx. 29, docs. 4, 8, 16, 20, 25, 27, 29, 3032, 33, IAN/TT, *Ministério do Reino*, mc. 499, cap. 1, Jin Guo Ping e Wu Zhiliang (eds.), *Correspondência Oficial Trocada...*, vol. 2, docs. 221-222, pp. 388-389, vol. 4, docs. 4-5, 71-72, 137, 148, 150, 161, 164, “Official Papers of Sir Samuel Hood, 1st Bt, Vice-Admiral, 1762-1814”, secção “Miscellaneous Government 1812-1813-1814: Calendar of Correspondence of Rear-Admiral William O'Brien Drury at Macao, 4-12 October 1808”, National Maritime Museum (MKH/237, *Manuscript*), G/12/93, fls. 425-431, G/12/195, fls. 208-247, e José Inácio de Andrade, *Memória dos Feitos Macaenses contra os Piratas da China e da Entrada Violenta dos Ingleses na Cidade de Macau*, Lisboa, Tip. Lisbonense, 1835.
- 155 Documento citado por Wu Zhiliang, *Segredos da Sobrevivência: História Política de Macau*, Macau, Associação de Educação de Adultos de Macau, 1999, p. 141.
- 156 Acusação repetida, de forma mais veemente, pelo vice-rei Han Feng em 1809, que elogia a paz com que os portugueses têm confraternizado com os chineses ao longo dos séculos e refere o desprezo dos ingleses pelos moradores e autoridades do enclave [“Memorial de Han Feng”, in António Vasconcelos de Saldanha e Jin Guo Ping (eds.), *Para a Vista do Imperador: Memoriais da Dinastia Qing Sobre o Estabelecimento dos Portugueses em Macau (1808-1887)*, Macau, Instituto Português do Oriente, 2000, pp. 33-39].

- 157 *Ibidem*, p. 30. Ideias repetidas no “Memorial de Lu Kun” (1835), *ibidem*, pp. 62-65, 67-68; este último documento afirma, na página 58: “Os bárbaros das mais diversas nações lá [Macau] residentes são obedientes e cumpridores das leis. Só os bárbaros ingleses é que são astutos e arrogantes”.
- 158 Wu Zhiliang, *Segredos da Sobrevivência...*, pp. 132-145.
- 159 “Memorial de Lu Kun” [1835], in António Vasconcelos de Saldanha e Jin Guo Ping, *Para a Vista do Imperador...*, p. 68, que descreve a estratégia de defesa do litoral chinês através do recurso aos portugueses de Macau: “dando aos bárbaros de Macau o que pretendem, é assim que os afeioamos, controlando os bárbaros ingleses e impondo-lhes respeito; eis a política de *yiyizhiyi* [usar os bárbaros contra bárbaros]”.
- 160 José de Arriaga, *A Inglaterra, Portugal e as suas Colónias*, Lisboa, Tipografia do Comércio, 1882, p. 69, e Joaquim Martins de Carvalho, *A Nossa Aliada! Artigos publicados pelo Redactor do Conimbricense*, Porto, Tip. António Henrique Morgado, 1883, p. 19.
- 161 José Valentim Fialho de Almeida, *Os Gatos*, vol. 1. Lisboa: Clássica, 1922, p. 254.
- 162 Gomes Freire d’Andrade, *A Dominação Inglesa em Portugal: O que é de que nos Tem Servido a Aliança da Inglaterra*, Lisboa, João António Rodrigues Fernandes, 1883, pp. 140-141, 144, 206.
- 163 Staunton redige “Considerations upon the China Trade” (1813) e encontra-se com o vice-rei de Cantão antes da segunda embaixada inglesa à China (G/12/20, fls. 444-488); sobre esta segunda embaixada, veja-se G/12/196, G/12/197, G/12/198, Jin Guo Ping e Wu Zhiliang (eds.), *Correspondência Oficial Trocada...*, vol. 5, docs. 158-160, 161, 165-166, AHU, *Macau*, cx. 40, docs. 20, 38, cx. 41, doc. 13, cx. 42, docs. 7, 9-10, cx. 43, doc. 27.
- 164 Sobre o papel de Macau na primeira Guerra do Ópio, veja-se Alfredo Gomes Dias, *Macau e a I Guerra do Ópio*, cit., e idem, *Sob o Signo da Transição: Macau no Século XIX*, Macau, Instituto Português do Oriente, 1998.
- 165 Alexander Michie, *The English Man in China during the Victorian Era as Illustrated by the Career of Sir Rutherford Alcock*, Londres, William Blackwood and Sons, 1900, p. 293. Sobre a participação dos portugueses de Macau na construção da colónia inglesa, veja-se António M. Pacheco Jorge da Silva, *The Portuguese Community in Hong Kong*, Macau, Instituto Internacional de Macau, 2007.
- 166 Vincent T. Harlow, *The Founding of the Second British Empire...*, vol. 1, pp. 1-64.
- 167 Michael Duffy, “World-Wide War and British Expansion, 1793-1815”, in P. J. Marshall (ed.), *The Oxford History of the British Empire*, vol. 2: *The Eighteenth Century*, Oxford, Oxford University Press, pp. 200-201.
- 168 P. J. Marshall (ed.), *The Oxford History of the British Empire*, vol. 2, pp. 576-595.
- 169 Sobre Macau na literatura inglesa, veja-se Rogério Miguel Puga, “Macau enquanto Cronótopo Exótico na Literatura Inglesa”, in *Actas do I Congresso de Estudos Anglo-Portugueses*, Lisboa, CEAP-Universidade Nova de Lisboa, 2001, pp. 705-723 (também publicado em chinês: *Revista de Administração Pública de Macau*, vol. 16, n.º 59, Março 2003, pp. 117-139), idem, “Macau na Poesia Inglesa”, in Ana Maria Amaro e Dora Martins (coord.), *Estudos Sobre a China VII*, vol. 2, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2005, pp. 847-882, e idem, “Macau na literatura inglesa”, *Revista de Cultural Review of Culture*, Edição Internacional, n.º 24, Outubro de 2007, pp. 90-105. Relativamente à imagem da China na Inglaterra nos séculos XVI-XVIII, consultem-se: Thomas H. Lee (ed.), *China and Europe: Images and Influences in Sixteenth to Eighteenth Centuries*, Hong Kong, The Chinese University Press, 1991, e Adrian Hsia (ed.), *The Vision of China in the English Literature of the Seventeenth and Eighteenth Centuries*, Hong Kong, The Chinese University Press, 1998, pp. 29-68, 69-86, e 117-215.
- 170 Sobre Macau na chamada pintura inglesa do *China Trade*, veja-se Patrick Conner, *The China Trade 1600-1860*, The Royal Pavillion, Art Gallery and Museum, 1986, pp. 40-44, e George Chinnery 1774-1852: *Artist of India and the China Coast*, Antique Collectors’ Club, Woodbridge, 1992, pp. 164-268, AA. VV., *Views of the Pearl River Delta: Macau, Canton and Hong Kong: Catalogue of Exhibition Presented at the Hong Kong Museum of Art (November 1996-February 1997) and the Peabody Essex Museum (June-September 1997)*, Hong Kong, Urban Council of Hong Kong, pp. 6-7, 16-26, 56-109, Carl Crossman, *The Decorative Arts of the China Trade: Paintings, Furniture and Exotic Curiosities*, Woodbridge, Antique Collector’s Club, 1997, pp. 8-53, 410-437, e AA. VV., *Picturing Cathay: Maritime and Cultural Images of the China Trade*, Hong Kong, University Museum and Art Gallery/The University of Hong Kong, 2003, pp. 81-83.
- 171 Farol da Guia, inaugurado em 1865.
- 172 Sobre a introdução da imprensa na China, via Macau, e o jornal *Chinese Repository* e outros periódicos anglófonos, veja-se Manuel Teixeira, *Imprensa Periódica Portuguesa no Extremo Oriente*, Macau, Instituto Cultural de Macau, 1999, e Pedro Teixeira Mesquita, “Ensino e Cultura”, in A. H. de Oliveira Marques (dir.), *História dos Portugueses no Extremo Oriente*, vol. 3: *Macau e Timor. Do Antigo Regime à República*, Lisboa, Fundação Oriente, 2000, pp. 539-585.
- 173 Sobre a fundação dos hospitais de S. Rafael e S. Lázaro (1569), veja-se Manuel Teixeira, *Os Médicos em Macau*, Macau, Imprensa Nacional, 1967, pp. 39-41, e AHU, *Macau*, cx. 26, doc. 4.
- 174 Em torno da ‘lenda’ sobre a estada de Camões em Macau, consultem-se Manuel Teixeira, *A Gruta de Camões em Macau*, Macau, Instituto Internacional de Macau, 1999, pp. 7-27 e Rui Manuel Loureiro, “Camões em Macau. Um mito historiográfico”, *Revista de Cultural Review of Culture*, Edição Internacional, n.º 7, Julho de 2003, pp. 108-125.
- 175 Alexander Michie, *The English Man in China during the Victorian Era...*, pp. 296-298.
- 176 Expressão utilizada pelo autor anterior p. 291, para se referir a Macau, bem como “*the quiet old city*” (p. 295), apresentando Michie, de seguida (pp. 291-292), a importância estratégica da cidade para os ingleses: “*Other competitors also began to appear and to assert their right to participate in the trade of the Far East, and Macao became the hostelry for merchants of all nations [...]. Chief among these guests were the Dutch and English East India Companies, both of which maintained establishments at Macao for some two hundred years. The English Company had made use of Macao anchorage first under a treaty with the viceroy of Goa, and subsequently under Cromwell’s treaty with the Portuguese Government in 1654, which permitted English ships to enter all the ports in the Portuguese Indies. Before the close of the seventeenth century ships were despatched direct from England to Macao*”.
- 177 Expressão de John Keay, *Lost Post: The End of the Empire in the Far East*, Londres, John Murray, 1997, p. 61.
- 178 Tal como muitas outras Histórias de Hong Kong, E. J. Eitel, *Europe in China: The History of HongKong from the Beginning to the Year 1882*, Londres, Luzac & Company, 1895, pp. 1-8, aborda sumariamente a utilização inglesa de Macau até 1841 como a ‘pré-história’ da colónia inglesa.
- 179 As fontes chinesas referem a saída de inúmeros comerciantes ingleses de Macau para Hong Kong, empobrecendo a vida económica e o estatuto mundial do enclave luso-chinês [“Memorial de Qi Ying” [1845], “Memorial de Yi Xin” [1868], e “Memorial de Zhang Zhidong” [1887], in António Vasconcelos de Saldanha e Jin Guo Ping (eds.), *Para a Vista do Imperador...*, pp. 96-97, 130 e 142, respectivamente].
- 180 Expressão utilizada na chapa do Senado para o mandarinato em 1809 (Jin Guo Ping e Wu Zhiliang (eds.), *Correspondência Oficial Trocada...*, vol. 4, doc. 122, p. 247).

Macau, Portugal e o Japão no Século XIX

O Tratado de 1860

Alfredo Gomes Dias*

Remonta ao século XVI o início da história das relações políticas e diplomáticas, económicas e culturais, entre Portugal e o Japão. No entanto, esta não é uma história que tenha evoluído num contínuo temporal. Em 1640, este diálogo foi interrompido para só se retomar na década de 1860. Duzentos e vinte anos de silêncio entre os dois países e povos que terminou quando as grandes potências ocidentais implementaram a sua estratégia de obrigar os dois impérios da Ásia Oriental a abrirem-se ao mundo.

Com este artigo, pretendemos analisar o Tratado de 1860, enquanto instrumento fundamental no reatar das relações luso-japonesas, enquadrando-o numa perspectiva histórica que recua ao século XVII. Neste sentido, tentamos compreender as motivações, as estratégias e as alianças da diplomacia portuguesa desenvolvidas pelo ministro plenipotenciário e governador de Macau, Isidoro Francisco Guimarães. Por outro lado, ensaiamos uma breve análise do texto do tratado assinado em 3 de Agosto de 1860, tentando reconhecer a dimensão da sua importância política e económica para Portugal e para Macau.

O protagonismo do governador de Macau obriga-nos a reflectir sobre este processo político de reaproximação ao império japonês, entrando em linha de conta com o seu significado para a afirmação da presença portuguesa na Ásia Oriental, a partir de Macau. Por outro lado, Guimarães oferece-nos, através da sua correspondência oficial, importantes pistas que nos

ajudam a conhecer os objectivos que Portugal pretendia alcançar quando se propôs celebrar um tratado com o Japão.

A EXPULSÃO

Tal como já foi afirmado, o Tratado de 1860 assinala o reatar da presença portuguesa em terras do Japão depois de uma ausência quase absoluta de mais de 200 anos. Por aqui se vê que, apesar de a presença portuguesa no Japão se ter iniciado há mais de 450 anos, ela não foi permanente nem constante. Sem pretender, de forma exaustiva, historiar o que foi a presença de Portugal no império japonês nos séculos XVI e XVII, gostaríamos de sublinhar a sua relevância no contexto espaço-temporal em que se integra.

A importância do Japão está profundamente ligada à presença de Portugal na China e contribuiu decisivamente para viabilizar económica e politicamente o Estabelecimento de Macau. Os portugueses desempenharam o papel de intermediários entre a seda chinesa e o ouro e prata japoneses. Este comércio, desenvolvido pelas “naus da prata”, como ficaram conhecidas, permitiu o crescimento e o enriquecimento de Macau no período de fixação e arranque deste entreposto comercial. É importante salientar este aspecto



Isidoro Francisco Guimarães

* Licenciado em História. Professor da Escola Superior de Educação de Lisboa.

History degree. Lecturer at Lisbon's Escola Superior de Educação.

na medida em que acreditamos que ele irá influenciar a história das nossas relações comerciais e diplomáticas no Japão na época contemporânea. Mas, mais do que a existência de uma estratégia político-diplomática da parte de Portugal em relação ao Japão, pensamos que terá imperado uma política definida pelos interesses conjunturais e regionais dos comerciantes estabelecidos em Macau e, posteriormente, dos missionários jesuítas e franciscanos. Por outro lado, terá sido a presença e influência destes missionários por terras japonesas que levaram as autoridades imperiais japonesas a temerem a presença ocidental e a proibirem-na de uma forma determinante e violenta a partir da década de 1620.

“In the 1620s and 1630s the Tokugawa rulers had come to the conclusion that Japan’s existing relations with Europeans should be discontinued, partly because they gave Japanese dissidents the possibility of alliance with a military force outside Bakufu control, partly because they had opened Japan to ‘corruption’ by the ideas of Christianity. Christianity was savegely persecuted. Once it had been supressed, regulations were issued to ensure that it would not be revived. Soon foreign trade was also brought to an end, except in so far as it was allowed to continue on a small scale through Chinese junks coming to Nagasaki and through a Dutch trading post establish within that port at Deshima.

These decisions inaugurated the policy of the ‘closed country’ (sakoku), which was last until 1854.”²¹

Se a influência religiosa, desenvolvida pela acção dos missionários, contribuiu em grande parte para o fim da presença ocidental no Japão, não devemos, contudo, omitir a importância que tiveram as rivalidades entre as diferentes potências ocidentais – Portugal, Espanha, Holanda e Inglaterra – e as duas correntes cristãs – católica e protestante. Desgastando-se numa política de intriga e de concorrência, acabaram por conduzir ao fim do tráfico dos negociantes ocidentais, entre os quais, obviamente, os portugueses, e ao fim da presença missionária cristã em terras nipónicas.

Expulsos em 1637 e depois acusados de envolvimento na revolta de Ximabara,² aos portugueses foi cortado definitivamente todo o comércio com o Japão, na sequência do decreto de 4 de Agosto de 1639.³ Esta decisão foi comunicada em 2 de Setembro pelo comissário xogunal, Ota Bitxu-no-cami Suquemune,⁴ a alguns portugueses que se encontravam retidos em Nagasáqui.

Não foi fácil a Macau aceitar a ruptura comercial decretada pelo Japão. Este tráfico era de extrema importância para a cidade e, a prová-lo, estão as diligências anteriores, tentando demonstrar às autoridades nipónicas que os comerciantes não estavam envolvidos nas acções dos missionários no território japonês.⁵ Assim, não convencidos da ruptura consumada pelo decreto de 1639, a 14 de Março de 1640, o Leal Senado decidiu por unanimidade enviar uma embaixada ao Japão para tentar convencer as autoridades imperiais a revogar aquele édito. Saindo de Macau no dia 22 de Junho, uma embarcação com 74 pessoas a bordo e comandada por Luís Pais Pacheco, Rodrigo Sanches de Paredes, Gonçalo Monteiro de Carvalho e Simão Vaz de Paiva,⁶ rumou ao Japão.

O fim desta missão foi aquele que o decreto havia prometido: exceptuando 13 homens que foram enviados para Macau a fim de testemunhar o destino da expedição, todos os restantes 61 foram julgados e executados à luz do decreto de Agosto de 1639. A sentença foi executada no dia 3 de Agosto de 1640.⁷

DA CHINA AO JAPÃO, DO SÉCULO XVII AO SÉCULO XIX

Dois séculos mais tarde, surgiu o terreno favorável para o reatar das relações do Japão com as potências ocidentais. Durante este longo espaço de tempo houve algumas iniciativas para retomar o diálogo com as autoridades japonesas, mas sem qualquer êxito: foi enviada uma nova embaixada em 1647, dirigida por Gonçalo de Sequeira de Sousa, e outra em 1685, comandada por João Baptista Ferreira.⁸ Os únicos que continuaram a fazer um pequeno comércio com o Japão foram os holandeses através de uma embarcação das Índias Orientais que enviavam anualmente a uma ilha nos arredores de Nagasáqui.

Em meados do século XIX vamos encontrar uma nova situação política e económica naquela região e também no mundo. A Grã-Bretanha assumia-se como a grande potência comercial e marítima, esforçando-se por colocar na sua órbita os mercados necessários para alimentar de matérias-primas as suas indústrias e, simultaneamente, mercados para colocar os produtos acabados.⁹ A política económica internacional estava dominada por um centro industrializado cujo núcleo fundamental era a Grã-Bretanha, encontrando-se o resto do mundo a girar na sua órbita de influência e

HISTORIOGRAFIA



Porto de Yokohama, princípios do século XX.

domínio económico. “E os países que não estivessem interessados em estabelecer relações com o mundo avançado (isto é, com a Grã-Bretanha) eram forçados a fazê-lo pela força das canhoneiras e dos soldados: os últimos países ‘fechados’ do mundo, a China e o Japão, foram forçados, entre 1840 e 1860, a um intercâmbio sem restrições com as economias modernas.”¹⁰

Foi neste contexto geral que se inseriu a abertura da China aos mercados mundiais através da Guerra do Ópio (1839-1842) que terminou no Tratado de Nanjing: o Celeste Império foi obrigado a ceder Hong Kong e autorizou a abertura de cinco portos ao comércio internacional.

Tendo o combate imperial ao tráfico ilícito de ópio no litoral da China como causa próxima e mais imediata, a guerra sino-britânica enquadra-se num cenário explicativo mais vasto onde se salientam as reivindicações dos negociantes britânicos desejosos de poder negociar livremente na China, principalmente o ópio, fonte de lucro e de rendimento fabulosos. Foi também neste contexto que se procedeu à abertura do Japão aos desígnios do comércio ocidental. Se, até aos anos de 1840, o Japão surgia como um país que atraía

poucas atenções ao comércio internacional, a partir da I Guerra do Ópio, com o aumento do tráfico marítimo comercial e militar na Ásia Oriental, inevitavelmente, os olhares ocidentais voltar-se-iam para o último “país fechado” do/ao mundo. A política seguida pelas potências ocidentais passou, então, a relacionar directamente os dois impérios, numa estratégia que visava impor a sua presença e os seus interesses, concretizando-se com os tratados e convenções de Tianjin e Pequim, por um lado, e com os tratados de 1858 assinados pelo xógum com os EUA, a Inglaterra, a França, a Rússia, por outro.¹¹ Contudo, embora a abertura da China e do Japão se situem neste contexto, as posições assumidas face às pressões ocidentais assim como o processo que levou à assinatura daqueles “tratados desiguais” foram muito diferentes entre os dois impérios.¹²

O JAPÃO ABRE-SE AO MUNDO (OCIDENTAL)

A era *Tokugawa* da história do Japão é normalmente definida como um período semi-feudal que manteve a sociedade japonesa estática e sem mobilidade. Contudo, de um modo geral, os historiadores que se dedicam ao

HISTORIOGRAPHY

estudo deste período concordam com a ideia de que aquela imobilidade não foi, de modo algum, absoluta. Aliás, ao debruçarem-se sobre a história dos últimos anos desta época, mais concretamente as décadas de 50 e 60 do século XIX, não deixam nunca de realçar que a sociedade e a economia japonesa tinham amadurecido internamente as condições para se reabrir ao mundo, mas agora em termos qualitativamente diferentes dos séculos XVI e XVII.¹³

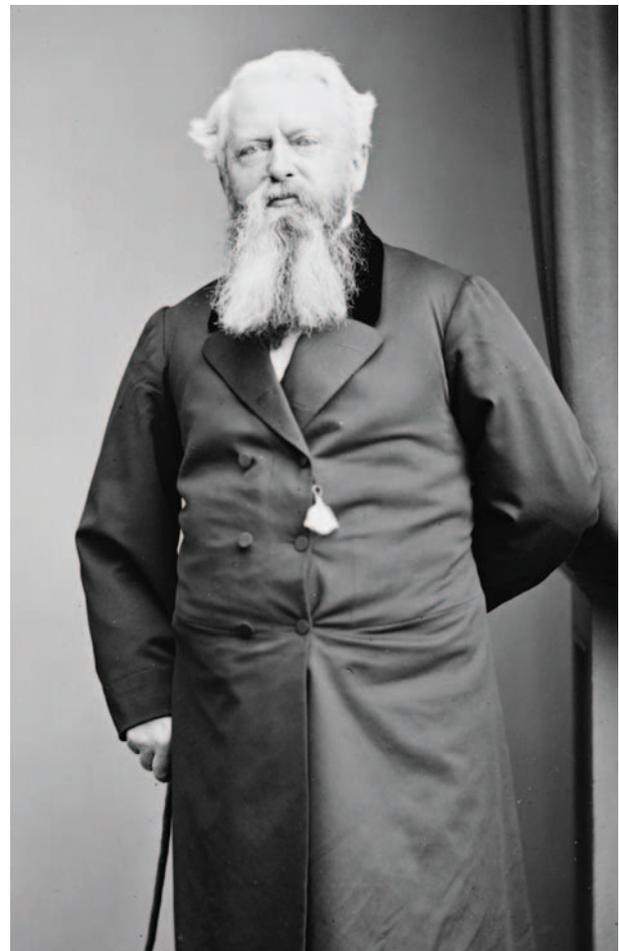
Ao contrário do que sucedeu na China, não foi a Grã-Bretanha quem liderou, de início, as pressões para a abertura deste império asiático ao comércio internacional. Apesar dos contactos esporádicos com outras nações, principalmente a Rússia, os EUA adiantaram-se às outras potências, acabando por surgir como o país mais empenhado e interessado na abertura do Japão.¹⁴ De entre as diferentes razões que normalmente são apontadas para explicar o interesse dos EUA pelo Japão, pensamos dever destacar a importância estratégica que o arquipélago nipónico desempenhava como base de apoio à presença americana nos mercados orientais, principalmente a partir da década de 1820, altura em que a Rússia ensaiou uma tentativa de afirmar a sua hegemonia no Pacífico.¹⁵ Os EUA, emergindo como potência dominante do Pacífico, não podiam deixar de se interessar pelo mercado japonês, por um lado, e pela sua localização e interesse estratégicos naquela região, por outro.

Em Julho de 1853, o comodoro Matthew Calbraith Perry¹⁶ visitou o Japão e entregou um *ultimatum* às autoridades japonesas, exigindo o estabelecimento de relações comerciais. Dando um prazo de um ano, afirmou que voltaria ao fim daquele tempo para conhecer a resposta, mas acompanhado com uma esquadra muito maior. Tal aconteceu em Fevereiro de 1854, e dos contactos estabelecidos surgiu o tratado de 31 de Março de 1854, assinado em Yokohama. Neste acordo, abriram-se os portos de Hakodate e Shimoda aos barcos americanos, autorizou-se a ajuda aos navios e marinheiros que tivessem dificuldades naquela área e que precisassem de apoio e estabeleceu-se um consulado americano em Shimoda. A importância deste tratado, para além do seu conteúdo, reside fundamentalmente no que ele significa como primeiro passo no sentido de garantir a abertura do Japão ao contacto com o mundo exterior. De facto, este era ainda um tratado limitado, pelo menos, quanto às vantagens comerciais que concedia.¹⁷

No ano seguinte, a 7 de Fevereiro de 1855, foi a vez de os russos obterem e assinarem um tratado com o Japão. Para além da partilha de algumas ilhas,¹⁸ foram abertos à Rússia os portos de Nagasáqui, Shimoda e Hakodate e foram ainda concedidos àquele país direitos de extraterritorialidade. Estes direitos, obtidos em primeira mão pelos russos, foram incluídos posteriormente nos tratados que o Japão celebrou com as outras nações.

Com o tratado de 29 de Julho de 1858, Townsend Harris obteve a abertura completa do Japão aos interesses americanos. Nas negociações conduzidas por aquele diplomata, importa sublinhar a estratégia utilizada pelos americanos quando jogaram com o medo que as autoridades japonesas evidenciavam das potências europeias, nomeadamente da Grã-Bretanha. A este medo não era estranha a política seguida por aquelas potências em relação à vizinha China.¹⁹ Seguem-se,

Townsend Harris (1804-1878).



HISTORIOGRAFIA

posteriormente, os tratados com a Grã-Bretanha, a França, a Holanda e outros países.²⁰ Nestes tratados, foram incluídas, em geral, três grandes concessões: Iedo (actual Tóquio) e alguns portos foram abertos ao tráfico marítimo internacional; ao Japão foram impostos limites aos direitos aduaneiros de importação; e os cidadãos dos países estrangeiros ficaram fora da jurisdição do Império.

Estava pois aberta a porta para os diferentes países interessados nos mercados e no tráfico comercial daquela região incluírem também o Japão nas suas rotas e, simultaneamente, estava desbravado o caminho para as transformações profundas que se vão operar na vida interna japonesa com o fim do período *Tokugawa* e o início da era *Meiji* nos finais da década de 60.

Para finalizar este pequeno resumo do processo que conduziu à abertura do Japão ao mundo ocidental e ao comércio internacional, importa fazer uma breve referência ao ambiente que rodeou os primeiros anos de fixação dos residentes estrangeiros nos portos e cidades japonesas. Viveu-se de facto num clima de insegurança, recheado de assassínios, assaltos e tumultos. A presença dos estrangeiros, alvos preferenciais destas revoltas que foram sendo despoletadas, foi, pois, motivo para manifestações de descontentamento interno, num período de mudança e de transição para algo que os próprios japoneses desconheciam. Por outro lado, os crimes cometidos contra as comunidades estrangeiras foram sendo aproveitados como pretexto para pressionar as autoridades nipónicas, tentando obter, desta forma, mais concessões e acelerando o fim da era *Tokugawa*.²¹

E MACAU ALI TÃO PERTO...

À semelhança de outras potências europeias, também Portugal celebrou um tratado com as autoridades japonesas. O “Tratado de Paz, Amizade e Comércio, entre Sua Majestade o Rei de Portugal e Sua Majestade o Imperador do Japão”, assinado em Iedo a 3 de Agosto de 1860 pelo governador de Macau, Isidoro Francisco Guimarães, marcou a reatar das relações entre Portugal e o Japão, interrompidas durante mais de dois séculos. Isidoro Guimarães deslocou-se a Iedo com poderes de ministro plenipotenciário a fim de negociar com as autoridades nipónicas um tratado semelhante ao que as restantes potências ocidentais já haviam assinado.

A primeira questão que importa desde logo levantar diz respeito ao lugar que Macau ocupava naquela época no quadro político definido por Portugal para a Ásia Oriental e, mais concretamente, ao papel desempenhado por aquele Estabelecimento na reaproximação entre Portugal e o Japão. Apesar de a política colonial portuguesa se encontrar mais preocupada com outras áreas geográficas e coloniais (Brasil, África), pensamos ser plausível levantar a hipótese de Macau estar a tentar redefinir a sua presença naquela região. Se assim for, importará saber se esta redefinição estava a ser feita sob os auspícios de uma política colonial definida em Lisboa para todos os espaços ultramarinos ou se era Macau que tentava viabilizar a sua própria existência, no quadro de um novo contexto político-diplomático e económico. Após as guerras entre a Grã-Bretanha e a China em torno do tráfico do ópio, assistiu-se a um realinhamento de posições naquela região. A Grã-Bretanha obteve, a partir de Hong Kong e Xangai, o domínio comercial e marítimo da Ásia Oriental. Com este domínio britânico, as regras do jogo internacional haviam sido completamente alteradas e Macau passou a viver um período em que necessitava de se readaptar por forma a não ficar completamente fora do tabuleiro regional. Assim se compreende a assinatura de um novo tratado com o Reino do Sião, em Bangucoque, a 10 de Fevereiro de 1859,²² também levado a cabo pelo governador de Macau; em 1860, a assinatura do Tratado com o Japão; e, ainda, o processo negocial que vai conduzir ao tratado luso-chinês de 1862.

As referências a Sião e ao Japão na documentação consultada no Arquivo Histórico Ultramarino²³ são muito dispersas e quase inexistentes. Contudo, a partir de 1860, e concretamente em relação ao Japão, assiste-se a um aumento de notícias e relatos sobre os acontecimentos no império nipónico. Traduzindo novas preocupações, estas referências permitem-nos acreditar que algo se estava a tentar fazer para não se perder por completo a presença portuguesa na Ásia Oriental. Contudo, à semelhança do que já havia acontecido nos séculos XVI e XVII, pensamos que os interesses regionais de Macau apresentaram-se como a mola impulsional das tentativas de reposicionamento de Portugal. Mas, até 3 de Agosto de 1860, qual terá sido o caminho percorrido que permitiu ao governador Guimarães assinar com relativa facilidade um tratado com as autoridades japonesas?

HISTORIOGRAPHY

À primeira vista, da leitura dos ofícios remetidos por Guimarães ao governo de Lisboa parece que alguém desbravou o caminho e Portugal limitou-se a percorrê-lo calmamente e a chegar ao fim sem grandes cansaços nem sobressaltos. De facto, coube aos EUA e à Rússia o papel de pioneiros nas pressões sobre o Japão para permitir o uso dos seus portos e cidades pelo tráfico comercial e marítimo internacional. As restantes potências foram-se aproveitando deste trabalho e Portugal não foi excepção. Mas, para além desta realidade, o governador de Macau vai beneficiar do facto de a Holanda ter introduzido uma cláusula no seu tratado que obrigava as autoridades japonesas a concluir com Portugal um tratado semelhante. Não podemos deixar de questionar o porquê e o como as divergências e rivalidades do passado entre as diferentes potências ocidentais ficaram agora esbatidas nesta “cooperação” aparentemente tão estreita.

O TRATADO DE 1860: OS PREPARATIVOS

Com a portaria de 30 de Dezembro de 1858, o governo de Lisboa concedeu plenos poderes ao governador de Macau, Isidoro Francisco Guimarães, para se deslocar a Iedo, Japão, e aí negociar um tratado de paz, amizade e comércio com as autoridades japonesas. Pela leitura dos primeiros ofícios de Isidoro Guimarães para Lisboa sobre a sua ida ao Japão, encontramos um embaixador com plenos poderes e com poucos meios para os exercer. Esta será, aliás, uma constante denúncia e preocupação do governador de Macau sobre os assuntos luso-japoneses.

Repetem-se as já habituais ausências de instruções, deixando nas mãos do governador a tomada de decisão sobre um assunto que, para as outras potências, se assumia como um pilar estratégico fundamental para a presença comercial e política naquela parte do mundo. A única referência que parecia existir eram os tratados assinados pelas potências britânica e americana. Pouco, para quem este tratado poderia ter uma importância fundamental na recuperação de um passado longínquo, mas florescente e próspero. De facto, o governador Guimarães parece ter como únicos recursos a portaria a conceder-lhe os poderes necessários e um relacionamento político e pessoal com os ministros das outras potências que, representando os seus países no Império japonês, o auxiliaram a levar a bom porto a sua missão. Quanto aos recursos necessários, “tendo eu

proposto a conveniência de ir ao Japão em um Vapor acompanhado do Navio de Guerra aqui estacionado, e carecendo de fazer despesa para este fim, e mais gastos da embaixada superiores às que se fizeram com a de São faltam-me as instruções necessárias para isso.”²⁴

Resolvendo o problema da sua deslocação através da corveta *D. João I*, faltava esperar pelo momento ideal para realizar a visita à capital nipónica.²⁵ Baseado nas informações dos representantes diplomáticos dos outros países, particularmente do britânico, o governador Guimarães fez adiar a sua partida devido aos tumultos que se registaram em algumas cidades japonesas onde se encontravam as comunidades estrangeiras, confirmando, aliás, o que já atrás dissemos sobre as hostilidades contra a presença de ocidentais no Japão. Estes incidentes, para além de porem em risco a vida da comitiva, podiam ser usados, na opinião do governador, pelas autoridades japoneses como motivo para não assinarem o acordo.²⁶

Obrigado, pois, a adiar a partida, correndo o risco de não poder embarcar a tempo de aproveitar a época favorável para a viagem, o governador, assim que teve conhecimento de que os tumultos não atingiam a gravidade com que eram noticiados e de que o governo japonês estava pronto a assinar um tratado com Portugal, decidiu partir para Xangai e daí para Iedo a fim de dar cumprimento à sua tarefa diplomática. A 6 de Junho de 1860, saiu de Macau a embaixada composta pelo ministro plenipotenciário e governador de Macau, Isidoro Francisco Guimarães; pelo secretário, segundo-tenente, Gregório José Ribeiro; pelo adido, o ajudante de ordens do governador, alferes António Caetano Pereira; e pelo intérprete do governo, João Rodrigues Gonçalves.²⁷

RELAÇÕES PESSOAIS E RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS

As dificuldades de comunicação com o governo de Lisboa e a ausência de uma estratégia global previamente definida para os novos tempos que se viviam na Ásia Oriental levaram a que Macau, mais uma vez, tentasse adaptar-se e sobreviver no seio das novas relações entre as diferentes nações ocidentais e entre estas e os impérios da China e do Japão. Esta ausência de directivas claras de Lisboa sobre esta matéria leva a que acreditemos que os sucessos e fracassos da política seguida pelas autoridades político-administrativas de

HISTORIOGRAFIA

Macau se devem, essencialmente, à sua maior ou menor capacidade de se movimentarem no novo xadrez político regional. Integradas num tabuleiro onde as jogadas se sucediam com rapidez, não era fácil às autoridades políticas de Macau, com a falta de meios com que se deparavam e sem a protecção de uma metrópole desenvolvida, acompanhar um processo político que exigia respostas adequadas e atempadas.

Os fundos documentais de que dispomos são, sem dúvida, reduzidos para se poderem tirar conclusões definitivas sobre este assunto. Acreditamos, contudo, ser possível levantar algumas hipóteses que possibilitem uma abordagem a esta temática. Centremos um pouco da nossa atenção sobre as relações entre os diferentes países ocidentais, de acordo com as informações transmitidas pelo governador de Macau durante todo o processo que levou à assinatura do Tratado em Iedo.

Apesar das rivalidades existentes entre as diferentes nações ocidentais que pretendiam impor a sua presença nos mercados da China e do Japão, a necessidade de conjugar esforços no sentido de obter a maior abertura possível desses impérios ao comércio internacional levou a algumas alianças de conveniência, bem visíveis durante as Guerras do Ópio na China, entre 1856 e 1860, e também no processo de abertura do império japonês. Em relação a este último, os países da Europa ocidental, Grã-Bretanha, Holanda, França, Espanha e Portugal, depararam-se com a introdução de uma variável a que importava dar resposta: os interesses particulares que a Rússia e, principalmente, os EUA demonstravam pelo Japão. Não podendo aprofundar neste trabalho os contornos do envolvimento destes dois países no processo de abertura daquele Império e sabendo nós que nos anos de 1860 os americanos se afastaram da região devido aos seus problemas políticos internos, pensamos que este factor terá contribuído, em parte, para que se verificasse uma certa aproximação de conveniência entre os países do ocidente europeu. Por outro lado, as dificuldades sentidas pelas comunidades estrangeiras em fixarem-se nos portos e cidades que se foram abrindo ao comércio internacional terá também contribuído para que os diferentes países europeus se auxiliassem mutuamente de modo a viabilizar a sua presença naquele arquipélago. Tudo isto não invalida acções de cooperação entre aqueles países europeus e os Estados Unidos e, por outro lado, não significa que cada um dos países não tivesse a sua estratégia

política definida e interesses próprios a defender.²⁸ Quanto a Portugal, o governador de Macau acabou por beneficiar desta teia de conveniências e, ainda, segundo as suas próprias palavras, das relações de amizade pessoal que o ligavam aos representantes da Grã-Bretanha e da Holanda no Japão. Pelo que Isidoro Guimarães deixa transparecer nos seus ofícios, deve-se à Holanda, em grande medida, a assinatura do tratado de Portugal com o Japão. De facto, no tratado que estabeleceu com as autoridades de Iedo, a Holanda introduziu uma cláusula onde o governo japonês se comprometia a estabelecer um acordo do mesmo tipo com Portugal.²⁹ Este foi, sem dúvida, o primeiro e fundamental passo para se chegar ao Tratado de 1860. Mas as diligências da Holanda junto das autoridades imperiais em defesa dos interesses de Portugal não se ficaram por ali. De facto, aquela cláusula não foi esquecida e quando o governador de Macau chegou à capital japonesa, o representante diplomático holandês, Mr. J. H. Donker Curtius, dirigiu uma nota ao governo japonês “exigindo o cumprimento das estipulações do seu tratado a respeito de Portugal”³⁰

O reconhecimento do governador de Macau para com as acções do ministro holandês Donker Curtius a favor de Portugal está bem patente quando pede ao governo de Lisboa que lhe “seja conferido o galardão que merecem os serviços que tão voluntariamente tem prestado a Portugal e segundo a alta categoria a que está elevado”.³¹

O testemunho do governador Isidoro Guimarães sobre a influência das suas relações pessoais na sua actividade diplomática não se circunscreve só ao ministro holandês. Também em relação ao ministro britânico, ele sublinhou o apoio constante de Mr. Rutherford Alcock à sua deslocação ao Japão. Este apoio traduziu-se, em primeiro lugar, na correspondência trocada entre os dois e que permitiu ao governador de Macau escolher o momento mais favorável para a sua viagem a Iedo. Em segundo lugar, o ministro inglês disponibilizou um intérprete para auxiliar a embaixada de Portugal nas conversações com as autoridades imperiais japonesas. Finalmente, o ministro britânico recebeu Guimarães com toda a cordialidade, mantendo-o na Legação Inglesa em vez de ocupar os alojamentos preparados pelo governo japonês.³² Nesta relação entre Isidoro Guimarães e Rutherford Alcock, e segundo o testemunho daquele, evidencia-se mais o carácter de amizade pessoal entre os dois homens, os dois militares,

HISTORIOGRAPHY

do que as relações diplomáticas entre duas potências aliadas ao longo de cinco séculos. Retenham-se estas duas frases de Isidoro Francisco Guimarães a propósito do apoio prestado pelo ministro britânico:

“Há dificuldade em obter Intérpretes, mas o mesmo Ministro me oferece o pôr à minha disposição o da Embaixada Inglesa, e me promete todo o apoio tanto como Enviado de Sua Majestade Britânica como meu amigo particular, e camarada de armas.”³³

“Julgo que devo isto aos bons Ofícios do Ministro de Inglaterra que é meu antigo amigo, e a quem havia escrito para que ele tratasse de sondar o espírito das autoridades sobre o comprometimento em que estão para nos conceder um Tratado.”³⁴

É difícil de desenhar a linha que separa as relações diplomáticas entre países e as relações pessoais entre os homens envolvidos neste processo. É uma dificuldade que assume particular importância se considerarmos que, perante tanta escassez de meios, ir a Iedo estabelecer um tratado sem o apoio oferecido pela Holanda e pela Grã-Bretanha, era sem dúvida uma missão difícil, senão mesmo impossível, para o governador de Macau. Em vésperas de assinar o Tratado de 1860 com o Japão, é Isidoro Francisco Guimarães quem esclarece que “a minha Missão à Corte de Iedo não será infrutuosa, o que se deverá em grande parte à cooperação dos mais Ministros Diplomáticos de quem tenho recebido o melhor acolhimento, e que por fortuna minha são todos meus antigos Amigos.”³⁵

AS NEGOCIAÇÕES

No relatório que o governador Isidoro Francisco Guimarães enviou para Lisboa, dando conta das negociações com os três plenipotenciários japoneses, é possível ver quais as principais preocupações do governador de Macau sobre o futuro das relações entre Portugal e o Japão. Os pontos mais importantes que estiveram na mesa das negociações foram as alterações propostas por Isidoro Guimarães ao tratado britânico: em primeiro lugar, Guimarães queria que os portos japoneses abertos ao comércio internacional ficassem franqueados a Portugal a contar da data do tratado; em segundo lugar, pretendia garantir uma redução de direitos de importação de dois produtos, a saber, o linho, cujos direitos queria ver reduzidos de 20% para 5%, e

as bebidas espirituosas, de 35% para 20%. Se estas eram de facto as metas a alcançar, pensamos poder dizer que o saldo das negociações foi positivo. Quanto à abertura dos portos, a data estabelecida acabou por ser a de 1 de Outubro. Não foi a data da assinatura do tratado mas também não ficou muito longe disso, principalmente se reconhecermos que o restabelecimento efectivo de relações comerciais com o Japão não se faria no dia seguinte e se considerarmos que a alternativa seria remeter a abertura para a data da ratificação do tratado, isto é, 18 meses mais tarde.

No que diz respeito à redução dos direitos de importação, eles saldaram-se com êxito quanto ao linho e em fracasso quanto aos vinhos. Sobre este ponto das negociações, não deixa de ser interessante observar a influência de outras nações ocidentais na discussão. O pedido de redução dos direitos sobre o linho parece ter sido feito mais para agradar ao ministro inglês do que por interesse específico do comércio de Portugal na região: “tendo conseguido contudo uma redução de vinte a cinco por cento nos direitos de importação das fazendas de linho, alteração que o Ministro de Inglaterra tinha tido ordem de pedir ao Governo Japonês, mas que não tinha direito de exigir antes de chegar a época da revisão das tarifas em mil oitocentos e sessenta e quatro. Estimei poder conseguir esta redução em que o Ministro inglês tinha empenho, podendo de algum modo retribuir os muitos favores e auxílio que dele tenho recebido.”³⁶ Sobre os vinhos, o governador Guimarães regista a ingerência negativa do ministro francês que, sabendo das pretensões portuguesas, exige a diminuição para 5%, levando as autoridades imperiais japonesas a recusar qualquer redução.

Ainda antes de nos debruçarmos mais pormenorizadamente sobre os termos do tratado estabelecido em 3 de Agosto de 1860, gostaríamos de salientar a rapidez de acção do plenipotenciário português ao nomear desde logo os respectivos cônsules para dois dos três portos abertos ao tráfico português. Para Nagasáqui, é nomeado um súbdito britânico, Mr. Joseph H. Evans, representante da casa Dent & Co. naquela cidade e, para Kanagawa, é nomeado um português, também representante da casa Dent & Co., José da Silva Loureiro. Isidoro Guimarães não só nomeia de imediato os cônsules como aproveita a sua estada no Japão para se deslocar a essas cidades a fim de estabelecer aqueles consulados. Neste particular, a estratégia de Isidoro Guimarães foi a mesma que já

HISTORIOGRAFIA

havia sido seguida pelos seus antecessores. Lembremos Ferreira do Amaral que começou a nomear cônsules em diferentes praças da Ásia Oriental na década de 1840, nomeadamente em Xangai, convidando pessoas ligadas a casas comerciais estrangeiras, como a própria casa Dent & Co.

O TRATADO

Ao longo deste artigo temos vindo a esboçar o contexto político regional em que se enquadra o tratado assinado por Portugal e o Japão, em Iedo, a 3 de Agosto de 1860. Como podemos observar, este tratado veio na sequência de um processo que se desenvolveu ao longo da década de 50, iniciado em Julho de 1853 com a chegada do comodoro americano Perry ao Japão. A partir deste momento, os acontecimentos precipitaram-se e um império, fechado sobre si mesmo ao longo de séculos, foi obrigado em poucos anos a abrir-se ao contacto com o exterior. Deste contacto resultou, tal como já foi sugerido, o estabelecimento de tratados com as principais potências mundiais, tratados esses que visavam a abertura do mercado nipónico ao tráfico internacional e o acesso aos produtos japoneses. Estes “tratados desiguais”, que as potências industrializadas foram impondo às diferentes regiões do mundo, acabaram por surgir também na longínqua Ásia Oriental. A China começou a abrir as suas portas após a I Guerra do Ópio e a assinatura do Tratado de Nanjing em 1842. O Japão iniciou este mesmo processo, com a assinatura do tratado de 31 de Março de 1854 com os EUA. Algumas características comuns marcam os tratados estabelecidos entre estes impérios e as nações ocidentais: abertura dos principais portos ao mercado mundial, acesso à matéria-prima destes países e livre circulação dos produtos industrializados ocidentais, imposição de reduzidas tarifas aduaneiras de importação e obtenção de direitos de extraterritorialidade, colocando os cidadãos estrangeiros fora da jurisdição e justiça desses países. Centrando a nossa atenção no Tratado de 3 de Agosto de 1860, podemos concluir que este não se afastava destas características que eram comuns a todos os tratados assinados entre as potências ocidentais e os impérios asiáticos da China e do Japão.

Começamos pela abertura dos portos japoneses. Apresenta-se uma calendarização de abertura de vários portos ao comércio português (art.º 3.º). Em 1 de Outubro de 1860, previa-se a abertura de Hakodadi, Kanagawa e Nagasáqui. Para Iedo apontava-se a data de

1 de Janeiro de 1862. A abertura dos portos de Osaca e Hyogo ficava para o mesmo dia do ano seguinte. É ainda colocada a possibilidade de abertura de Niigata ou de qualquer outro porto na costa ocidental mas sem data prevista. A data proposta pelo Japão para iniciar a abertura dos portos ao comércio português foi a da ratificação do Tratado, isto é, dezoito meses depois da sua assinatura. Por seu lado, os negociadores portugueses desejavam poder começar o tráfico comercial logo após a assinatura do Tratado. A data de 1 de Outubro de 1860 revela uma aproximação à posição portuguesa.

De sublinhar os limites impostos às autoridades imperiais japoneses, as quais ficaram impedidas de construir qualquer “grade, muralha ou coisa que possa impedir a entrada, e saída”³⁷ dos portugueses dos lugares que forem escolhidos para estabelecerem as suas comunidades. Contudo, no que respeita a este ponto, foram também definidas algumas limitações às potências ocidentais que não eram exclusivas do tratado com Portugal. Por um lado, foram impostas fronteiras de circulação em torno das cidades onde era permitida a presença estrangeira. Por outro, os primeiros portos a serem abertos não foram os mais importantes. Entre estes últimos contava-se Osaca cujo acesso era remetido para o primeiro dia de 1863. Se tivermos em consideração que Niigata, Hyogo, Iedo e Osaca vêm a sua abertura adiada para 1868,³⁸ apercebemo-nos de que a presença estrangeira estava apenas a dar os seus primeiros passos.

Sobre o acesso à matéria-prima e circulação das mercadorias, importa analisar o artigo 10.º onde se previa que “moedas de toda a qualidade (com excepção da moeda de cobre japonesa) bem como ouro, e prata estrangeiro por cunhar podem ser exportados do Japão”³⁹ e os artigos 16.º e 17.º onde se permitia a circulação interna dos produtos portugueses no Japão. Sobre este ponto, é de recordar que o ouro e a prata constituíram a fonte de riqueza do comércio dos negociantes de Macau nos séculos XVI e XVII, sendo, pois, produtos sempre cobiçados. Por outro lado, era indispensável e fundamental que os produtos importados pelo Japão pudessem circular por todo o império sem direitos alfandegários adicionais. Relevante foi também os navios portugueses poderem fazê-lo sem sobrecarga de direitos. Este era um dos pilares essenciais neste tipo de tratados e, a prová-lo, encontramos a possibilidade de as taxas de importação e exportação poderem ser renegociadas ao fim de quatro anos, quando a vigência

HISTORIOGRAPHY



Mogi, Nagasáqui.

do próprio tratado estava prevista para 12 anos. No ponto anterior já foi abordada uma das características fundamentais destes tratados: tentar reduzir ao mínimo os direitos alfandegários de importação. Esta questão ficou consignada no regulamento adicional ao Tratado. Também o direito de extra-territorialidade está contemplado no Tratado no seu artigo 5.º: os cidadãos portugueses, caso cometessem algum delito, quer contra cidadãos japoneses, quer portugueses ou de qualquer outra nacionalidade, encontravam-se sob a justiça portuguesa.

Finalmente, também no Tratado de 3 de Agosto fica consignada a protecção ao tráfico marítimo português em casos de naufrágio ou de dificuldades de navegação (artigo 12.º). Lembre-se ser esta uma das motivações adiantadas pelos EUA para justificar o seu empenho em pressionar o Japão a abrir os seus portos à navegação americana.

Apesar de considerarmos que este tratado de Portugal com o Japão não se afastava, nos seus termos

gerais, do que foram os tratados assinados por aquele império da Ásia Oriental com as outras potências ocidentais, pensamos ser possível observar alguns pontos que merecem destaque especial. Em primeiro lugar, no seu artigo 9.º é dada liberdade ao exercício da religião dos cidadãos portugueses. O mesmo é dizer que é garantida a liberdade de culto e posto fim à repressão do cristianismo. É evidente que não fica expressa a autorização para se expandir e propagar o cristianismo, mas a liberdade religiosa e a possibilidade de construir edifícios para o culto é, sem dúvida, um sinal de que se evitaria repetir o passado. Em segundo lugar, sublinhemos os laços de dependência entre as nações estrangeiras, permitindo a umas obter as vantagens concedidas a outras, agravando por seu lado as desvantagens da potência imperial que se vê impedida de negociar com cada país individualmente.

Para terminarmos esta breve análise sobre os principais pontos estabelecidos no Tratado de 1860, gostaríamos de citar o ministro Isidoro Francisco

HISTORIOGRAFIA

Guimarães sobre as intenções japonesas a respeito dos tratados assinados com a generalidade dos países ocidentais. Neste momento, ainda não estava ganha a completa adesão das autoridades japonesas à abertura de relações com o mundo e muito menos quando os termos desta relação eram estabelecidos de uma forma tão desequilibrada:

“Julgo fazer justiça ao Governo Japonês supondo-o incapaz de violar directamente uma estipulação que assinou, mas também sei que são astutos bastante para aproveitarem qualquer pretexto plausível para diminuírem as suas relações com os estrangeiros.”⁴⁰

A RATIFICAÇÃO

Tal como estava estipulado, o Tratado de 3 de Agosto precisava de ser ratificado e também esta ratificação tem a sua história.

No artigo 28.º ficou definido o prazo de dezoito meses para que a ratificação tivesse lugar. Em ofício enviado para Lisboa,⁴¹ o ministro Guimarães chamava a atenção para a importância da ratificação, pois, caso esta não fosse feita, poderia servir de pretexto às autoridades japonesas para impedirem a sua aplicação integral. Quanto ao prazo fixado de dezoito meses, ficam algumas dúvidas no ar. Porque diz o governador que “fixei o prazo de dezoito meses para a troca das ratificações em Iedo, e não um ano como se tem estipulado nos tratados das outras potências”⁴²? Foi de facto do interesse de Portugal o alargamento dos prazos de 12 para 18 meses? Ou foram os japoneses os mais interessados? O ministro português, nos diferentes ofícios em que aborda o tema das relações luso-japonesas, não explicita a posição que defendeu junto das autoridades nipónicas. Cremos, todavia, que poderia haver motivos dos dois países signatários para este desejo de protelar o acto da ratificação. Por um lado, Portugal não gostaria de ultrapassar em muito o prazo que fosse previamente estabelecido, mas precisava de tempo para tratar do processo de ratificação. As viagens eram morosas e qualquer atraso da sua parte poderia vir a autorizar a rescisão pura e simples de todo o acordo conseguido no princípio de Julho. Por seu lado, as autoridades japonesas, mostrando-se pouco empenhadas em aprofundar as relações com o exterior e existindo mesmo correntes que se opunham à presença estrangeira no Império, talvez vissem no atraso da

ratificação uma remota possibilidade de, entretanto, ele não ser concretizado. Porque não existe testemunho da parte do governador sobre esta matéria, tudo o que podemos adiantar são meras hipóteses explicativas. De qualquer modo, pelas palavras de Isidoro Guimarães já citadas podemos concluir que os negociadores portugueses se empenharam em conseguir a estipulação dos dezoito meses.

Em Outubro de 1861, o governador Isidoro Guimarães volta a dar notícias do processo de ratificação ao anunciar, num ofício dirigido ao ministério em Lisboa, a sua partida para Xangai, rumo ao Japão, no dia 20 desse mês.⁴³ A corveta *D. João I*, levando a bordo o ministro Guimarães, rumou ao Japão em 23 de Novembro de 1861, mas acabou por não chegar ao seu destino. Encontrando fortes temporais na baía de Iedo, viu-se obrigada a regressar a Macau devido às graves avarias sofridas. Entrou em Macau no dia 26 de Dezembro. A troca das ratificações ficava pois adiada.⁴⁴ Perante a impossibilidade de se deslocar a Iedo em prazo útil que permitisse concluir o processo de ratificação de acordo com o estipulado no Tratado, o governador de Macau decidiu encarregar o cônsul de Portugal em Kanagawa, Sir Edward Clarke, deste acto diplomático.⁴⁵ Para o efeito enviou-lhe as credenciais necessárias por forma a investi-lo dos poderes imprescindíveis para aquele efeito e a ratificação acabou por ter lugar no dia 8 de Abril de 1862, isto é, com cerca de três meses de atraso em relação ao previsto.

Ao longo dos 21 meses que decorreram entre a assinatura do tratado e a ratificação, não se verificou nada que indiciasse qualquer tentativa para rescindir o acordo celebrado a 3 de Agosto. Procedeu-se à troca de presentes,⁴⁶ eram positivos os pareceres do ministro Guimarães sobre as nossas relações com o Império, e anunciava-se a deslocação de uma embaixada japonesa à Europa incluindo Portugal.⁴⁷ Contudo, importa sublinhar que o final do processo de ratificação não foi tão simples quanto à primeira vista poderia parecer, devido à impossibilidade do plenipotenciário português se deslocar pessoalmente a Iedo. De início, surgiram resistências da parte das autoridades japonesas em realizarem a troca das ratificações com um cônsul, resistências estas agravadas pela posição inglesa em concordar com uma ratificação feita naqueles moldes. Esta questão da ratificação do Tratado de 3 de Agosto fez vir ao de cima as contradições que existiam entre as diferentes potências ocidentais presentes no Japão. Face ao pedido de parecer do

HISTORIOGRAPHY

governo japonês, Portugal recebeu o apoio dos EUA, França e Holanda e a resposta negativa do representante britânico. Segundo Isidoro Guimarães, foi graças à saída do representante inglês do Japão e ao empenhamento pessoal do representante americano Townsend Harris e do cônsul Edward Clarke que foi possível concluir com sucesso a ratificação do tratado.

“Não foi sem grandes dificuldades nem com poucas intrigas que Mr. Clarke pode cumprir o serviço de que o incumbi em consequência de não ter podido ir a Iedo em Dezembro próximo passado. O Governo japonês recusava trocar as ratificações com um Cônsul, e sobre esta dificuldade dirigiu-se aos Representantes das diferentes Potências que têm tratados com o Japão [...] os Ministros da França, América e Holanda responderam afirmativamente [...] o Ministro inglês, contudo, deixou de responder por escrito, reservando-se para falar sobre o assunto em conferência com os Ministros dos Negócios Estrangeiros, e não há dúvida, segundo o mesmo Ministro me escreve, que respondeu negativamente.”⁴⁸

As amizades de conveniência entre as diferentes potências ocidentais ficavam aqui, mais uma vez, salientadas. Interesses e estratégias próprios de cada país conduziam a alianças e a oposições. São as “intrigas” de que nos fala Isidoro Guimarães, nas quais os negociadores portugueses se conseguiram mover com sucesso. Por outro lado, mais uma vez se confirma o quanto era ténue a linha que separava as relações pessoais e de amizade das relações diplomáticas entre as nações. Desconhecendo as razões apresentadas pelo representante inglês sobre a ratificação do tratado com Portugal mas perante a resposta positiva das outras três potências, fica no ar a interrogação sobre a retirada de apoio do representante britânico ao “velho Amigo” Isidoro Guimarães.

A UTILIDADE DE UM TRATADO

Tal como já afirmámos, o comércio com o Japão foi fundamental para viabilizar o Estabelecimento de Macau e cimentar a fixação dos portugueses na China ao longo dos séculos XV e XVI. Depois de uma interrupção de mais de dois séculos, Macau não iria desperdiçar a oportunidade para reatar uma relação sobre a qual tinha tão frutuosas e ricas lembranças.

Esta foi, pensamos, uma das motivações que terá levado Macau a empenhar-se no tratado com o Japão. Esta foi a razão, à escala regional, de um acordo que se pretendia internacional. Isto é, o envolvimento de Portugal, enquanto velha potência naquela zona do mundo, surge como forma de se apresentar ao lado das “novas” potências que dominavam a região. Assim, pensamos que o Tratado de 1860 deve ser encarado a estes dois níveis: regional e internacional. Quanto ao primeiro, Macau encarava este acordo como a possibilidade de voltar um dia aos velhos tempos de glória e riqueza. Esta é uma hipótese viável se considerarmos estar perante um Estabelecimento que se encontrava numa encruzilhada procurando o melhor caminho para si próprio. Mais uma vez, era irresistível o desejo de tentar que esse caminho conduzisse a Cidade aos modelos de prosperidade do passado. Todavia, podemos hoje constatar que este caminho não passaria de um sonho. Depois de 221 anos, Macau já não podia aspirar ao domínio de um comércio para o qual lhe faltavam todas as condições políticas e económicas. O mundo tinha-se alterado, novas potências haviam emergido da revolução industrial e a Grã-Bretanha encontrava-se no seu apogeu enquanto império comercial e marítimo. Isto era verdade em todos os cantos do mundo e a Ásia Oriental não era excepção. Por outro lado, é o próprio governador quem reconhece as limitações de Macau na região para levar por diante um tráfico comercial com a envergadura de outros tempos. Ainda que de forma indirecta, Isidoro Guimarães, nos officios em que relata o estado das nossas relações com o Japão, não deixou de fazer algumas alusões a este assunto. A propósito da necessidade de nomear um agente diplomático para se estabelecer em Iedo, o governador adianta-nos:

“No tratado que celebrei com a Corte de Iedo em 3 de Agosto próximo passado estipula-se que Portugal terá o direito de nomear um Agente Diplomático para residir em Iedo. Estabeleci este direito porque as demais Nações que têm feito tratados com o Japão gozam dessa prerrogativa, mas não entendo que Portugal se deva dela aproveitar criando uma legação em Iedo, que seria assaz dispendiosa, e que os negócios, que é provável que tenhamos naquele país não justificariam”.⁴⁹

Sobre esta questão, Isidoro Guimarães propôs que o governador de Macau assumisse o cargo de plenipotenciário para o Japão, repetindo o mesmo

HISTORIOGRAFIA

argumento, isto é, era a fórmula mais económica e o pouco comércio existente não justificava que se abrisse uma legação permanente em Iedo:

“O último meio é o que tenho recomendado por vezes ao Governo de Sua Majestade como o mais económico, não me parecendo que o nosso pouco comércio com o Japão justifique a despesa de uma Legação em Iedo.”⁵⁰

Nestas duas passagens, o governador de Macau e ministro de Portugal remete-nos para o segundo nível de interpretação do tratado de 3 de Agosto de 1860. Ao referir-se que estabeleceu “este direito porque as demais Nações que têm feito tratados com o Japão gozam dessa prerrogativa, mas não entendo que Portugal se deva dela aproveitar”,⁵¹ demonstrava, ainda que indirectamente, uma hipótese de explicação para a assinatura do tratado entre Portugal e o Japão.

Enquanto velha potência naquela região, a Portugal interessava fundamentalmente marcar uma presença, ainda que simbólica, numa zona onde os seus interesses se traduziam essencialmente na manutenção de Macau enquanto ponta de lança da presença portuguesa na Ásia Oriental, numa conjuntura de profundas transformações. Mais do que querer um tratado para abrir mercados, Portugal pretendia apresentar-se em pé de igualdade com as restantes potências e surgir no quadro do reordenamento colonial do mundo como um parceiro a ter em conta. Neste âmbito, importaria saber até que ponto esta afirmação de Portugal junto dos outros países não se enquadrava também em planos regionais noutros continentes, nomeadamente o africano. Apesar de as fontes consultadas serem muito reduzidas, esta hipótese de explicação para interpretar as razões deste tratado não pode ser escamoteada, principalmente se tivermos em linha de conta que o governo de Lisboa teria consciência das limitações de Macau em competir com as restantes potências ocidentais no domínio ou na simples participação naqueles mercados. Ainda a corroborar esta hipótese encontramos as opiniões de Isidoro Guimarães sobre o estado das relações de Portugal com o Japão, declarando-as já alvo da inveja das restantes nações e confirmando que os representantes de Portugal no Japão eram considerados ao mesmo nível dos das restantes potências.⁵² Se este era, de facto, um dos objectivos a atingir, ele parece ter sido conseguido. Entre a realidade sonhada por Macau e os sonhos realistas de Lisboa, fez-se um tratado que visava reatar as relações entre

Portugal e o Japão e consolidar a presença de Portugal na Ásia e na cena política internacional.

PORTUGAL AO LADO DO JAPÃO

O governador Isidoro Guimarães dá-nos conta, nos seus ofícios, de alguns dos assaltos e assassinatos ocorridos nos anos que se seguiram à assinatura dos diferentes tratados entre as potências ocidentais e o Japão.

Esta situação de insegurança em que se encontravam as comunidades estrangeiras, já por nós referida, tem sido geralmente interpretada como uma das consequências imediatas dos tratados entre as potências ocidentais e o Japão.

*“The most serious consequence of the treaties was the presence in Japan of considerable numbers of Westerners, whom most Japanese regarded with great distrust and hostility. Troubles inevitably resulted between fervid samurai activists and Western diplomats and traders. There were several assassinations in 1859, and in 1861 Harris’s Dutch interpreter, Heusken, was cut down.”*⁵³

Se, por um lado, os países ocidentais não deixaram de usar estes acontecimentos para aumentarem as pressões sobre as autoridades imperiais japonesas, por outro lado, elas demonstravam a divisão que havia no seio da sociedade japonesa e na sua classe dirigente quanto à atitude a tomar face à presença estrangeira no país. Aliás, é o próprio governador de Macau quem testemunha esta divisão. “Não tenho dúvida de que o Governo Japonês esteja de boa fé, mas tem grandes dificuldades com que contender na oposição dos Príncipes partidistas do sistema conservador, e que conspiram para chegar ao poder.”⁵⁴ Nesta passagem, como em outras que se podem encontrar na correspondência oficial do governador de Macau para Lisboa, podemos também constatar a existência de uma divisão entre as potências ocidentais sobre a situação que se vivia no império japonês. Assim, Portugal, pela voz de Isidoro Guimarães, surge ao lado do representante diplomático dos EUA, defendendo a opinião de que as autoridades imperiais apoiavam a presença estrangeira, mas encontravam-se em dificuldades para controlar a situação interna no país. A acreditar nas suas palavras, as restantes nações ocidentais não partilhavam esta opinião.

A exacta dimensão desta posição do ministro português deve ser explicada não só como fruto da

HISTORIOGRAPHY

análise que ele fazia da situação política interna do Japão, mas também integrada no seio de um quadro mais vasto, isto é, não se podia perder de vista o objectivo que levou Portugal a assinar o tratado de 3 de Agosto, o qual visava obter uma rápida normalização das relações entre Portugal e o Império e assim confirmar a presença política de Portugal naquela região. Assim se deve entender a fácil aceitação em adiar a abertura dos portos do Japão de Niigata, Hiogo, Osaka e Iedo. Para além do facto de este adiamento não constituir uma perda ou atraso significativo para o desenvolvimento do comércio português no Japão (mais não seja, porque garante a sua abertura a Portugal se tal ocorrer para qualquer outro país estrangeiro), ele representa uma posição de apoio político importante para as autoridades imperiais o que, aliás, é reconhecido claramente. “Esta é uma prova evidente da inalterável amizade para conosco”.⁵⁵ Por várias vezes, o governador de Macau, aquando da sua deslocação a Iedo para a celebração do tratado, refere o bom acolhimento e as boas relações com o Japão. Veja-se, a este propósito, o modo como é descrita a entrega da carta do rei de Portugal às autoridades imperiais.⁵⁶ Mas, mais importante do que as opiniões mais ou menos favoráveis às autoridades japonesas formuladas pelo ministro de Portugal, encontramos a definição do objectivo do governo de Portugal ao desejar celebrar um tratado semelhante ao das restantes potências ocidentais.

“Era uma necessidade de honra e dignidade o levantar o anátema que há mais de dois séculos pesava sobre o nome português pela exclusão dos Portugueses duma parte do mundo onde haviam outrora exercido influência, e merecido consideração. Parece-me que tive a fortuna de conseguir o objecto que o Governo de Sua Majestade teve em vista quando me encarregou da Missão à Corte de Iedo”⁵⁷

O Tratado de 3 de Agosto de 1860 apresenta-se, pois, como o primeiro passo para o reatar das relações luso-japonesas interrompidas por 220 anos. Se hoje falamos de relações de amizade entre Portugal e o Japão não nos podemos esquecer que ao longo de quatro séculos e meio, Portugal não teve uma presença constante no território nipónico.

Sem dúvida que o contacto estabelecido com os japoneses nos séculos XVI e XVII deixou marcas que influenciaram a posição de Portugal no Japão contemporâneo. Mas também é verdade que as relações

a partir do século XIX irão ser qualitativamente diferentes das do passado. Diferentes irão também ser os objectivos de Portugal dos das restantes nações: enquanto para estas a prioridade centrava-se no interesse económico e comercial que o Japão representava naquela região, para Portugal aquela prioridade era fundamentalmente política. Isidoro Guimarães sublinha bem a pretensão de uma reconciliação com o passado. Propunha-se “levantar o anátema” que pesava sobre Portugal e tal era imprescindível para conseguir afirmar a sua presença numa região onde passara de potência dominadora a simples parceira de comércio em situação clara de subalternidade e dependência. Restabelecer as relações com o Japão através de um tratado representava a possibilidade de se apresentar ao mesmo nível das outras nações no cenário regional da Ásia Oriental e, também, na cena internacional.

A 3 de Agosto de 1860 pretendeu-se apagar 3 de Agosto de 1640. Mas, se este era o objectivo do governo de Lisboa ao incumbir o governador Isidoro Guimarães de obter aquele Tratado com o Japão ele vai ao encontro dos objectivos e interesses regionais de Macau. Com a I Guerra do Ópio e a presença constante da Grã-Bretanha na China através do estabelecimento de Hong Kong, Macau viu reduzir a sua importância regional quer em termos económicos quer políticos. As transformações regionais provocadas pela guerra sino-britânica tornou evidente o atraso e abandono em que se encontrava o Estabelecimento, mas obrigou a que se questionasse o seu futuro e se procurasse encontrar uma saída que viabilizasse a manutenção da presença portuguesa na Ásia Oriental. A primeira nação a chegar arriscava-se a ser também a primeira a sair, agora que se tinham estabelecido novas relações entre o Império Celestial e o mundo do ocidente. Neste contexto, as relações com o Japão representavam um imaginário de riqueza e prosperidade que não estaria arredado da Cidade: propor o restabelecimento daquelas relações era abrir um caminho para Macau encontrar uma alternativa à situação de estagnação económica e de impasse político em que se encontrava. Por outro lado, com o Tratado de 1860, ao confirmar-se a presença de Portugal no Japão em pé de igualdade com as restantes potências, reafirmava-se também a posição de Portugal enquanto potência colonial nos diferentes cenários mundiais e, em particular, na Ásia Oriental, viabilizando-se a manutenção do pavilhão português no Estabelecimento de Macau. **RC**

HISTORIOGRAFIA

NOTAS

- 1 W. G. Beasley, *The Rise of Modern Japan*, London, Weidenfeld and Nicolson, 1990, p. 22. Cf. A. Gordon, *A Modern History of Japan. From Tokugawa Times to the Present*, Oxford, Oxford University Press, 2009, pp. 47-59.
- 2 Cf. Benjamim Videira Pires, S. J., *A Embaixada Mártir*, Macau, Instituto Cultural de Macau, 1988, pp. 41-48 e Charles Ralph Boxer, "Subsídios para a História dos Portugueses no Japão (1542-1647)", in *Boletim da Agência Geral das Colónias*, 4 (32), Ag. 1928, pp. 44-64. Sobre este assunto Charles R. Boxer adianta-nos: "Finalmente, em 17 de Dezembro desse mesmo ano, sucedeu um facto que, de uma vez e para sempre, banii os portugueses do Japão. Foi a grande Arima, ou revolta de Shimabara. [...] Este efeito foi imediatamente drástico e fatal. O governo japonês estava convencido de que os portugueses tinham instigado e alimentado este levantamento = o que era uma suspeita que não tinha fundamento, de facto, posto que seria pouco para censurar se os portugueses o tivessem feito."
- 3 "Capitulos:
 1. Sabendo muito bem que El-Rey tem prohibido rigurosamente em todo o Japão a ley christãa, sem embargo disso, mandaram até agora às escondidas pregadores da mesma lei a estes reinos.
 2. El-Rey castiga com a pena de morte os cristãos que unidos entre ssi inventão e tramão maldades e couzas fora de rezão.
 3. Deram e mandaram de seus reinos sustentação aos Padres christãos que estão escondidos em Japão.
 Por ser verdade o contheudo nos tres capitulos asima (,) prohibe e manda El-Rey que daqui por diante não aja mais esta viagem e comercio, e que se(,) sem embargo deste mandado e prohibição(,) mandarem navios a Japão(,) não só serão destruídos os mesmos navios, mas também todas as pessoas que nelles vierem serão castigados com penna de morte. Tudo o asima dito hé ordem e mandado expresso d'El-Rey. Oje coatro de Agosto de mil seissentos trinta e nove anos. Canga no Cami – Sanuqui no Cami – Vouoi no Cami – Camon no Cami – Izu no Cami – Bungo no Cami – Tçuxima no Cami." (Benjamim Videira Pires, S. J., *op. cit.*, pp. 49-50.)
- 4 Cf. *Ibidem*.
- 5 Cf. Maria Antonieta Soares de Azevedo, "Japão", in Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, Iniciativas Editoriais, 1979, vol. III, pp. 355-360.
- 6 Cf. Benjamim Videira Pires, S. J., *op. cit.*, pp. 54-56.
- 7 Cf. *Ibidem*, pp. 59-71; Charles Ralph Boxer, *op. cit.*, p. 64.
- 8 Cf. Maria Antonieta Soares de Azevedo, *op. cit.*, p. 360 e Charles Ralph Boxer, "Embaixada de Portugal ao Japão em 1647", in *Boletim da Agência Geral das Colónias*, 4 (38), Ag. 1928, pp. 21-62. Eduardo Tomé, "A Nau do Trato" in *Macau*, Macau, n.º 14, Junho 1993, pp. 53-57.
- 9 Não resistimos à tentação de citar Hobsbawm que tão bem resume a política internacional dominada pela preponderância industrial, comercial e marítima da Grã-Bretanha: "a economia britânica desenvolveu um modelo particular e característico de relações internacionais. Este sistema assentava fundamentalmente no comércio externo, ou seja, em traços largos, na troca dos produtos manufacturados e outros produtos e serviços de uma economia desenvolvida (capital, serviços de navegação e bancários, seguros, etc.) por produtos primários estrangeiros (matérias-primas e produtos alimentares). [...] O resultado 'ideal' deste intercâmbio maciço teria sido a transformação do mundo numa série de economias simultaneamente dependentes e complementares da economia britânica, cada uma delas trocando os produtos primários e que a sua situação geográfica particular favorecia (assim argumentavam os economistas mais ingénuos do período em questão) pelos produtos manufacturados da oficina do mundo." E. J. Hobsbawm, *Indústria e Império*, Lisboa, Editorial Presença, 1978, vol. I, pp. 193-194.
- 10 *Ibidem*, p. 198.
- 11 Esta relação de influência entre os acontecimentos na China e o processo de abertura do Japão é-nos confirmada pelo próprio governador de Macau Isidoro Guimarães nas vésperas de embarcar para o Japão a fim de proceder às negociações que conduziram à assinatura do Tratado de 1860: "Entendo que muito deverá influir nos negócios do Japão o resultado das operações dos aliados no Pei-leo, e das suas negociações em Pequim. Foi depois das vitórias de Pei-leo em 1858 que os Japoneses prestaram com tanta facilidade a negociar com Lord Elgin e Barão Gros, e também foi depois da derrota que os aliados sofreram no ano passado que as autoridades do Japão têm mostrado disposições hostis para com os europeus." (Ofício n.º 42 de 4 de Maio de 1860). Já depois da assinatura do Tratado de 3 de Agosto, o governador de Macau volta a emitir a mesma opinião: "o estado dos negócios públicos no Japão não convidavam a ir àquele país, onde depois da notícia do desastre dos Aliados em Pei-hô em Junho de 1859, se tinha notado grande diferença na disposição do Governo para com os Estrangeiros, tendo-se mesmo negado a tratar com a Bélgica, apesar do apoio do Ministro Inglês, e com a Suíça, que havia mandado um Plenipotenciário a Iedo, protegido pelo Ministro da França, e que teve de retirar-se sem conseguir coisa alguma." (Ofício n.º 4 de 4 de Setembro de 1860).
- 12 Sobre este assunto registre-se a opinião de Jean Chesneaux: "*Le facteur le plus important de différenciation entre l'attitude du gouvernement chinois et celle du gouvernement japonais devant la pression occidentale est peut-être en définitive leur capacité ou leur incapacité à bénéficier de l'appui de l'opinion. Alors que les Mandchous capitulent presque aussitôt, les classes dirigeantes japonaises puisent une vigueur nouvelle dans la menace étrangère.*" Jean Chesneaux, *L'Asie Orientale aux XIX^e et XX^e Siècles*, Paris, PUF, 1973, pp. 135-136.
- 13 Cf. W. G. Beasley, *op. cit.*, pp. 1-22; E. O. Reischauer e A. M. Craig, *Japan. Tradition & Transformation*, Sydney, Allen & Unwin Australia Pty Ltd, 1989, pp. 111-115; Richard Storry, *A History of Modern Japan*, Londres, Penguin Books, 1990, pp. 70-77.
- 14 Nos anos 60, os EUA preocupados com a sua Guerra Civil, passam a desempenhar um papel mais apagado nos acontecimentos do Japão. Cf. Richard Storry, *op. cit.*, p. 100.
- 15 Cf. James Murdoch, *A History of Japan*, Londres, Kegan Paul, Trench, Trubner & Co. Ltd, 1926, vol. III, p. 572.
- 16 Francis L. Hawks reuniu as notas de Perry e de outros oficiais americanos, escrevendo *Narrative of the Expedition of an American Squadron to the China Seas and Japan Performed in the Years 1852, 1853, and 1854, Under the Command of Commodore M. C. Perry, United States Navy, by Order of the Government of the United States*, publicado pela Beverley Tucker, Senate Printer, em Washington, no ano de 1856.
- 17 "*It will be seen that the door was not yet fully opened, only forced ajar a little way. Neither of the only two ports open to American ships was close to Yedo; and, more important, they were both remote from Kyoto. Hakodate was in Yezo (thetmodern Hokkaido), and Shimoda was at the southern end of the Izu peninsula, a small, enclosed harbour easily overseen and controlled from the land. Ratification of the Treaty was to follow within eighteen months of its being signed, but the clause permitting the arrival of an American consul after a further eighteen months was interpreted by the Japanese to mean that the consul would come only if both countries thought it necessary; and Japan, needless to say, thought it not at all necessary.*" Richard Storry, *op. cit.*, p. 91.
- 18 *Ibidem*, p. 92.
- 19 "*With considerable skill he [Townsend Harris] played on Japanese fears of British intrusion - Great Britain was now the dominant power in Eastern waters...*" Richard Storry, *op. cit.*, p. 93.

HISTORIOGRAPHY

- “Harris, who had arrived in Shimoda in 1856, gradually convinced the shogunate authorities that it would be better to conclude a full commercial treaty with a relatively peaceful and friendly United States before a less favorable treaty was wrung from them by the stronger and more demanding European powers.” E. O. Reischaur e A. M. Craig, *op. cit.*, p. 121.
- 20 Cf. W. G. Beasley, *op. cit.*, pp. 30-34; E. O. Reischaur e A. M. Craig, *op. cit.*, p. 121, Richard Storry, *op. cit.*, pp. 92-96.
- 21 Cf. W. G. Beasley, *op. cit.*, pp. 37-39; E. O. Reischaur e A. M. Craig, *op. cit.*, pp. 121-122.
- 22 Cf. Fernando de Castro Brandão, *Sinopse Cronológica da História Diplomática Portuguesa*, s. l. Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1984, p. 96.
- 23 No âmbito de uma investigação mais vasta que nos encontramos a realizar sobre Macau e as Guerras do Ópio, já foram consultadas no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) as pastas sobre Macau, 2.^a Secção, referentes aos anos de 1839 a 1863.
- 24 Ofício n.º 9 de 12 de Fevereiro de 1860.
- 25 Gostaríamos aqui de chamar a atenção para a diferença entre os recursos de Portugal e de que o governador de Macau dispunha e os das outras potências. Sobre este assunto importa reter o final do relatório apresentado pelo comandante da corveta *D. João I*, Feliciano António Marques Pereira, onde se afirma a dado passo: “Navios de guerra sem terem ao menos uma máquina auxiliar de vapor é hoje uma coisa completamente estranha. Os navios de guerra das nações estrangeiras que encontrei nos muitos portos que percorri, com poucas excepções, todos tinham máquinas a vapor”. Sobre a qualidade do material humano que o acompanhou: “a terça parte pelo menos era inútil”, Relatório apresentado ao exm.º sr. ministro... Estas opiniões são corroboradas pelo próprio governador Isidoro Guimarães: “A Corveta D. João I apesar das suas más qualidades deu conta da Comissão com inesperada felicidade”, Ofício n.º 4 de 4 de Setembro de 1860 (Reservado). “A respeito da Corveta D. João I tendo-me a experiência mostrado a sua inutilidade para desempenhar as comissões em que é necessário empregá-la nesta parte do mundo [...] é muito melhor não ter aqui navio algum de guerra, do que um ineficiente e incapaz de cumprir o serviço que há a fazer...” e sobre a marinagem “quanto à guarnição tem tudo menos marinagem” (Ofício n.º 87 de 28 de Dezembro de 1861). Vai ser devido à fragilidade da embarcação e da falta de recursos materiais que Isidoro Guimarães, como veremos, se vai ver impedido de chegar a Iedo a fim de completar o processo de ratificação do Tratado.
- 26 Cf. Ofício n.º 42 de 4 de Maio de 1860.
- 27 Cf. Ofício n.º 54 de 5 de Junho de 1860.
- 28 Sobre a cooperação dos EUA com a Grã-Bretanha I. F. Guimarães dá-nos conta do apoio do ministro americano T. Harris à Missão de Lord Elgin à corte de Iedo. Cf. Ofício n.º 4 de 4 de Setembro de 1860 (Reservado).
- 29 Seria interessante investigar-se, no futuro, as eventuais diligências da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros de Lisboa junto do governo holandês sobre esta matéria.
- 30 Ofício n.º 2 de 16 de Julho de 1860 (Reservado).
- 31 *Ibidem.*
- 32 Como as leis britânicas não autorizavam Mr. R. Alcock a receber condecorações estrangeiras, Isidoro Guimarães sugere que lhe seja oferecida uma prenda como reconhecimento do apoio prestado a Portugal no Japão. Cf. Ofício n.º 4 de 4 de Setembro de 1860 (Reservado).
- 33 Ofício n.º 31 de 12 de Abril de 1860 (Reservado).
- 34 Ofício n.º 46 de 20 de Maio de 1860 (Reservado).
- 35 Ofício n.º 2 de 16 de Julho de 1860 (Reservado).
- 36 Ofício n.º 3 de 4 de Agosto de 1860 (Reservado).
- 37 Tratado de 1860, artigo 3.º.
- 38 Cf. Ofício n.º 87 de 28 de Dezembro de 1861.
- 39 Tratado de 1860, artigo 10.º.
- 40 Ofício n.º 4 de 4 de Setembro de 1860 (Reservado).
- 41 Cf. *Ibidem.*
- 42 *Ibidem.*
- 43 Cf. Ofício n.º 78 de 13 de Outubro de 1861.
- 44 Cf. Ofício n.º 87 de 28 de Dezembro de 1861.
- 45 Cf. *Ibidem.*
- 46 Cf. Ofício n.º 84 de 24 de Setembro de 1860.
- 47 Cf. Ofício n.º 10 de 30 de Janeiro de 1862 e Ofício n.º 17 de 14 de Fevereiro de 1862. Esta deslocação parece de facto demonstrar mais uma vez as diferenças de reacção entre a China e o Japão face aos contactos das potências ocidentais no sentido de obrigar aqueles dois impérios a abrirem-se ao exterior. No caso concreto do Japão, assinala-se a rapidez com que, ao fim de alguns anos de pressões externas, aquele país fez deslocar uma representação diplomática aos países com quem foi obrigado a celebrar tratados e a permitir a sua presença comercial e marítima, integrando-se no mercado internacional.
- 48 Ofício n.º 1 de 14 de Maio de 1862.
- 49 Ofício n.º 79 de 21 de Setembro de 1860.
- 50 Ofício n.º 1 de 14 de Maio de 1862.
- 51 Ofício n.º 79 de 21 de Setembro de 1860.
- 52 Cf. Ofício n.º 1 de 12 de Janeiro de 1861.
- 53 E. O. Reischaur e A. M. Craig, *op. cit.*, p. 121.
- 54 Ofício n.º 25 de 12 de Março de 1861. Depois de novos acontecimentos, em Agosto de 1861 Isidoro Guimarães volta a emitir a mesma opinião: “o Governo parece-me estar de boa fé, mas sem a força suficiente para dominar a oposição do Príncipe de Mito, e seus sequazes, e é desta oposição que procedeu todos estes ataques contra os Estrangeiros.” Ofício n.º 64 de 6 de Agosto de 1861.
- 55 Ofício n.º 39 de 26 de Outubro de 1862.
- 56 Cf. Ofício n.º 4 de 4 de Setembro de 1860
- 57 *Ibidem.*

HISTORIOGRAFIA

Ruínas do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha. In Augusto Mendes Simões de Castro, dir., *Panorama Photographico de Portugal*, 2.º ano, 1871. Coimbra: Typ. do Paiz. Cortesia da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

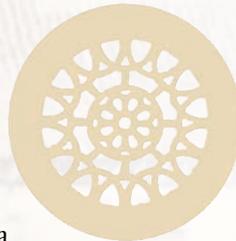


Freiras de Santa Clara: Devoção Autêntica ou Fuga ao Desamparo Feminino?

Uma Abordagem Comparativa entre Clarissas de Macau e de Coimbra no Século XVII

Anabela Nunes Monteiro*

Dois conventos da Ordem de Santa Clara. Separados por um espaço geográfico intercontinental, um localizado no Sul da China, no Extremo Oriente, e o outro na margem sul do rio Mondego, na histórica cidade de Coimbra. Não se pretende comparar os dois cenóbios, na medida em que foram construídos em épocas diferentes – o de Coimbra nos finais do século XIII e o de Macau na centúria de seiscentos. As realidades conjunturais eram também significativamente diferentes. Coimbra, apesar de se localizar num eixo importante de cruzamento de rotas, entre o Norte e o Sul de Portugal, com a presença do Mondego que ligava a zona do interior com o mar, continuava a ser uma cidade de fracos recursos económicos. Macau, por si só, era uma cidade com grande vitalidade, devido ao comércio que se realizava no mar da China, em particular com o Japão. No entanto, interessa fazer uma abordagem comparativa relativamente à vida, hábitos e costumes, da Ordem de Santa Clara. Como as freiras, em ambas as cidades pertenciam à mesma Ordem e esta possuía orientações comuns a todas as suas casas, torna-se pertinente estabelecer considerações sobre o assunto quanto às monjas de Macau, na ausência de fontes documentais



sobre as mesmas nessa localidade, mas que já existem para o caso de Coimbra.

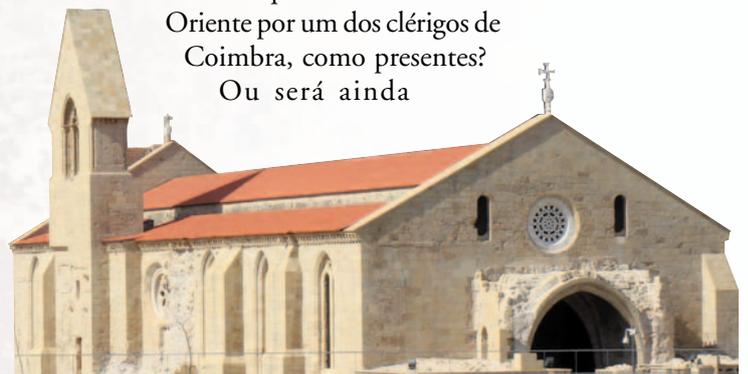
Em consequência das investigações arqueológicas efectuadas nos últimos anos com vista ao restauro e abertura, enquanto espaço museológico, do Convento de Santa Clara-a-Velha de Coimbra, entre o imenso e disperso espólio descoberto foram encontradas 16 peças de porcelana chinesa, datadas do século XVI (dinastia Ming).

A questão que se levanta, relativamente a essas peças, é a de encontrar uma explicação lógica da sua presença naquele espaço religioso. Em épocas remotas, centúria quinhentista, seria de esperar que as freiras dos dois locais em observação não tivessem qualquer contacto ou ligação entre si. Perante o facto, algumas hipóteses, ainda que sem fundamento, saltam com pertinência para justificar a sua presença entre o espólio encontrado. Será que as monjas tinham contacto com

as suas congéneres de Macau ou até de Goa?

Ou será que as mesmas foram trazidas do Oriente por um dos clérigos de Coimbra, como presentes?

Ou será ainda



Mestre em Estudos Portugueses pela Universidade de Macau. Autora de diversos trabalhos de investigação histórica, prepara actualmente o seu doutoramento em História.

MA in Portuguese Studies from the University of Macao. Author of various historical research studies, currently writing her Ph.D on the Portuguese in the South China Sea in the 17th century.

HISTORIOGRAFIA

que as mesmas se encontravam integradas nos dotes das jovens que professavam, adquiridas pelos seus parentes? Assunto interessante para ser analisado, construir conjecturas, ainda que numa base teórica, pois os testemunhos não existem em número suficiente para consubstanciar qualquer das hipóteses sugeridas. A evidência indiscutível é a existência das 16 peças na área conventual das Clarissas da cidade do Mondego.

Para aceitar tal facto, convém analisar um pouco a vida dos elementos dos ditos espaços religiosos. Até porque o espaço localizado em Coimbra, muito mais estudado, possui os restos físicos do convento e documentação bem elucidativa sobre os mesmos, ao contrário do que acontece com o convento de Macau, que carece de documentação mais elucidativa para se traçar com rigor a vida das monjas no século XVII. Contudo, ambos os conventos apresentam uma raiz comum: eram dependentes das Regras e Constituições da Ordem de Santa Clara, segunda Ordem franciscana, fundada em 1212, tomando o nome da fundadora Clara, filha do ilustre fidalgo Tavarone Offreduccio, nascida em Assis, em 1194. A corrente espiritual mendicante, em expansão no Ocidente, caracterizava-se pela intenção de viver de forma cristã, segundo os princípios do Evangelho e do exemplo de Jesus Cristo, dando especial relevo à pobreza. A renúncia à posse dos bens, que esteve na origem do movimento franciscano, era encarada como forma de purificação individual e de remissão dos pecados da sociedade.

Clara, a sua fundadora, optou pela espiritualidade da vida contemplativa, separada do mundo, a única aceitável para uma mulher aos olhos da Igreja oficial. Os elementos dessa nova ordem, que assumiram a designação de Clarissas, faziam votos de obediência, castidade, pureza, pobreza e clausura. Como não podiam obter rendimentos provenientes de pregações ou celebrações de missas, como faziam os frades, a entrega do dote tornou-se imprescindível para a postulante ser aceite num convento.¹ Se, aparentemente, o citado dote parece ser um obstáculo à entrada de mulheres, fossem elas jovens ou não, tal impedimento não se verificava. O dote de entrada no convento era mais conveniente do que o de casamento para os elementos masculinos da família, que pretendiam conservar dentro da mesma unidade familiar a totalidade dos seus bens. Assim, era mais fácil entregar o dote para a entrada no convento do que se comprometerem com uniões que levassem a uma delapidação do património familiar. Esta interpretação

é igualmente válida para as Clarissas de Macau que, como adiante se verá, eram filhas, irmãs ou viúvas dos mercadores ricos, detentores de barcos ou mesmo de posições político-sociais significativas dentro da elite macaense.

Dois conventos da Ordem de Santa Clara. Separados por um espaço geográfico intercontinental, um localizado no Sul da China, no Extremo Oriente, e o outro na margem sul do rio Mondego, na histórica cidade de Coimbra.

O citado dote passava a ter a função de subsistência individual e sobrevivência da própria comunidade religiosa. No longínquo ano de 1262, o papa Urbano IV concedeu às freiras de Santa Clara, a *Regra Urbaniana*, menos austera que a Regra Primeira, redigida por Clara em 1253. A Regra Segunda instituía um princípio, segundo o qual era permitido a propriedade colectiva e comum do convento, consideradas fundamentais para a sobrevivência do mesmo. Através dessa legislação foi reconhecida a propriedade comunitária, até então proibida, pois não era autorizado que as Clarissas possuíssem bens. Assim, através de doações, heranças e dotes das monjas, foi sendo progressivamente construído um património fundiário.² Após o Concílio de Trento (1545-1563) foram exaradas constituições gerais e pautadas as freiras e demais religiosas da Ordem com normas mais severas e minuciosas. Contudo, a vida quotidiana não era pesada, pois a comunidade monja tinha algumas regalias como a permissão de comer carne, salvo os dias de interdição, autorização dada pelo Papa Júlio II, em 1507. Acrescente-se a permissão régia, de 1530, para a compra anual de algumas centenas de carneiros, constituindo uma reserva alimentar dentro da cerca do convento. Mesmo entre o jantar e a ceia havia um espaço temporal de oito horas e na dieta alimentar das religiosas encontrava-se o açúcar e até o chocolate.

A gestão dos bens e rendimentos dos conventos estava entregue ao capelão, ao vigário e a um procurador externo, incumbido de tratar assuntos temporais da comunidade. Ou seja, a citada administração constituía uma actividade a cargo de procuradores, tabeliães, vedores, feitores, mordomos e da própria abadessa, que teria o menor contributo. As rendas eram entregues no próprio convento, nos seus celeiros, adegas e lagares, e geralmente ocorriam no Carnaval, Páscoa e dias santos. Ainda podiam receber doações e heranças. O aparelho administrativo e a necessidade de bens de raiz explica-se porque nos conventos maiores, como o de Coimbra, existia um grupo alargado de trabalhadores que ia desde os hortelãos aos serralheiros, passando por sapateiros, alfaiates, carpinteiros, entre outros. Todos eles viviam na sombra do convento, contribuindo para o seu desenvolvimento.

O organigrama da instituição tinha como líder a abadessa, seguida da vigária, mestra, vigária do coro, sacristã, escritã, enfermeira, roupeira, refeitoreira; depositária e porteira. Outros cargos de menor importância se seguiam. As próprias religiosas dividiam-se em “professas” e “conversas”. Estas últimas eram freiras leigas, executando os serviços mais humildes. Não se pode dizer que o Convento obedecesse a uma reclusão absoluta, pois além de contactarem com os elementos já referidos, para efectuarem os diversos serviços necessários ao próprio Convento, a Ordem de Santa Clara admitia jovens e mulheres para realizarem a sua aprendizagem até se casarem, ou seja, funcionava como uma escola. Igualmente recebia as “recolhidas”, viúvas que decidiam, elas ou os seus parentes, finalizar os seus dias no convento. Tanto estas, como as tais jovens mulheres que desejavam ensinamentos educativos, eram designadas por “seculares”.

Sendo assim, conclui-se que a entrada dessas mulheres para o convento não seria tanto por vocação religiosa, salvo casos específicos, mas mais por imposição familiar. As instituições constituíam, desta forma, um refúgio de salvação e escolas de vida que possibilitavam às mulheres que neles ingressavam a continuação de uma educação e instrução, ao mesmo tempo que se aperfeiçoavam em assuntos da fé e do sagrado. Obviamente, que o ingresso no convento dizia respeito a elementos femininos de estratos sociais mais elevados, pois não estaria ao alcance de gente com menos destaque social o dote necessário para a entrada na Ordem. As tarefas desempenhadas pelas monjas,

bem como os apoios que tinham, levam a crer que a entrada, mesmo para as “conversas”, estava muito limitada a elementos de classes mais baixas nos dois conventos em análise.

As suas actividades estendiam-se entre os afazeres religiosos e o estudo da escrita e da leitura, música, artes decorativas, bordados, culinária e doçaria, de acordo com o espólio encontrado no cenóbio de Coimbra. O leque de actividades apresentado indica tratar-se de mulheres que estariam habituadas a trabalhos menos grosseiros e já com certa educação. Apesar de parecer um excesso de trabalhos para quem se dedicava, essencialmente, à actividade contemplativa, convém salientar que as casas das Clarissas possuíam empregadas e até escravas, sustentadas pelos pais e tutores das religiosas. Por exemplo, em Coimbra em 1622, encontravam-se mais criadas no convento do que monjas.³

As casas das Clarissas passaram a estar presentes em Portugal a partir de 1258 com um mosteiro em Lamego, transferido pouco tempo depois para Santarém. O de Coimbra data de 1286, embora o dia 10 de Abril de 1314 seja apontado como a data do (re)nascimento do mosteiro, devido à autorização dada pelo Papa Clemente V a D. Isabel, rainha de Portugal e mulher do rei D. Dinis, para fundar e dotar o mosteiro de Santa Clara. Havia muito tempo que a rainha desejava intervir nessa casa religiosa, apesar de haver outro convento feminino, o de Santa Ana, localizado na mesma área geográfica. O desejo de acudir prendia-se ao seu apoio ao projecto de D.^a Mor Dias, senhora que criou o Convento.⁴

Santa Clara é um edifício medieval localizado na margem esquerda do rio, numa cota inferior à superfície das águas do Mondego. Tal facto, que passou despercebido aquando da sua construção, levou a um problema constante para os elementos que ali viviam: as inundações periódicas. Dada a impossibilidade física de fazer frente a tal dificuldade, o espaço foi abandonado no século XVII e as freiras transferidas para outro edifício, entretanto erguido em lugar mais alto e na mesma área geográfica. A construção original, depois de sucessivas inundações e do abandono, que levou à sua deterioração progressiva durante quase três séculos, foi alvo de uma intervenção de fundo, não apenas o edifício em si, mas toda a área circundante. Apesar dos projectos de recuperação da casa religiosa sejam já dos anos vinte do século XX, as últimas e decisivas

HISTORIOGRAFIA

intervenções reportam-se ao período compreendido entre 1989 e 2002, a cargo do Instituto Português do Património Arquitectónico.

Durante as escavações arqueológicas encontraram-se 74 ossadas, umas dentro de caixão de madeira, outras em plena terra, não existindo lápides ou outro tipo de inscrições que levem à identificação da maioria dos restos mortais. O facto de serem enterradas na terra, como os mais pobres, poderá ser interpretado como um voto de humildade e pobreza.⁵ Interessante verificar que, de acordo com as ossadas, a maior parte das mulheres ali sepultadas tinha uma idade superior a 50 anos, facto que, por si só, evidencia uma longevidade não muito consentânea com uma centúria em que a esperança de vida não era das mais longas. Provavelmente o estilo de vida, associado a um contacto indirecto com o mundo exterior, preservava a saúde e vida das reclusas de contágios de doenças. Ou, então, a pouca exigência física de trabalho salvaguardava a saúde das Clarissas.

Durante o século XVII, o número de freiras oscilou entre os 50 em 1622 e os 80 em 1681,⁶ quantitativo que tinha em atenção as capacidades de sobrevivência

da comunidade. Apesar da procura ser significativa, acontecendo o mesmo no Convento de Macau, as mulheres não podiam ser aceites, pois um grande número podia pôr em causa a qualidade de vida dentro da instituição.

O espólio encontrado nas ruínas do convento foi relativamente escasso, explicando-se pelo facto das Clarissas fazerem voto de pobreza, procurando despojar-se de bens materiais, para salvação das suas almas. A Igreja defendia tal princípio, advertindo com a condução da alma para o inferno, caso quisessem morrer com bens. Sendo assim, o material encontrado foi essencialmente objectos de culto religioso e supersticioso, objectos de metal e elementos de traje, objectos de adorno e utensílios e ecofactos.⁷

Entre os primeiros salientam-se as pequenas medalhas de carácter religioso. Entre os últimos encontram-se elementos vegetais e sementes. Estes elementos vegetais foram detectados sob os esqueletos e na extensão da sepultura. A forma como estavam dispostos indica que estariam directamente relacionados com as práticas e os rituais funerários das Clarissas do

O Mosteiro de Santa Clara-a-Velha após as obras de restauro.



fim da Idade Média e princípio da Época Moderna. Interpreta-se que os elementos vegetais deveriam constituir uma espécie de esteira colocada na fossa, com o objectivo de acamar o cadáver e, assim, proteger o corpo dos ultrajes da terra e do tempo.⁸

No entanto, entre os objectos metálicos encontrados estão pregos e outros artefactos correspondentes à existência de caixões. Tal significa que nem todos os corpos foram depositados directamente na terra, não havendo uma explicação que justifique o que presidia à diferença de critério. É possível que fossem as últimas vontades das freiras que faleciam. Contudo, tal interpretação carece de prova documental.

Igualmente encontram-se presentes moedas, todas elas de pouco valor, indiscutivelmente associadas à prática funerária, bem na esteira do pagamento da viagem na barca de Caronte ou com a crença, a partir do século XIV, de que a alma podia, mediante orações ou doações, transitar para o Paraíso.⁹

Interessante verificar um pormenor, sem grande significado no contexto geral, de se ter encontrado um aro em ouro, destinado a prender um incisivo na boca de uma das religiosas. Ao contrário do que se possa pensar não havia grande cuidados higiénicos e as patologias dentárias são visíveis nos maxilares das ossadas descobertas. A falta de dentes, cáries e abscessos revelam pouco cuidado no tratamento dos dentes. Daí que a descoberta desse aro em ouro se revista de interesse, pois porque razão existiria tal preocupação numa freira que vivia em clausura? É provável que já o tivesse antes da sua entrada para o convento, pois tal faz mais sentido.

Ainda entre o espólio foram encontrados objectos de costura e fiação, evidenciando ser uma das tarefas ocupacionais das Clarissas. As escavações arqueológicas permitiram que mais de 200 fusos vissem a luz do dia.¹⁰

A quantidade de alfinetes encontrados reporta-se ao facto de ser comum, na época em questão, o uso da mortalha que, muitas vezes, era cosida ou então presa por alfinetes. O referido pano, de linho branco, destinava-se a manter o corpo coberto e oculto dos olhares dos vivos. Apesar do cadáver ser vestido com os seus trajes normais, tal não impedia a existência do sudário. Assim, as Clarissas eram vestidas com o hábito de Santa Clara e envolvidas com a mortalha. Mesmo o hábito necessitava de alfinetes, o que também justifica a existência destes junto dos corpos.

Embora não tivessem sido encontrados sapatos nas sepulturas, os mesmos existiam em grande quantidade na zona reservada ao dormitório das monjas. Tal significa que não andavam descalças em vida, mas seriam enterradas sem os mesmos. Quanto a adornos foram encontrados brincos e anéis, apesar de tais objectos serem proibidos pelas Constituições Gerais da Ordem de Santa Clara. A tipologia dos mesmos caracteriza-se por argola circular aberta, em prata ou ouro. Os anéis variam muito quanto ao material utilizado e forma dos mesmos.

Outros elementos encontrados em grande quantidade foram as contas, pertencentes a rosários e terços. A maior parte em osso ou madeira e uma parte significativa em vidro. O total destes pequenos artefactos ascendeu a 1047, sendo pertinente dizer que seriam enterradas com um rosário ou um terço nas mãos.¹¹ Igualmente as medalhas religiosas são em grande número e foram encontradas dispersas pelo claustro do mosteiro e pátio. Ou seja, não apareceram apenas nas sepulturas. As imagens destas medalhas dizem respeito à representação do divino, tendo como função a edificação de uma relação afectiva com o sagrado e, através delas, com a Igreja Católica.¹² Fundamentalmente representariam o culto a Jesus Cristo, o culto mariano e o culto aos santos. Neste último aparecem contemplados Santo António de Lisboa, S. Francisco de Assis, S. Francisco de Paula e S. Lourenço; aparecem medalhas relativas à rainha Isabel de Aragão, a rainha-santa de Coimbra, cuja canonização ocorreu em 1625, tendo sido elaboradas medalhas por essa ocasião. A sua difusão em Coimbra seguiu um percurso esperado, pois foi ela a grande referência do Mosteiro de Santa Clara e elemento carismático na cidade. Ainda entre os outros santos representados encontram-se S. Tomás de Vila Nova, S. Carlos Borromeu, Santo Inácio de Loiola, S. Francisco Xavier, Santo Isidro, S. Filipe de Néri e, ainda, Santa Teresa de Ávila. As medalhas provam que a vivência religiosa não se verificava num ambiente fechado ao exterior, mas sim aberto a influências religiosas exteriores.

Numa das sepulturas apareceu um selo de chumbo que terá servido para selar e autenticar documentos que foram enviados ao convento e arquivados no seu cartório. Aliás, era obrigatório nos conventos a existência do referido cartório, segundo as Constituições Gerais da Ordem.¹³ Assim, de acordo com o achado e com as regras da Ordem, torna-se aceitável pensar que as Clarissas trocassem correspondência com o exterior.

HISTORIOGRAFIA

Devido a esse facto, associado ao aparecimento de tantos objectos de porcelana chinesa, será pertinente questionar se elas não teriam desenvolvido comunicações com as suas congéneres de Macau.

ORDEM DE SANTA CLARA EM MACAU

A cidade de Macau apenas teve esta Ordem feminina na centúria em análise. A mesma instalou-se na cidade já no século XVII, em 1633,¹⁴ ao contrário das ordens masculinas que fizeram a sua aparição na época de Quinhentos. Para o seu estabelecimento muito contribuiu o apoio do macaense António Fialho Ferreira, que tinha sido capitão-mor dos mares da Índia, ao trazer das Filipinas para Macau seis freiras capuchas,¹⁵ a quem o Senado concedeu mensalmente a renda de 60 pardaus para seu sustento.¹⁶ A Ordem de Santa Clara já se encontrava nas Filipinas desde 1621, sob a direcção de Jerónima de la Asunción,¹⁷ concluindo-se, portanto, que, mais ano menos ano, iria ter lugar o seu aparecimento na cidade lusa. Segundo Frei Jacinto de Deus, na sua *Descrição do Imperio da China*, a referida abadessa tinha grande vontade que elementos do seu convento se deslocassem para Macau, na esteira do sonho de evangelização da China.¹⁸ No entanto, o desejo não foi prontamente aceite pelas autoridades das Filipinas, o que obrigou António Fialho Ferreira a várias deslocações ao arquipélago filipino. A viagem das religiosas foi do conhecimento e aquiescência do vice-rei da Índia, D. Miguel de Noronha, conde de Linhares.

A chegada das freiras a Macau foi saudada de acordo com a carta enviada ao vice-rei da Índia pelo capitão, responsável pela mesma, e datada de Macau a 18 de Novembro de 1634. A mesma missiva fornece duas informações interessantes.

A primeira é que as clarissas ficaram instaladas no “melhor sítio da cidade” e a segunda diz respeito a 12 mulheres, da elite macaense, que tomaram o hábito na Ordem recém-chegada. Em outra missiva, igualmente para o vice-rei, redigida pela freira Leonor de S. Francisco, a primeira abadessa do Convento, faz-se referência à chegada das Clarissas e à recepção feita pelo governo da



cidade, que solicitou que fosse permitido a entrada de jovens sem dote no convento, para além do desejo de ser esse mesmo governo a fazer a gestão da nova instituição religiosa. A preocupação subjacente na carta de Leonor de S. Francisco compreende-se, pois a questão do dote era importante na medida em que os elementos da Ordem, em virtude de serem mulheres, não poderiam mendigar. O dote era fundamental para a continuação de qualquer casa da Ordem. A abadessa continuava, dizendo que a cidade queria ser a padroeira da obra e, assim sendo, acedeu ao pedido. Os fundos viriam do erário público, e assim não se punha em causa a sobrevivência da Ordem em Macau. Contudo, o segundo pedido era melindroso, pois não podiam aceitar o governo da cidade, atendendo que só obedeciam a prelados. A religiosa terminava a missiva solicitando o parecer e decisão do vice-rei, realçando que haviam ficado instaladas em casas de Izabel Rocha e seu irmão.¹⁹ Esta Izabel Rocha foi uma das mulheres de Macau que pretenderam entrar no Convento, na concretização do seu empenhamento religioso pessoal.

Frei Jacinto de Deus, nos seus escritos, reforça a boa recepção das freiras recém-chegadas, salientando que até as mulheres da elite se tinham deslocado propositadamente às casas onde elas se encontravam, para as cumprimentar. O frade conta ainda que o Senado solicitou que as ruas fossem decoradas especialmente para celebrar a chegada das religiosas.²⁰ Aparentemente, a cidade rejubilou com a presença delas.

A mesma fonte documental indica que o lugar escolhido para a construção do convento de Santa Clara ficava em lugar muito próximo do convento franciscano, para lhes prestar a ajuda necessária. Assim sendo, ficaria na parte Sul da península, junto à zona ribeira, onde, muito mais tarde, foi construído o Quartel de S. Francisco. As ditas religiosas só puderam instalar-se na sua nova casa seis meses depois. Leonor de S. Francisco ficou como abadessa, como já foi referido; Maria Magdalena assumiu o cargo de vigária; Clara de S. Francisco ficou como regente do coro; o cargo de mestre foi entregue a Belchiora da Trindade; de sacristã ficou Margarida da Conceição e, finalmente, a responsável pela portaria teria sido Joanna da Conceição.

Esta Ordem teve grande destaque religioso e social, pois constituía uma instituição digna aos olhos da Igreja e da sociedade. A importância religiosa advinha-lhes do seu papel e prestígio na Europa e a importância social apareceu directamente ligada à falência económica da

HISTORIOGRAPHY



HISTORIOGRAFIA



cidade, na segunda metade do século XVII. Nesses tempos muito difíceis, sem o profícuo comércio com o Japão, sem o apoio e trato com Malaca, com a gigantesca China a viver com uma guerra fratricida devido à queda da dinastia Ming e consequente convulsão dinástica, caso os parentes masculinos morressem, ficavam as mulheres da família sem amparo possível. A questão não se cingia apenas ao falecimento dos parentes masculinos, mas igualmente à falta de oportunidade de se casarem. A situação torna-se interessante, pois como os homens pereciam em consequência das intempéries, vida marítima e outros perigos, Macau tornou-se uma cidade de mulheres. Como se pretendia que as filhas da elite fizessem casamentos consentâneos com a sua posição social, não havendo oportunidade de tal se verificar por falta dos elementos masculinos pretendidos, a única forma de deixar aquelas mulheres amparadas era indicar-lhes o caminho do convento. Nenhum dos homens-bons da cidade queria que, após a sua morte, a sua filha ficasse desprotegida, sem marido ou filhos, principalmente em época de crise económica, onde as dificuldades e o egoísmo natural e humano podiam assumir proporções significativas. Assim, a instituição servia de refúgio às filhas e viúvas da elite macaense que ali professavam.



Não se pode, então, dizer que existisse uma vocação religiosa verdadeira e intrínseca ao comportamento do feminino de Macau, em pleno século XVII. A obrigação, criada pelos parentes ou pela própria comunidade era muito forte. A tentativa era, essencialmente, no sentido de proteger essas filhas e mulheres da elite, face às adversidades que, na época, eram mais do que muitas. A protecção não era tão fora do vulgar quanto isso, pois já em Portugal nos séculos XIII e XIV essas casas constituíam um investimento familiar, tendo em vista a educação e a guarida das mulheres.²¹

Pelas razões invocadas, a instituição era acarinhada pela elite dirigente de Macau.



Não apenas através dos donativos, permitidos pelas próprias regras internas da Ordem, como se viu, como pelo próprio carinho dispensado pela utilidade que a mesma assumia para as mulheres, face ao infortúnio. É de crer que, na segunda metade do século XVII, o número das professoras tivesse crescido exponencialmente. O problema não dizia apenas respeito a Macau, pois o mesmo acontecia em Goa. A missiva redigida pela priora do Convento de Santa Mónica, na Índia, dizia em relação às mulheres portuguesas que “impossibilitadas para poderem cazar conforme a sua qualidade para se



não perder a nobresa dellas sendo o que nisto se faz pello contrario porque se recebe no dito mosteiro toda a qualidade de pessoa que nelle quer entrar”. A dita religiosa já se confrontava, em 1620, com o problema do excesso de lotação, subsequente a tantas entradas.²² Provavelmente, em resposta a esta missiva que pedia a limitação de entrada de noviças, a situação terá sido alvo de análise ao mais alto nível e o monarca ordenou que se não ultrapassasse as 50 freiras e que se observasse o princípio da entrada das filhas dos maiores benfeitores e não dos mais devotos.²³ No entanto, o assunto foi objecto de observação atenta pois, em 1687, houve mesmo, por parte do vice-rei, a proibição explícita de admissão de mais mulheres, havendo pesados castigos para quem violasse a ordem.²⁴

A luta pela dignidade e respeito pelos elementos femininos verificava-se, ainda que restringida a um núcleo muito limitado nesse universo em particular. Não é fácil traçar o dia-a-dia ou os afazeres ou, ainda, os contactos que estas mulheres teriam dentro da cidade, devido à falta de documentação coeva. Contudo, existem factos reveladores dos aspectos citados, através da análise da Convento de Santa Clara de Coimbra. É provável que aquilo que era permitido a essas monjas tivesse um carácter abrangente em relação aos outros conventos da mesma Ordem, espalhados pelo território considerado português. Tanto mais que Macau se localizava numa “zona de fronteira”, dentro do Império Português, o que poderia levar a uma aceitação de relaxamento de costumes.

HISTORIOGRAPHY

No entanto, existem alguns documentos coevos que testemunham aspectos relacionados com o dito convento. A primeira noviça de Macau a ser aceite foi a filha do referido capitão e membro da elite macaense, António Fialho Ferreira. A casa deve ter tido logo grande incremento, pois, em 1637, as freiras solicitaram o aumento do donativo que a cidade lhes dava, para 100 pardaus, algo que o Senado considerou aceitável, mas apenas enquanto estivessem a decorrer obras na residência.²⁵ O princípio foi particularmente activo após a proibição do comércio em 1662. O edital de 27 de Setembro de 1668,²⁶ devido à péssima situação económica da cidade, dizia que nenhuma mulher macaense podia professar no referido convento sem autorização prévia. Se alguém desafiasse a ordem ficava obrigado a pagar para o presídio 500 pardaus, para além de incorrer na pena de prisão, com deportação a ferros para a Índia. A atitude tão rígida era motivada pelo défice material em que se vivia, pois uma sobrelocação da ordem religiosa seria nefasta para a sua continuação e para os membros que já lá se encontrassem. Situação



interpretação dos evangelhos. A questão que se ergue é se, numa realidade específica como Macau, ficariam limitadas ao interior do seu espaço religioso ou relativamente abertas à comunidade e aos problemas sociais.

Entre o espólio encontrado nas escavações arqueológicas e obras de restauro do Convento de Santa Clara-a-Velha de Coimbra encontram-se 16 peças de porcelana chinesa³⁰: seis pratos, nove taças e tacinhas e uma garrafa. Foram alvo de intervenção por parte de especialistas que fizeram a reconstituição possível, dado que os pequenos artefactos estavam fragmentados. Hoje encontram-se em exposição no espaço museológico do Convento, ao lado de outras peças encontradas.



Os objectos foram encontrados dentro da Igreja ou no Claustro do Convento.

Apesar da sua extrema fragmentação, a reconstituição fornece uma boa representação do objecto, quanto à forma e beleza. Estão indicadas como sendo provenientes da província de Jiangxi, vizinha das províncias de Fujian e Zhejiang, ambas com intensa actividade mercantil nos séculos XVI e XVII. As peças tanto poderiam ter sido escoadas através dos portos destes espaços geográfico-marítimos como através da cidade de Cantão, na província de Guangdong, localizada a sul de Jiangxi. Se assim foi, torna-se pertinente colocar a hipótese de terem sido levadas para Macau pela gente lusa que frequentemente se deslocava às feiras de Cantão.

Se a proveniência é comum a todas as peças, o leque cronológico da sua feitura estende-se entre o segundo quartel e os finais do século XVI, reinados de Jiājīng (1522-1566) e Wānlì (1573-1619). Dada a relativa pouca diferença cronológica entre as elas é provável que tenham vindo para Portugal sensivelmente na mesma época.

A razão da sua presença num espólio religioso de um convento localizado no centro de Portugal, permanece desconhecida, abrindo-se apenas a porta a conjecturas e sugestões de hipótese, sem qualquer prova documental que possa levar a certezas. **RC**



que se verificou igualmente no Convento de Santa Clara de Coimbra no século XVII. Se era importante que o número de religiosas não baixasse ao ponto de fazer perigar a continuidade da instituição, era igualmente importante que o número não atingisse uma dimensão incomportável em termos económicos.

Sobre essas mulheres, algumas muito jovens, pode-se questionar, então, se o convento significaria uma devoção religiosa sincera ou uma fuga ao desamparo feminino. A segunda situação parece mais aceitável. Apesar de, aparentemente, a comunidade velar muito pela entajada dos seus membros, não contemplava o sustento e amparo dos elementos femininos que, por força das circunstâncias, ficassem sem parentes masculinos que pudessem tomar conta delas. Assim sendo, qual seria a competência humana e social dessas freiras para ajudar os mais necessitados, como doentes, idosos ou pobres? As Clarissas eram de clausura, mas, como já se viu, gente activa, organizada e trabalhadora, que sabia ler e escrever, para além de dominar o Latim, tão útil para a

HISTORIOGRAFIA

NOTAS

- 1 Teresa da Paz S. de Miranda Mourão, *Entre Murmúrios e Orações. Aspectos da Vida Quotidiana do Convento de Santa Clara-a-Velha Captados através do Espólio Funerário (Sécs. XVI e XVII)*, pp. 48-49.
- 2 *Ibidem*, pp. 50-51.
- 3 *Ibidem*, pp. 62-63.
- 4 Francisco Pato de Macedo, *Santa Clara-a-Velha de Coimbra, Singular Mosteiro Mendicante*, p. 123.
- 5 Teresa da Paz S. de Miranda Mourão, *Entre Murmúrios e Orações...*, pp. 4-5.
- 6 *Ibidem*, p. 64.
- 7 *Ibidem*, p. 67.
- 8 *Ibidem*, p. 70.
- 9 *Ibidem*, p. 73.
- 10 *Ibidem*, p. 75.
- 11 *Ibidem*, p. 83.
- 12 *Ibidem*, p. 89.
- 13 *Ibidem*, p.74.
- 14 O convento foi encerrado em 1835. Manuel Teixeira, “O rosto feminino na expansão portuguesa”, in *Macau*, n.º 33, p. 44.
- 15 Beatriz Basto Silva, *Cronologia da História de Macau. Séculos XVI-XVII*, p. 106.
- 16 *Ibidem*.
- 17 Pedro Borges, *Historia de la Iglesia en Hispanoamérica y Filipinas (siglos XV-XIX)*, pp. 711-712.
- 18 Jacinto de Deus, *Descrição do Imperio da China*, p. 20.
- 19 *Ibidem*. pp. 23 e passim.
- 20 *Ibidem*. pp. 26-27.
- 21 Francisco Pato de Macedo, *Santa Clara-a-Velha de Coimbra...*, p. 111.
- 22 Artur Teodoro de Matos (dir.), *Documentos Remetidos da Índia ou Livro ou Livro das Monções (1625-1627)*, Liv. 12, 10 de Fevereiro de 1620, p. 121.
- 23 *Ibidem*, documento datado 22 de Março de 1625.
- 24 “Edital, que os Ministros desta Caza da Camara mandou por pelos lugares publicos desta cidade, com o parecer do Revd^o Gov^{do} deste Bispado, Antonio de Moraes Sarmiento, p^a que se não recolha Freira nenhuma no Convento de S^a Clara, conforme as ordens dos Senres Vice Reis”, in *Arquivos de Macau*, 2.^a série, vol.1, n.º 4 (Jun./Ago., 1941), pp. 205-206.
- 25 “Termo do que se acrescentou as Madres Freiras de Sta. Clara”, in *Arquivos de Macau*, 1.^a série, vol. 3, n.º 4 (Jul., 1931), pp. 187-188.
- 28 Cfr. nota 24.
- 27 “Termo do assento feito nesta Caza da Camara em Junta do Popvo, acerca dos Direiros do presente anno”, in *Arquivos de Macau*, 3.^a série, vol. 1, n.º 1 (Fev., 1964), pp. 59-60.
- 28 Esta exigência aparece em diversas actas do Leal Senado, nomeadamente: 26 de Janeiro de 1692, 13 de Outubro de 1692, 21 de Fevereiro de 1693, 26 de Outubro de 1693 e 7 de Novembro de 1693. Cf. *Arquivos de Macau*, 3.^a série, vol. 1, n.º 2 (Março, 1964).
- 29 “Termo feito em Junta de Homens bons, sobre huma petição da Viuva Maria Pires, p^a haver de meter sua filha p^a Freira no Mosteiro da Santa Clara”, in *Arquivos de Macau*, 3.^a série, vol. 1, n.º 2 (Março, 1964), pp. 115-116.
- 30 As peças foram estudadas por Maria Antónia Pinto Matos. Ver Luís Filipe Barreto (coord.), *Macau, o Primeiro Século de um Porto Internacional*, pp. 118-128.

BIBLIOGRAFIA

- Barreto, Luís Filipe (coord.). *Macau, o Primeiro Século de um Porto Internacional*. Lisboa: Centro Científico e Cultural de Macau / Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2007.
- Borges, Pedro (dir.). *Historia de la Iglesia en Hispanoamérica y Filipinas (siglos XV-XIX)*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1992.
- Deus, Jacinto de. *Descrição do Imperio da China*. Hong Kong: De Souza & Ca., 1878.
- Macedo, Francisco Pato. *Santa Clara-a-Velha de Coimbra, Singular Mosteiro Mendicante*. Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2006. Texto policopiado.
- Matos, Artur Teodoro de (dir.), *Documentos Remetidos da Índia ou Livro das Monções (1625-1627)*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, Centro de Estudos Damião de Góis, 2000.
- Mourão, Teresa da Paz S. de Miranda. *Entre Murmúrios e Orações. Aspectos da Vida Quotidiana do Convento de Santa Clara-a-Velha Captados através do Espólio Funerário (Sécs. XVI e XVII)*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2004. Texto policopiado.
- Silva, Beatriz Basto. *Cronologia da História de Macau. Séculos XVI-XVII*. Macau: Direcção dos Serviços de Educação, 1992.
- Teixeira, Manuel. “O rosto feminino na expansão portuguesa”, in *Macau*, 2.^a série, n.º 33 (Janeiro, 1995).



A Lady's Visit to Manilla and Japan Representações Interculturais na Viagem ao Oriente

Clara Sarmento*



INTRODUÇÃO

Numa primeira abordagem a *A Lady's Visit to Manilla and Japan*,¹ de Anna D'Almeida (ou Anna D'A.), os leitores não deverão esperar encontrar a narrativa de uma experiência que poderia ter sido produzida por um desses “*Etonnants voyageurs! Quelles nobles histoires / Nous lisons dans vos yeux profonds comme les mers!*”, citando o último poema de *Les Fleurs du Mal* de Baudelaire. Nem tão-pouco deverão esperar ser confrontados com o relato superficial de uma turista indolente, sobre a diversão convencional e o previsível choque moral experimentados durante as várias etapas do seu *grand tour*, tão característicos deste tipo de literatura, particularmente popular no âmbito do turismo emergente de finais do século XIX. Neste artigo, proponho-me analisar a escrita feminina ocidental no contexto dos encontros culturais, mais precisamente, as imagens que uma viajante ocidental do século XIX

cria a partir da sua breve exposição a vários espaços e práticas da Ásia.

O conceito ocidental de ‘oriental’, conforme descrito por Edward Said – mais evidente em romances e relatos de viagens – pode ser encontrado ocasionalmente nas noções pré-concebidas e nas descrições imediatas do Extremo Oriente de Anna D'Almeida. Este conceito ocidental do ‘eternamente oriental’ tende a ser inflexível, invariável e estático, tal como o é a essência do indivíduo oriental, quando retratado através de estereótipos. A perpetuação destas imagens na literatura popular e no discurso político ocidental é uma manifestação da teoria de Said, que defende que os sujeitos dominados nunca falam sobre eles mesmos, as suas verdadeiras emoções, desejos ou histórias, e precisam de ser representados por alguém ‘civilizado’, que falará em seu nome.

Ao estudar um viajante ocidental do sexo feminino, as suas representações e percepções, traço os diferentes padrões utilizados para descrever o ‘outro’, neste caso, a cultura asiática e os seus actores sociais. O estudo desta representação ocidental feminina da cultura do Extremo Oriente revela um processo multifacetado de formulação de imagens, cuja concepção gira em torno de noções de género, classe, religião e valorização cultural, contribuindo assim para a criação de uma imagem comumente partilhada do Extremo Oriente e dos seus habitantes. Ao estudar as percepções que estruturam esta e outras narrativas,

* Doutorada em Cultura Portuguesa pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Professora Adjunta no Instituto Superior de Contabilidade e Administração, do Instituto Politécnico do Porto, cujo Centro de Estudos Interculturais dirige e onde desenvolve investigação na área das representações interculturais de género. “Visiting Scholar” na Brown University em 1996. Diversos livros, artigos e conferências sobre Literatura e Cultura Portuguesa e Anglo-Americana, Etnografia e Estudos Culturais e de Género.

The author holds a Ph.D. in Portuguese Culture, from the University of Oporto. She is conducting her post-doctoral research on intercultural gender representations, as the coordinator of the Centre for Intercultural Studies, at the Polytechnic Institute of Oporto, where she holds her teaching position. Visiting Scholar at Brown University in 1996. Several conferences, books and articles on Portuguese and Anglo-American Literature and Culture, Ethnography, Gender and Cultural Studies.

LITERATURA

podemos concluir que essas imagens consistem em vários elementos contraditórios.

Com este estudo de *A Lady's Visit to Manilla and Japan* tenciono contribuir para a compreensão das complexidades que existem dentro de / entre as histórias, experiências e actividades interculturais de mulheres, e como estas alargam o âmbito do estudo dos sistemas sociais e culturais. Ao examinar as diferenças e semelhanças de género, podemos elaborar construções teóricas sobre a influência da classe, raça, etnia e religião nas representações interculturais, e sobre a forma como entendemos a posição da mulher na cultura e na sociedade. O preconceito de classe da elite ocidental considera a mulher não-ocidental como alguém que representa tudo aquilo que o escritor ocasional não é. A questão da representação feminina das suas congéneres como ‘mulheres-outras’, com base numa ampla variedade de diferenças, é definitivamente um desafio para os estudos interculturais e de género contemporâneos.

VIAGEM E BIOGRAFIA

A família D’Almeida – Anna, seu marido William Barrington D’Almeida e sua filha Rose – viajaram pelo Extremo Oriente entre Março e Julho de 1862. O título *A Lady's Visit to Manilla and Japan* induz em erro, pois Anna visitou muito mais do que apenas Manila e o Japão. A sua narrativa começa em Singapura e termina em Hong Kong, mas a família visitou também Macau, Xangai, Nagasáqui, Yokohama, Xiamen (Hokkien) e Cantão, entre outros lugares, atestando assim o profundo desejo dos D’Almeida de explorar *in loco* todas as potencialidades dos países visitados. Nas Filipinas, os D’Almeida e o seu grupo viajam de Manila até à Laguna de Bay, que atravessam em canoas nativas, parando nas aldeias de São Pedro de Binhan, Calamba, Santa Rosa, Pueplo e Cabujão. À medida que viajam para sul de Manila, também visitam o lago e o vulcão de Taal, e as montanhas de Maculot e Sungal. Fazem frequentes excursões de pesca em Macau; viajam de Hong Kong para Xangai no *S.S. Pekin*, um vapor da P&O (Peninsular e Oriental), numa viagem de quatro dias pelo estreito de Taiwan e o mar da China Oriental, até à foz do Yangtze. Uma vez no Japão, Anna descreve um passeio por Kanazawa e Kamakura, perto da baía de Sagami, hoje em dia um destino de férias muito popular, com bonitas vistas do monte Fuji. Em

seguida, a família toma um navio de Nagasáqui para Yokohama, ao longo do Suonada ou mar interior, passam o estreito de Shimonoseki, efectuando paragens ilha após ilha até chegarem ao Pacífico, a caminho da baía de Edo, onde avistam o Fujiyama e, por fim, chegam a Yokohama. Para sua grande decepção, os D’Almeida são impedidos de visitar a vizinha capital Edo (Tóquio), devido à súbita doença do seu anfitrião local, o ministro britânico.

Na realidade, quando comparamos o título da narrativa a outros destinos descritos no livro, constatamos que estes ocupam muitas mais páginas do que o Japão, que é referido pela primeira vez no capítulo 8, de um total de 12 capítulos. No entanto, no Prefácio do livro, Anna apenas menciona o Japão:

“My little work which has no such ambitious aim, professes only to represent Japan and its people as they exist at the present moment. It contains an account of the various places which, during a cruise of some months in Japanese waters, I had the pleasure of visiting” [viii].

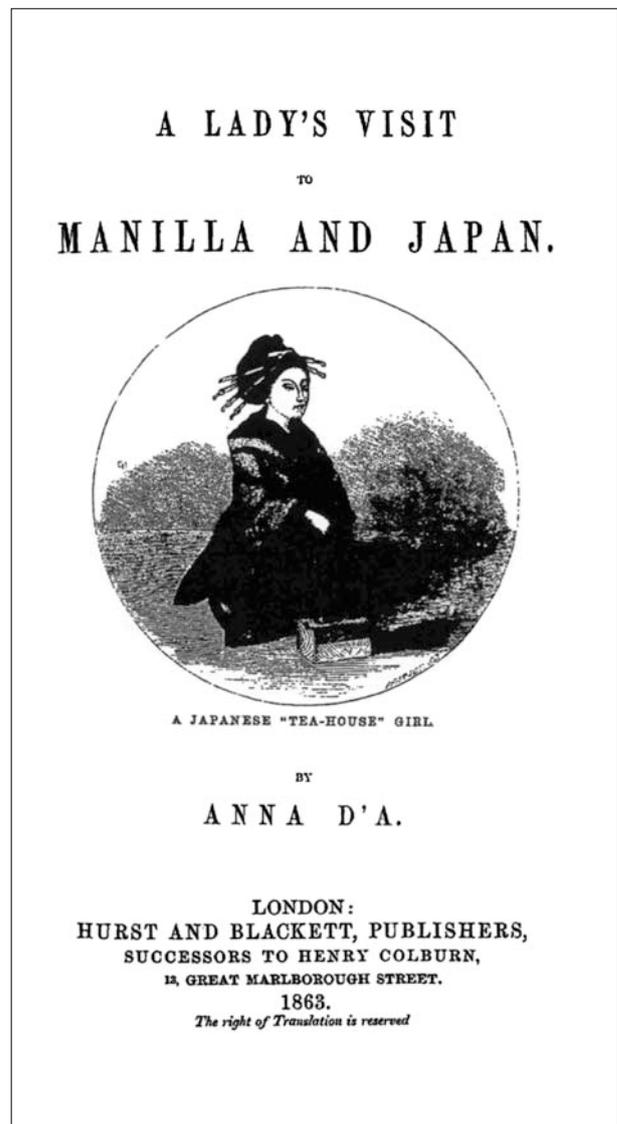
Os grandes progressos nas viagens a vapor verificados entre 1830 e 1850 não só reduziram em muito o tempo necessário à deslocação entre diferentes países como também proporcionaram algum conforto e segurança aos viajantes e reduziram a necessidade de um grande número de serviçais. O comentário sobre Manila é um dos poucos relatos em inglês da época, enquanto que o comentário sobre o Japão oferece uma visão pioneira de um país que, entre 1854 e 1859, acabara de reabrir os seus portos ao Ocidente. Com efeito, em 1845, o comodoro Perry havia alcançado um tratado histórico de paz e cooperação com o xógum, que abriu portas ao comércio entre a América e o Japão. Os portos de Shimoda e Hakodate foram abertos aos navios mercantes americanos e, em 1859, os portos de Yokohama e Nagasáqui abriram também a outros estrangeiros.² Uma vez que os portos japoneses haviam estado encerrados durante dois séculos, excepto para alguns comerciantes holandeses e chineses, existem poucas descrições deste país, na sua maioria livros de funcionários da Companhia Holandesa da Índias Orientais, que eram os únicos representantes do Ocidente com permissão para operar no Japão. Estes livros eram familiares aos leitores cultos e à maioria daqueles que visitaram o Japão depois de 1859.³ Desta data em diante, um número cada vez maior de turistas estrangeiros passou a viajar para o

LITERATURE

Japão, e tornou-se comum publicar algo sobre a visita a este paraíso remoto.⁴

Concentrar-me-ei aqui na análise do texto de *A Lady's Visit* e não na recepção que o livro teve aquando da sua publicação. Tal como a maioria das narrativas de viagens, *A Lady's Visit* de Anna D'Almeida procura documentar a experiência da autora durante um curto período de tempo, em vez de proceder a uma descrição científica da etnologia ou da história de um país, tal como ela afirma no Prefácio ao livro. As descrições de viagens a países remotos não eram naturalmente destinadas a uma leitura científica, eram antes relatos de experiências pessoais e deviam ser interpretadas como tal. Anna escreve sobre os sítios que visitou e as pessoas que conheceu durante as suas breves excursões, reflectindo assim a natureza externa dos contactos interculturais estabelecidos. A sua falta de conhecimento das línguas locais dificultou bastante a aquisição de informação credível sobre as diferentes sociedades e culturas, forçando-a a retirar conclusões daquilo que ouvia, lia ou via. No Japão, isso tornou-se ainda mais difícil pelo facto de as viagens ao interior do país estarem proibidas. As suas visitas restringiram-se assim aos poucos portos abertos aos ocidentais. Desta forma, os conhecimentos de Anna tinham que se basear mais nos escritos de anteriores visitantes, do que no seu próprio contacto com as populações locais.

Quem foi Anna D'Almeida, a viajante que publicou o seu trabalho sob o pseudónimo de Anna D'A., nunca mencionando o seu nome completo uma única vez ao longo das 297 páginas da narrativa? Tal como muitos visitantes ocidentais na Ásia – especialmente mulheres – os autores de livros de viagens ficaram na história como tendo publicado apenas um trabalho e é muito difícil encontrar informações biográficas sobre eles. Como alguns escritores usavam apenas a inicial do seu primeiro nome, até mesmo determinar o sexo destes autores semi-anónimos se torna, por vezes, difícil. No caso das mulheres viajantes, pouco ou nada se conhece das suas vidas; tudo o que resta é a própria literatura. Em *A Lady's Visit*, a pista inicial para a identidade da autora foi fornecida pela própria ficha bibliográfica. É evidente que os D'Almeida são uma família anglo-portuguesa por via masculina. A fervorosa protestante Anna adopta o nome português do marido, mas ignora a língua portuguesa e não demonstra qualquer simpatia pela religião católica. A imagem do frontispício oferece uma pista que liga a família a Bath, em Somerset: Anna



afirma que a imagem de "*the bay and part of the town of Nagasaki [...] is from a sketch taken on the spot by my husband, and finished by Mr. Benjamin Barker, of Bath*" [viii]. Posterior pesquisa geneológica em diversas bases de dados anglo-americanas permitiu desvendar por fim a biografia de Anna Harriette Pennington (D'Almeida).⁵

Nascida em 1836, em Whitehaven, Cumberland, Inglaterra, Anna foi uma dos oito filhos de Rowland e Georgiana (Welles) Pennington. O seu pai era um rico oficial da carreira militar; a mãe era descendente de uma longa linhagem de aristocracia terratenente e pequena nobreza de Lincolnshire. Algures entre 1861, quando foi efectuado o Censo de Inglaterra, e antes de

LITERATURA

1868, quando o pai faleceu, a família havia-se mudado para Bath, onde residiam em Green Park, uma abastada zona residencial muito na moda.⁶ William Barrington D’Almeida nasceu em 1841, em Singapura, um dos três filhos de Joaquim e Rosa Maria (Barrington) D’Almeida. O seu avô, um fidalgo português de Viseu, Portugal, viajou para o Extremo Oriente, primeiro para Macau e depois para Singapura, onde faleceu em 1850. Os seus pais casaram em Calcutá. William era cidadão britânico, nacionalidade sem dúvida adquirida pelo seu nascimento em Singapura.⁷

Anna e William casaram a 17 de Abril de 1860, em Henley, Oxfordshire. A sua primeira filha, a menina que os acompanhou na viagem pelo Extremo Oriente, Rose A. G., nasceu em 1861, em Paris, França. Tiveram mais dois filhos, nascidos após o regresso da viagem: Lillian Augusta, nascida em Março de 1863 em Bath, e Marmion Barrington, nascido em 1865, em Kingston-upon-Thames, Surrey.⁸ Anna faleceu a 12 de Maio de 1866, com 30 anos, em Kingston-upon-Thames, Surrey, poucos meses após o nascimento do filho. Embora no registo da morte de Anna conste a idade de 25 anos, o que indicaria 1841 como sendo o ano do seu nascimento, é muito provável que ela tenha mentido sobre a sua verdadeira idade, de maneira a não revelar que era de facto cinco anos mais velha do que o marido, uma prática frequente na era vitoriana. Como as famílias de Anna e de William eram do mesmo estrato social, presume-se que durante o seu casamento usufruíram de vastos meios de subsistência, dado que não se conhece qualquer profissão para William, anterior à morte de Anna. William agora viúvo, foi com os filhos viver com a sogra em Bath, onde está registado como estudante de Direito. Algum tempo depois mudou-se para Londres, deixando os filhos de Anna com a sua avó viúva, e aí teve um filho e uma filha, possivelmente de Charlotte Crockford, com quem casou em 1882. Em 1891, William ficou de novo viúvo e passou a viver com a sua filha mais velha, Rose, e os seus dois filhos mais novos, em Chelsea, onde morreu em 1897, com 56 anos de idade. Rose permaneceu solteira até à morte do pai, casando apenas em 1907.⁹

GÉNERO E NARRATIVAS DE VIAGEM

A Lady’s Visit abre com uma dedicatória autodepreciativa, devidamente dirigida ao (isto é, aprovada por) marido da autora:

“To thee, who hast aided me in my toils, and so kindly smoothed every difficult path and rugged step, is dedicated this little work by thy loving and faithful wife, Anna”.

Na mesma linha, o Prefácio chama a atenção para a simplicidade do seu propósito ao escrever esta narrativa, quando Anna enfatiza que o livro é apenas um mero divertimento. Utiliza a metáfora de *“a little bark, adapted only for a summer sea [...] a pleasure sail”* sem *“the results of scientific research, or tedious disquisitions on the ethnology and early history of the country”*. Promete *“sketches”* e *“amusing anecdotes”* sobre *“the peculiar race inhabiting these distant islands”*. Prevalece o critério racial, assim como o preconceito que leva Anna a ver ‘o outro’ como uma *“amusing anecdote”*. Anna afirma evitar todas as alusões relativas a questões políticas, *“not having sufficient confidence in the correctness of my own judgement to justify me in assuming the office of a public instructor”*. Do mesmo modo, o súbito epílogo em Hong Kong:

“And now, gentle readers, my work is done. Trusting that it has at least succeeded in whiling away a portion of your time, if it has proved a means neither of instruction nor of information, I will lay my pen aside and, making my exit from your mind, say Adieu!” [297]

está de acordo com a convenção de que uma mulher (especialmente uma ‘senhora’) nunca instrui o público, apenas entretém um círculo restrito, que aceitou tacitamente as suas limitações. No entanto, e como veremos, a declaração de intenções de Anna entra em evidente contradição com o conteúdo geral do livro.

Na realidade, o Prefácio, é um pró-forma, um *captatio benevolentiae*, uma declaração de intenções comumente considerada aceitável para uma mulher escritora, concebida para acompanhar a “fiel” dedicatória ao marido, que torna o livro apropriado e adequado a uma honrada “senhora”. Na verdade, a legenda da segunda imagem central do frontispício (e existem apenas duas imagens em todo o livro¹⁰) contrasta claramente com a *Lady* do título: retrata *“A Japanese ‘Tea-House’ Girl”* (nem mulher, nem senhora), em que as aspás são usadas para evitar a chocante palavra “bordel”.

A proliferação de narrativas de viagem britânicas na época vitoriana prova que o turismo providenciou um espaço onde até mesmo os não-autores não hesitaram em aventurar-se. Títulos como *Glimpses*,

LITERATURE

Sketches, Impressions, Notes, Diaries, Wanderings e Travels sugerem um tom informal que, no caso das mulheres autoras, podia servir também como defesa contra as comparações com os grandes escritores masculinos, como Byron, Goethe, Flaubert ou Chateaubriand. Subjacente a este facto existe o eterno conflito entre a viagem de lazer (onde a escrita de uma mulher seria considerada fútil e insignificante) e o desejo de partilhar experiências, factos e de instruir o leitor (onde a escrita de uma mulher seria considerada demasiado séria e intelectualmente pouco feminina). Uma forma de a mulher-autora resolver este conflito era antecipar-se a qualquer crítica possível, adoptando uma postura apaziguadora e humilde. Embora não estivessem limitadas às narrativas de viagem, e apesar dos progressos na emancipação social, as mulheres viajantes vitorianas assumiram de tal forma uma atitude autodepreciativa que esta quase se tornou na regra para a escrita feminina.¹¹

A transição do *grand tour* para o turismo moderno introduziu um novo tipo de viajante, a mulher vitoriana de classe média, que viajava não só com a família, mas também – e muitas vezes – sozinha ou acompanhada de uma amiga. O turismo podia ser libertador para a mulher inglesa em muitos aspectos, pois dava-lhe a oportunidade de escapar às tarefas domésticas do dia-a-dia e de atravessar as fronteiras tradicionalmente estabelecidas. Viajar tornou-se numa das esferas públicas onde “*women could experience some freedom of mobility and also create a space for aesthetic expression*”.¹² Embora a sua contribuição não tenha sido reconhecida até muito recentemente, muitas mulheres escreveram relatos das suas viagens pelo Extremo Oriente, obras que circularam e foram lidas aquando da sua publicação, mas que raramente foram reimpressas. Nos seus relatos, descrevem-se a si mesmas como viajantes, ocasionalmente como líderes, enfatizando os seus feitos e os perigos que correram.

Com efeito, Anna retrata-se vezes sem conta como sendo uma viajante intrépida e experiente, orgulhosa de ser “bom marinheiro” [5], capaz de comparar os barcos orientais com os seus congéneres europeus, enquanto tece comentários técnicos sobre os diferentes tipos de embarcações nativas que observa na viagem para Manila [12] e Nagasáqui [185]. Para relevar os riscos que enfrentou, Anna descreve o ataque rebelde presenciado em Xangai [134], a doença de que ela e o marido padeceram na viagem para Hong

Kong [99] e Nagasáqui [181] e o tufão mortífero em Macau e Hong Kong. Os capítulos sobre as Filipinas contêm a narrativa de uma longa excursão pelo país: partindo de Manila, Anna, o seu marido, a filha e uma pequena comitiva de amigos viajam durante dias em canoas nativas, pernoitam em cabanas, sofrem um acidente grave no qual Anna fica ferida, escapam de bandidos, visitam vulcões e caçam no meio da natureza virgem, apenas para enumerar algumas das suas aventuras mais ou menos fantasiadas. Ao longo destes episódios Anna tem o cuidado de adoptar um tom heróico e estóico: “*But what benefit could we derive from murmuring against the will of Providence?*” [181], escreve. Devemos, contudo, ter em atenção que, muito embora as condições de viagem fossem em larga medida determinadas mais pelas convenções de hospitalidade numa determinada região do que pelos padrões e expectativas dos viajantes, a família D’Almeida e seus amigos eram viajantes privilegiados. Gozaram da hospitalidade do barão de C. na sua mansão em Macau, do cônsul britânico em Nagasáqui e de um influente mercador português em Hong Kong; compraram também vastas quantidades de fina porcelana na China e no Japão. Na realidade, ao considerarmos qualquer narrativa de viagens feminina do século XIX verificamos que se refere invariavelmente às classes mais altas da sociedade, pois as senhoras vitorianas que viajavam eram necessariamente senhoras de posses, a maioria ligada – através do matrimónio – ao mundo da política e dos negócios.

Basta ler os primeiro capítulos desta peculiar *Lady’s Visit* para concluir que as descrições de Anna são de facto bastante mais precisas e documentadas – apesar de muito “*I heard say*” e de fontes não referenciadas – do que ela prometera no Prefácio. Para além disso, o relato revela um surpreendente leque alargado de interesses. Por exemplo, Anna faz uma descrição detalhada de Manila, que contém muitos factos objectivos e quantitativos, montantes de dinheiro, e pormenores históricos, administrativos e lendários. Cita notas tiradas pelo marido durante uma visita aos quartelamentos do exército e à prisão local e mostra um interesse considerável pelos processos e técnicas de manufactura de charutos e açúcar, e pela economia e indústria em geral. Previsivelmente, enquanto agente da ‘civilização britânica’ e representante orgulhosa da pátria da revolução industrial, Anna compara e louva as vantagens dos métodos industriais europeus. Uma

LITERATURA

vez mais, ao contrário do que prometera no Prefácio, esta ‘senhora-autora’ também exprime fortes opiniões sobre política, governação, religião e justiça social nas Filipinas (governada pela Espanha católica) e critica severamente a estagnação da administração portuguesa de Macau, quando comparada com a administração britânica de Hong Kong [109].¹³ Protegida por uma dedicatória apropriada, um prefácio modesto, um respeitável estado civil e pela permanente presença do marido, Anna não receia utilizar a escrita para revelar as suas opiniões sobre assuntos tradicionalmente reservados aos homens.

Embora não estivessem limitadas às narrativas de viagem, e apesar dos progressos na emancipação social, as mulheres viajantes vitorianas assumiram de tal forma uma atitude autodepreciativa que esta quase se tornou na regra para a escrita feminina.

Outros exemplos de descrições detalhadas e de um vasto âmbito de informação incluem a excursão ao sul de Luzon e as suas cuidadosas notas e citações sobre natureza, geografia, vulcanologia e história; a longa e pormenorizada biografia de Luís de Camões, em Macau; as notas sobre botânica em Nagasáqui, com um pequeno glossário; a descrição *in loco* de uma casa de ópio em Xangai, das lojas de sedas e casas de pasto “desta estranha terra” [147]; a sua admiração pela língua japonesa; a visita a uma manufactura de chá, a um mercador de sedas e a uma loja de objectos lacados em Nagasáqui; os comentários precisos sobre a importância comercial das cidades japonesas ainda fechadas aos estrangeiros; a descrição da exposição de figuras de barro chinesas em honra do festival das lanternas que visitou em Hong Kong [295], entre

muitos outros. Revelando ao mesmo tempo interesse e capacidade de percepção, Anna salta de assunto em assunto enquanto viaja e testemunha os vários tópicos que motivam a sua escrita.

VIAJANTES E TURISTAS

Apesar da falta de contextualização tanto da viagem como da narrativa (que começa *in media res* e termina num abrupto “*adieu*”), os dados biográficos de Anna sugerem que a razão subjacente à viagem dos D’Almeida poderá ter sido uma visita às origens familiares do seu marido no Extremo Oriente. Desta extensa família, vários membros estavam já a viver em Inglaterra em 1861 ou iriam mudar-se em breve para os Estados Unidos.¹⁴ A falta de informação biográfica detalhada acerca do jovem casal torna difícil classificar Anna como sendo uma viajante veterana, quando comparada com uma mera turista, no presente sentido derogatório da palavra. Oriundos de famílias com bons meios financeiros, o casal terá partido numa lua-de-mel prolongada pela Europa, brevemente interrompida em 1861 pelo nascimento da filha Rose, em Paris, antes de prosseguirem em direcção ao Extremo Oriente. Presume-se que *A Lady’s Visit* seja a narrativa de apenas uma parte de uma viagem mais vasta e já em curso pelo Extremo Oriente, durante a qual a autora terá adquirido os seus conhecimentos.

A comprovar que Anna, com apenas 26 anos de idade (na realidade), era já uma viajante veterana, temos as suas múltiplas descrições detalhadas e comparativas, que indicam que ela viajara, não apenas pela Europa e pelo Mediterrâneo, mas também pela Índia e pela Ásia. Principalmente no início da narrativa, Anna tende a fazer muitas comparações com a Índia, recordando talvez anteriores viagens ou experiências recentes. Ao descrever os pormenores dos palanquins, ruas e lojas, ela compara facilmente Hong Kong com Calcutá e Malta. No seu relato da “agradável excursão familiar” (“*pleasant little excursion*”) ao “Pico” em Hong Kong, Anna compara esta expedição, com alguma ironia, aos destinos da moda na Europa, nomeadamente “*the mountains of Switzerland or Savoy, the Montanvert in Chamouni [Chamonix], the Mer de Glace, or the Pyramid in Egypt*” [9]. Apesar da renitência em fornecer detalhes biográficos, Anna não hesita em revelar que já desceu à cratera de um vulcão em Java [84] e visitou os Alpes e os Pirinéus [231], concluindo que a Ásia é muito superior

LITERATURE

à Europa em beleza natural e paisagens. Para além disso, Anna parece muito habituada e compreensiva em relação a práticas culturais diferentes das suas. Em Manila, por exemplo, repara sem grande surpresa ou crítica que muitas mulheres usam mantilha, embora a maioria ande “*with neither bonnet nor hat for the evening promenae, but, like the Dutch ladies in Java, prefer thoroughly to enjoy the fresh air*” [14], e também que “*The native women all smoke, and so do much of the mestizos openly, and I think I am right in saying many Spanish dames enjoy quietly their cigar or cigarette*” [97]. Em muitas ocasiões, Anna descreve os vestidos e acessórios femininos, louvando as diferenças e a adaptação nativa às condições do clima local. Contudo, a sua tolerância tem limites, quando – previsivelmente – considera a nudez um sinal de selvajaria, como nos seus comentários sobre os índios Igorroté – “*I believe the more savage of this extraordinary people wear no clothing whatever [...] only the more civilized of the women wearing a kind of loose dress*” [48] –, ou no seu horror aquando do episódio dos banhos de vapor em Nagasáqui, onde inesperadamente presencia “*men and women bathing in puris naturalibus*” [209]. Contudo, e contrariamente ao que poderíamos concluir de uma abordagem tendenciosa a um livro intitulado *A Lady's Visit*, as roupas femininas e as questões de moralidade não são de todo o foco principal da atenção de Anna. Por último, é importante salientar que, contrariamente aos viajantes masculinos, as mulheres eram constantemente objecto da curiosidade local, tornando-se elas próprias ‘atrações’, expostas aos olhares e ao escrutínio dos nativos que, ironicamente, eram o objecto de estudo dos viajantes: “*As but few ladies walk in this dirty part of the town [Xangai], I was evidently regarded in the light of a 'curio'. Numbers followed our footsteps, and at each halt we made, crowds gathered round us, as though they had come purposely to see a 'sight'*” [146].

Esta última palavra – “*sight*” (vista) – serve para introduzir o outro lado da experiência de viagem de Anna. Durante os séculos XVII e XVIII, o *grand tour* era uma forma de turismo educacional, especialmente dirigida aos jovens britânicos abastados da alta sociedade, que seguiam um itinerário padronizado através de destinos culturais específicos na Europa, onde eram expostos às antiguidades clássicas e ao legado da cultura renascentista. O *grand tour* era uma viagem educativa altamente sofisticada e com objectivos precisos, por parte de um grupo social

de elite, organizada em torno da busca do saber, da cultura e do convívio intercultural. No final do século XVIII, o foco das viagens na Europa mudou da busca escolástica para o prazer visual, do ouvido do viajante para o olhar do viajante.¹⁵ A década de 1830 produziu um sujeito observador que era, ao mesmo tempo, um produto e um representante da modernidade no século XIX.¹⁶ Quando Thomas Cook e outros começaram a organizar viagens pela Europa, oferecendo um contexto respeitável para que “as senhoras de bem” pudessem também viajar, tornou-se moda entre as mulheres participarem nessas excursões. Daqui em diante, a ‘vista’ tornou-se altamente significativa para a organização do discurso do turista e da viagem. Na maior parte desses discursos há uma ênfase especial em ver e colecionar vistas. Expressões do dia-a-dia como ‘*seeing the sights*’, ‘*capturing the view*’, ‘*eye-catching scenery*’, ‘*picturesque village*’ e ‘*pretty panorama*’ ilustram o significado que a visão tinha para o viajante. Em *A Lady's Visit*, por exemplo, Anna escreve: “*Those amongst us who loved the picturesque were particularly struck by the fine bold-looking appearance of the rock or island of Taychow*” [129]; “*The most lovely view it is possible to imagine lay before us like a panorama*” [218]; “*This harbour is excessively pretty, the hills around very woody, and the country bright and green*” [269]. A narrativa e a prática de colecionar vistas acabam por dominar o próprio itinerário das viagens, frequentemente organizadas de modo a possibilitar a contemplação de paisagens espectaculares.¹⁷ A experiência da beleza, captada através do sentido da visão, foi valorizada pelo seu significado espiritual para o turista culto. Na sua transformação estética, a observação de paisagens tornou-se uma actividade apaixonada de busca pelo sublime em paisagens exóticas.

A importância da paisagem e da sua observação na viagem de Anna é igualmente evidente na passagem:

“*But to return to our view. The mountains of Maculot and Sungal are the loftiest to be seen, but numbers of smaller ones and verdure-clad hills are to be seen on all sides, with here and there herds of cattle grazing on the rich fields, or village hamlets embosomed in tufted trees*”. [85-86]

Ao chegar ao porto de Nagasáqui, Anna declara que a ilha de Nasuzima, coberta de árvores com uma folhagem brilhante e variada, é muito pitoresca, e que as velas dos pequenos barcos eram “muito singulares e algo pitorescas” [184-185]. Apesar disso, a beleza da

LITERATURA

paisagem é rapidamente arruinada pela “repugnante” (“*disgusting*”) visão da pele dos marinheiros (embora “*almost as fair as that of the Europeans*”), “*lending no additional charm to the surrounding scene, but rather forming an eyesore one would gladly dispense with*” [185]. Podemos concluir que o nativo é um elemento dispensável da paisagem, que só deveria existir para o deleite do visitante europeu. Esta visão “terrível” contrasta com o “*picturesque tableau*” [236] dos nativos (decentemente vestidos?), tratando ordeiramente dos seus afazeres quotidianos, na região de Kanazawa, com a beleza natural perfeita como pano de fundo.

Em última análise, esta percepção e apreciação da paisagem tende a ser reforçada por uma agenda que tem tanto de ética como de estética. Esta versão particular da própria materialidade da paisagem, que é expressa pelo visitante ocidental de elite, nunca está livre de juízos de valor. Vem sempre acompanhada por uma série de suposições e implicações, geradas por padrões culturais e preconceitos sociais e raciais, entre outros. No caso de Anna, as diferenças na percepção parecem ser minimamente baseadas no género, uma vez que os papéis sexuais são menos evidentes entre os membros da alta sociedade cosmopolita. O estatuto artificial ou arbitrário magnânimamente atribuído aos objectos e imagens privilegiados marginaliza tudo aquilo que não está de acordo com os referidos padrões. O processo de ‘civilização’, através do qual os turistas ocidentais tentam dominar um país desconhecido, revela-se na estrutura de convenções artificiais e padrões de referência patente na descrição do novo território enquanto paisagem catalogada. Como consequência, estes turistas vêem-se a si próprios como um grupo isolado e independente do mundo natural, cuja contemplação deverá divertir-los enquanto observadores externos. Podemos aqui recordar a apreciação de Thoreau sobre o refinamento cultural da paisagem civilizada, depois de o seu entusiasmo prematuro pela vida selvagem ter ficado algo esmorecido pelo contacto directo com a verdadeira vida selvagem:

“Could men live so as to ‘secure all the advantages [of civilization] without suffering any of the disadvantages?’ The answer for Thoreau lay in a combination of the good inherent in wilderness with the benefits of cultural refinement. The excess of either condition must be avoided. The vitality, heroism, and toughness that came with a wilderness condition had to be balanced by the

delicacy, sensitivity and ‘intellectual moral growth’ characteristic of civilization”.¹⁸

O estilo, em narrativas de viajantes ocasionais como *A Lady’s Visit*, é quase sempre leve e despreocupado, pois os autores descrevem viagens que são, em grande parte, realizadas em busca de prazer. Previsivelmente, quando não compreende um objecto ou uma prática, Anna pressupõe uma explicação ou estabelece comparações com a sua própria cultura. Tal como no actual turismo de massas, também os viajantes do século XIX esperavam ser expostos a novas experiências, enquanto se divertiam. Além do mais, os viajantes ocasionais nunca viam as coisas do ponto de vista do nativo. As suas descrições caracterizam-se por uma distância auto-afirmativa, na qual o sistema de valores ocidental prevalece e se define por olhar o ‘outro’ como um espelho estranho e, muitas vezes, invertido. O mesmo sucede na actualidade, em que os turistas continuam a usufruir do mito do ‘outro’ exótico oferecido pelos agentes de viagens, que os seduzem com termos como “desconhecido”, “inexplorado”, “intacto” “paradisíaco”, “virgem” e “diferente”. No entanto, e evocando uma vez mais a preferência de Thoreau pelo “selvagem civilizado”, tanto Anna como os turistas de massas contemporâneos – apesar de todos eles procurarem autenticidade – na verdade buscam um certo grau de aventura negociada dentro de um ambiente seguro e controlado, do qual podem optar por sair para usufruir de experiências previsíveis e estereotipadas.

Em Macau, Anna elabora uma meticulosa descrição turística – uma espécie de *Guia de Bolso Anna D’A. para Macau* – que inclui uma lista de locais a visitar, as melhores vistas, sugestões de excursões, bem como comentários críticos sobre a qualidade e estado das atracções, tudo complementado com notas históricas, curiosidades e lendas locais. Lamenta, por exemplo, que, no Jardim de Camões, “*everything wears an air of waste and ruin*” [112], e que a Gruta de Camões tenha sido manchada com nomes e inscrições ofensivas nela gravados. Isto evoca de imediato tanto a actual questão urbana do *tagging* e do *graffiti*, como o choque que Gustave Flaubert sofreu, em 1849, quando viu “Thompson of Sunderland” gravado em caracteres gigantescos na coluna de Pompeu, em Alexandria.¹⁹

A senhora viajante, civilizada mas estóica, só ocasionalmente se lamenta da sujidade, da comida estranha, dos percevejos, da falta de privacidade, das baratas e dos cheiros (“*Modernity declared war on*

LITERATURE

smells. Scents had no room in the shiny temple of perfect order modernity set out to erect”, afirma Zigmunt Bauman²⁰). Por outro lado, é interessante comparar os diferentes padrões críticos e comportamentais dos visitantes ocidentais ‘civilizados’ com aqueles que são aplicados aos asiáticos. Numa estalagem nas Filipinas, Anna queixa-se da falta de privacidade que a impede de se despir à noite mas, no parágrafo imediatamente a seguir, ela afirma: “*We could not resist taking a peep into the adjoining apartment. The scene was truly an absurd one, and reminded me of a hospital, though wanting in the cleanliness and comfort of those excellent institutions*” [68]. Perto de Nagasáqui, Anna informa orgulhosamente o leitor que o seu grupo desobedeceu às leis locais e visitou um lugar “situado para lá dos limites permitidos aos excursionistas europeus” [218]. Descreve um templo budista em Xangai e um cortejo fúnebre em Nagasáqui como meras atrações turísticas, sem qualquer tipo de alusão à sua natureza religiosa. No navio para Kamakura, os D’Almeida e outros passageiros ocidentais divertem-se atirando garrafas à

água “*in order to see the boatmen plunging and diving for them in their almost nude state*” [244].²¹ Neste caso, e uma vez que o divertimento e o convívio estão em primeiro lugar, Anna não faz comentários horrorizados sobre a pele “repugnante” dos nativos. A nudez, aqui, é parte da descrição animalizante dos barqueiros, que compara a animais domesticados que actuam para regozijo dos seus donos, em vez de uma mancha numa paisagem de outro modo perfeita. A socialização a bordo é exclusivamente limitada a actividades entre europeus, cujos nomes a autora omite. Os navios são espaços de transição, criados pela cultura do turismo e habitados por grupos rigorosamente estanques de viajantes. O sentimento de distanciamento e superioridade sociocultural de Anna parece reforçado a bordo, quando isolada entre outros ocidentais: a morte de um passageiro da segunda classe chinês, a caminho de Xangai, por exemplo, apenas a faz sorrir ao observar os rituais fúnebres e as “superstições” chinesas em relação à morte [283]. Esta atitude é bastante diferente daquela que demonstra quando

A Praia Grande, Macau. Gravura, colorida à mão, de W. H. Capone sobre desenho de T. Allom, c. 1843.



LITERATURA

atravessa regiões desconhecidas com o seu grupo, aí totalmente dependentes da orientação e hospitalidade dos nativos.

Desde o início, a viagem de lazer tem sido indissociavelmente ligada ao modo como é conferida uma forma objectiva ao elemento visual, através da pintura e do já referido desenvolvimento do conceito de ‘paisagem’. O crescimento do ‘turismo cénico’ evoluiu ainda mais com a invenção da fotografia em 1839. Não podemos esquecer que (d)escrever e tirar fotografias tornam o grotesco visível, ao mesmo tempo que o mantêm a uma distância segura. Os primeiros daguerreótipos do Japão foram tirados em 1854 por um membro da tripulação do comodoro Perry. Embora as seguintes descrições tenham sido escritas em 1862, elas podiam ter sido relatadas por qualquer turista contemporâneo, em qualquer parte do mundo, ao comprar postais ilustrados como recordação ou ao tirar a típica fotografia que prova que ‘Eu estive lá’. Em Kamakura, “*a village no European had ever seen*” [240], o grupo de Anna compra imagens vendidas no local aos turistas: “*After some few minutes’ conversation with the man who acted as guide, and purchasing a native portrait of the revered object, from which, I am sorry to say for the artist, no one could possibly obtain any correct impression of it*” [246]. Quando o grupo visita um espaço religioso com imponentes figuras em bronze, num templo perto de Kamakura, e um cavalheiro americano fotografa a cena, Anna descreve a forma irreverente como ela e o seu marido posaram: “*My husband and myself mounted upon the wall which forms its pedestal, and from thence scrambled up the folds of the dress, and seated ourselves on the thumbs of the two hands*” [245]. Não podemos deixar de comparar esta atitude com o sorriso do moderno turista japonês apontando para a Gioconda, ou com o jovem turista eufórico que escala a estátua de David em Florença ou mergulha na Fonte de Trevi em Roma, provando, assim, a sua cobiçada posse física do objecto reverenciado.

QUESTÕES DE GÉNERO NO CONTACTO INTERCULTURAL

Este último episódio humorístico serve também para ilustrar outra característica importante desta narrativa de viagem: Anna e o seu marido são sempre verdadeiros companheiros, partilhando em igualdade perigos, aventuras e desconforto, com a mesma

coragem e resistência. Anna orgulha-se de demonstrar que nunca é um fardo ou recebe qualquer tratamento excepcional pelo facto de ser uma “senhora”. Raramente refere qualquer tipo de cuidados especiais para com a sua filha bebé (a excepção mais notória ocorre em Nagasáqui, quando “educadamente declina” o pedido da mulher de um abastado comerciante japonês para levar Rose consigo por alguns dias), nem se identifica a si própria como mãe. A narrativa está repleta de referências ao marido como sendo um companheiro de viagem, nunca como uma ‘autoridade’. Quando Anna reproduz os comentários do seu marido sobre uma luta de galos a que ele assistira em Tanoan, verificamos que o seu vocabulário não demonstra qualquer diferença significativa de género e que o discurso masculino de horror e repugnância em relação a esta prática nativa é tão emotivo como as notas subseqüentes de Anna. Quando navegam de Singapura para Hong Kong, Anna elogia espiritualmente a “boa mulher” do capitão escocês, como sendo uma verdadeira “*helpmate and faithful companion*” [6], que segue e auxilia o seu marido, apesar dos perigos do mar. Este é o retrato da mulher europeia que Anna tenta transmitir e o modelo pelo qual se rege na sua própria vida e viagem. Anna define-se como uma mulher ocidental emancipada, alegadamente abençoada com um destino em todos os aspectos muito melhor do que o das suas homólogas asiáticas.

Anna parece também considerar os homens asiáticos (‘orientais’) como sendo intrinsecamente malévolos. Ao longo da sua narrativa, sentimos uma espécie de irmandade feminina global, em que Anna assume uma atitude maternal algo condescendente em relação às ‘outras’ mulheres, que ela vê como vítimas de uma sociedade ‘incivilizada’, que não lhes permite o papel de iguais, de companheiras dos seus homens, de que as mulheres europeias como ela usufruem. Enquanto intérprete de uma cultura diferente para uma audiência britânica de classe média e alta, Anna sente-se privilegiada, bem informada e plena de recursos – por conseguinte, superior –, uma posição que a distancia das mulheres asiáticas, que descreve estereotipadamente como pobres, confinadas e oprimidas. Isto revela como o projecto imperial condiciona também a ideologia de género: quanto mais distante uma mulher está do paradigma europeu (isto é, do paradigma protestante britânico), mais digna de pena ela é. Stuart Hall, ao definir os estereótipos sobre o ‘outro’, fala sobre a preocupação em marcar a ‘diferença’.²² Assim, quando

LITERATURE

uma mulher pertencente a outra cultura não se enquadra na norma etnocêntrica que é aplicada à mulher europeia, ela deve ser construída como 'outra'. Esta 'outra' mulher – quer seja filha, esposa ou mãe – é sempre vítima da crueldade masculina, nunca é objecto de crítica ou de escândalo por parte da sua irmã ocidental.

A narrativa de Anna tende a avaliar o nível de 'civilização' de uma sociedade pelo estatuto conferido às mulheres, algo que, na China, parece ser de facto miserável. Com efeito, os ocidentais interpretavam o enfaixar dos pés como um indicador de opressão e a poligamia era considerada a principal causa do baixo estatuto da mulher na sociedade chinesa. No Japão, embora a poligamia fosse prática corrente entre os ricos samurais, os viajantes ocidentais tinham muito pouco contacto com esta classe e Anna supunha até que a poligamia era proibida. Como as suas descrições são geralmente baseadas em observações feitas nos portos abertos aos estrangeiros e nas áreas restritas em redor, as famílias de comerciantes, as raparigas das casas de chá e os camponeses de ambos os sexos trabalhando lado a lado nos campos tornam-se no objecto da interpretação de Anna e em fontes para uma imagem mais positiva do estatuto da mulher na sociedade japonesa.

Anna dedica inúmeras páginas a descrever, com horror e compaixão, o destino sombrio da mulher chinesa. Em Xangai, assiste a um casamento onde “a noiva é vendida pelos seus pais” [147]. Conta como, antes do casamento, a filha vive isolada dentro de casa até ao momento em que “*she is disposed to the highest bidder, and dispatched from the paternal roof, where all her life of limited joy [...] has been passed, with the gentle mother who lovingly tended her infant years, and guided her childish steps*” [149]. Segundo Anna, o destino da mãe não é melhor do que o da filha: “*[she] is left to live out her lonely existence, uncaring and uncared for by the voluptuous father, who has, probably, long since discarded her for a younger and fairer favourite*” [149]. Anna continua o seu relato:

“The young girl arrives in front of her purchaser's house, and, with breathless anxiety and gloomy forebodings, hears the key placed in the lock, and the door turn on its hinges. If, after inspection, his purchase is deemed satisfactory, she becomes the property of a new master, to all of whose wishes and commands she must be subservient, her own feelings or inclinations being totally disregarded.” [149-150]

Ao descrever outro casamento, desta vez em Macau, Anna usa expressões complacentes tais como “*trembling in every limb*”, “*mortified damsel*”, “*open to every kind of criticism*”, “*poor deformed feet*”, e “*probationary duty*” [150]. Para completar esta imagem tenebrosa, Anna exprime abertamente a crença comum de que o infanticídio de bebés do sexo feminino (“*crime*”, “*atrocitiy*”) é generalizado no país e, sem dúvida, realizado pelo pai (“*monstrous*”, “*fallen spirit*”, “*murderer*”, “*inhuman*”): “*The new-born babe has scarcely felt the caresses of its fond mother before it is drowned in warm water*”; “*The father is the best judge and arbiter of the destiny of his child*” [173].

*No final do século XVIII,
o foco das viagens na Europa
mudou da busca escolástica
para o prazer visual, do ouvido
do viajante para o olhar
do viajante.*

Anna parece conceder à mulher japonesa uma posição superior na sociedade, quando comparada a todas as outras mulheres asiáticas, dado que “*The Japanese make companions of their wives in a more general sense than any Eastern nation I have seen or heard of*” [204]. Contudo, em Nagasáqui, depois de o casal ter visitado um samurai japonês, Anna descreve a aparência da esposa – rosto pesadamente maquiado, sobrancelhas rapadas e dentes enegrecidos (traços característicos das mulheres casadas das classes mais altas) – como sendo consequência de um “*costume tirânico*” [206]. Depois da visita, é-lhe dito que o oficial “*had fallen in love with his wife at a 'tea house', and purchased her from the proprietor of the establishment*” [207]. Anna terá certamente lido anteriores descrições de ocidentais sobre o sistema de prostituição no Japão, segundo as quais os pais tinham o poder de vender as suas filhas a “*casas de chá*”, ou seja, a bordéis. Anna acreditava que este costume se restringia às classes mais baixas e que seria apenas por uma questão de pura necessidade económica que os pais enviavam uma jovem filha para um bordel: “*These poor children are, for their owner's own benefit, carefully tended, being kept in*

LITERATURA

comparative seclusion until they attain the age of fourteen or fifteen, when they are compelled to commence an immoral cause of life, the poor girls, like too many sad victims in our own land” [205]. Muitos outros escritores manifestaram horror pela venda de raparigas para a prostituição, alegando que esta prática era um indicador de que, apesar dos progressos da sociedade japonesa, esta estava ainda num nível inferior de desenvolvimento, quando comparada com a civilização ocidental. Alguns escritores, contudo, afirmam que estas mulheres acabavam, por vezes, por casar, e bastante bem, depois de uma carreira como prostituta, conforme foi confirmado pelo casal que os D’Almeida visitaram. É importante salientar que Anna nunca adopta um tom moralista ou escandalizado quando escreve sobre estas mulheres. Lamenta-as, tal como lamenta a sorte de idênticas mulheres no seu próprio país que, segundo ela, não escolheram este modo de vida como uma maneira fácil de escapar à pobreza, mas seriam antes – reflectindo uma linha muito típica do pensamento feminino ocidental de que as prostitutas eram ‘mulheres caídas’ que haviam sido arrastadas para a imoralidade pelos homens – vítimas da sua própria inocência e ignorância. De facto, no final do século XIX, o trabalho filantrópico em prol das ‘mulheres caídas’ arrependidas, dos órfãos e de outras pessoas carenciadas era considerado um dever das senhoras das classes média e alta, e uma linha de acção adequada fora da esfera doméstica.²³

RELIGIÃO E PENSAMENTO IMPERIAL

A aparente, embora intermitente, abertura de espírito, compreensão e sociabilidade de Anna durante tantas e tão complexas interações interculturais tem limitações peculiares. Os seus principais limites de tolerância enquanto viajante aventureira privilegiada não são – surpreendentemente? – estabelecidos por questões de raça ou de género, mas sim por questões religiosas. E é aqui que a secção filipina de *A Lady’s Visit* adquire protagonismo.

Apesar da declaração inicial sobre a neutralidade apolítica, simplicidade e até mesmo futilidade da sua narrativa, em Manila, Anna inicia uma longa denúncia dos males do catolicismo, que irá perdurar ao longo de todo o livro, especialmente nos primeiros capítulos, à medida que ela percorre território filipino. Os raros estudiosos do trabalho de Anna parecem preferir questões mais polémicas relacionadas com o racismo

e o colonialismo transcontinental,²⁴ em vez da sua censura feroz ao catolicismo e dos seus comentários depreciativos em relação às práticas católicas em geral e aos sacerdotes católicos em particular. Tal atitude é representativa de uma outra faceta do colonialismo britânico, muito ignorada pela crítica pós-colonial que, convenientemente, prefere não dar atenção à grave opressão que acontecia dentro das próprias Ilhas Britânicas durante o século XIX, quando a vizinha Irlanda católica era cruelmente subjugada pelos protestantes britânicos, sob o pretexto da diferença religiosa.

A dicotomia ‘nós’ versus ‘eles’ mais evidente em *A Lady’s Visit* é, portanto, construída com base em pormenores de fé cristã. O preconceito colonial de Anna e o seu discurso impiedoso são predominantemente dirigidos contra a influência dos seus vizinhos europeus, brancos e católicos, o verdadeiro ‘outro’ deste diário de viagem, muito mais do que contra outras raças, práticas exóticas, religiões distantes ou questões de género. Os pensamentos de Anna sobre o catolicismo são semelhantes aos manifestados pelos missionários de qualquer crença sobre o ‘paganismo selvagem’. Os momentos de horror na sua narrativa são todos provocados por práticas católicas: uma visita ao cemitério, práticas face à morte, superstições locais, venda de indulgências, rituais fúnebres (só comparáveis aos muito desprezados ritos chineses), uma imensa figura de S. Pedro, uma procissão – “*a sad spectacle of idolatry*” [74]. Anna justifica o facto de assistir a uma missa católica em Manila, afirmando que “*we went to look at the spectacle*” [93]; o enterro católico de uma criança é simplesmente “*very curious*” [94]. Descreve com severidade um suposto milagre (uma imagem de Cristo que sangra) em Manila como um “cruel subterfúgio”, um “esquema” para induzir os “habitantes crédulos” a doar dinheiro [17]. Anna parece atribuir a ignorância, os preconceitos, as superstições e a falta de progresso (ou seja de ‘civilização’) exclusivamente à influência católica, enquanto que o protestantismo favoreceria o “progresso industrial e intelectual”:

“The people in Manilla are awfully bigoted, more priestly-ridden, if possible, than in Spain itself, and, consequently, far behind in every kind of industrial or intellectual pursuit. Influenced by the priests, they evidence a marked dislike to anything in the shape of innovations. No Protestant missionary is allowed to set foot in one of the Philippines, nor, if known, is a Protestant Bible suffered to enter.” [16]

LITERATURE

A descrição solidária dos nativos como vítimas da conversão é semelhante à descrição das mulheres orientais como vítimas da opressão masculina. De acordo com Anna, a conversão de “um povo supersticioso” ao catolicismo é meramente exterior e induzida pelas “*numerous images and extravagantly gaudy processions [...] by which the Roman Catholics so powerfully impress the imagination of the ignorant; while our simpler and purer forms often fail, through that very simplicity which is their greatest beauty*” [17]. Mais ainda: a recusa dos padres católicos “em casar qualquer cristão com um infiel” causa situações generalizadas que ela qualifica como “assustadoramente imorais”. O Capítulo II contém uma longa e depreciativa descrição da catedral católica de Manila, sempre influenciada pela ideia da falácia da aparência, bem como descrições desdenhosas de *ex-votos*, estátuas e pinturas. No entanto, Anna argumenta de forma magnânima que os bons protestantes não devem confrontar abertamente as práticas católicas nem ofendê-las com actos de provocação [126-127], embora ela própria utilize expressões tão críticas como “uma paródia da verdadeira religião”, “sinceridade no entanto errada”, “devoção fanática” e “imagens de mau-gosto”.

A análise das narrativas de viagem escritas por mulheres tem sido muito selectiva, na sua tentativa de omitir atitudes negativas como o racismo ou a crueldade, e de enfatizar aspectos mais ‘femininos’, como actos de bondade e caridade, à imagem dos sentimentos de irmandade e empatia que Anna parece nutrir pelas mulheres vítimas da tirania masculina. A visão de Mary Kingsley dos africanos como uma espécie à parte e inferior, por exemplo, é também frequentemente omitida nos relatos que acentuam o seu amor por África.²⁵ Contudo, ao colocar estas mulheres numa perspectiva preconcebida mais aceitável, estamos a ignorar secções consideráveis do seu trabalho e a comprometer a integridade da escrita de viagens. A escrita tem de ser examinada na sua totalidade, no contexto das estruturas discursivas dentro das quais foi produzida, antes de se considerar qualquer tipo de interpretação.

Quando escreve os seus longos e depreciativos comentários sobre questões religiosas, Anna, a turista, parece encarnar o modelo da viajante pioneira ocidental na Ásia: uma missionária protestante, uma representante da fé e do império, corajosa e independente, tolerante com potenciais convertidos e bastante crítica com os embaixadores do rival catolicismo.²⁶ Podemos assumir

que as mulheres ocidentais se identificam com as mulheres que conhecem ao longo das suas viagens e que retratam na sua escrita. Mas, afinal, talvez estejam mais presas às diferenças culturais do que ligadas a uma ideologia comum de condição feminina. As mulheres ocidentais que viajavam pelo mundo pelas mais variadas razões eram, em primeiro lugar, agentes culturais que faziam eco do conceito da superioridade ocidental. São, sobretudo, “*cultural missionaries, maternal imperialists, feminist allies*”, tal como Barbara Ramusack define a mulher inglesa na Índia do início do século XX.²⁷ Enquanto turista, em breves estadias que não permitem contactos estreitos com a população local, as percepções de Anna confirmam que escritoras como ela estão, acima de tudo, a definir-se a si próprias. Por outras palavras, a imagem diz-nos mais sobre o seu criador do que sobre o objecto da imagem.

Como vimos, há uma ligação directa entre a escrita de viagens e a história do imperialismo e da colonização, daí o interesse, neste momento pós-colonial, em analisar as implicações dos textos produzidos por viajantes durante os primórdios do turismo europeu. Enquanto imperialistas culturais e defensores da superioridade do ocidente, os viajantes temporários (tanto homens como mulheres) viam as diferentes práticas e crenças como meras curiosidades. O pensamento e a escrita de Anna também estão estruturados de acordo com a dicotomia entre ‘superior’ e ‘inferior’, e muitas vezes combinam ética com estética, ao construir imagens colectivas animalizantes sobre o ‘outro’ enquanto ‘raça’. Por exemplo, quando descreve as trabalhadoras de uma manufactura de charutos em Manila, o discurso de Anna funciona como se estivesse a observar um animal mais ou menos belo, um simples colectivo de género e raça, desprovido de qualquer individualidade.²⁸ Segundo ela, as mulheres chinesas em Xangai gozam de alguma “superioridade” por causa da sua “pele mais clara”, quando comparadas com as mulheres chinesas em Macau e Hong Kong, que eram “sujas”, “rudes” e “vulgares”. Contudo, Anna poderia, talvez, ter escrito da mesma forma em Inglaterra, onde a sua crítica seria baseada não tanto em critérios raciais, mas antes em critérios de classe. De acordo com o espírito imperial, a beleza – segundo critérios ocidentais – seria sinónimo de bondade: a estética deveria reflectir a ética da ‘raça’ (não de um indivíduo, sociedade ou cultura). Por outro lado, a beleza, o vestuário, os penteados e os sorrisos brilhantes das mulheres japonesas seriam um sinal claro

LITERATURA

do seu estatuto social e da sua ‘superioridade’ em relação às infelizes homólogas asiáticas.

Comparar o Japão à China era usual nas descrições ocidentais do século XIX. Na década de 1860, a China era muito mais conhecida do que o Japão entre os ocidentais, cuja maioria aí chegava através de portos chineses. Uma vez no Japão, uma das paragens mais populares era, tipicamente, uma cidade portuária. Paradoxalmente, os visitantes ocidentais escreviam sobre as zonas mais cosmopolitas e em rápida modernização do Japão, nomeadamente os portos comerciais de Nagasáqui ou Yokohama e, ocasionalmente, sobre Tóquio, a rebaptizada capital do imperador Meiji. Com o aumento do número de ocidentais a viajar para o Japão a partir de 1860, este país quase desconhecido tornou-se objecto de estudo, interpretação e descrição em numerosos livros e artigos.²⁹ A abertura do Japão facilitou o seu papel de substituto da China e a sua percepção favorável por parte do ocidente, que o exótico e relativamente desenvolvido Japão parecia disposto a imitar. Por seu turno, Anna elogia o “desejo japonês de desenvolvimento” e “*readiness to adopt really useful innovations*” [200], transmitindo assim a noção imperialista britânica de que abraçar a indústria seria o mesmo que abraçar a civilização. O Japão era considerado diferente da Ásia ‘selvagem’ em geral, o que levou à criação das habituais categorias e hierarquias baseadas em estereótipos raciais, como expressa esta passagem de George William Knox, em 1904:

*“In our superficial way we [“nós”, os ocidentais, os povos ‘civilizados’] have classed Asiatics together and we have assumed our own superiority. It has seemed a fact, proved by centuries of intercourse and generations of conquest, that the East lacks the power of organisation, the attention to details, and of master over complicated machinery. Japan upsets our deductions by showing its equality in these matters, and, on the final appeal, by putting itself into the first rank of nations... Here is a people, undoubtedly Asiatic, which shows that it can master the science and the methods of the West.”*³⁰

É interessante notar a ausência de reciprocidade durante os raros contactos entre os D’Almeida e famílias japonesas do mesmo estatuto social (embora – e de acordo com as opções retóricas da narrativa – de estatuto racial e cultural diferente). Quando Anna descreve a recepção a um grupo de senhoras japonesas em Nagasáqui [207 e 270], o seu discurso apenas evidencia as diferenças: as senhoras rejeitam as cadeiras e sentam-se no chão; fumam pequenos cachimbos que Anna prontamente recusa; maravilham-se com o cabelo loiro de Rose; rejeitam o vinho do Porto e

parecem ignorar o piano “*with which they seemed quite astonished, probably never having heard the instrument before*” [271]. No entanto, quando os D’Almeida visitam um abastado mercador japonês em Nagasáqui [271], Anna nota que os anfitriões tiveram o cuidado de adaptar a sua casa aos visitantes europeus, providenciando cadeiras e mesas. Anna menciona devidamente o “trabalho” a que os anfitriões se deram para receber o casal europeu, mas também escreve que tanto ela como o seu marido se “divertiram” muito com a visita, como se referisse uma qualquer actividade infantil na qual haviam condescendido em participar.³¹ Mais tarde, ambas as famílias assistem a uma *soirée* no teatro japonês em Nagasáqui e, aqui, a classe social torna-se no principal critério de distinção: os D’Almeida sobem ao camarote do mercador e observam que “*at the back of the pit there’s a raised platform for labourers and their families*” [273]. Com efeito, as noções de ‘contaminação’ e ‘contágio’ são recorrentes na forma como a vida urbana do século XIX era compreendida. Os mais ricos deveriam observar as massas a partir de posições de algum isolamento e distância, com base nas dicotomias ‘olhar’ *versus* ‘tocar’ e ‘desejo’ *versus* ‘contaminação’. Esta distância social reconfortante é reproduzida no teatro japonês, onde a classe mais alta observa o ‘outro’, do cimo dos seus camarotes com vista para as massas. As descrições que Anna faz das suas actividades de lazer no teatro, a bordo dos navios, durante as excursões e visitas sociais, enquanto compra recordações e frequenta locais turísticos reflectem claramente a necessidade de prevalência desta noção de hierarquia social.

Nas constantes comparações que Anna estabelece entre chineses e japoneses, os primeiros saem sempre desfavorecidos. Enquanto povo, os chineses são alegadamente “*revengeful and cruel*” [124], “*offensive to the olfactory sense*” [133], “*unimaginative-looking*” [129], “*vindictive*”, “*a collection of puppet-shows*” [130], “*very annoying*” [134], “*filthy*” [143], “*a nuisance*”, “*excessively superstitious*”, “*the very idea of a Chinaman’s being polite, observing, or considerate, was too much for our risible muscles*” [180]. Segundo Anna, o povo chinês seria totalmente incapaz de assimilar a muito reverenciada e supostamente global língua inglesa. No entanto, ao criar outra habitual comparação ‘nós’ (europeus) *versus* ‘eles’ (os chineses), desta vez sobre

LITERATURE

hábitos alimentares, Anna admite que as suas afirmações são elaboradas a partir de “*the limited portion of the country we have travelled through, or of which we have obtained information*” [164]. Contudo, é fácil concluir que, para Anna, a verdadeira diferença reside no grau de deferência (ou de submissão) destes povos asiáticos para com o agente civilizador europeu:

“*The people we have left behind [os chineses] are surly, impertinent, independent, self-sufficient, in their manner towards foreigners; whilst those among whom we now are [japoneses], poor and rich alike, have an innate politeness which is exceedingly pleasing, and address strangers in a respectful manner*” [186-187].

Aqui, devemos salientar mais uma vez o jogo de palavras ‘a diferença é a deferência’, independentemente da forma que tal deferência reverente possa assumir: “*The Japanese are really very strict in punishing those who behave ill to Europeans*” [211]. Quando Anna sabe que um japonês foi sentenciado à morte por decapitação por ter maltratado o cavalo de um europeu, a sua tão proclamada compaixão humana desvanece-se, à medida que revela os seus profundos sentimentos de superioridade racial e imperial: “*Although such merciless severity cannot be commended, we hope it may prove a salutary lesson to his fellow-countrymen*” [213]. Quando escreve sobre os pajens japoneses que seguiam a pé os cavalos dos europeus durante uma excursão, Anna refere-se a eles como “*unfortunate beings*”, que “*performed this feat as if they were well accustomed to it*” [237]. Por fim, mas não menos importante, o seu comentário “*In the Chinese wars (as infames Guerras do Ópio) our Sikhs (note-se o possessivo) took [Cantão] by storm, and slaughtered, without mercy, all found within the walls*” [288] traduz a convicção de que a matança impiedosa será legítima, pois é inútil resistir ao avanço do império e da ‘civilização’ a qualquer custo.³²

Estes e outros episódios ao longo da narrativa levam-nos a concluir que o recurso em maior ou menor grau à violência é essencial para estabelecer a ‘natural’ e tranquilizadora hierarquia social, através da qual o espaço estrangeiro se torna num território ordenado. O ‘selvagem’ deve transformar-se em ‘civilizado’ a todo o custo e até os turistas como Anna estão conscientes do seu próprio papel como representantes privilegiados do Império Britânico, mesmo quando viajam por aventura e prazer. Devido a tudo isto, os perigos e os incidentes inesperados parecem menos ameaçadores,

pois a família D’Almeida – tal como muitos outros turistas – age como se estivesse de facto a realizar uma viagem doméstica, dentro dos domínios do imenso Império Britânico, onde gozam da protecção de uma empatia colonial global.

CONCLUSÃO

A Lady's Visit to Manilla and Japan de Anna D’Almeida oferece-nos uma descrição atenta, pictórica e sensorial de uma experiência de viagem, utilizando com frequência uma linguagem poética e impressionista. A autora reproduz diálogos imaginários, opina sobre os mais diversos temas, resume lendas e contos populares, e fornece amplas citações de leituras prévias e de notas de outros viajantes. Este relato de uma viagem pelo Extremo Oriente – que estava a tornar-se moda entre a alta sociedade britânica das primeiras décadas do turismo global do século XIX – aborda de forma abrangente os mais variados aspectos sócio-culturais. Embora conscientes de que a literatura de viagens não é sinónimo de etnografia, a análise crítica da escrita de mulheres viajantes como Anna D’Almeida dá-nos uma visão única das práticas sociais, culturais e do quotidiano, de um modo que não está presente nas limitações pedagógicas e paternalistas dos comentários oficiais e das histórias formais.

Os países que Anna visita tornam-se em algo mais do que meras coordenadas espaciais: são o local de relações humanas frequentemente difíceis, entre

“Tokaido Ejiri”. Representação do monte Fuji, perto de Ejiri. Gravura em madeira de Katshushita Kokusai (1760-1849).



LITERATURA

indivíduos diferentes na sua maneira de pensar, por vezes privadas de qualquer tipo de empatia. Esta viagem é levada a cabo e narrada sob um preconceito claramente eurocêntrico, protestante e aristocrata. Acima de tudo, viajar é uma busca pelo prazer visual e, na maior parte das vezes, o nativo é apenas um elemento dispensável da paisagem, que não deve existir senão para deleite do visitante europeu. Podemos citar, a este propósito, Marc Augé, em *Non-Places: Introduction to an Anthropology of Supermodernity*:

*“Space, as frequentation of places rather than a place, stems in effect from a double movement: the traveller’s movement, of course, but also a parallel movement of the landscapes which he catches only in partial glimpses, a series of ‘snapshots’ piled hurriedly into his memory and, literally, recomposed in the account he gives of them [...] we should still remember that there are spaces in which the individual feels himself to be a spectator without paying much attention to the spectacle. As if the position of spectator were the essence of the spectacle, as if basically the spectator in the position of a spectator were his own spectacle.”*³³

A narrativa de Anna constitui também uma representação das impressões parciais obtidas a partir da sua vivência e memória selectiva do ‘oriental’, com particular ênfase na sua condição de espectadora, alguém que realmente ‘esteve lá’ e ‘viu com os seus próprios olhos’. Os critérios que presidem tacitamente a esta representação de diferentes países, culturas e sociedades lançam luz sobre a posição da autora na sua própria cultura e sociedade. No caso da narrativa

de Anna, contudo, os critérios (e estereótipos) de classe, raça, etnia e religião são muito mais relevantes do que as questões de género, em contradição com as expectativas criadas pelo título, dedicatória e prefácio de *A Lady’s Visit*. Em relação às questões de género, Anna argumenta que, em países ‘civilizados’, homens e mulheres devem ser considerados como companheiros. As ‘outras’ mulheres que conhece no decurso da sua viagem pela Ásia são meras vítimas dos elementos masculinos de uma sociedade ‘incivilizada’, que devem ser lamentadas dentro de um espírito de filantropia universal. Para Anna, as mulheres asiáticas são como espelhos invertidos do seu próprio estatuto de independência e modernidade, prova de que a ideologia imperial moldou também a ideologia de género. No discurso da autora, as mulheres e os nativos são, respectivamente, vítimas de hábitos culturais e de métodos de civilização errados, situação que requer o auxílio e a compreensão do agente imperial civilizado e progressivo (e protestante). Para obterem o estatuto de ‘civilizados’, os países colonizados devem adoptar sem reservas os benefícios da indústria, renunciar aos ídolos homólogos do paganismo e do catolicismo e mostrar deferência incondicional para com os turistas, que funcionam também como embaixadores temporários do imperialismo político-cultural. Em suma, *A Lady’s Visit To Manilla and Japan* é uma vívida descrição na primeira pessoa de uma viagem que foi levada a cabo tanto por lazer como por sede de experiência e conhecimento, através da casa global que era o Império Britânico, durante a segunda metade do século XIX. **RC**

NOTAS

- 1 Anna D’A, *A Lady’s Visit to Manilla and Japan*. Londres: Hurst and Blacket, 1863. Encadernação em tecido vermelho, litografia colorida no frontispício (Nagasáqui), 297 pp. Todas as referências à obra são provenientes desta edição.
- 2 Chitoshi Yanaga, *Japan since Perry*, pp. 25-26.
- 3 Embora as cartas sobre o Japão escritas pelo missionário português Francisco Xavier em meados do século XVI fossem conhecidas em Inglaterra, é de duvidar que estes escritos católicos fossem uma leitura popular entre as mulheres da alta sociedade vitoriana, numa Inglaterra fortemente protestante.
- 4 Em 1862 – ano da visita de Anna D’Almeida – houve, pela primeira vez, uma secção própria para o Japão na Exposição Internacional de Londres. A Exposição Universal de 1867, em Paris, marcou uma mudança importante no comércio com o Japão e, pela primeira vez, este país participou de forma independente. Motivos japoneses, como

- leques, biombos, sombrinhas e quimonos, multiplicaram-se a partir da década de 1860. O entusiasmo pelo japonês era tal, que toda a dama da sociedade tinha o seu ‘salão japonês’, e os recém-criados grandes armazéns incluíam uma secção japonesa nos seus catálogos (ver Asa Briggs, *Victorian Things*, p. 278). No entanto, D’Almeida fica surpreendida ao constatar que, em Yokohama, todas as casas europeias estavam rodeadas de paliçadas de madeira “*which, in case of any sudden attack, serve as a temporary defence*” [234], contradizendo de alguma maneira a imagem deste paraíso pacífico e amigável.
- 5 Sinceros agradecimentos a Magdalena Gorrell Guimaraens, pela minuciosa pesquisa genealógica com que contribuiu para este artigo.
- 6 Fontes: 1871 England Census; British Army Records of Birth; 1851 England Census; Anchorage Withner Tree; Great Western Railway Shareholders 1835-1910 Records, vol. 9, folio 166, entry 9565.
- 7 Anchorage Withner Tree; 1871, 1881, 1891 England Census.

LITERATURE

- 8 Fontes: GRO record: D'Almeida William Barrington, Henley, vol. 3a, p. 686a; Anchorage Withner Tree; 1871, 1881, 1891, 1901 England Census; GRO record: D'Almeida Lilian Augusta, Bath, vol. 5c, p. 233; GRO record: D'Almeida Marmion, Kingston, vol. 2a, p. 233.
- 9 Fontes: Anchorage Withner Tree; GRO record: D'Almeida Anna H., age 25, Kingston, vol. 2a, p. 154; 1871 England Census; 1881 England Census; GRO Record: D'Almeida William Barrington, St. Giles, vol. 1b, p. 997; 1891 England Census; GRO record: D'Almeida William B., age 56, Chelsea, vol. 1a, p. 285; GRO record: D'Almeida Rose Anna G., Kensington, vol. 2a, p. 233.
- 10 Ainda que fosse comum para as mulheres viajantes vitorianas ilustrar os seus escritos com esboços e fotografias que elas próprias criavam ou encomendavam. Utilizo aqui o termo "vitoriano" não só para fazer referência ao reinado da rainha Vitória (1837-1901) mas também para descrever determinados valores e crenças que foram cristalizados naquele período.
- 11 A subordinação estrutural das mulheres reflectida na cena literária é evidente na auto e hetero-depreciação das mulheres enquanto autoras ou 'detentores de autoridade'. Uma das linhas de pensamento mais comuns, que reflecte tanto esta subserviência como o medo de ser diferente, é o temor de parecer ridícula, que a jovem viajante portuguesa Isabel Tamagnini também expressa no seu *Diário de Uma Viagem a Timor*: "Estive em dúvida se havia de pôr isto aqui receando que por um acaso pudesse alguém ler estas linhas e dizer lá de si para si, olha como ella é tola! Mas como tenho quasi a certeza que isto não há-de acontecer e como só faço este jornal para mais tarde me divertir a lê-lo às minhas primas e íntimas amigas, a quem prometti contar tudo, tudo o que se passasse durante a minha viagem, resolvi-me a contar aqui este notabilíssimo acontecimento" (Isabel Pinto da França Tamagnini, *Diário de uma Viagem a Timor (1882-1883)*, p. 48). Como este diário está destinado a não ser mais do que um "divertimento" trivial, a partilhar com um restrito público feminino e familiar, Isabel Tamagnini é salvaguardada do ridículo inerente à mulher-autora. Ao admitir que as suas ambições literárias não se estendem para lá da esfera doméstica, Tamagnini justifica e absolve um texto que permanece francamente contido dentro dos limites que estavam estabelecidos para as mulheres.
- 12 Orvar Löfgren, *On Holiday. A History of Vacationing*, p. 100.
- 13 Anna faz um comentário semelhante sobre o governo espanhol das Filipinas: "The indolence of the natives, who are naturally very inactive and lethargic, and being governed by a people not by any means energetic themselves, there is nothing to spur them on to a greater state of activity". [73]
- 14 Joaquim (1811-1890), pai de William, nasceu em Macau, viveu em Singapura e morreu em Londres. Embora não existam datas para o seu tio José (residente em Singapura e provavelmente também nascido em Macau), em 1861 as suas seis filhas viviam em Inglaterra com o tio e tia maternos, Reverendo Benjamin Lucas e Harriet Watson. Quanto ao seu tio António, também nascido em Macau e residente em Singapura, a sua filha Matria Petronella casou com Paul Felloes de Singapura e foram viver para Portland, Oregon, E.U.A. O seu filho Edgar, que também nasceu em Singapura, casou com a filha de Anna e William, Lillian, em Chicago, Illinois, e foram viver para o Oregon e, posteriormente, para a Califórnia.
- 15 J. Adler, "Origins of Sightseeing". *Annals of Tourism Research*, 16 (1989), pp. 7 e 22.
- 16 J. Cray, *Techniques of the Observer*, p. 9.
- 17 Ver: Chris Rojek, John Urry (eds.), *Touring Cultures: Transformations of Travel and Theory*, pp. 178-180.
- 18 Roderick Nash, *Wilderness and the American Mind*, p. 92.
- 19 Ver: Alain de Botton, *A Arte de Viajar*, p. 99.
- 20 Zigmunt Bauman, *Postmodern Ethics*, p. 24.
- 21 Prática semelhante é realizada ainda hoje, na histórica zona ribeirinha do Porto, Portugal. Os turistas estrangeiros atiram moedas às águas poluídas do rio Douro, para que os rapazes mais pobres do local mergulhem atrás delas.
- 22 Ver: Stuart Hall, "The Spectacle of the 'Other'". *Representation. Cultural Representations and Signifying Practices*, pp. 223-279.
- 23 Os tópicos da jovem mulher desprotegida, exposta à sedução dos homens da alta sociedade, da prostituta arrependida, ou da mãe solteira abandonada, prevalecem nos romances da escritora vitoriana Elizabeth Gaskell, *Mary Barton* (1848) e *Ruth* (1853). Gaskell sabe que a prática da caridade é a única forma de acção política aberta às mulheres do seu tempo. Numa tentativa de justificar a sua actividade literária, Gaskell afirma que escreve: "to give utterance to the agony [...] of suffering without the sympathy of the happy" (Kathleen Tillotson, *Novels of the Eighteen-forties*, p. 205). No exercício da sua escrita solidária para com as 'mulheres caídas', Gaskell dá voz ao eterno conflito entre a natureza humana e as regras sociais, que acabam sempre por vencer.
- 24 Ver: Seija Jalagin, "Gendered Images: Western Women on Japanese Women", in Kari Alenius, Olavi Fält and Seija Jalagin (eds.), *Looking at the Other: Historical study of images in theory and practise*, <http://herkules.oulu.fi/isbn9514266331/html/index.html> (5/12/2008); Rotem Kowner, "Lighter than Yellow, but not Enough: Western Discourse on the Japanese 'Race', 1854-1904", in *The Historical Journal*, vol. 43, n.º 1 (March 2000), pp. 103-131.
- 25 Sara Mills, *Discourses of Difference: An Analysis of Women's Travel Writing and Colonialism*, p. 34.
- 26 Tal como a americana Margaret Ballagh (no Japão); a britânica Priscilla Winter (na Índia); as australianas Rose Bachlor (na Índia), Amy Oxley (na China) e Alice Phillips (na Pérsia). Também as australianas Annie Gordon e Nellie e Topsy Saunders, que morreram num massacre de missionários anglicanos em Huashan, província de Fujian, China, em 1895. Ver, por exemplo, Davin, Delia. "British Women Missionaries in Nineteenth-century China", *Women's History Review*, vol. 1, n.º 2 (1992). De um modo geral, os missionários protestantes tendiam a enfatizar o trabalho missionário das mulheres em culturas que separavam rigorosamente a esfera feminina da masculina, nomeadamente na China, Índia, Japão e países islâmicos. Nestes países, as mulheres eram vistas como a figura crucial dentro da família. Converter a esposa e a mãe promoveria a conversão da família e, em última instância, de toda a nação.
- 27 Barbara Ramusack, "Cultural Missionaries, Maternal Imperialists, Feminists Allies. British Women Activists in India, 1865-1945", in Nupur Chaudhuri and Margaret Strobel (eds.), *Western Women and Imperialism. Complicity and Resistance*. Bloomington: Indiana University Press, 1992.
- 28 Este tipo de noção desumanizante do 'outro', enquanto mera curiosidade animal, produziu fenómenos como o da triste história da 'Venus Hotentote', que morreu em 1815.
- 29 A maioria dos viajantes ocidentais no Japão dos finais da era Tokugawa (1859-67) e Meiji (1868-1912) era proveniente da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos. Cerca de 60% dos visitantes antes de 1918 provinham destes países.
- 30 George W. Knox, *Imperial Japan: the Country and its People*, pp. 7-8.
- 31 O mesmo tinha já acontecido em Xangai, onde as actividades diárias do 'outro' são reduzidas a uma escala infantil e observadas como uma atracção turística: "We used to amuse ourselves sometimes by watching the progress of this building, which they seemed to pile up as a child raises a house of cards" [142].
- 32 O mesmo comentário aplica-se ao caso dos rebeldes Tae-Ping na China: "As, under such circumstances, we [europeus] could not look on and remain inactive, the allied armies have taken up arms in the cause, and have already taught these rebels some salutary lessons, with great loss to them and comparatively little to the Europeans" [168].
- 33 Marc Augé, *Non-Places: Introduction to an Anthropology of Supermodernity*, p. 86.

LITERATURA

BIBLIOGRAFIA

- Adler, J. "Origins of Sightseeing". *Annals of Tourism Research*, 16 (1989).
- Almeida, Anna D'. *A Lady's Visit to Manila and Japan*. Londres: Hurst and Blacket, 1863.
- Anchorage Witner Tree. *Public Genealogical Record*, online: <http://www.ancestry.com>.
- Appleton, Jay. *The Experience of Landscape*. Chichester: John Wiley, 1996.
- Augé, Marc. *Non-Places: Introduction to an Anthropology of Supermodernity*, trad. John Howe. Londres e Nova Iorque: Verso, 1995.
- Bauman, Zigmunt. *Postmodern Ethics*. Oxford. Blackwell, 1993.
- Botton, Alain de. *A Arte de Viajar*, trad. Miguel Serras Pereira. Lisboa: D. Quixote, 2006 [2002].
- Briggs, Asa. *Victorian Things*. Londres: B. T. Batsford, 1988.
- British Government Record Office. *England Census 1851, 1861, 1871, 1881, 1891, 1901*, online: <http://ancestry.com>.
- Burns, Peter. *An Introduction to Tourism and Anthropology*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2002.
- Chambers, Erve (ed.). *Tourism and Culture: An Applied Perspective*. Nova Iorque: State University of Nova Iorque, 1997.
- Crary, J. *Techniques of the Observer*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1990.
- Davin, Delia. "British Women Missionaries in Nineteenth-century China". *Women's History Review*, vol. 1, n.º 2 (1992).
- Freebmd. *Birth, Marriage and Death Record Indexes for the United Kingdom*, <http://www.freebmd.com>.
- Hall, Stuart (ed.). *Representation: Cultural Representations and Signifying Practices*. Londres: Sage, 1997.
- Hirsch, Eric; O'Hanlon, Michael (eds.). *The Anthropology of Landscape: Perspectives on Place and Space*. Oxford: Clarendon Press, 1995.
- International Genealogical Index. Salt Lake City, USA: <http://familysearch.com>.
- Jalagin, Seija. "Gendered Images: Western Women on Japanese Women", *Looking at the Other: Historical Study of Images in Theory and Practise*, edited by Kari Alenius, Olavi Fält and Seija Jalagin. Oulun Yliopisto: Oulu University Library, 2002. On-line: <http://herkules oulu.fi/isbn9514266331/html/index.html> (5 December 2008).
- Knox, George William. *Imperial Japan: the Country and its People*. Nova Iorque: 1904.
- Kowner, Rotem. "Lighter than Yellow, but not Enough': Western Discourse on the Japanese 'Race', 1854-1904", *The Historical Journal*, vol. 43, n.º 1 (March 2000), pp. 103-131.
- Löfgren, Orvar. *On Holiday. A History of Vacationing*. Berkeley: University of California Press, 2002.
- MacCannell, Dean. *The Tourist: A New Theory of the Leisure Class*. Berkeley e Los Angeles: University of California Press, 1999.
- Mills, Sara. *Discourses of Difference: An Analysis of Women's Travel Writing and Colonialism*. Londres: Routledge, 1991.
- Nash, Roderick. *Wilderness and the American Mind*. New Haven: Yale University Press, 1967.
- Ong, Aiwah. "Colonialism and Modernity: Feminist Representations of Women in Non-Western Societies", *Inscriptions*, n.º 3-4 (1988), pp. 86-95.
- Pallots Marriage Index. Online: <http://ancestry.com>.
- Ramusack, Barbara. "Cultural Missionaries, Maternal Imperialists, Feminists Allies. British Women Activists in India, 1865-1945". In: Chaudhuri, Nupur e Strobel, Margaret (eds.), *Western Women and Imperialism. Complicity and Resistance*. Bloomington: Indiana University Press, 1992.
- Rojek, Chris; Urry, John (eds.). *Touring Cultures: Transformations of Travel and Theory*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2002.
- Said, Edward. *Orientalismo: Representações Ocidentais do Oriente*, trad. Pedro Serras. Lisboa: Livros Cotovia, 2004 [1978].
- Sterry, Lorraine. "Constructs of Meiji Japan: the role of writing by Victorian women travellers", *Japanese Studies*, 23:2 (2003), pp. 167-183.
- Tamagnini, Isabel Pinto da França. *Diário de Uma Viagem a Timor (1882-1883)*. Lisboa: CEPESA, 2002.
- Tillotson, Kathleen. *Novels of the Eighteen-forties*. Oxford: Clarendon Press, 1971.
- Tuan, Yi-Fu. *Topophilia: A Study of Environmental Perception, Attitudes and Values*. Nova Iorque: Columbia University Press, 1990 [1974].
- Yanaga, Chitoshi. *Japan since Perry*. Hamden: Connecticut, Archon, 1966.

RESUMOS

Fronteiras na Perspectiva de Boa Vizinhança

Após uma revisão das mais recentes tendências relativas ao estudo de fronteiras, este artigo foca a cooperação transfronteiriça e a construção de “boa vizinhança” nas cidades de fronteira europeias. Baseado em estudos empíricos realizados na sua maioria nas fronteiras germano-polaca, suíço-germânica e austro-húngara e complementados com um caso américo-mexicano, defende que é tempo de ir para além do conceito transfronteiriço de cooperação e olhar a prática e a narrativa quotidianas de construção de vizinhanças a nível local. As questões discutidas neste contexto são a natureza da existência de fronteiras mentais, a forma como a “vizinhança” é vivida por diversos grupos de pessoas, as suas visões e os obstáculos à construção de boa vizinhança, as políticas existentes e as correspondentes actividades oficiais e/ou da sociedade civil. A autora salienta em particular a importância da autodeterminação, as actividades prioritárias e a cooperação, efectuadas à escala local e que condicionam a vida quotidiana. Tal deveria ser especialmente o caso não apenas das fronteiras políticas, mas também e explicitamente das fronteiras interurbanas e socioculturais. [Autora: Doris Wastl-Walter, pp. 18-23]

Fronteiras Dentro da Cidade: Retratando a Identidade de Macau

Este artigo olha a questão da construção de fronteiras em Macau, realçando uma visão historicista de um fenómeno sócio-cultural. Antiga possessão portuguesa na China, Macau é um local onde a co-habitação interétnica evoluiu ao longo de séculos na edificação de duas “cidades”, logo de duas jurisdições dentro da mesma: a cidade cristã e o bazar chinês. Queremos, sobretudo, questionar se a existência de fronteiras administrativas dentro da cidade terá levado à persistência de fronteiras de natureza cultural entre portugueses e chineses, na sequência do estabelecimento da administração colonial portuguesa no século XIX. Tencionamos igualmente discutir parte do processo que, seguindo uma longa, pacífica

e contínua coabitação interétnica, permitiu a negociação e a superação de fronteiras políticas, culturais ou simbólicas, e informações adicionais sobre o modo de vida que distingue este lugar e a sua identidade a longo prazo. [Autora: Sheyla Schuvartz Zandonai, pp. 24-36]

De Trás para a Frente. Transformação do Espaço Fronteiriço de Macau

Hong Kong e Macau tornaram-se casos interessantes para o estudo de cidades de fronteira dada a especificidade da sua condição. Este artigo foca as questões: Que potenciais e desafios são criados pelos projectos de grandes infraestruturas que pretendem, hoje em dia, integrar Macau no Delta do Rio das Pérolas? Considerando que dentro de 40 anos desaparecerão as fronteiras com a China, será que o antigo enclave português e a sua vizinha cidade de Zhuhai se tornarão um único espaço urbano, ou até uma única cidade, à semelhança do que aconteceu com as antigas cidades chinesa e cristã de Macau que, no passado, se fundiram? Quais são as consequências para a imagem interna e externa de Macau da conjugação da condição tradicionalmente ambivalente da sua fronteira com os projectos das novas infraestruturas? Quais serão as oportunidades e desafios que os seus residentes enfrentarão graças à transformação do espaço fronteiriço do território? [Autor: Hendrik Tieben, pp. 37-56]

De Lisboa a Macau: As Geografias Fechadas das Descobertas Portuguesas

Este artigo desenvolve uma crítica das representações ocidentais da descoberta, centralidade e identidade própria, em parte através de uma centralização na EXPO '98 realizada em Portugal (a última exposição universal do século XX) que ofereceu a oportunidade de reiterar a importância das descobertas imperiais portuguesas num plano global e, nesse processo, reafirmar a identidade nacional portuguesa.

O artigo examina a forma como as narrativas histórica e geográfica do imperialismo e as “viagens portuguesas das descobertas” foram reapropriadas na EXPO '98 para ressuscitar um sentido de orgulho nacional por pertencer à Europa e por ter sido pioneiro neste continente. São necessárias perspectivas pós-coloniais críticas que quebrem o eurocentrismo se quisermos perceber o papel de outras culturas e histórias na contribuição portuguesa para a construção da modernidade. Essas perspectivas permitem reflexões mais amplas sobre a contribuição do Ocidente e do não-Ocidente na construção da modernidade multifacetada da qual as exposições (e os monumentos e torres a que o documento alude) são expressões concentradas..

[Autores: James D. Sidaway and Marcus Power, pp. 62-78]

A Importância de Macau para o Comércio da East India Company na China e as Relações Anglo-Portuguesa no Enclave na Segunda Metade do Século XVIII

Ao longo do século XVIII a E. I. C. torna-se gradualmente dependente do trato privado efectuado entre a Índia e o Sul da China, através do qual o ópio indiano chega a Cantão, sendo a prata necessária para adquirir chá obtida com a venda da droga. Por seu lado, os portugueses há cerca de um século que importam anfião para a China, e Macau acaba por se tornar um espaço estratégico para o tráfico inglês até à sua deslocação para a ilha de Lintim. Essa mudança afecta os rendimentos dos mercadores do enclave, que se defendem da concorrência ao verem-se privados de uma das suas mais importantes fontes de receita, temendo a ocupação inglesa dessa ilha. Os comerciantes chineses também lucram com o tráfico, não sendo, portanto, eficazes os éditos imperiais que proíbem a importação da droga para o Império do Meio, situação que se arrasta, numa primeira fase, até à Guerra do Ópio (1841), conflito anglo-chinês após o qual a Inglaterra consegue

RESUMOS

fundar um estabelecimento próprio na China. Através do cruzamento de fontes inglesas, chinesas e portuguesas, o presente estudo analisa a dinâmica específica das relações anglo-portuguesas-chinesas em Macau, bem como a importância do enclave para o China trade inglês na segunda metade do século XVIII, sobretudo até à primeira embaixada inglesa a China, a de Lord Macartney (1792-1794) [Autor: Rogério Miguel Puga, pp. 79-103]

Macau, Portugal e o Japão no Século XIX. O Tratado de 1860

O Japão encontra-se ligado às origens de Macau. Esta cidade deve, em grande medida, o seu florescimento no século XVI ao comércio das naus da prata. Quando o Japão proibiu os contactos com o mundo exterior, em meados de Seiscentos, encerrou-se um importante capítulo da história de Macau. Foi preciso esperar mais de 200 anos para que o Japão voltasse a fazer parte da presença portuguesa na Ásia Extrema. O tratado luso-japonês de 1860 assinala o reatar das relações entre Portugal e o Japão ou, melhor dizendo, entre Macau e o Japão. Sem daí retirar benefícios económicos imediatos, a negociação e assinatura deste tratado permitiram à cidade reafirmar-se numa região que, naquela época, conhecia profundas mudanças políticas e económicas. Deste modo, o Japão voltou a dar o seu contributo para que a presença portuguesa na Ásia Oriental se mantivesse viva, não obstante as rivalidades e hegemonias de outras potências, como a Grã-Bretanha, a Rússia e os EUA. [Author: Alfredo Gomes Dias, pp. 104-119]

Freiras de Santa Clara: Devoção Autêntica ou Fuga ao Desamparo Feminino? Uma Abordagem Comparativa entre Clarissas de Macau e de Coimbra no Século XVII

Durante as escavações de restauro e conservação do Convento de Santa Clara-a-Velha, localizado em Coimbra, Portugal, foram encontradas dezasseis peças de porcelana chinesa, datadas do século XVI

e provenientes da província de Jiangxi. A abordagem realizada aos hábitos e costumes dos elementos femininos que integraram o Convento de Santa Clara de Coimbra poderá esclarecer aspectos relativos às freiras da mesma Ordem, estabelecidas em Macau. As peças encontradas serviram de mote para a ligação entre os dois conventos, tão distantes geograficamente entre si. [Autora: Anabela Nunes Monteiro, pp. 120-130]

A Lady's Visit to Manilla and Japan. Representações Interculturais na Viagem ao Oriente

Numa primeira abordagem a *A Lady's Visit to Manilla and Japan* (1863), de Anna D'Almeida, os leitores não deverão esperar encontrar a narrativa de uma experiência que poderia ter sido produzida por um desses "Etonnants voyageurs! Quelles nobles histoires / Nous lisons dans vos yeux profonds comme les mers!", citando o último poema de *Les Fleurs du Mal* de Baudelaire. Nem deverão esperar ser confrontados com o relato superficial de uma turista indolente sobre a diversão convencional ou o previsível choque moral experimentados durante as várias etapas do seu grand *tour* pessoal, tão em voga, e que são característicos deste tipo de literatura, particularmente popular no campo emergente do turismo do final do século XIX. Neste artigo, proponho-me analisar a escrita feminina ocidental no contexto dos encontros culturais, mais precisamente, as imagens que uma viajante ocidental do século XIX cria a partir da sua breve exposição a vários espaços e práticas da Ásia.

A família D'Almeida viajou pelo Extremo Oriente entre Março e Julho de 1862. O título *A Lady's Visit to Manilla and Japan* induz em erro, pois a narrativa começa em Singapura e termina em Hong Kong, mas a família visitou também Macau, Xangai, Nagasáqui, Yokohama, Xiamen (Hokkien) e Cantão, entre outros lugares, atestando assim o profundo desejo dos D'Almeida de explorar *in loco* todas as potencialidades dos países visitados. Neste estudo tenciono demonstrar as complexidades que existem dentro

de / entre as histórias, experiências e actividades interculturais de mulheres, e como estas alargam o âmbito do estudo dos sistemas sociais e culturais. Ao examinar as diferenças e semelhanças de género, podemos elaborar construções teóricas que analisam as variações entre mulheres; como elas são influenciadas pela classe, raça, etnia e religião; e como estas moldam a forma como entendemos a posição da mulher na cultura e na sociedade. O preconceito de classe da elite ocidental considera a mulher não-ocidental como sendo 'a outra', alguém que representa aquilo que o escritor ocasional não é. A questão da representação feminina das suas congéneres como 'mulheres-outras', com base numa ampla variedade de diferenças, é definitivamente um desafio para os estudos interculturais e de género.

[Autora: Clara Sarmiento, pp. 131-148]

ABSTRACTS

Borders from the Perspective of Good Neighbourhood

After a review of recent trends in border studies, this article focuses on cross-border cooperation and the building of “good neighbourhoods” in European border cities. Mainly based on empirical studies at the German-Polish, the Swiss-German and the Austrian-Hungarian borders and complemented by a US-Mexican case, it argues that it is time to go beyond the concept of cross-border co-operation and look at the daily practice and narratives of constructing neighbourhoods at the local level. The issues discussed in this context are the nature of existing mental borders, the ways in which ‘neighbourhood’ is experienced by diverse groups of people, their visions of and the obstacles to good-neighbourhood building, existing policies and related official/civil society activities. The author highlights especially the importance of self-determined, ‘bottom-up’ activities and a cooperation, which is local in scale and involves peoples’ everyday lives. This should especially be the case not only for political boundaries, but also and explicitly for inner-urban socio-cultural boundaries. [Author: Doris Wastl-Walter, pp. 18-23]

Borders Within the City: Retracing Macao’s Identity

This article looks into the issue of borders’ construction in Macao, bringing on a historicised view of sociocultural phenomena. A former Portuguese possession in China, Macao is a place where interethnic cohabitation has for centuries evolved into the making of two ‘cities’, and thereby two jurisdictions, within the city: the Christian citadel and the Chinese bazaar. Mostly, we aim to question whether the existence of administrative borders within the city has led to the persistence of other, cultural, boundaries between the Portuguese and the Chinese, following the establishment of Portuguese colonial rule in the 19th century. In due course,

we also intend to discuss some of the processes that, ensuing from a long, peaceful and continuous interethnic cohabitation, have allowed for the negotiation and overcoming of political, cultural or symbolic borders, further informing ways of living that are distinctive of this place and its identity in the long run.

[Author: Sheyla Schuvartz Zandonai, pp. 24-36]

From Backyard to Front Door: The Transformation of Macao’s Border Spaces

Hong Kong and Macao have become cases of interest for the study of border cities due to their specific border condition. This paper addresses the questions: Which potentials and challenges are created by the current large scale infrastructure projects which aim to integrate Macao into the Pearl River Delta? Considering the expiry date of Macao’s border in 40 years, will the former Portuguese enclave and its neighbouring city Zhuhai become one integrated urban space, or even one city, similar to how Macao’s former Chinese and Christian blended in the past? What are the consequences of Macao’s traditionally ambivalent border condition and the new infrastructure projects for its self image and its image to the outside? What are the opportunities and challenges for Macao’s residents arising from the transformation of the territory’s border spaces? [Author: Hendrik Tieben, pp. 37-56]

Lisbon to Macao: The Occluded Geographies of Portugal’s Discoveries

This paper develops a critique of Western representations of discovery, centrality and self-identity, in part via a focus on Portugal’s EXPO ’98 (the last ‘universal exposition’ of the twentieth century) which offered the chance to reiterate the importance of Portugal’s imperial discoveries on a global stage and to reaffirm Portuguese national

identity in the process. The paper examines how historical and geographical narratives of imperialism and the ‘Portuguese voyages of discovery’ were (re)appropriated in EXPO ’98 to resurrect a national sense of pride in belonging to and pioneering Europe. Critical postcolonial perspectives which break with Eurocentrism are required if the role of other cultures and histories in the Portuguese contribution to the making of modernity is to be appreciated. Such perspectives enable wider reflections about the constitution of the West and the non-West in the making of the multifaceted modernity of which expositions (and the monuments and towers that the paper also focuses upon) are concentrated expressions. [Authors: James D. Sidaway and Marcus Power, pp. 62-78]

Macao’s Importance in the East India Company Trade with China, and Anglo-Portuguese Relations in the Enclave in the 2nd Half of the 18th Century

Throughout the 18th century, the East India Company gradually grew dependent on the private trade between India and South China, carrying Indian opium to Canton and purchasing tea with the proceeds of the drugs sales. In turn, the Portuguese had been importing opium into China, and Macao became the strategic point for the British trade until it moved to Lintin Island. This shift hit the fortunes of the Macao merchants, who had coped with the competition until they were deprived on one of their most important sources of revenue and feared that the British would take the island. The Chinese traders also profited from the trafficking and imperial edicts forbidding the importation of the drug into the Middle Kingdom were of little use. This situation dragged on, initially, until the Opium War (1841) by means of which Britain managed to establish their own settlement in China. This paper compares English, Chinese

RESUMOS

and Portuguese sources to analyse the specific dynamics of relations between the three nations in Macao, and the importance of the enclave for the British “China trade” in the 2nd half of the 18th century, until the first British embassy to China led by Lord Macartney (1792-94).
[Author: Rogério Miguel Puga, pp. 79-103]

Macao, Portugal and Japan in the 19th century. The 1860 Treaty

Japan is linked to Macao’s early history since the city’s flourishing development in the 16th century is due in large part of the trade in silver. An important chapter in Macao’s history came to a close when Japan cut off links with the outside world in the mid-17th century. It would take another two centuries before Japan would again be involved in Portuguese activities in the Far East. The 1860 treaty signed between Japan and Portuguese, would reestablish relations between the two countries, or more specifically between Japan and Macao. Although it did not bring immediate economic benefits, by negotiating and signing the agreement Macao was able to resume its position in a part of the world undergoing major political and economic change. As a result, Japan helped to keep the Portuguese presence in East Asia alive, despite the rivalry and hegemonies of other powers such as Great Britain, Russia and the United States of America.
[Author: Alfredo Gomes Dias, pp. 104-119]

Nuns of Santa Clara: Real Devotion or an Escape from Female Helplessness? A Comparison Between the Clarissas of Macao and Coimbra in the 17th Century

During excavations to restore and preserve the Convent of Santa Clara-a-Velha, located in Coimbra, Portugal, 16 pieces of Chinese porcelain, from the province of Jiangxi, dating from the 16th century, were found. The research into the habits and customs of the women residing at the Convent of Santa Clara in Coimbra

may clarify aspects of the nuns of the same Order established in Macao.

The pieces found served as an input for the connection between the two convents, so geographically distant from each other.

[Author: Anabela Nunes Monteiro, pp. 120-130]

A Lady’s Visit to Manilla and Japan: Intercultural Representations on a Journey to the East

In a first approach to *A Lady’s Visit to Manilla and Japan* (1863), by Anna D’Almeida, readers should not expect to find the narrative of an experience that could have been produced by one of these “*Etonnants voyageurs! Quelles nobles histoires / Nous lisons dans vos yeux profonds comme les mers!*”, citing the last poem of *Les Fleurs du Mal* by Baudelaire.

Nor should they expect to be faced with a superficial portrait of an indolent tourist describing the conventional diversion or predictable moral shock experienced during several stages of her personal grand tour, so much in vogue and so characteristic of this kind of literature, which was especially popular in the emerging field of tourism at the end of the 19th century. In this article I intend to analyse Western feminine writing in the context of cultural encounters, more precisely, the images that a 19th century Western traveller created from her brief exposure to various places and practices of Asia. The D’Almeida family travelled through the Far East between March and July 1862. The title *A Lady’s Visit to Manilla and Japan* is misleading given that the narrative starts in Singapore and ends in Hong Kong, but the family visited Macao, Shanghai, Nagasaki, Yokohama, Xiamen (Hokkien) and Canton, among other places, thus realising the deep desire of the D’Almeidas to explore in loco the full potential of the countries visited.

In this study of *A Lady’s Visit to Manilla and Japan*, I intend to show the complexities involved within/between the intercultural stories, experiences and activities of women, and how they

broaden the field of study of the social and cultural systems. In examining the differences and similarities of gender, we can draw up theoretical constructions that analyse the variations among women; how they are influenced by class, race, ethnicity and religion; and how these factors shape the way we understand the position of the woman in culture and in society. The class prejudice of the Western elite considers the non-Western woman as ‘the other’, somebody who represents what the occasional writer is not. The question of the feminine representation of their counterparts as ‘other women’, based on a wide variety of differences, is definitively a challenge for intercultural and gender studies.
[Author: Clara Sarmiento, pp. 131-148]



郵票
Selo

中國 澳門
塔石廣場
文化局大樓
澳門特別行政區政府文化局
《文化雜誌》編輯部

INSTITUTO CULTURAL do Governo
da Região Administrativa Especial de Macau
Revista de Cultura
Praça do Tap Seac, Edifício do Instituto Cultural
Macau, China

RC

Boletim de Assinatura
Subscription Form

Aquisição de Publicações
Back Issue Order

- Desejo fazer uma assinatura anual (4 números) da RC Edição Internacional a partir do n.º _____
- I would like to subscribe to RC International Edition (4 issues) starting from No. _____
- Desejo adquirir o(s) seguinte(s) número(s) _____ da RC Edição Internacional
- I would like to buy No(s) _____ of RC International Edition
- Desejo adquirir o(s) seguinte(s) número(s) _____ da RC Edição Portuguesa e/ou _____ da Edição Inglesa
- I would like to buy RC back issue(s) No(s) _____ of the Portuguese Edition and/or No(s) _____ of the English Edition

Nome / Name

Endereço / Address

Tel.

e-mail

Forma de Pagamento
Payment

- Junto envio o saque bancário em nome do **Conselho Administrativo do Fundo de Cultura** n.º _____ no valor de MOP / US\$ _____
- Enclosed please find bank draft no. _____ payable to **Conselho Administrativo do Fundo de Cultura** for the amount of MOP / US\$ _____

Endereço a / Send to

Revista de Cultura – Instituto Cultural do Governo da RAEM
Edifício do Instituto Cultural – Praça do Tap Seac – Macau, China

- Cartão de Crédito / Credit Card
 - Visa
 - Master

Nome do portador do cartão / Cardholder's name

N.º do cartão / Credit card no.

Validade (mês/ano) / Expiry date (m/y)

Por favor, indique os 3 últimos algarismos constantes da zona reservada para a assinatura na parte posterior do cartão



Please write the last 3 digits of the number printed on the signature strip at the back of your credit card



Eu, _____, autorizo o Instituto Cultural do Governo da RAEM a debitar o meu Cartão de Crédito no montante de _____ pela aquisição da(s) publicação(ões) referida(s).

Data

Assinatura do titular do cartão

I, _____ hereby authorize the Instituto Cultural do Governo da RAEM to debit my account stated as above, for the amount of _____ in order to buy the above-mentioned publication(s)

Date

Signature of cardholder

50% de desconto do preço de capa na compra de 4 exemplares.
discount off cover price when buying 4 issues.

Números anteriores Edição Internacional

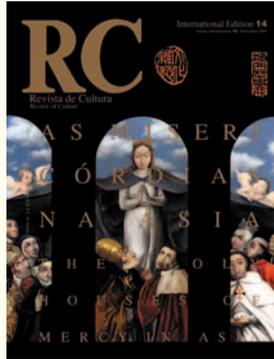
Revista de Cultura

Back issues International Edition Review of Culture



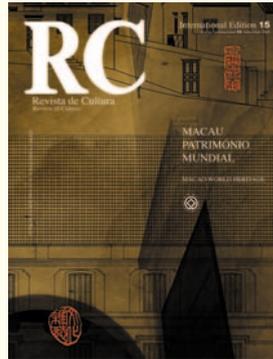
N.º 13 Janeiro/January 2005

Macau e o Comércio no Delta do Rio da Pérola
Macao and The Pearl River Delta Trade



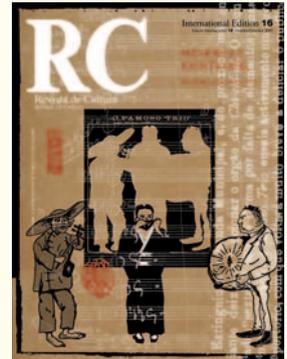
N.º 14 Abril/April 2005

As Misericórdias na Ásia
The Holy Houses of Mercy in Asia



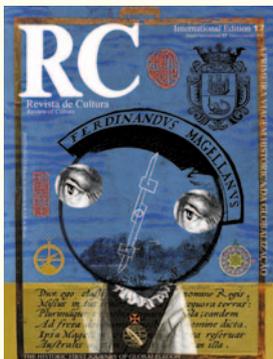
N.º 15 Julho/July 2005

Macau Património Mundial
Macao World Heritage



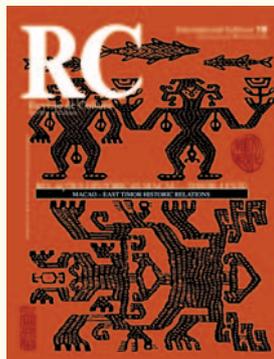
N.º 16 Outubro/October 2005

Memória e Identidade
Memory and Identity



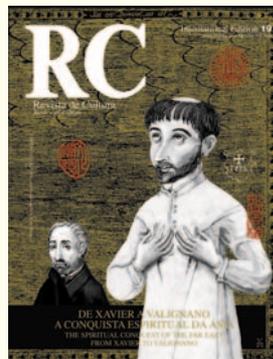
N.º 17 Janeiro/January 2006

A Primeira Viagem Histórica da Globalização
The Historic First Journey of Globalisation



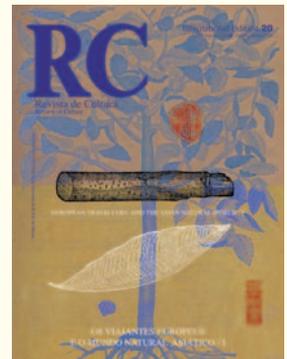
N.º 18 Abril/April 2006

Relações Históricas Macau - Timor-Leste
Macao - East Timor Historic Relations



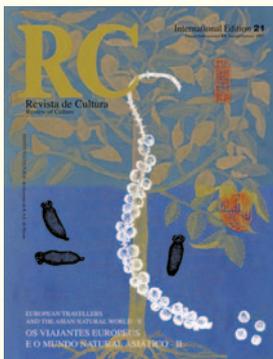
N.º 19 Julho/July 2006

De Xavier a Valignano. A Conquista Espiritual da Ásia
The Spiritual Conquest of the Far East. From Xavier to Valignano



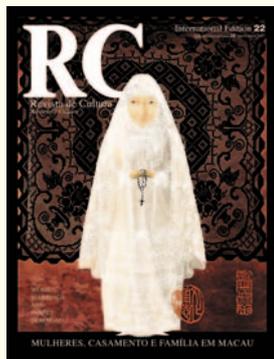
N.º 20 Outubro/October 2006

Os Viajantes Europeus e o Mundo Natural Asiático - I
European Travellers and the Asian Natural World - I



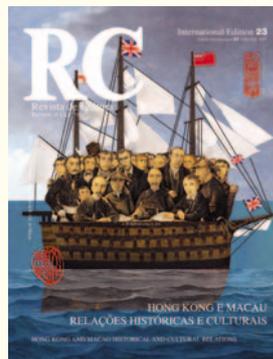
N.º 21 Janeiro/January 2007

Os Viajantes Europeus e o Mundo Natural Asiático - II
European Travellers and the Asian Natural World - II



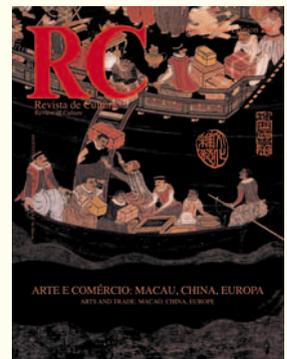
N.º 22 Abril/April 2007

Mulheres, Casamento e Família em Macau
Women, Marriage and Family in Macao



N.º 23 Julho/July 2007

Hong Kong e Macau Relações Históricas e Culturais
Hong Kong and Macao Historical and Cultural Relations



N.º 24 Outubro/October 2007

Arte e Comércio: Macau, China, Europa
Arts and Trade: Macao, China, Europe

Para encomendar qualquer destes exemplares ou para fazer uma assinatura, preencha e envie s.f.f. o formulário destacável da página anterior. Para saber da disponibilidade dos números das séries anteriores (edição portuguesa e edição inglesa) bem como da edição chinesa, queira contactar-nos: rci@icm.gov.mo

To buy any of these issues or to subscribe, please fill in and mail the form on the opposite page. Please contact us at: rci@icm.gov.mo concerning previous series in English and Portuguese, or the current Chinese series.